

Inclusão Social

v.11 n.2 jan/jun. de 2018

Diferentes olhares sobre o empoderamento das mulheres



Inclusão Social
v. 11 n.2 jan./jun. 2018

ISSN 0100-1965 eISSN 1518-8353

Número Especial

Diferentes olhares
sobre o empoderamento das mulheres

Different views on women's empowerment

Diferentes aspectos sobre el empoderamiento de las mujeres

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Diretoria

Cecília Leite Oliveira

Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos (CGNP)

Arthur Fernando Costa

Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados (CGPC)

Bianca Amaro

Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI)

Marcos Pereira Novais

Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação (COEPPE)

Lena Vânia Ribeiro Pinheiro

Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (COPAV)

José Luis dos Santos Nascimento

Coordenação de Administração (COADM)

Reginaldo de Araújo Silva

Seção de Editoração

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

Indexação

Inclusão Social tem seus artigos indexados ou resumidos.

Bases Internacionais: Paschal Thema: Science de L'Information, Documentation
Library and Information Science Abstracts
PAIS Foreign Language Index
Information Science Abstracts
Library and Literature
Páginas de Contenido: Ciencias de la Información
EDUCACCION: Noticias de Educación, Ciencia y Cultura Iberoamericanas
Referativnyi Zhurnal: Informatika. ISTA Information Science & Technology Abstracts. LISTA Library, Information Science & Technology Abstracts. SciELO Scientific Electronic Library On-line. Latindex – Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina el Caribe, España y Portugal, México. INFOBILA: Información Bibliotecológica Latinoamericana.

Indexação em Bases de Dados Nacionais

Portal de Periódicos: LivRe – Portal de Periódicos de Livre Acesso
Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Portal de Associações Nacionais: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib).

Bases de Dados Nacionais: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos de Ciência da Informação da Universidade Federal do Paraná (Brapci). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (Peri).

Editada em novembro de 2017.

Última edição em julho de 2018.

Publicada em julho de 2018.

Inclusão Social
v. 11 n.2 jan./jun. 2018

ISSN 0100-1965 eISSN 1518-8353

Número Especial

Diferentes olhares
sobre o empoderamento das mulheres

Different views on women's empowerment

Diferentes aspectos sobre el empoderamiento de las mujeres



2017 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

Equipe técnica

Coordenação editorial

Jussara Reis Prá

Editor executivo

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

Editora assistente

Gislaine Russo de Moraes Brito

Revisão gramatical e visual

Margaret de Palermo Silva

Normalização de referências

Danielly dos Santos Ribeiro

Projeto gráfico original

Anderson Moraes

Leila Mendonça Raulino

Capa

Rodrigo Azevedo Moreira

Tradução inglês/espanhol

COED/Ibict

NOTAS DO EDITOR

Agradecimento especial a todos os avaliadores, à professora Jussara Reis Prá e às autoras que trabalharam na produção deste número.

Para baixar o PDF de cada artigo da revista *Inclusão Social* a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR Code publicado em cada artigo da versão impressa.

Mais informações pelo telefone: (61) 3217-6145

Inclusão Social/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

– vol. 1, n. 1 (out./mar. 2005) – Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2005 – v. 26 cm. Semestral.

Publicação suspensa a partir de out. 2007/mar. 2008, sendo continuada a edição do v. 3 n. 2, em jan./jun. 2010.

ISSN 1808-8392. eISSN 1808-8678.

1. Inclusão social – periódicos I. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

CDU 316.42 (05)

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Setor de Autarquias Sul (SAUS)

Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5º Andar

Cep: 70070-912 – Brasília, DF

Telefones: 55 (61) 3217-6360 / 55 (61) 3217-6350

www.ibict.br

Rua Lauro Muller, 455 - 4º Andar - Botafogo

Cep: 22290-160 – Rio de Janeiro, RJ

Telefones: 55 (21) 2275-0321

Fax: 55 (21) 2275-3590

<http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>

<http://www.ppgci.ufrj.br>

Editor Científico

José Rincon Ferreira

Doutor em Educação Corporativa pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), Portugal. Coordenador dos Prêmios Samuel Benchimol e Banco do Amazônia de Empreendedorismo Consciente.

<http://lattes.cnpq.br/1786468148821190>

Email: rinconfer@uol.com.br

Membros Honorários

Eduardo Moacyr Krieger

Livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Doutor em Fisiologia Cardiovascular pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRPUSP), Brasil. Diretor Executivo da Comissão de Relações Internacionais (CRInt) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Vice-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - SP, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2222628122237100>

Email: edkrieger@incor.usp.br

edkrieger@abc.org.br

Ricardo Young

Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – São Paulo, SP.

<http://www.ica.usp.br/pessoas/pasta-pessoar/ricardo-young-1>

Email: ricardoyoung@camara.sp.gov.br

Mercedes Caridad Sebastián

Catedrática do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Carlos III.

Madri, Espanha.

<https://www.directorioexit.info/ficha1598>

Email: mercedes@bib.uc3m.es

Comitê Editorial

Nara Maria Pimentel

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Professora da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0805401717504312>

E-mail: nara.ead@gmail.com

nara.pimentel@ead.unb.br

Tania Chalhub de Oliveira

Pós-Doutorado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil. Doutora em Social Work pela University of Minnesota (U of MN), Estados Unidos. Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6737749200665570>

E-mail: chalhubtania@gmail.com

Geraldo Moreira Prado

Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Professor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Departamento de Ensino e Pesquisa (Ibict) - Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4611487449721174>

E-mail: geraldoibictbr@gmail.com

geraldoprado@ibict.br

Maria Helena Silveira Bonilla

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC - Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador, BA – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2730520955520609>

E-mail: bonillabr@gmail.com

Eduardo Costa Taveira

Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Brasil. Secretário Executivo Adjunto da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas - Manaus, AM – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6017285302986906>

E-mail: etaveira77@gmail.com

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Jussara Reis Prá

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) – SP - Brasil. Professora Titular do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS – Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas/ CNPq.
<http://lattes.cnpq.br/0906855934062991>

Cibele Cheron

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Viamão, Brasil. Integra, no CNPq, os grupos de pesquisa "Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas" e "Fundamentos da Experiência Jurídica Contemporânea: O Direito sob os aspectos dogmático, filosófico e sociológico". Pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS).
<http://lattes.cnpq.br/3587159747981587>
E-mail: iccibele@yahoo.com.br

Lucio José Dutra Lord

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - São Paulo, Brasil. Mestrado em Educação pela UFRGS. Sociólogo, advogado e professor adjunto de Sociologia na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), CSP - Câmpus Universitário de Sinop - Mato Grosso, Brasil. Pesquisa sobre movimentos sociais, políticas públicas e sociedades locais, relacionando educação, direito e trabalho. Integra o Conselho Municipal de Educação de Sinop.
<http://lattes.cnpq.br/6372806473090946>
E-mail: lucio.lord@unemat.br

Maria Eunice de Souza Maciel

Pós-doutorado pelo Laboratoire D'Anthropologie Sociale (LAS) du Collège de France, Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) et l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) - Paris. Doutoract en Anthropologie Sociale - Université de Paris V (René Descartes). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra as Redes Alimentação e Cultura (nacional) e CORPUS - International Group for the Cultural Studies of the Body e ICAF - International Commission on the Anthropology of Food (Internacionais) e DIAITA - Patrimônio Alimentar da Lusofonia da Universidade de Coimbra.
<http://lattes.cnpq.br/2937021383580285>
E-mail: mesmaciel@uol.com.br

Mauro Meirelles

Doutor em Antropologia Social e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós doutorando e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - São Leopoldo,RS. Participa do Laboratório Virtual e Interativo de Ciências Sociais (LAVIECS/UFRGS) e do Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais (LapCAB/Unisinos). Atua na área de construção e produção de indicadores estatísticos e na elaboração de materiais destinados à Educação a distância e à formação de licenciados em Ciências Sociais.
<http://lattes.cnpq.br/2312933028544934>
E-mail: mauromeirelles@icloud.com

Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS)- RS. Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Democracia e Políticas Públicas. Integra o Núcleo de Pesquisa sobre América Latina - NUPESAL/UFRGS. Atua na área de Ciência Política, com ênfase em Cultura Política e nos temas: juventude, políticas públicas, participação política, democracia e cidadania.
<http://lattes.cnpq.br/4371769396775499>
E-mail: patchavescunha@gmail.com

Inclusão Social

Volume 11 - número 2 - jan./jun. 2018

Sumário

Table of Contents

Editorial	10
Jussara Reis Prá	
Artigos / Articles / Artículos	13
O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres	15
<i>The personal is political: feminist consciousness-raising and women's empowerment</i>	
<i>Lo personal es político: concientización feminista y empoderamiento de mujeres</i>	
Cecilia M. B. Sardenberg	
Conhecimento e espaços de poder: trajetórias da pesquisa acadêmica feminista no Brasil	30
<i>Knowledge and spaces of power: trajectories of feminist academic research in Brazil</i>	
<i>Conocimiento y espacios de poder: trayectorias de la investigación académica feminista en Brasil</i>	
Elena de Oliveira Schuck	
Mujeres empoderadas: de-construyendo los estereotipos sexistas hacia un nuevo paradigma	44
<i>Mulheres empoderadas: desconstruindo estereótipos sexistas em direção a um novo paradigma</i>	
<i>Empowered women: de-constructing sexist stereotypes towards a new paradigm</i>	
Liliana Aída Beatriz Urrutia	
Educar para o empoderamento de meninas: apostas na infância para promover a igualdade de gênero	54
<i>Educating for girls' empowerment: betting on children to promote gender equality</i>	
<i>Educar para el empoderamiento de niñas: apuestas en la infancia para promover la igualdad de género</i>	
Andressa Botton	
Marlene Neves Strey	
As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016)	67
<i>Women in the political field: an analysis of women's candidacies to Brazilian municipal governments (2000-2016)</i>	
<i>Las mujeres en el campo político: un análisis de las candidaturas femeninas a las alcaldías brasileñas (2000-2016)</i>	
Maria Salet Ferreira Novellino	
Maria Luíza Guerra de Toledo	

Mulheres & movimentos – ativismo, empoderamento e espaços de poder	80
<i>Women & Movements - Activism, Empowerment and Power Spaces</i>	
<i>Mujeres y movimientos - activismo, empoderamiento y espacios de poder</i>	
Maria Luzia Miranda Álvares	
Empoderamento das mulheres	101
<i>Women's empowerment</i>	
<i>Empoderamiento de las mujeres</i>	
Maria Helena Santana Cruz	
Rotas de empoderamento das mulheres no contexto dos feminismos, da cidadania e dos direitos humanos	115
<i>Routes of women's empowerment in the context of feminisms, citizenship and human rights</i>	
<i>Rutas de empoderamiento de las mujeres en el contexto de los feminismos, la ciudadanía y los derechos humanos</i>	
Jussara Reis Prá	
Rhaíssa Pagot	

EDITORIAL

Organizar um dossiê sobre o empoderamento das mulheres para a revista *Inclusão Social* é tarefa gratificante. Ao mesmo tempo, é encargo complexo. Complexo, pela impossibilidade de traduzir, em poucas páginas, o espírito de debates assumidos pelos feminismos em escala planetária. Por conta disso, é possível contemplar apenas uma parcela das reflexões dedicadas ao tema. Daí o seu título: “Diferentes olhares sobre o empoderamento das mulheres”.

O dossiê reúne reflexões de estudiosas de distintos campos de conhecimento e oferece uma visão panorâmica das teorias de suas respectivas disciplinas e áreas afins. Desde a perspectiva interdisciplinar, a compilação dos textos resulta de vontades e esforços direcionados a ir preenchendo lacunas de uma complexa pauta de pesquisa e de questões ainda carentes de incorporação em âmbito global, regional e local.

O conjunto de textos visa brindar leitoras e leitores com subsídios para a reflexão sobre o empoderamento das mulheres. Seu mérito, retomar o debate feminista desde autoras procedentes de disciplinas como Antropologia, Ciência da Informação, Ciência Política, Direito, Educação, Engenharia da Produção, Psicologia e Relações Internacionais. Nesse âmbito, o enfoque de gênero perpassa as abordagens sobre a questão do poder com base nos aportes críticos trazidos pelos feminismos a distintas áreas de estudo.

Os oito artigos ilustram a riqueza dos debates

sobre o empoderamento das mulheres. Entre os assuntos tratados, temas relativos aos espaços de conscientização feminista, à conquista da cidadania e dos direitos humanos das mulheres recebem relevo ao lado da discussão sobre o lugar da teoria política feminista no campo acadêmico. Nesse somatório, questões-chave como a da emancipação feminina, da infância, da educação e dos estereótipos sexistas unem-se aos debates sobre a participação associativa e a ingerência de gênero em espaços de poder e representação política.

Os trabalhos expostos, cada um com suas peculiaridades, contribuem para instigar a reflexão e a pesquisa feministas. Nesta linha, os textos deste dossiê devem ser lidos tendo em conta a riqueza de interpretações, de pontos de vista e de contribuições aos estudos sobre o empoderamento das mulheres desde a óptica feminista.

Jussara Reis Prá
Editora Científica

EDITORIAL

*To organize a dossier about women empowerment to the journal **Inclusão Social** is a rewarding assignment. At the same time, it is a complex responsibility. Complex, by the impossibility to translate, in a few pages, the spirit of debates held by the feminisms in a planetary scale. Because of this, it is possible to consider only a portion of the reflections dedicated to the theme. Hence its title: "Different views on women's empowerment".*

The dossier gathers reflections of experts in distinct fields of knowledge and offers a panoramic view of the theories of its disciplines and related areas. Since the interdisciplinary perspectives, the texts compilation results of wills and efforts directed to fill the gaps of a complex research agenda and questions still lacking incorporation at global, regional and local levels.

The set of texts aims to provide the readers subsidies for reflection about women empowerment. Its merit, to resume the feminist debate from authors coming from areas of knowledge such as Anthropology, Information Science, Political Science, Law, Education, Production Engineering, Psychology and International Relations. In this context, the gender perspective permeates approaches about gender question based in the critical contribution brought by the feminisms in distinct study areas.

The eight articles illustrate the richness of debate about women empowerment. Among the covered topics, subjects related to the spaces of feminist awareness, to the citizenship conquest and women human rights receive relief on the side to the discussion about the political feminist theory position in the academic field. In this sum, key issues such as female emancipation, childhood, education, sexist stereotypes join to the debates about associative participation and the gender interference in power spaces and political representation.

The exposed papers, each one with its peculiarities, contribute to instigate the feminist reflection and research. In this line, the texts of this dossier should be read taking into account the richness of interpretations, point of views and the contributions to studies on women empowerment from the feminist optical.

Jussara Reis Prá
Scientific Editor

EDITORIAL

*Organizar un dossier sobre el empoderamiento de las mujeres para la revista **Inclusão Social** es tarea gratificante. Al mismo tiempo, es una incumbencia compleja. Compleja, por la imposibilidad de traducir, en pocas páginas, el espíritu de debates asumidos por los feminismos a escala planetaria. Por eso, es posible contemplar sólo una parte de las reflexiones dedicadas al tema. De ahí su título: "Diferentes miradas sobre el empoderamiento de las mujeres".*

El dossier reúne reflexiones de estudiosas de distintos campos de conocimiento y ofrece una visión panorámica de las teorías de sus respectivas disciplinas y áreas afines. Desde la perspectiva interdisciplinaria, la compilación de los textos resulta de voluntades y esfuerzos dirigidos a ir llenando lagunas de una compleja pauta de investigación y de cuestiones aún carentes de incorporación a nivel global, regional y local.

El conjunto de textos tiene como objetivo brindar lectoras y lectores con subsidios para la reflexión sobre el empoderamiento de las mujeres. Su mérito, retomar el debate feminista desde autoras procedentes de áreas de conocimiento como Antropología, Ciencia de la Información, Ciencia Política, Derecho, Educación, Ingeniería de la Producción, Psicología y Relaciones Internacionales. En ese marco, el enfoque de género atraviesa los enfoques sobre la cuestión del poder con base en los aportes críticos traídos por los feminismos a distintas áreas de estudio.

Los ocho artículos ilustran la riqueza de los debates sobre el empoderamiento de las mujeres. Entre los asuntos tratados, temas relativos a los espacios de concientización feminista, a la conquista de la ciudadanía y de los derechos humanos de las mujeres reciben relieve al lado de la discusión sobre el lugar de la teoría política feminista en el campo académico. En esta suma, cuestiones clave como la emancipación femenina, la infancia, la educación y los estereotipos sexistas se unen a los debates sobre la participación asociativa y la injerencia de género en espacios de poder y representación política.

Los trabajos expuestos, cada uno con sus peculiaridades, contribuyen a instigar la reflexión y la investigación feministas. En esta línea, los textos de este dossier deben ser leídos teniendo en cuenta la riqueza de interpretaciones, de puntos de vista y de contribuciones a los estudios sobre el empoderamiento de las mujeres desde la óptica feminista.

Jussara Reis Prá
Editora Científica

Artigos

Articles / Artículos

O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres

Cecilia M. B. Sardenberg

Pós-Doutorado pelo Institute of Development Studies (IDS) - Inglaterra. Doutora em Antropologia Social pela Boston University (BU) - Estados Unidos. Professora titular de Antropologia do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador, BA – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5848359202151995>

E-mail: ceciliasard@gmail.com

Submetido em:30/09/2017. Aprovado em: 29/11/2017. Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

Na história dos movimentos de mulheres, os grupos de conscientização, reflexão e ação feministas, bem como as oficinas de sensibilização para gênero tiveram – e continuam tendo - papel fundamental no desmonte do patriarcado. Neste trabalho, pretendo resgatar um pouco dessa história, para pensarmos sobre a relevância desses espaços de conscientização e ação coletiva para o empoderamento de mulheres na atualidade. Para tanto, inicio com uma discussão sobre diferentes abordagens no tocante a poder e empoderamento de mulheres, com ênfase nas abordagens que enfatizam os processos de conscientização e ação.

Palavras-chave: Empoderamento de mulheres. Oficinas de autoconscientização feminista. Conscientização e ação coletiva. Movimento feminista. Movimento de libertação das mulheres.

The personal is political: feminist consciousness-raising and women's empowerment

ABSTRACT

In the history of women's movements, feminist consciousness raising and action groups, as well as gender awareness workshops have - and continue to have - a fundamental role in the destruction of patriarchy. In this work, I intend to recover some of this history, to think about the relevance of these spaces of consciousness raising and collective action for the empowerment of women today. To do so, I begin with a discussion of different approaches to power and women's empowerment, with emphasis on approaches that emphasize consciousness-raising processes and collective action.

Keywords: *Women's empowerment. Feminist consciousness-raising groups. Consciousness-raising and collective action. Feminist movement. Women's liberation movement.*

Lo personal es político: concientización feminista y empoderamiento de mujeres

RESUMEN

En la historia de los movimientos de mujeres, los grupos de concientización, reflexión y acción feministas, así como los talleres de sensibilización para el género tuvieron - y siguen teniendo - papel fundamental en el desmonte del patriarcado. En este trabajo, pretendo rescatar un poco de esa historia, para pensar sobre la relevancia de esos espacios de concientización y acción colectiva para el empoderamiento de mujeres en la actualidad. Para ello, empieza con una discusión sobre diferentes enfoques en cuanto a poder y empoderamiento de mujeres, con énfasis en los enfoques que enfatizan los procesos de concientización y acción.

Palabras clave: *Empoderamiento de mujeres. Talleres de autoconciencia feminista. Conscientización y acción colectiva. Movimiento feminista. Movimiento de liberación de las mujeres.*

INTRODUÇÃO

Foi em fins dos anos 60, a partir da experiência dos grupos de conscientização feministas criados como parte do Women's Liberation Movement, nos Estados Unidos, que se forjou a expressão: 'o pessoal é político'. Esses grupos reuniram, originalmente, mulheres ativistas, a maioria de inclinação socialista e autoidentificadas como 'radicais', para discutir questões pertinentes ao "ser mulher" na sociedade americana. Inspirando-se, para tanto, nas técnicas utilizadas por revolucionários chineses conhecidas pela expressão "Falar da Dor" (*Speak Bitterness*) e assim superá-la, as participantes trocavam suas vivências e experiências, constatando que suas relações afetivas e familiares também se caracterizavam como relações de poder nas quais as mulheres se viam em situação de desvantagem (HANISH, 1970; SARACHILD, 1973).

Em pouco tempo, esses grupos se multiplicaram nas principais cidades americanas, passando a congregar, em média, de 6 a 15 mulheres, que se reuniam uma vez por semana, geralmente na casa de uma das participantes, para discutirem temas de seu interesse, tais como sexualidade, maternidade, relações afetivas e de trabalho. A partir da reflexão do grupo sobre essas vivências nas quais se refletia a dominação patriarcal, ações coletivas para o seu desmonte eram então planejadas e levadas a termo, prática que se difundiu por todos os Estados Unidos, sendo posteriormente incorporada ao movimento internacional (FREEDMAN, 2014; FREEMAN, 1975).

O movimento feminista da chamada 'segunda onda' tornou-se, assim, verdadeiramente revolucionário, como um movimento que não apenas renasceu, mas também criou suas estratégias de luta – sua práxis política - a partir da troca de experiências e vivências de mulheres e sua reflexão e ação coletivas (FREEMAN, 1975; MORGAN, 1970; NICHOLSON, 1995).

O processo de socialização das experiências permitiu às mulheres constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas. Veio daí a afirmativa 'o pessoal é político', questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida 'privada'. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias. As relações interpessoais e familiares se caracterizam também como relações de poder entre os sexos e gerações, não sendo 'naturais', mas socialmente construídas e, assim, historicamente determinadas, passíveis de transformação (SARDENBERG; COSTA, 1994). Tal como expresso em um manifesto de 1969, do grupo feminista Redstockings, de Nova Iorque, que tomava a expressão "o pessoal é político" como máxima:

Por ter vivido tão intimamente com nossos opressores, isoladas uma das outras, ficamos impedidas de ver nosso sofrimento pessoal como uma condição política. Isso cria a ilusão de que o relacionamento de uma mulher com seu homem é uma questão de interação entre duas personalidades únicas e pode ser elaborado individualmente. Na realidade, cada tipo de relacionamento é um relacionamento de classe e os conflitos entre homens e mulheres individuais são conflitos políticos que só podem ser resolvidos coletivamente (*Manifesto de Redstockings* em MORGAN, 1970: 533-534).¹

Segundo Carol Hanisch (2006), jornalista autora do texto “The Personal is Political”, no qual a expressão “o pessoal é político” foi usada pela primeira vez, o título veio da parte de Shulamith Firestone e Anne Koedt (1970), organizadoras da coletânea *Notes from the Second Year: Women’s Liberation*, na qual o artigo foi originalmente publicado. Diz Hanisch que seu texto começou como simples *memo* escrito por ela, em fevereiro de 1969, para o grupo de mulheres da Southern Conference Educational Fund (SCEF), em resposta a outro *memo*, escrito por colega de lá que duvidava se o Women’s Liberation Movement era realmente ‘político’, vez que a tal técnica de ‘conscientização’ não passava de uma ‘terapia de grupo’. Conforme contesta Hanisch (1969, p.p.3-4) no artigo original:

A própria palavra ‘terapia’ é obviamente inapropriada se levada a sua conclusão lógica. Terapia assume que alguém esteja doente e que exista uma cura, por exemplo, uma solução pessoal. Para começar, sinto-me muito ofendida só com a idéia de que eu ou qualquer outra mulher precise de terapia. As mulheres foram desempoderadas, não são desajustadas! Precisamos mudar as condições materiais objetivas, não ajustarmo-nos a elas. Terapia implica a noção de que o desajuste é uma alternativa pessoal.

[...]

Então, a razão pela qual eu participo dessas reuniões não é para resolver qualquer problema pessoal. Uma das primeiras coisas que descobrimos nesses grupos é que os problemas pessoais são políticos. Não há soluções pessoais neste momento. Existem apenas ações coletivas para soluções coletivas.

Por certo, essas reuniões dos grupos feministas não se dedicavam à ‘terapia de grupo’, mas à conscientização política – faziam, por assim dizer, “terapia política” (HANISCH, 1969, p.4). Facilitavam a tomada de consciência sobre a situação das mulheres e de fatores que respondem pela nossa subordinação na sociedade, deslançando um processo de conscientização – um processo gradual e doloroso para todas nós, mulheres, mas também profundamente empoderador e transformador, tanto no plano individual quanto coletivo. De fato, acredito que a tomada de consciência é a condição primordial no deslançar do processo de empoderamento, sobretudo quando acontece a partir da troca de vivências e experiências e reflexões coletivas, que levam a uma ação coletiva transformadora (SARDENBERG, 2009).

Falo aqui não apenas a partir de minha experiência, vivenciando esse processo como parte de um grupo de jovens mulheres em meados dos anos 1970, como também por já ter coordenado, como facilitadora em diferentes projetos de intervenção, oficinas de sensibilização que propiciam a conscientização de outras mulheres. Acredito que, na história dos movimentos de mulheres, os grupos de conscientização, reflexão e ação feministas, bem como as oficinas de sensibilização tiveram – e continuam tendo - papel fundamental no desmonte da dominação patriarcal. Neste trabalho, pretendo resgatar um pouco dessa história, para pensarmos sobre a relevância desses espaços de conscientização e ação coletiva para o empoderamento de mulheres na atualidade.

PODER E EMPODERAMENTO DE MULHERES

Creio ser necessário iniciar esta discussão delineando o que se entende aqui por empoderamento, vez que se trata de termo usado amplamente por diferentes agentes e diferentes tradições de pensamento, com conotações e desdobramentos bastante divergentes (SARDENBERG, 2009). Na verdade, não existe consenso quanto ao que venha a ser empoderamento, tampouco no que se refere aos processos e ações que, de fato, contribuem nesse sentido. Para além de simples divergências de cunho teórico-metodológico, porém, tem-se as de ordem política, o que resulta em perspectivas fundamentalmente distintas, até mesmo

¹ A tradução desse texto e todos os demais incluídos neste artigo são de minha responsabilidade.

conflitantes, no que diz respeito ao empoderamento de mulheres (SARDENBERG, 2009; 2015).

Ressalte-se que, tanto como conceito quanto prática, empoderamento tem origens radicais, tendo sido inicialmente utilizado por ativistas feministas para se pensar poder em outras bases, com vistas ao desmonte do patriarcado e transformação da situação das mulheres (AITHAL, 1999; BATLIWALA, 1993; 2007). Posteriormente, tornou-se objeto de teorização, ganhando espaço nas perspectivas teóricas feministas sobre “poder” (ALLEN, 2005). Mais recentemente, porém, o termo foi apropriado nos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo, nesse processo, suas conotações mais radicais ao ser transplantado para um quadro teórico-metodológico e político neoliberal (AITHAL, 1999; SARDENBERG, 2009).

A despeito dos múltiplos usos do termo ‘empoderamento’, contudo, sustento que podemos pensar em duas abordagens distintas, sob as quais se subsumem diferentes conotações do conceito. De um lado, a abordagem que identifico como “empoderamento na perspectiva liberal”, entende empoderamento como apenas um instrumento para o desenvolvimento. Em compasso com os pressupostos e ideais neoliberais, nessa perspectiva a ênfase é colocada no crescimento individual, mas em uma perspectiva atomista, baseada na noção de uma ação racional de atores sociais com interesses próprios (ROMANO, 2002),

Já do outro lado, tem-se a perspectiva do “empoderamento para a libertação”, na qual as relações de poder são vistas como questão central, tomando o empoderamento de mulheres tanto como “processo pelo qual as mulheres conquistam autonomia, quanto como um instrumento para o desmonte das estruturas patriarcais” (SARDENBERG, 2015, p.183). Ressalte-se que essa abordagem enfatiza as articulações e organizações de mulheres e sua ação coletiva, não menosprezando, porém, o importante processo de empoderamento no plano pessoal (SARDENBERG, 2009).

É nessa abordagem “libertadora” que se concentram as perspectivas feministas ditas radicais, para quem esse processo implica “mudanças na distribuição do

poder, tanto no nível das relações interpessoais quanto nas instituições da sociedade” (STROMQUIST, 2002, p.28). No plano pessoal, o empoderamento de mulheres se refere aqui ao processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, enquanto no plano político diz respeito ao desenvolvimento da força política e social das mulheres como um grupo ou minoria. Mas um depende do outro, ambos trabalhando no sentido da libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero patriarcal.

Com efeito, na perspectiva feminista, empoderamento é pensado como uma jornada se desenrolando, gradativamente, com a conscientização e poder coletivo de mulheres. Nessa perspectiva, empoderamento não é entendido como algo que possa ser dado ou repassado para outrem, mas sim, tal como se dava nos grupos de conscientização feministas, como um processo de auto reconhecimento e reconhecimento das desigualdades de gênero, bem como do “direito de ter direitos” e de agir no sentido de provocar mudanças estruturais em prol de uma sociedade mais igualitária (RAI, 2007).

No pensamento feminista, “poder” é o conceito fundamental para se pensar “empoderamento”, contudo, é fato que se trata também de um dos conceitos mais controversos na teoria política e social. Na perspectiva de Max Weber, por exemplo, tem-se a noção do “poder sobre”, ou seja, da noção do poder de uns sobre outros, ao passo que na de Thomas Hobbes, a conotação é de “poder para”, quer dizer, do poder de se obter algum bem futuro (in ALLEN, 2005, p.1). As duas posições se manifestam também no pensamento feminista, todavia a questão do poder não tem sido necessariamente básica para todas as diferentes perspectivas feministas (OUTSHOORN, 1987, p.25). Na verdade, a noção de que mulheres constituem uma categoria oprimida tem sido geralmente associada com o feminismo radical, sobretudo com o conceito de ‘patriarcado’. Foi com esse conceito que a opressão da mulher começou a ser entendida como “estruturalmente intrincada em leis e instituições” (OUTSHOORN, 1987, p.27), e não apenas como uma questão de atitudes e comportamento individual.

Uma cientista política da Leiden University (Bélgica), Joyce Outshoorn (1987, p.p. 27-28), argumenta que o paradigma dominante da opressão, no qual as mulheres são vistas como “vítimas, dominadas e impotentes”, começou a se desintegrar no final da década de 1970. Segundo ela, vários fatores contribuíram para tanto, mais notavelmente, mudanças nas noções dominantes de “poder”, com destaque para a mudança de ênfase que decorreu das noções de “poder sobre” para “poder para”, isto é, para uma noção de “poder habilitador”. Para Outshoorn, a mudança em nível teórico trouxe duas respostas distintas. Em abordagens feministas radicais, tornou-se um meio de romper com a visão unidimensional da determinação estrutural, acrescentando a ideia de “resistência” à opressão, proposta por Foucault, para quem a “resistência” era o inevitável companheiro de poder. De acordo com Outshoorn (1987, p.28), isso, por sua vez, levou a uma tendência feminista radical de dicotomizar a história por meio da redução das experiências e do comportamento das mulheres, em qualquer categoria, à resistência ou à revolta.

Uma resposta diferente ocorreu em círculos políticos progressistas, tendo por base a ideia de poder como algo que se poderia possuir e que, portanto, “se os homens têm poder, então as mulheres devem tentar obtê-lo também, para mudar a sociedade” (OUTSHOORN, 1987, p.28). Essa noção foi posteriormente incorporada na perspectiva neoliberal, de sorte que “[...] o poder tornou-se algo que se poderia aprender a operar; um tópico popular para o último ramo da versão feminista da indústria de crescimento pessoal e treinamento de assertividade” (OUTSHOORN, p.29).

Segundo a filósofa e professora da Pennsylvania State University Amy Allen (1999; 2005), podemos pensar atualmente em três grandes abordagens feministas ao poder. A primeira toma “poder como recurso”, tal como indicado também por Outshoorn, estando relacionada ao pensamento feminista liberal. Nessa perspectiva, o poder é considerado um bem social positivo, mas que é distribuído de forma desigual entre homens e mulheres.

Assim, o objetivo da ação feminista liberal é redistribuir esse recurso para que as mulheres tenham poder igual ao dos homens (1999, p.8). Contudo, essa abordagem trata o poder como coisa que se possui, em vez de vê-lo como algo relacional, deixando também de esclarecer os contextos mais amplos, sociais, institucionais e estruturais que moldam as relações de poder interpessoais. Mas o problema maior é que nessa abordagem poder é concebido como algo estático, como um padrão de distribuição, como algo cristalizado e não como um processo, como interação, como ação, noções importantes para se pensar em transformação.

A perspectiva de “poder sobre” corresponde à segunda abordagem principal do poder na teoria feminista, que Amy Allen denomina “poder como dominação”, reconhecendo quatro perspectivas distintas dentro desta abordagem mais ampla: a) “fenomenológica”; b) “radical”; c) “feminista socialista”; e d) “pós-estruturalista”. A influência do pensamento de Foucault sobre o poder se manifesta, sobretudo na última abordagem. Embora esteja fora do alcance deste artigo discutir a análise de Foucault sobre o poder e sua relevância para a teoria feminista, bem como tecer maiores considerações sobre feminismo e pós-estruturalismo, é oportuno aqui trazer alguns pontos em comum que encontraram eco no pensamento e na análise feminista. O mais importante é precisamente a centralidade do poder no pensamento de Foucault e sua noção de poder como uma “relação de força” que circula em todos os âmbitos da vida social (FOUCAULT, 1978, p.93).

Paralelamente à sua visão dos “micropoderes” - do poder que flui em toda a vida social - a análise de Foucault traz apoio à noção de que “o pessoal é político” apresentado pelo feminismo ocidental da segunda onda (MOSEDALE, 2003, p.7). Da mesma forma, a noção de poder de Foucault como força produtiva, bem como suas discussões sobre o “poder disciplinar”, têm sido fundamental para a análise feminista da internalização da ideologia patriarcal pelas mulheres e da criação de “corpos domesticados” femininos.

Note-se, porém, que o pensamento de Foucault sobre poder também tem sido objeto da crítica feminista. Segundo a filósofa marxista-feminista Nancy Hartsock (1987b), por exemplo, Foucault discute o poder na perspectiva do “colonizador”, logo, não pode formular uma teoria de poder de fato útil para as mulheres. Para ela, Foucault não aborda as relações estruturais de desigualdade e dominação da perspectiva dos/as dominados/as. Hartsock afirma (em que eu concordo) que, como feministas, precisamos conceituar o poder a partir da perspectiva das mulheres; precisamos de uma teoria do poder para as mulheres. Ao fazê-lo, precisamos ver o poder como “capacidade ou habilidade”, especificamente, a capacidade de transformar a nós mesmas e o mundo que nos cerca. Precisamos pensar em um “poder transformador” e nos empoderar.

De acordo com Hartsock, essa compreensão do poder é “energia e competência em vez de dominância”, é um entendimento que nos remete a Hannah Arendt e sua discussão sobre “autonomia comunitária e coletiva”. Isso também nos remete a ideia do “poder com”, ou seja, de uma habilidade coletiva baseada em relações de reciprocidade entre membros de um grupo. Para Hartsock, a análise do poder como capacidade ou como “empoderamento” é uma teoria feminista do poder, pois aponta para direções mais libertárias. Em suas palavras:

Devemos, portanto, distinguir entre teorias de poder sobre mulheres - teorias que podem incluir a subjugação das mulheres como outra variável a ser considerada; e teorias do poder para as mulheres - teorias que começam a partir da experiência e do ponto de vista dos dominados. Tais teorias dariam atenção não só às formas como as mulheres são dominadas, mas também às suas capacidades, habilidades e pontos fortes. Em particular, essa teoria usaria essas capacidades como guias para uma potencial transformação das relações de poder - isto é, para o empoderamento das mulheres como um grupo, não apenas como mulheres. Pode-se pensar em casos semelhantes para outros grupos marginalizados (HARTSOCK, 1987b, p.99).

Argumenta a filósofa feminista Monique Deveaux (1994), da University of Guelph, no Canadá, que o tratamento do poder em Foucault obscurece as experiências pessoais por trás do ativismo.

O envolvimento em ações transformadoras também propicia empoderamento pessoal, algo que a análise de poder de Foucault nos impede de ver ou conceitualizar, da mesma forma que não nos oferece instrumentos de análise no que diz respeito a situações em que o objetivo não é agir sobre outro em uma relação de poder, ou resistir às tentativas de conduta governante ou a manifestação local de poder, referindo-se, ao invés, a esforços cooperativos voltados tanto para a transformação política, quanto para o empoderamento pessoal ou a conscientização. Segundo Deveaux (1994, p.242): “A teoria de Foucault dá pouca margem para um relato dos processos envolvidos no desenvolvimento de capacidades pessoais e coletivas para o ativismo político. O empoderamento não é simplesmente algo a ver com ações sobre agentes em uma relação de poder e, portanto, não pode ser entendido dentro dos limites dessa análise.”

Note-se que a noção de “poder como empoderamento” representa a terceira abordagem feminista do poder reconhecida por Amy Allen (2005; 1999). Argumenta essa autora que tal abordagem se desenvolveu como resultado das limitações do “poder como recurso” e “poder como dominação” em lidar com o poder que as mulheres podem exercer mesmo em sociedade dominada por ordem patriarcal:

As feministas que conceitualizam o poder como empoderamento, naturalmente, reconhecem que, nas sociedades patriarcais, os homens estão em posição de domínio sobre as mulheres; mas elas optam por se concentrar em uma compreensão diferente do poder: o poder como a capacidade de capacitar e transformar-se, de transformar os outros e o mundo (ALLEN, 1999, p.18).

Srilatha Batliwala (1994, p.131), renomada socióloga indiana, conhecida por suas reflexões sobre o empoderamento de mulheres, defende que esse processo envolve o questionamento das relações patriarcais, o que, por sua vez, exige que as mulheres primeiro “reconheçam a ideologia que legitima a dominação masculina e compreendam como ela perpetua sua opressão”. Ademais, diz ela, “as mulheres devem estar convencidas de seu

direito inato à igualdade, dignidade e justiça” (1994, p.132). Ressalta, porém, que esse processo de mudança não começa “espontaneamente da condição de subjugação”, precisando muitas vezes ser induzido externamente. Aqui, então, as organizações de mulheres desempenham papel fundamental em reunir as mulheres para o seu “empoderamento mútuo”.

Juntamente com outras feministas do Sul (LEÓN 2001, por exemplo), Batliwala afirma que o conceito de empoderamento assim concebido é um contributo das chamadas Feministas do Terceiro Mundo, emergindo como parte de suas tentativas de articular o pensamento feminista com os princípios de educação popular, como explicitado na “Pedagogia dos Oprimidos” de Paulo Freire (BATLIWALA, 1994, p.127). Elas também reconhecem o contributo do pensamento de Gramsci, particularmente em relação à importância de elaborar mecanismos participativos para a construção de instituições mais justas e não exploradoras. E lembram ainda, tal como Bruera e González (2006, p.69), que o termo empoderamento foi usado pela primeira vez na década de 1960 no Movimento de Direitos Civis nos Estados Unidos, tendo sido apropriado por feministas na década de 1980.

Eu acrescentaria que essa conceitualização do empoderamento também está alinhada com as noções básicas dos grupos de conscientização dos feminismos ocidentais de segunda onda, aqui sob análise, que proporcionaram forma e conteúdo ao trabalho político-pedagógico desenvolvido pelos educadores populares (SARDENBERG, 2011).

Para Batliwala (1994, p.128), embora o conceito de empoderamento tenha essas raízes, foi mais bem articulado apenas em meados da década de 1980, particularmente por feministas ligadas a DAWN/MUDAR. De especial atenção foi o documento da plataforma “Desenvolvimento, Crises e Visões Alternativas”, de Gita Sen e Caren Grown (1987), preparado e distribuído pela DAWN em oficinas nas quais cerca de 15 mil mulheres participaram no Fórum de ONG da III Conferência Mundial das Mulheres,

realizada em Nairobi em 1985. Nesse trabalho, as autoras também formularam propostas alternativas de mudança, trazendo uma visão do empoderamento de mulheres com base na ação coletiva. Sublinharam que o caminho para o empoderamento das mulheres tem que ser pavimentado por transformação estrutural, através de ações que promovam mudanças radicais nas instituições de dominação patriarcal. Mais importante ainda, elas enfatizaram que o empoderamento de mulheres deve ser pensado e articulado não apenas em termos de desigualdades de gênero, mas também em termos de desigualdades de classe, raça, etnia e outros determinantes sociais entre as mulheres, bem como das posições desiguais do Norte e do Sul na arena global (SEN; GROWN, 1987).

Vale lembrar que o documento da DAWN/MUDAR, mais tarde publicado como livro, ganhou forte popularidade - e não apenas entre as feministas do Sul. O livro popularizou o termo “empoderamento”, que levou a sua eventual apropriação - ou apropriação indevida - por agências bilaterais. Contudo, a noção de empoderamento que essas agências propagam difere consideravelmente do seu significado original no pensamento feminista. Como se viu, há ambivalências, contradições e paradoxos nos usos do conceito, como é frequentemente usado como substituto da integração, participação, identidade, desenvolvimento e planejamento e quase nunca com referência às suas origens emancipadoras (LEÓN. 1997).

De fato, em artigo bastante desafiador, a filósofa americana Ann Ferguson (2004:01), da University of Massachusetts, assim pergunta: “O desenvolvimento pode criar o empoderamento e a libertação das mulheres”? Ela observa que, “como objetivo geral, o empoderamento foi descrito como um processo político e material que aumenta o poder individual e grupal, a autossuficiência e a força”. No entanto, ela argumenta, “há duas maneiras de definir o empoderamento”. A primeira, aqui associada ao “empoderamento liberal”, define-o como um processo em que os indivíduos se envolvem para ter acesso aos recursos, a fim de

alcançar resultados em seu próprio interesse. Para isso, “mudanças econômicas, legais e pessoais seriam suficientes para que os indivíduos se empoderassem, sem que para tanto fosse necessária a organização política dos coletivos em que esses indivíduos estão situados”. A segunda maneira de pensar sobre o empoderamento é mais voltada para ações coletivas, enfatizando o aumento “do poder material e pessoal que ocorre quando grupos de pessoas se organizam para desafiar o status quo através de algum tipo de auto-organização do grupo” (2004, p.1). Essa compreensão do empoderamento, aqui denominada “empoderamento para a libertação”, é uma perspectiva compartilhada pela maioria das feministas latino-americanas que abordam questões de poder/capacitação (SARDENBERG, 2009).

É certo que, embora deslanchado coletivamente, ou por agentes externos, o processo de empoderamento é também um processo de transformação pessoal. E, como bem observa Gaul Rabia Ali, jovem antropóloga paquistanesa, trata-se de uma “jornada íntima e contínua de mudança pessoal e autoconsciência, que envolve negociações constantes e sofrimento” (2013, p.1). Nesse plano o empoderamento acontece quando mulheres desejam, lutam por e conseguem trazer mudanças substantivas nas relações de poder em todos os âmbitos de suas vidas, sendo que, para tanto, é necessário que elas tenham consciência de sua posição de desvantagem em determinado contexto social. Trata-se de processo de crescente ‘agenciamento’, no qual poder e subordinação estão sendo constantemente negociados, e no qual as relações de poder são questionadas pela renegociação de regras e responsabilidades (*ibid.*: p.3). É uma jornada relacional, contextualizada e que demanda muito de nós (*ibid.*: p.15); trata-se de um processo que leva à construção de um “poder de dentro”, identificado com o crescimento da autoestima, fator central no empoderamento pessoal.

Podemos, então, resumir as perspectivas feministas sobre as distintas formas de poder como faz a socióloga Sarah Mosedale (2005, p.249), a quem

tomo a liberdade de parafrasear, a saber: *poder sobre* – como no caso de A tem poder sobre B, referindo-se à dominação, subordinação, dominação/resistência; *poder de dentro* - que se refere à autoestima, autoconfiança; *poder para* - em relação à capacidade para fazer algo; trata-se do poder que alarga os horizontes do que pode ser conquistado por uma pessoa, sem necessariamente estreitar, invadir, os limites de outra pessoas (ex., aprender a ler); *poder com* - o poder solidário, que se compartilha numa ação coletiva.

A noção de empoderamento pensada por feministas implica mais o *poder de dentro*, o *poder para* e o *poder com*, ou seja, as formas de poder que podem ser exercidas por mulheres, mesmo em uma situação de patriarcado. Não por acaso, como observa a cientista política indiana Shirin Rai (2002, p.134), as feministas têm usado o termo empoderamento em preferência a poder por muitas razões, destacando-se, dentre elas: a) o maior foco nos oprimidos, ao invés de nos opressores; b) a ênfase em “poder para” em vez de começar com “poder sobre” e, portanto; c) sua insistência no “poder como algo que capacita, como competência no lugar de dominação”. E podemos acrescentar, no “poder com”, aquele exercido nas ações coletivas, transformadoras (SARDENBERG, 2009).

GRUPOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

É importante lembrar que romper com as amarras dos condicionamentos da dominação patriarcal e, em especial, com a subordinação, não é algo instantâneo, ou que se processe de forma linear, mas sim resultado de processo gradual, muitas vezes prenhe de incertezas e contradições. Ademais, ainda que esse processo possa ser desencadeado individualmente, a partir da leitura, por exemplo, é certamente muito mais eficaz quando se desenrola coletivamente. Nesse tocante, em depoimento sobre sua experiência em um grupo de conscientização, a socióloga feminista Vivian Gornick, autora de vários livros, assim se expressou:

“Fiquei no meio da minha própria experiência, girando e girando, em todas as direções. Vi uma sala cheia de mulheres, também virando e girando ... É um momento de alegria, quando um número suficientemente grande de pessoas é galvanizado por uma explicação social de como suas vidas tomaram forma e elas estão reunidas [...], falando a mesma língua, fazendo a mesma análise, reunindo-se repetidas vezes ... pelo prazer de elaborar a visão e repetir a análise”.(apud FREEDMAN, 2014, p.4)

Katie Sarachild (1973), membro do grupo feminista New York Radical Women, um dos primeiros a trabalhar com esse método de conscientização, relata como se desenrolou esse tipo de abordagem. Dois objetivos guiavam as reflexões e ações do grupo: por um lado, como radicais, as integrantes do grupo queriam chegar às raízes da subordinação das mulheres na sociedade e, de outro, se propunham a deslanchar amplo movimento de mulheres para pôr fim a essa situação. Acreditavam que, para tanto, seria necessário desenvolver estudos para conhecer em maior profundidade a condição das mulheres, em vez de desenvolverem ações aleatórias, sem maiores fundamentos. Em uma ocasião, o grupo discutia justamente qual seria sua próxima ação, quando Ann Forer, uma das integrantes, declarou: “Acho que ainda temos muito a fazer no sentido da nossa conscientização.” E prosseguiu: “Eu estou apenas começando a pensar as mulheres como um grupo oprimido. E, cada dia, estou aprendendo mais sobre isso – meu grau de conscientização aumenta” (Apud SARACHILD, 1973, p.144).

A discussão que se seguiu levou à decisão de se reunirem dali em diante para se aprofundarem na questão da ‘conscientização’, discutindo tópicos sobre infância, trabalho, maternidade, etc., a partir da própria experiência.

Conforme enfatiza a escritora anarco-feminista norte-americana Alix Kates Shulman (1980, p.594), a conscientização nesses grupos não era uma “técnica para fazer as pessoas se sentirem melhores em relação a si mesmas ou para curar seus problemas pessoais”, mas, sobretudo, uma “ferramenta política”. Argumenta Shulman que, até então, os ‘especialistas sobre mulheres’ tinham sido homens, que “se beneficiaram de perpetuar certas ideias”. Eram, portanto, suspeitos.

Para entender melhor a situação das mulheres na sociedade, tornava-se então necessário partir da própria experiência e sentimentos das mulheres:

“Queríamos entender a verdade sobre como as mulheres se sentiam, como víamos nossas vidas, o que nos foi feito e como funcionávamos no mundo. Não como devíamos nos sentir, mas como realmente nos sentíamos. Este conhecimento, obtido através de um exame honesto de nossa própria experiência pessoal, agrupar-nos-ia para nos ajudar a descobrir como mudar a situação das mulheres. Essas primeiras reuniões foram como discussões transformadoras da vida porque nosso objeto era justiça para todas as mulheres. Tivemos que dizer a verdade; tudo dependia disso. Nós íamos mudar o mundo” (SHULMAN, 1980, p.p.594-595).

Loretta Ross, cofundadora e ex-coordenadora Nacional do Coletivo de Justiça Reprodutiva das Mulheres de Cor, descreve como as histórias narradas nos grupos de conscientização contribuíram também para a criação de uma cultura feminista, estreitando ainda mais as relações entre mulheres:

“Podemos ter mais formalmente chamado de “conscientização”, mas, em essência, contávamos histórias para nos reivindicar e a nossa humanidade. Criamos uma cultura feminista com essas histórias, não através de narrativas de lógica e estrutura, mas criando instantâneos verbais das experiências vividas das mulheres. Não precisamos contar a mesma história para ressoar umas com as outras. Cada história foi única, mas o ato de contar nossas histórias criou vínculos fortes entre mulheres diversas que trabalharam juntas para mudar nossas realidades.” (apud FREEDMAN, 2014, p.3).

Com efeito, nesses grupos era possível pensar coletivamente como gênero e processos de subordinação das mulheres eram reproduzidos e se manifestavam em nossas vidas – e como seria uma sociedade mais justa. Os grupos criavam um espaço aberto e acolhedor para que as mulheres pudessem falar de sua vida e questionar as tradições e visões patriarcais sobre o ser mulher, até mesmo as próprias, destrinchando suas raízes sociais e possíveis formas de erradicá-las.

Minha experiência em um grupo de conscientização se deu nos Estados Unidos, no início dos anos 1970, experiência essa fundamental para a minha tomada de consciência sobre a força do patriarcado e meu engajamento, até hoje, nos movimentos feministas.

Na primeira reunião que participei, discutia-se violência sexual. Eu nunca havia falado sobre isso antes, mas impulsionada pelos depoimentos das mulheres ali presentes, consegui relatar uma experiência que há muito escondera de mim mesma. Foi quando eu ainda era uma menina de apenas 12 anos e um estranho, escondido na entrada de uma vilinha perto da minha casa, em São Paulo, me chamou para vê-lo se masturbando. Eu corri para casa morrendo de medo e de vergonha, porque havia olhado para o pênis do assediador, como se a culpada por tudo isso fosse eu. Discorrendo sobre esse fato na reunião e constatando como esse tipo de assédio sexual é comum nas sociedades patriarcais, tendo algo semelhante acontecido com outras participantes do grupo, pude por fim 'me perdoar' por algo que eu não tinha culpa e por não ter tido a coragem de denunciar o ocorrido, para tirar o verdadeiro culpado das ruas. Ponto para a minha autoestima, ponto para o meu processo de conscientização e, em tempo, para ações coletivas de combate à violência contra mulheres.

Com efeito, é bom lembrar que a troca de vivências e experiências sobre violência nesses grupos levou à constatação de que a violência doméstica contra mulheres e meninas é fenômeno muito maior e com raízes mais profundas do que se imaginava. Não por acaso, dos grupos de conscientização surgiram as Casas Abrigo, Centros de Atendimento a vítimas de estupro (Rape Crisis Centers) e grupos de apoio para mulheres em situação de violência, ou seja, da reflexão coletiva surgiram ações transformadoras, de apoio a mulheres (DOBASH; DOBASH, 1992). Podemos assim dizer que se caminhou tanto no sentido do empoderamento pessoal quanto do coletivo, criando-se condições para o enfrentamento da violência contra mulheres.

Da mesma forma, a troca de experiências sobre sexualidade, gravidez e parto, contracepção, esterilização, aborto, masturbação, doenças sexualmente transmissíveis e outras questões dessa ordem, em grupos de conscientização em Boston, acabou levando à extensa pesquisa, cujos resultados foram publicados originalmente em 1970, em linguagem clara e sem jargões, no livro *Our Bodies Ourselves*, pelo Boston Women's Health Book Collective (1970). Mesmo sem distribuição

comercial, foram vendidas mais de 230.000 cópias da obra, logo no primeiro ano, sendo esse trabalho descrito pela historiadora feminista Linda Gordon (2008), professora da New York University, como "a contribuição feminista mais valiosa para o mundo." Falando sobre o sucesso internacional desse livro, hoje já traduzido para várias línguas e com cerca de 4 milhões de cópias, Linda Gordon (2008) ressaltou que:

O conteúdo radical do livro teria sido inconcebível sem o contexto dos direitos civis / nova esquerda/ feminismo. O livro incluía uma crítica de esquerda da medicina em uma economia corporativa. Desenhos gráficos detalhados de genitais, com pêlos púbicos e a variedade de hímens que diferentes mulheres podem ter; uma discussão do sexo que apresentou heterossexualidade, lesbianismo, masturbação e celibato como igualmente saudáveis; uma seção sobre o aborto que disse às leitoras onde iriam para obtê-lo, então ilegalmente em Massachusetts ou legalmente no exterior, e estimou os custos dessas opções - este não era o seu folheto político de esquerda padrão.

Destaque-se que o grupo originalmente responsável, o Coletivo de Saúde de Mulheres de Boston, sediado em Cambridge, Massachusetts, foi um dos que obtiveram maior sucesso e continuidade nos Estados Unidos. Esse grupo liderou o movimento de saúde da mulher e direitos reprodutivos nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980, desenvolvendo práticas de autoconhecimento do corpo e levantando questionamentos às práticas médicas e jurídicas estabelecidas que têm historicamente roubado, das mulheres, a autonomia e direitos sobre o próprio corpo. Muitas das campanhas hoje divulgadas, inclusive por órgãos governamentais em todo o mundo (como é o caso da campanha do exame preventivo, atualmente endossada pelo Ministério da Saúde no Brasil), têm origem nos movimentos de saúde da mulher, encabeçadas por grupos semelhantes ao Coletivo de Saúde das Mulheres de Boston (SARDENBERG, 2011).

Sabe-se que, no Brasil, os primeiros grupos de reflexão feministas surgiram no Rio de Janeiro e São Paulo no início dos anos 1970, caracterizando-se, então, apenas como grupos de mulheres intelectualizadas, que se reuniam para leitura e reflexão conjunta sobre textos produzidos

por feministas no exterior. As reuniões eram secretas, dada a repressão política instalada no país em 1964. A partir de 1975, entretanto, com a proclamação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas, novos grupos começaram a se formar, como grupos de reflexão e ação feministas (SARDENBERG; COSTA, 1993).

Por incorporar, sobretudo, mulheres ligadas ou que se identificavam, de uma maneira ou de outra, com os movimentos sociais, muitos dos grupos passaram a desenvolver um trabalho com grupos de mulheres dos setores populares. Nesse sentido, incorporaram às práticas dos grupos de conscientização feministas metodologias e técnicas desenvolvidas pela Igreja (principalmente nas Comunidades Eclesiais de Base) e outras organizações não governamentais para o trabalho com os setores populares (SARDENBERG, 2011).

OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA GÊNERO

Cabe aqui lembrar que, para questionar sua situação subordinada, é necessário que as mulheres se conscientizem da existência de uma ideologia dita patriarcal, legitimadora da dominação masculina. Como ressalta Srilatha Batliwava (1994, p.131): “as mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça.” A “conscientização” das mulheres, portanto, é um passo fundamental, haja vista que a demanda para mudar não nasce “naturalmente” dentro de uma condição de subordinação. O que implica dizer que, nessas circunstâncias, o processo de empoderamento deve ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente.

Atualmente, fala-se muito de empoderamento de mulheres em programas e projetos de desenvolvimento. Todavia, em grande parte desses projetos, o modelo subjacente é o aqui identificado anteriormente como o

do ‘empoderamento neoliberal’, que coloca ênfase, sobretudo, em suposta ‘autonomia econômica’, como se participação em projetos de geração de renda fosse, por si só, uma atividade ‘empoderadora’. Ora, vários estudos têm demonstrado que, sem um processo paralelo de conscientização e de incentivo a ações coletivas, transformadoras, não se pode falar de empoderamento, pelo menos não em uma perspectiva ‘libertadora’ (CORNWALL, 2014; SARDENBERG, 2009).

É, pois, nessa direção que as técnicas desenvolvidas nos grupos de conscientização feminista da Segunda Onda têm servido de modelo para a organização de oficinas de sensibilização para gênero em diferentes programas e projetos voltados para mulheres das camadas populares. Trago aqui como exemplo minha experiência de trabalho no Programa de Valorização da Mulher, no Projeto Ponto Novo, trabalho realizado por uma equipe do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), com grupos de mulheres da zona rural no semiárido baiano. Desenvolvido nos anos 2000 e 2001, esse programa teve como objetivo sensibilizar comunidades rurais circunvizinhas à Barragem de Ponto Novo, no Estado da Bahia, para questões relativas às relações sociais de gênero, no sentido da promoção social da mulher.²

² O Programa foi desenvolvido pela equipe do NEIM com a intervenção da organização não governamental GEMDER - Gênero, Mulher e Desenvolvimento Regional, como parte das atividades do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH), desenvolvido pela Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), com recursos do Governo do Estado e Banco Mundial. O Programa de Valorização da Mulher foi implantado no Reassentamento Ponto Novo e em 03 (três) comunidades do entorno da Barragem de Ponto Novo, quais sejam: Várzea Grande, Sítio do Meio e Lagedinho. Envolveu também atividades de assessoria e acompanhamento da equipe técnica no desenvolvimento de ações na perspectiva de gênero; seminários de Sensibilização para Mulheres e oficinas de sensibilização para Gênero e Cidadania com grupos produtivos de mulheres; seminários de Sensibilização em Gênero para Homens, com a participação de cerca de 178 homens das comunidades envolvidas. Desenvolvemos também oficinas com jovens da região, além de produzirmos cartilhas sobre saúde, cidadania e direitos das mulheres para distribuição nas comunidades trabalhadas (SARDENBERG, 2016).

O projeto surgiu por exigência do Banco Mundial, que seguia as recomendações da Plataforma de Ação de Beijing, como também em virtude da destruição das hortas cultivadas pelas mulheres no entorno do que veio a se tornar a Barragem de Ponto Novo. Isso implicou o desaparecimento de fontes de emprego e de renda para as mulheres, ocasionando não apenas o empobrecimento das famílias atingidas, mas também um desequilíbrio maior nas relações de poder entre homens e mulheres, ao torná-las economicamente mais dependentes de seus companheiros. Ademais, no Reassentamento de Ponto Novo, o desequilíbrio se verificou também em virtude dos efeitos da dominação patriarcal na titulação das propriedades. A tendência a se colocar o título da propriedade sempre em nome do marido, mesmo em instâncias nas quais a mulher era a “agregada” e, portanto, a quem era “de direito” ter a propriedade da terra e das casas, desvalorizou – ou mesmo ‘desempoderou’ – as mulheres. Era, pois, necessário trabalhar no sentido de deslanchar um processo de empoderamento visando aumentar a autoestima das mulheres – ou seja, o “poder de dentro” – e, ao mesmo tempo, criar condições para que obtivessem maior autonomia econômica, organizando também as mulheres para ações coletivas.

Para tanto, trabalhamos com o cerca de 200 mulheres de quatro diferentes comunidades, desenvolvendo oficinas sobre “Gênero e Cidadania”, com grupos de 6 a 10 mulheres cada, realizadas em encontros mensais. Com o intuito de formar grupos produtivos e, ao mesmo tempo, trabalhar o “poder de dentro”, ao lado do “poder com” e do “poder para”, nos voltamos, inicialmente, para questões de valorização do trabalho das mulheres, com destaque para a oficina dos “Usos do Tempo”, na qual se registravam as atividades por elas desenvolvidas em um dia comum. Um grande relógio desenhado em papelão, mas com ponteiros móveis, era colocado no chão, as mulheres se sentavam conosco ao redor e descreviam as atividades desempenhadas por cada uma delas ao longo do dia.

Na socialização e discussão das atividades registradas em cada grupo, observou-se que embora houvesse variação no que tange ao horário específico de realização das tarefas a seu encargo, de modo geral, as mulheres das comunidades atendidas trabalhavam em média de 12 a 14 horas por dia, vendo-se empenhadas em amplo rol de tarefas, às vezes realizadas simultaneamente. Observou-se ainda que várias das mulheres também estavam engajadas em algum tipo trabalho remunerado “fora de casa”, o que implicava tripla jornada de trabalho para elas: atividades reprodutivas e produtivas no âmbito da família, além de trabalho remunerado. Isso explica o pouco tempo que lhes restava para o lazer. Este se restringia quase que tão somente a assistir novelas na televisão, muitas vezes enquanto realizavam alguma tarefa doméstica (costurar, passar roupa, etc) simultaneamente. Para as jovens solteiras, existia também a possibilidade de ir para a praça conversar com as amigas. Ficou patente, porém, que a carga mais pesada recaía nas jovens casadas, com filhos pequenos, que não tinham com quem dividir as tarefas domésticas.

A socialização do trabalho dos grupos nos permitiu, enquanto facilitadoras, ressaltar para a reflexão e ação coletiva: a importância do trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico; a invisibilidade do trabalho doméstico e, conseqüentemente, seu não reconhecimento enquanto trabalho pela família e pela sociedade em geral; a contribuição do trabalho doméstico na constituição da renda familiar a partir da identificação dos custos (preço) destas atividades quando realizadas no mercado de trabalho; e o trabalho das mulheres na roça, a importância da sua participação nas chamadas atividades produtivas.

Para trabalhar a conscientização em torno do “poder com” e “poder para”, noções fundamentais para o trabalho produtivo dos grupos e a organização de ações coletivas, introduzimos a dinâmica “Construindo um Carro de Boi”, voltada para a questão da organização e associativismo entre mulheres. Com tal intuito, solicitou-se a ajuda de duas das participantes para que indicassem as peças básicas que compõem um carro de boi,

arregimentando-se, dentre as demais mulheres, voluntárias para representarem essas peças, na construção imaginária do carro de boi. Após a montagem do carro, a facilitadora ia retirando “peças” da estrutura e perguntando o que aconteceria com esse carro na ausência de cada peça. Dessa maneira, procurou-se incentivar a discussão sobre a importância de cada uma na organização do trabalho em grupo, bem como ressaltar a questão da solidariedade, do compromisso, da responsabilidade e da confiança na constituição de qualquer atividade coletiva a ser desenvolvida pelas mulheres.

Cabe ressaltar que embora nossa equipe não tenha tido a oportunidade de acompanhar de perto os desdobramentos desse trabalho de conscientização nos grupos, sabemos que foram criados grupos produtivos de mulheres nessas comunidades, a maioria deles obtendo sucesso. Melhor ainda: durante a II Conferência Estadual de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia, realizada em Salvador em 2007, tivemos a alegria de encontrar algumas mulheres dessas comunidades – uma inclusive como “vereadora” – que participavam do importante evento como delegadas, representando seus municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante ao desmonte do patriarcado, diz bem Srilatha Batliwala (1994, p.132) ao afirmar: “A sociedade só é forçada a mudar quando mulheres estão mobilizadas e pressionando para a mudança.” Portanto, é certo que o processo de empoderamento deve se apoiar em um processo de conscientização e organização de mulheres para ações coletivas.

Os grupos de conscientização e ação da Segunda Onda funcionaram nesse sentido, sendo também possível nas oficinas de sensibilização para gênero, com o apoio do grupo e de uma facilitadora, desencadear o desenvolvimento de uma consciência crítica que mobilize as mulheres para a ação. Ressalta Batliwala, aliás, que a ação também conduz ao empoderamento. Nesse sentido, o processo de empoderamento não pode ser caracterizado como

linear, mas sim como espiral. Para ela, a espiral do empoderamento afeta todo mundo: o indivíduo, a facilitadora, o coletivo, a comunidade. Nas suas palavras: “Conscientizando, identificando áreas para mudança, planejando estratégias, atuando para mudança, e analisando a ação e os resultados que levam a estágios mais elevados de conscientização e a ações mais pontuais” (BATLIWALA, 1994, p.132).

Vale aqui lembrar que os avanços tecnológicos no campo das comunicações criaram espaços importantes para que esse processo se desenrole também ‘virtualmente’. As redes sociais, a exemplo do Orkut, Twitter e Facebook, têm se prestado como *sites* importantes de encontros virtuais e ‘conscientização’. Como ressalta Tracy Kennedy (2007), estudiosa da questão: “a internet é tanto um *site* de conscientização para a Terceira Onda como o encontro com *especulum* na sala de estar de alguém foi na Segunda Onda”. Para ela, os *blogs* e as redes sociais têm funcionado no sentido de uma “conscientização virtual feminista”, na medida em que facilitam uma interação relativamente próxima entre mulheres para trocarem vivências/experiências e, assim, abrem espaço para a articulação e organização de mulheres no sentido de uma transformação social.

Com efeito, muitas manifestações feministas são hoje articuladas por meio das redes sociais, a exemplo da chamada “Primavera das Mulheres”, com as marchas realizadas por todo o país em fins de 2015, lideradas por feministas em protesto ao PL 5.069/2013 (que criava toda sorte de dificuldades no atendimento às mulheres que sofreram violência sexual). Da mesma forma, também o movimento “Marcha das Vadias”, de amplitude nacional, ganhou atenção por meio das redes sociais. E não se há de esquecer das importantes campanhas virtuais, tais como o Projeto ‘Think Olga’, lançado em outubro de 2015 para estudar violência sexual no Brasil: em poucos dias, a *hashtag* ‘#primeiroassedio’, referente aos relatos de assédio sexual sofrido por mulheres, foi compartilhada 82 mil vezes.³

³ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2015/10/29/relatos-de-abuso-sexual-se-multiplcam-nas-redes-sociais-205844.php>

E não se há de esquecer da campanha #MeToo, também referente a relatos de assédio sexual, que vêm crescendo rapidamente nos Estados Unidos, propiciando a articulação de manifestações presenciais em várias cidades. É o que se denomina “Hashtag Feminism.”⁴

De fato, os movimentos feministas mudaram consideravelmente nas últimas décadas, sendo hoje raros os grupos que se encontram frente a frente, periodicamente, para compartilhar suas experiências de vivência do patriarcado (KENNEDY, 2007). Por isso mesmo, há que celebrar a retomada da prática de ‘*consciousness raising*’, em grupos presenciais, tal qual tem se verificado nos Estados Unidos, com grupos atuantes no movimento de mulheres contra o presidente Trump (CHIRA, 2017). Esse movimento tem deslanchado importante processo de empoderamento de mulheres no campo político, haja vista o notável crescimento de candidaturas de mulheres a postos eletivos naquele país.

REFERÊNCIAS

- ALI, G. R. *Predicaments of Empowerment: women's experiences of change from northern Pakistan*. 2013. Dissertation (Doctorate in Social Sciences) - Univeristy of New South Wales, 2013.
- BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L.C. (Ed.). *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Harvard University Press, 1994.p.127-138.
- _____. Grassroots Movements as Transnational Actors: implications for global civil Society. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 13, n. 4, 2002.
- BRUERA, S.; GONZÁLEZ, M. *Las Mujeres y el Poder: aprendiendo de las prácticas políticas de las mujeres*. Montevideo: REPEM, 2006.
- CHIRA, S. From Raising Consciousness to Raising Hell. *New York Times*, 3 fev. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/03/02/opinion/sunday/from-raising-consciousness-to-raising-hell.html?_r=0>. Acessado em: 27 out.2017.
- CORNWALL, A. *Women's empowerment: what works and why*. Finland: UNU-WIDER, 2014.
- DOBASH, R.; DOBASH, R. *Women, violence and social change*. New York: Routledge, 1992.
- FERGUSON, A. Can Development Create Empowerment and Women's Liberation? In: CENTER FOR GLOBAL JUSTICE WORKSHOP ALTERNATIVES DO GLOBALIZATION, 2004. *Paper presentation*. Disponível em:<<http://www.globaljusticecenter.org/papers/ferguson.htm>>. Acessado em 02 out. 2005.
- FIRESTONE, S. The Women's Rights Movement in the U.S.A. *Notes from the First Year*, 1968.
- FREEDMAN, J. *A New Era of Consciousness-Raising*. Boston University: [s.n.], 2014.
- FREEMAN, J. The Women's Liberation Movement: Its Origins, Structures, Impact, and Ideas. In: Freeman, J. (Ed.). *Women: a feminist perspective*. Palo Alto, California: Mayfield Publishing Company, 1975.
- GORDON, L. Translating Our Bodies, Ourselves. *The Nation*, 29 May 2008.
- HANISCH, C. The Personal is Political. *Notes from the Second Year: Women's Liberation*, 1970.
- HARTSOCK, N. Foucault on Power: A theory for women? In: LEIJENEAR, M. et al (Ed.). *The Gender of Power: a symposium*. Leiden: Kartens B.V ,1987a. p. 98-118.
- _____. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: Harding, S.G. (Ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987b. p.157-180.

⁴ <https://twitter.com/hashtagfeminism>

- KABEER, N. Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the Third Millennium Development Goals. *Gender and Development*, v.13, n.1, 2005.
- LEÓN, M (Comp.). *Poder y Empoderamiento de las Mujeres*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1997. 259p.
- _____. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. *La Ventana*, n. 13, p. 94-106, 2001.
- MOSEDALE, S. Policy arena. Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework. *Journal of International Development*, v.17, p. 243-257, 2005.
- MORGAN, R. (Ed.). *Sisterhood is Powerful*. New York: Vintage Books, 1970.
- OUTSHOORN, J. Power as a Political and Theoretical Concept in Second-Wave Feminism. LEIJENEAR, M. et al (Ed.). *The Gender of Power: A Symposium* Leiden: Kartens B.V., Leiden, p. 25-33, 1987.
- RAI, S. (Re)defining empowerment, measuring survival. In: WORKSHOP ON EMPOWERMENT: OBSTACLES, FLAWS, ACHIEVEMENTS, 2007, Canada. *Paper*. Canada: Carleton University, 2007.
- REDSTOCKINGS. Redstockings Manifesto. New York, 1969.
- ROMANO, J. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J. ANTUNES, M. (Org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.
- ROWLANDS, J. Empowerment Examined. In: EADE, D. (Ed.). *Development and Social Diversity*, p. 86-92, 1996.
- SARACHILD, K. Program for Feminist Consciousness-Raising. In: FIRESTONE, S. *Notes from the Second Year: Women's Liberation*, New York, 1970.
- _____. Consciousness-Raising: A Radical Weapon. In: REDSTOCKINGS. *Feminist Revolution*. New York: Random House, 1978. p.144-150.
- SARDENBERG, C. *Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective*. Brighton: Institute of Development Studies: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, 2009.
- _____. Considerações introdutórias às pedagogias feministas In: COSTA, A. RODRIGUES, A. (Org.). *Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais*. 2. ed. Salvador: UFBA/NEIM, 2011.
- _____. Gênero, Religião e Desempoderamento de Mulheres: o caso de plataforma, Bahia. In: ROSADO, M.J. (Org.). *Gênero, Feminismo e Religião*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- SARDENBERG, C.; COSTA, A.A. Feminismo, Feministas e Movimentos Sociais. In: BINGHEMER, M.C.; BRANDÃO, M. (Org.). *Mulher e Relações de Gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.
- SEN, G.; GROWN, C. *Development, crisis, and alternative visions: third world women's perspectives*. New York: Monthly Review Press, 1987.
- SHULMAN, A. Sex and Power: sexual bases of radical feminism. *Signs*, v. 5, n. 4, 1980.
- STROMQUIST, N. Education as a means for empowering women. In: PARPART, J. L.; RAI, S.M.; STAUDT, K. A. (Ed.). *Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world*. London: Routledge, 2002. p.22-38.

Conhecimento e espaços de poder: trajetórias da pesquisa acadêmica feminista no Brasil

Elena de Oliveira Schuck

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS
- Brasil. Professora de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/6969617458551723>
E-mail: elena.schuck@gmail.com

Submetido em: 30/09/2017 . Aprovado em: 29/11/2017. Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

Este artigo pretende mapear o lugar da teoria política feminista no campo de pesquisa das ciências sociais no Brasil. O propósito é o indicar as contribuições da pesquisa acadêmica feminista para se pensar os espaços de poder ocupados pelas mulheres, considerando a universidade enquanto espaço de legitimação de discursos e conhecimento. Discute-se a definição conceitual de pensamento feminista, considerando a natureza dual de ação e reflexão, para então abordar a trajetória entrelaçada do feminismo brasileiro como movimento social e campo de pesquisa científica. Por fim é feito um mapeamento dos espaços institucionais e universitários que acolhem as discussões feministas, e também da função de revistas acadêmicas para a inserção das discussões feministas na universidade, em especial na área das ciências humanas. Busca-se reconstituir a tomada de espaço do feminismo no campo da pesquisa acadêmica, destacando os principais desafios que o pensamento feminista enfrenta para legitimar-se enquanto discurso científico válido.

Palavras-chave: Pesquisa acadêmica. Movimento feminista. Espaço de poder. Conhecimento.

Knowledge and spaces of power: trajectories of feminist academic research in Brazil

ABSTRACT

This paper intends to map the place of feminist political theory in the field of social sciences research in Brazil. The purpose is to indicate the contributions of the feminist academic research to think the spaces of power occupied by the women, considering the university as a space of legitimation of discourses and knowledge. It discusses the conceptual definition of feminist thought, considering the dual nature of action and reflection, to then approach the interwoven trajectory of Brazilian feminism as a social movement and field of scientific research. Finally, we map the institutional and academic spaces that host feminist discussions and also the function of academic journals for the insertion of the feminist discussions in the university, especially in the area of the humanities. We seek to reconstitute feminism's space-making in the field of academic research, highlighting the main challenges that feminist thought faces in order to legitimize itself as a valid scientific discourse.

Keywords: Academic research. Feminist Movement. Spaces of power. Knowledge.

Conocimiento y espacios de poder: trayectorias de la investigación académica feminista en Brasil

RESUMEN

Este artículo pretende mapear el lugar de la teoría política feminista en el campo de investigación de las ciencias sociales en Brasil. El propósito es indicar las contribuciones de la investigación académica feminista para pensar los espacios de poder ocupados por las mujeres, considerando la universidad como un espacio de legitimación de discursos y conocimiento. Se discute la definición conceptual de pensamiento feminista, considerando la naturaleza dual de acción y reflexión, para entonces abordar la trayectoria entrelazada del feminismo brasileño como movimiento social y campo de investigación científica. Por último se hace un mapeo de los espacios institucionales y universitarios que acogen las discusiones feministas y también de la función revistas académicas para la inserción de las discusiones feministas en la universidad, en especial en el área de las ciencias humanas. Se busca reconstituir la toma de espacio del feminismo en el campo de la investigación académica, destacando los principales desafíos que el pensamiento feminista enfrenta para legitimarse como discurso científico válido.

Palabras clave: Investigación académica. Movimiento feminista. Espacio de poder. Conocimiento.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o desenvolvimento do campo de pesquisa acadêmica feminista no Brasil, destacando o papel da produção de conhecimento feminista¹ para o empoderamento das mulheres. O empoderamento está aqui situado enquanto ferramenta conceitual para incluir os discursos feministas no campo dos discursos científicos válidos. Trata-se, portanto, de um recorte da contribuição do pensamento feminista brasileiro à produção de conhecimento científicos, no que pesem os discursos acadêmicos que apontam para as desigualdades políticas, econômicas e sociais, para as injustiças e opressões, bem como para a necessidade de construção de novos horizontes epistemológicos.

O propósito deste artigo é o de recolher dados sobre o estado do campo de pesquisa acadêmica feminista no Brasil a fim de indicar as vias pelas quais são

construídas as pontes entre o conhecimento e a tomada de espaços de poder pelas mulheres. Considerando a especificidade dual do feminismo, teoria e prática política, pensamento crítico e movimento social, faz-se necessário aqui ressaltar que a trajetória da pesquisa acadêmica feminista se apoia no movimento feminista e vice-versa.

A discussão sobre a contribuição da pesquisa acadêmica feminista brasileira à tomada de espaços de poder pelas mulheres está estruturada a partir de três eixos. No primeiro momento são abordadas as definições acerca do que constitui o pensamento feminista, onde há destaque para sua amplitude conceitual, considerando a pluralidade de mulheres, de contextos sociais, políticos e econômicos, os contextos raciais e sexuais, e também os contextos geográficos que nos fazem pensar nas relações de poder entre Norte e Sul global e nas epistemologias hegemônicas para se pensar todas essas relações. No segundo momento será abordada a associação entre o movimento político feminista e as intelectuais feministas, iniciada na década de 1970. Neste momento a principal bandeira do movimento feminista no Brasil é a luta pelo estabelecimento da democracia. Ainda durante esta década as trocas com o feminismo francês serão intensas; muitas militantes feministas brasileiras exiladas em Paris

¹ Este artigo é uma síntese do Capítulo 2 de minha tese de doutorado, defendida na UFRGS em 2017, intitulada “Feminismos em movimento: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França”, sob a orientação da Prof.a Dra. Jussara Reis Prá e co-orientação da Profa. Dra. Réjane Sénac. Essa pesquisa foi realizada com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

desenvolvem um pensamento crítico feminista e trazem-no à universidade brasileira. Cientistas sociais tais como Beth Lobo, Heleieth Saffioti, Anette Goldberg, Lena Lavinias, Albertina de Oliveira, através de sua produção intelectual, promovem a consciência política feminista na universidade. Por fim, no terceiro momento, este artigo analisa a atual situação do campo de pesquisa feminista no Brasil, apontando para os espaços conquistados no campo acadêmico. Aborda-se a inserção de revistas acadêmicas especializadas no campo científico, bem como os espaços conquistados em conferências regionais e nacionais. Coloca-se em questão o que de fato se considera conhecimento, ou discurso científico válido. Aponta-se para o empoderamento epistemológico, a saber, para a ampliação de espaços de discussão de temáticas feministas, estudos de gênero e da mulher na universidade, o que constitui a luta da epistemologia crítica feminista.

FEMINISMOS: PENSAMENTO CRÍTICO E MOVIMENTO SOCIAL

O pensamento feminista deriva das reflexões acerca das desigualdades entre homens e mulheres presentes em grande parte das sociedades, recusando a afirmação de que tais desigualdades seriam apenas um reflexo da natureza diferenciada de dois sexos. A recusa da tese da diferença sexual implica o desenvolvimento de uma crítica ampla ao mundo social, o qual reproduz assimetrias de poder e liberdade e promove diversos tipos de opressões direcionadas às mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2014). Desse modo, o pensamento feminista pode ser conceituado enquanto fruto da elaboração sucessiva de experiências, debates e polêmicas se faz presente tanto na ação quanto na reflexão feminista, embora sujeito a questionamentos quanto a sua legitimidade na prática e na teoria.

Em face da suposta ilegitimidade do interesse conceitual do feminismo, apontada por Geneviève Fraisse (2012), a reflexão intelectual constrói-se, necessariamente, apoiada na prática, seja ela um acontecimento ou um problema, de outro modo seria fácil reduzir o pensamento feminista a uma mera convicção. Embora com espaço reduzido nos debates sobre o

político e a democracia, o feminismo é provavelmente uma das correntes intelectuais da modernidade e da filosofia política que mais provocou mudanças sociais ao denunciar as desigualdades, a opressão e os mecanismos do patriarcado (VALCÁRCEL, 2012, p.15; MACKENZIE, 2011, p.26, p.141; BIROLI & MIGUEL, 2014, p. 17). À medida que as formas de opressão foram se complexificando e exigindo ferramentas mais sofisticadas para entendê-las, o pensamento feminista foi se constituindo enquanto campo de conhecimento composto por teorias capazes de auxiliar na compreensão da reprodução das desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade.

Os estudos sobre os percursos intelectuais do feminismo no Brasil contaram com a dedicação de diversas pesquisadoras brasileiras. Em trajetória que apresenta razoável produção sobre a condição da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, os percursos feministas do país já foram investigados por Eva Blay, Ruth Cardoso, Mariza Corrêa, Albertina de Oliveira Costa, Anette Goldberg, Miriam Grossi, Elisabeth Lobo, Sônia Miguel, Rose Marie Muraro, Eleonora Menicucci de Oliveira, Jacqueline Pitanguy, Celi Pinto Jussara Prá, Heleieth Saffioti, Cynthia Sarti, Fany Tabak, dentre muitas outras.

O feminismo brasileiro, que tem sua “primeira onda” deflagrada com a luta pelo direito ao voto das mulheres a partir de 1910, atravessou diferentes etapas, de forma não totalmente semelhante ao processo das ondas feministas caracterizadas pela literatura internacional (PINTO, 2010). Apesar do ostracismo da causa feminista durante e após o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil pôde contar com a atuação em nível internacional de Bertha Lutz para a promoção dos direitos das mulheres quando ela inseriu a cláusula de igualdade de direitos entre homens e mulheres na Carta da ONU².

É durante a década de 1970 que ocorre a maior expressão do movimento feminista no Brasil contemporâneo:

² Acesso em 18 de novembro de 2016 <<https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>>

Articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares — que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (o que era uma lei antiga, mas não cumprida); movimentos políticos — aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais. Apenas começo por ele porque creio que é importante lembrar que no início dos anos setenta estávamos nos piores anos da ditadura militar que assumiu o governo do país em 1964: havia uma dura repressão às lutas da esquerda contra o regime — a tortura e a morte de militantes ou simpatizantes dos militantes eram uma presença constante na nossa vida cotidiana apesar, ou por causa, de sua ausência nos jornais — e um esvaziamento dos canais políticos tradicionais, com a censura aos jornais, a dissolução dos partidos políticos existentes e a permanente ameaça de cassação dos direitos políticos daqueles que ainda estavam atuando no cenário partidário (CORRÊA, Marisa; 2001, p.13-14).

Marcadamente na década de 1970, a resistência à ditadura militar permitiu que intelectuais e militantes feministas carregassem como uma das pautas principais do seu movimento a ideia de redemocratização do Estado brasileiro, possibilitando a difusão do debate sobre a igualdade entre mulheres e homens, direitos políticos e cidadania para as mulheres. O movimento feminista que crescia nos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem instituída no contexto autoritário do golpe de 1964. Muitas das integrantes do movimento feminista eram à época participantes de grupos políticos clandestinos e de orientação marxista, comprometidas com a luta pelo fim da ditadura militar brasileira (SARTI, 2004).

As mulheres, no período autoritário, não apenas lutavam contra a ditadura militar, mas combatiam o poder masculino dentro das organizações de esquerda, as quais impediam sua participação em condições de igualdade com os homens. No contexto de combate à repressão política do Estado brasileiro, cabe contextualizar os percursos das organizações feministas:

A ideia de que o conceito de classe deveria ser priorizado em relação ao de sexo revelava, portanto, que a apropriação da linguagem masculina, marxista ou liberal, era fundamental para se conseguir a aceitação na esfera pública masculina, que progressivamente se reconstituía. Era, portanto, uma estratégia de reconhecimento político e social fundamental num momento em que as barreiras para a entrada das mulheres no mundo da política eram pesadas demais, seja as impostas pela ditadura militar, seja as criadas pela própria dominação masculina, de esquerda ou de direita. As feministas se colocavam, assim, segundo a perspectiva marxista-leninista, como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua “missão histórica”, parafraseando o que a esquerda repetia em relação às suas tarefas para com o proletariado. Articulavam-se para fora, deste modo, com os outros movimentos de luta pela redemocratização no país e, deste modo, eram legitimadas (RAGO, 2003, p. 5).

Após o primeiro momento de afirmação do feminismo enquanto movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres, bem como pela redemocratização do país, as feministas passaram a propor nova concepção da política, ampliando os próprios temas que constituíam o campo das enunciações feministas na esfera pública (RAGO, 2003; SCAVONE, 2008; PINTO, 2010).

O perfil das feministas desse momento era bastante plural, contudo, o elemento em comum que as unia era a ideologia política de esquerda, que repudiava o regime autoritário e antidemocrático brasileiro. Havia professoras universitárias, estudantes, sindicalistas, ativistas vindas de movimentos populares, jornalistas, atrizes, etc., as quais compartilhavam um traço comum; a saber eram mulheres de esquerda, inseridas em seus respectivos campos profissionais (CORRÊA, 2003).

A maior visibilidade do movimento feminista brasileiro coincidiu com o retorno de exiladas políticas ao país e a luta pela redemocratização (ALVAREZ, 1990). Muitas mulheres que retornavam da Europa ao Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, haviam entrado em contato com as ideias de maio de 68 e foram apresentadas aos movimentos e debates de feministas europeias e norte-americanas da época.

Em especial, o surgimento do *Mouvement Libération des Femmes* (MLF), em 1970, e a explosão de novos grupos feministas nos Estados Unidos no contexto de reflexões teóricas pós-68, influenciaram na ampliação das pautas de discussão dos movimentos feministas, tais como a contraposição entre luta de classes e de sexos, a denúncia da violência contra as mulheres, a revalorização da sexualidade feminina, entre outras (FERREIRA, REA, 2012; SCAVONE, 2011; ABREU, 2010; GROSSI, 2004).

AS EXILADAS POLÍTICAS BRASILEIRAS E O FEMINISMO FRANCÊS

Durante a ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985, a França acolheu exiladas políticas brasileiras, as quais participaram de grupos de discussão feminista e impulsionaram a formação de novas articulações voltadas para a temática da participação política das mulheres, como foi o caso da revista *Nosotras*, fundada por feministas brasileiras e latino-americanas pertencentes ao Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris em 1974, e do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, organização política que atuou junto ao feminismo francês criada em 1975.

De acordo com Lucila Scavone (2011) o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* é um exemplo do contato estreito com o feminismo francês. Ele recebeu brasileiras ligadas a partidos políticos e feministas autônomas que, ao regressar ao Brasil, no começo dos anos 80, continuaram, em sua maioria, vinculadas ao movimento e/ou à produção acadêmica. Isso se deveu ao fato de que muitas mulheres exiladas na capital francesa puderam investir sua formação acadêmica em ciências humanas na direção de estudos feministas³.

³ É desconhecida a existência de um levantamento pormenorizado sobre o desenvolvimento de Trabalhos acadêmicos – em especial, teses de doutoramento - de feministas brasileiras na França. Vários depoimentos sobre as trajetórias dessas pesquisadoras no exílio francês, especificamente relacionados com o tema “mulher e violência”, podem ser encontrados em: GROSSI; MINELLA; PORTO, 2006.

O contexto político europeu dos anos 1970 possibilitou o surgimento de diversos coletivos feministas formados por mulheres de diferentes países latino-americanos em países europeus⁴. Segundo Maira Abreu (2013), esses grupos – cuja duração e dimensão foram bastante diversas – compartilhavam, em maior ou menor medida, ideias feministas em voga naquele contexto, tais como politização da vida cotidiana, autonomia, novas formas de organização etc.

Na França, uma das primeiras organizações feministas a surgirem foi o Grupo Latino-Americano de Mulheres, formado por mulheres de diferentes países da América Latina, uma parte delas exiladas, que realizou suas primeiras reuniões a partir do ano de 1972. Dentre suas organizadoras, o grupo contava com Danda Padro, filha do historiador e político marxista Caio Júnior Padro, exilada na França em 1970 após a prisão de seu pai no Brasil. Danda Padro estabeleceu contato com o movimento feminista francesa, e através dele conheceu Simone de Beauvoir. Influenciada pelo movimento feminista francês, Danda Prado organizou reuniões mensais com as mulheres brasileiras e latino-americanas em Paris, onde aconteciam grupos de reflexão, debates e projeções de filmes.

Em janeiro de 1974, o Grupo Latino-Americano de Mujeres publicou a primeira edição da revista *Nosotras*, sob a coordenação de Danda Padro, Mariza Figueiredo e Clélia Piza. A revista bilíngue português - espanhol *Nosotras*, foi publicada até o segundo trimestre de 1976, totalizando 17 exemplares, que contaram com textos escritos pelas próprias integrantes do grupo, traduções e/ou reprodução de textos já publicados e contribuições de leitoras e de grupos feministas de diferentes países.

⁴ Documentos internos do Partido Comunista Brasileiro (elaborados no exílio francês) relatam o surgimento de diversos organismos no exílio europeu dedicados à “questão da mulher” e que mantinham estreita relação com o partido a partir de 1973, entre eles: Grupo de Mulheres na Bélgica, Associação de Mulheres Democráticas de Lund (Suécia), Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas (Milão), Grupo de Estudos (França). Ver ABREU, 2010, p.163.

A influência e a proximidade com o movimento feminista francesa se evidenciavam através das referências a textos e ações do movimento feminista na França discutidos na revista. Além das ligações com ativistas franceses, o grupo detinha uma rede ampla e internacional de contatos feministas. A edição de boletins feministas da década de 1970 com nomes semelhantes em vários países, como Brasil e Itália, mostrava que o Grupo de Paris contava com a sororidade internacional (MARQUES, 2015).

As redes internacionais desempenharam papel importante no incentivo da participação das mulheres exiladas nos movimentos feministas. Contudo, Marques (2015) observa uma mudança do perfil dominante da participação do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Até 1975 o grupo era composto principalmente por mulheres muito intelectualizadas e influenciadas pelas obras feministas francesas e americanas. Após esse ano, a composição do grupo foi se alterando em função do acolhimento a militantes chilenas, provenientes de grupos armados da esquerda, que tinham chegado a Paris depois do golpe militar do Chile.

O Grupo Latino-Americano de Mulheres, embora reconhecesse a importância do MLF e suas pautas políticas contextualizadas para cidadãs europeias, trazia como principal crítica a necessidade de afirmar a especificidade latino-americana para a reflexão feminista. Os boletins *Nosotras* refletiam essa abordagem feminista a partir do olhar latino-americano de mulheres exiladas na Europa por conta da perseguição política em seus países de origem:

Assim, o '*nosotras*' do qual falava o grupo era um 'nós mulheres', mas tratava-se principalmente de um 'nós mulheres latino-americanas' [...] Ao longo dos seus dois anos de existência, diversos foram os textos publicados que buscavam analisar diferentes aspectos da realidade da mulher latino-americana e sua particularidade. No Boletim n. 5, por exemplo, elas criticam as ideias de Herbert Marcuse desse ponto de vista. As ideias do autor sobre o movimento feminista, afirmavam, poderiam ter validade para a sociedade norte-americana, mas não teriam "aplicação no marco da sociedade latino-americana". A situação da mulher latino-americana seria "específica" e exigiria métodos de lutas também "específicos". A elaboração de uma teoria feminista latino-americana, enfatizavam, deveria ser "uma tarefa dos grupos feministas

no nosso continente", pois, "assim como cabe à mulher, e não ao homem, a determinação de seu próprio combate, cabe às mulheres de cada país a determinação do caráter específico/geral de sua luta". (ABREU, 2013, p. 560-61).

A criação do Círculo de Mulheres Brasileiras ocorreu em 1976 como consequência de uma série de divergências ideológicas surgidas no interior do Grupo Latino-Americano de Mulheres e do boletim *Nosotras*, do grupo feminista Comitê, de matriz chilena, mas também em resposta à crescente demanda do fortalecimento de grupos de estudos feministas (ABREU, 2010, 2013). Composto por mulheres brasileiras vivendo na França, sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, o grupo tinha como objetivo debater, aprofundar e tomar real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. As integrantes do Círculo traziam ressalvas à ideia da opressão, indicando que esta não se refletia da mesma forma para todas as mulheres, a fim de permitir a mesma unidade na luta e na organização (ABREU, 2010).

O Círculo ganha legitimidade com a comunidade exilada, torna-se conhecido pelo movimento feminista francês e se transforma numa das mais bem estruturadas organizações de brasileiros no exílio e no mais importante grupo feminista de exiladas desta nacionalidade, chegando a congregar em suas assembleias mais de 80 mulheres (ABREU, 2010). Introduz na comunidade exilada uma questão relegada, impõe-se como grupo autônomo das organizações políticas e abre novo horizonte para muitas militantes de esquerda.

Albertina Costa (1980), em *Memórias das mulheres do exílio*, organiza uma série de depoimentos de mulheres brasileiras exiladas em diversos países como consequência da perseguição política do Estado brasileiro a partir de 1964⁵.

⁵ Além da França, país que abrigou exiladas brasileiras e ao qual é dedicado um capítulo exclusivo na obra *Memória de mulheres no exílio* (1980), Capítulo IV - *Liberté, égalité, Humanité*, são também citados como destino Angola, Argélia, Bélgica, Canadá, Chile, Cuba, Dinamarca, Estados Unidos, Guiné Bissau, Inglaterra, Itália, Moçambique, Polônia, Portugal, República Federal da Alemanha, Suécia, Suíça, União Soviética e Uruguai. Ainda por curtos períodos de tempo, são mencionados Argentina, México e Panamá.

No primeiro momento, muitas mulheres exilaram-se no Chile, onde foi criado o “Comitê de mulheres brasileiras no exterior”, também chamado “Comitê de mulheres brasileiras no Chile”, organizado por Zuleika Alambert. O grupo no Chile durou pouco tempo devido ao golpe militar no país, e centenas de exilados partiram para a França após 1973, incluindo-se a organizadora cuja militância política passou para uma ótica de fato feminista na Europa. Nos debates do grupo do Chile, a militância era totalmente vinculada às ações e concepções das organizações armadas e pouco espaço havia para tratar da questão feminina (COSTA, 1980).

Especial importância é atribuída à Europa, em particular à França, na tomada de consciência sobre questões tais como a condição feminina na sociedade, o aborto e os métodos contraceptivos. Conforme os depoimentos publicados, a França nem sempre aparece como a primeira alternativa de destino, tendo em vista o idioma e a distância do Brasil, mas a concessão do status refugiados políticos às famílias brasileiras bem como a maior facilidade em obter trabalho e atendimento de saúde no país aparecem como fatores definitivos na escolha deste destino em comparação à Portugal, por exemplo. Este país, apesar de ter o idioma como facilitador, concedia apenas visto de turismo, o que trazia dificuldades ao acesso de serviços públicos (COSTA, Op.Cit).

A relação entre o feminismo francês e o brasileiro, iniciada nos anos 1970, destaca-se em comparação a relações com o movimento feminista de outros países que acolheram exiladas políticas (COSTA, 1980; ABREU, 2010; MARQUES, 2015). Há uma particularidade envolvendo facilidades burocráticas no processo de exílio político bem como na aproximação ideológica feminista. Conforme Karina Felitti (2015) tal particularidade também é percebida na relação entre o feminismo argentino e francês, considerando-se que a França acolheu mais de 3000 exilados argentinos (as) também perseguidos pelos governos militares do Cone Sul.

Dadas as circunstâncias, nos períodos sucessivos ao paradigmático ano de 1970 para o movimento feminista francês, havia a uma concentração

de mulheres latino-americanas em Paris. Estas acessavam diálogos com um feminismo que assumia um status transnacional após a sua segunda onda, o qual visava a transformação de práticas sociais de atores não-estatais, a ampliação da cidadania da mulher e a transposição das fronteiras a fim de disseminar valores e ideias:

A força e a amplitude do movimento feminista francês foram extraordinárias, o que ficou demonstrado com a legalização do aborto em 1975 e a sua influência sobre mulheres de outros países que se encontravam na França. Dessa forma, o caráter transnacional do movimento feminista francês se torna evidente. Ao oferecer solidariedade às latino-americanas refugiadas na França, o movimento possuía objetivos mais amplos, assim como outras organizações e movimentos solidários que passaram a emergir nesse momento. Interessava às feministas francesas alcançar militantes de outros países para assim, possibilitar uma transformação social com proporções mundiais (MARQUES, 2015, p.126).

A obra de Simone de Beauvoir é frequentemente citada entre as exiladas entrevistadas para a coletânea de memórias Memória de mulheres no exílio (1980). Beauvoir, além de ter sido uma das intelectuais precursoras do movimento feminista, foi uma das personalidades francesas solidárias às lutas dos exilados brasileiros na França (MARQUES, 2015). A aproximação de Beauvoir e do movimento feminista francês contribuiu para um posicionamento político e militante particular às mulheres brasileiras vivendo em Paris.

A TRAJETÓRIA DA PESQUISA ACADÊMICA FEMINISTA NO BRASIL

Em 1967, Heleieth Saffioti inaugurava os estudos sobre condição feminina no Brasil, através da defesa de sua tese de livre docência A mulher na sociedade de classe: mito e realidade, sob a orientação de Florestan Fernandes, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Sua tese foi publicada pela editora Vozes em 1976, tornando-se um marco para os estudos feministas brasileiros. A discussão acadêmica sobre a condição das mulheres iniciava-se, portanto, em meio a um contexto nacional de repressão política, mas também de resistências de diversos tipos.

No final dos anos 70, a euforia participativa da militância de esquerda fazia-se visível também na universidade. O corpo docente de então, predominantemente jovem e de esquerda, era composto por professoras e professores cujas trajetórias pessoais envolviam a participação política em partidos então ilegais ou em movimentos estudantis na década anterior, com passagem pela prisão ou o retorno recente de estadias forçadas no exterior. O contexto era assim favorável à discussão dos movimentos sociais que estavam presentes na sociedade e à discussão de ideias democráticas dentro das salas de aula.

Na Universidade Estadual de Campinas um grupo de alunas e professoras da área de Ciências Sociais criou um grupo de reflexão feminista, organizou três Semanas da Mulher, em 1978, 1979 e 1980, e partiu para a pesquisa com mulheres. Outros professores e alunos participavam do movimento de homossexuais – tanto de um dos seus grupos mais importantes, o grupo Somos, quanto da fundação do pioneiro jornal gay *Lampião de esquina*, ambos criados em São Paulo em 1978 (CORRÊA, 2001, p.16).

Devido à ditadura militar, o feminismo se desenvolve com algumas particularidades, assume caráter marcado pela luta de classe e contra a ditadura que marca as primeiras publicações feministas dos anos 70, vide os jornais *Brasil Mulher e Nós, Mulheres*, (GROSSI Op. Cit.; COSTA, SARDENBERG, 2014). A essa característica, juntava-se a preocupação com a pesquisa das integrantes do movimento feminista, em sua maioria intelectualizada e oriunda de camadas sociais médias.

Assim, construía-se uma face igualmente importante do feminismo, a face acadêmica, muitas vezes de forma híbrida, com ativistas que principiaram nos coletivos informais dos anos 1970 e seguiram carreiras profissionais nas universidades, sendo pioneiras na constituição de núcleos de estudos e pesquisas em anos subsequentes, além de destacado papel na docência (GONÇALVES; PINTO, 2011).

A partir de 1975, conforme Goldberg (1989) explica, uma geração de pesquisadoras passava a eleger as mulheres como seu objeto de estudo de

dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado predominantemente nas áreas da Sociologia da Educação e do Trabalho, descritivas e quantitativas em sua maioria. No mesmo período, a Fundação Carlos Chagas, através da sua publicação *Cadernos de Pesquisa* teve importância fundamental no fomento, no respaldo institucional e na divulgação de tais estudos.

Em 1979, um passo importante no incentivo à produção científica nessa área será dado com a criação do Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho na Anpocs⁶ e, posteriormente, em 1980, na mesma associação, com a criação do GT Mulher e Política (COSTA; SARDENBERG, 2014; GROSSI, 2004; PRÁ, 2016b). O GT Mulher na Força de Trabalho, criado pela professora Heleieth Saffiotti; e o GT Mulher e Política, pela professora Fanny Tabak. Os dois grupos contaram com a presença de professoras e pesquisadoras que são referência nacional e internacional nos estudos feministas e de gênero, tais quais Eva Blay, Ana Alice Costa, Albertina de Oliveira Costa, Eleonora Menicucci, Lourdes Bandeira. A atuação em separado dos grupos findou em 1989, quando foram unificados no GT - Estudos das Relações Sociais de Gênero. O novo grupo passou a se reunir a cada dois anos até ser extinto, sob a alegação de não ter sido cumprido o prazo para renovação dos GTs (PRÁ, 2016b).

Durante a década de 1980, deu-se início à criação dos núcleos universitários de estudos sobre mulher. Eles surgem inicialmente no Rio de Janeiro, expandindo-se para demais localidades brasileiras, de norte a sul:

No mesmo ano [1980], será criado o primeiro núcleo de estudos em uma universidade brasileira, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fruto da iniciativa de Fanny Tabak, a criação deste Núcleo será um exemplo a ser seguido, imediatamente, por muitas outras estudosas em outras regiões do país. Já em 1981, surge o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher

6 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, criada no Brasil em 1977.

(NEDIM), na UFCE e, em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da UFBA. Em 1984, são criados mais três núcleos nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Neste mesmo ano, dá-se a realização do Seminário de Pesquisas Zahidé Machado, em Salvador, promovido conjuntamente pela Fundação Carlos Chagas e o NEIM, com o apoio da Fundação Ford. (COSTA; SARDENBERG, 2014, p. 33).

A criação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (Niem), na Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1984, na ocasião da defesa da dissertação de mestrado de Jussara Prá, contou com o apoio da professora Fanni Tabak para integrar a banca examinadora da dissertação. Foi Tabak quem criou o primeiro grupo desse tipo no Brasil, no Rio de Janeiro, e estimulou professoras de diferentes universidades a fazer o mesmo.

O Núcleo, hoje associado à linha de pesquisa Teoria Política e Participação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, e coordenado por mim, atua, desde a sua fundação, como articulador de programas e ações no meio acadêmico e como canal de ligação entre a Universidade e a Comunidade Rio-grandense. Permito-me falar um pouco de nossas realizações, entre elas, o fomento ao ensino e à pesquisa sobre as mulheres e as relações de gênero; a realização de eventos e a nossa participação em fóruns científicos locais, nacionais e internacionais. As quedas de braço para transformar um Fórum de Gênero e Direitos Humanos em um Grupo de Trabalho (GT), e ter o espaço merecido no Seminário de Ciência Política do nosso Programa de Pós-Graduação. Conseguimos. Somos GT já em duas edições do evento e temos reconhecimento por nossas sessões figurarem entre as mais procuradas, seja pela quantidade de resumos recebidos seja pela audiência. As e os integrantes do grupo levam a sério a missão do Núcleo de formar uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero.

[...]

Menciono entre os frutos dessa incidência a criação, em 2008, do Grupo de Pesquisa do CNPq “Gênero,

Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”. Este grupo, do qual sou líder, focaliza: relações de gênero, cidadania, políticas públicas, socialização, cultura política, empoderamento, comportamento político, capital social, novas institucionalidades e mecanismos internacionais de promoção dos direitos humanos das mulheres (PRÁ, 2016, p.9-10).

Tanto a Fundação Carlos Chagas quanto a Fundação Ford exerceram papel fundamental de incentivo às pesquisas universitárias feministas no Brasil durante a década de 1980. A Década da Mulher (1976-1985), instituída após a Conferência Mundial sobre Mulher no México, de 1975, evidenciou a legitimidade conferida pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos aportes de gênero e às pesquisas feministas. À época, a pesquisa no Brasil era coordenada pela Fundação Carlos Chagas e financiada pela Fundação Ford, seguindo o proposto na I Conferência Mundial sobre Mulher no México, de 1975, assim como as reivindicações oriundas do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU no mesmo ano. O apoio das fundações continuou existindo, sendo que na III Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi em 1985, evento de encerramento da década no qual os resultados dos projetos, incluído o diagnóstico brasileiro e o de outros países, foram apresentados. O empenho desta instituição em tornar as mulheres visíveis persistia:

Basta lembrar, por exemplo, a omissão dos pesquisadores no estudo pré-eleitoral, de 1982, quando lhes foi solicitado dedicar um espaço do seu relatório à participação política das mulheres. Por isso mencionei a Fundação Ford como a fonte daquela solicitação, pois percebi algum tempo depois o empenho desta instituição em tornar as mulheres visíveis. Nesse sentido, no espaço de uma década (1978-1988), a Fundação FORD e a Fundação Carlos Chagas promoveram um dos programas de dotações mais abrangente para potencializar pesquisas e publicações sobre mulher no Brasil (PRÁ, 2016b, p. 15).

Com a disseminação da categoria de análise Gênero, a partir de 1990, irá se constatar um impulso no processo de criação dos núcleos, sendo que a partir desta década, eles incorporarão a definição de gênero em seus nomes, em contraposição aos núcleos de estudo sobre a mulher da década anterior.

Costa e Sardenberg (2014t.) constataam a existência de cerca de 40 núcleos de estudos sobre a mulher e/ou relações de gênero vinculados a instituições de ensino superior no Brasil. As autoras veem no momento atual de proliferação dos núcleos da mulher nas universidades brasileiras desdobramentos do feminismo contemporâneo no Brasil que merecem ser explorados. Ressaltam, no entanto, a aparente resistência por parte da comunidade científica brasileira em incorporar esta perspectiva e propõem reflexões sobre de que maneira e em que medida os núcleos têm contribuído ou poderiam contribuir no sentido de vencer os obstáculos existentes.

Para Costa e Sardenberg (2014t.) as indagações sobre a permeabilidade das pesquisas feministas na universidade podem ser um exercício de autocrítica para as pesquisadoras vinculadas aos núcleos em questão. Enquanto participantes do Neim, elas assumem sua responsabilidade para a formação de uma consciência crítica feminina e para suscitar uma reflexão profunda dos fatores diversos geradores da opressão e exploração da mulher em nossa sociedade assim como de outros aspectos da dinâmica das relações de gênero. Reiteram também a necessidade de difundir o conhecimento da trajetória de lutas, conquistas e questões relativas ao movimento de mulheres, capaz de fornecer dados efetivos para que as mulheres possam atuar criticamente e se engajar nessas lutas.

As pesquisadoras da área têm consenso ao relatar as dificuldades em tratar de gênero e feminismo no campo acadêmico. O questionamento por parte de demais colegas universitários quanto à validade de suas pesquisas, no entanto, serve como estímulo e indica a necessidade de discussão de temáticas relacionadas à discriminação acadêmica e às violências veladas:

Deve ser feito o registro de que se chegava quase ao final do milênio sem ter a legitimidade necessária para discutir o tema mulher na universidade. Embora eu tenha recebido estímulos para prosseguir na área escolhida, entendo terem sido muito desagradáveis os questionamentos quanto à validade de estudar as mulheres e as ressalvas de que elegê-las como objeto de estudo poderia ser uma escolha equivocada para quem

pretendesse uma carreira acadêmica. De qualquer modo, sou grata àqueles pesquisadores de 1982 pela oportunidade de poder definir minha trajetória acadêmica, a partir da sua negativa (PRÁ, 2016b., p.p. 15-16).

Já o espaço para publicações feministas é conferido graças a uma série de revistas científicas das ciências humanas, e em especial à *Revista Estudos Feministas*, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e *Cadernos Pagu* publicação do núcleo de mesmo nome na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), hoje outra importante revista na área no Brasil, as quais garantem a exclusividade dos estudos sobre mulher e gênero em suas publicações. A *Revista Estudos Feministas* (REF) foi publicada pela primeira vez em 1992, e os *Cadernos Pagu*, um ano mais tarde, em 1993. Alguns anos mais tarde, somaram-se a elas as revistas *Gênero* - publicada pelas pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense (UFF) - e *Espaço Feminino* pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), indicando quanto o campo de estudos feministas e de gênero se consolidou nos anos 90 (GROSSI, 2004).

A década de 90 refletiu a construção de uma tradição de pesquisa sobre mulher e gênero no Brasil. Os *Cadernos Pagu* foram resultado do trabalho de integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, que mapeava os avanços na produção sobre gênero e seus impasses. A revista foi criada em um momento em que os estudos de gênero já contavam com alguma legitimidade acadêmica no país, e a intenção era ampliar sua visibilidade, difundindo e estimulando a produção de conhecimento na área. Dentre as instituições que apoiaram o núcleo e a revista, estão a Fapesp, Faepex (Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, da Unicamp) e, sobretudo, CNPq⁷, que concedeu o apoio mais relevante em termos de recursos e de continuidade a partir de 1996 (Página do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2017).

⁷ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

A REF pôde ser lançada com apoio inicial da Fundação Ford, no Rio de Janeiro, migrando anos mais tarde para Santa Catarina, onde passou a contar com outros apoios, como do CNPq/Finep. A revista vem contribuindo para a consolidação do campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil, tornando-se referência obrigatória para pesquisadoras e pesquisadores das mais variadas áreas disciplinares (GROSSI, 2004).

O campo de estudo feminista foi fortemente marcado pelo investimento que algumas agências estrangeiras fizeram no desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Voltamos a mencionar a parceria entre a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas, a qual destaca-se dentre as instituições que possibilitaram a emergência desse campo de estudos no Brasil. Durante 20 anos (de 1978 a 1998), duas centenas de novos pesquisadores foram apoiados pelo importante concurso de dotações para pesquisa sobre mulher e gênero.

O apoio da FORD, que fora fundamental para a criação e reconhecimento nacional e internacional da REF – lembre-se do colóquio França/Brasil/Québec que reuniu pesquisadoras de língua francesa em 1994 no Rio e que resultou num número especial acabou por outro lado sendo uma armadilha para a continuidade da revista no Rio de Janeiro, uma vez que toda a estrutura editorial dependia destes recursos (GROSSI, 2004, p.216)

No entanto, os investimentos estrangeiros na pesquisa feminista brasileira sofreram um revés ainda nos anos 90, conforme narra Miriam Grossi:

Esta foi de alguma forma a conclusão a que chegaram duas pesquisadoras latino-americanas contratadas pela Fundação Ford no decorrer dos anos 90 ao avaliar que o campo de estudos de gênero no Brasil estava bastante consolidado e que não era mais tão necessário investimentos estrangeiros nesta área no Brasil. Entre as críticas feitas em documento de circulação restrita, diziam que as acadêmicas brasileiras haviam sido cooptadas pelas instituições acadêmicas e que haviam perdido a capacidade crítica característica do ideário feminista. Foi esta avaliação que, de alguma forma, permitiu que a REF perdesse o financiamento da Ford, e de forma indireta viesse para Santa Catarina (GROSSI, 2004, p.213).

No mesmo período desenvolveu-se a pós-graduação no Brasil e consolidaram-se importantes grupos de trabalho sobre mulher e gênero nas principais associações científicas das ciências humanas e da área de letras.

No Brasil, o debate teórico feminista foi recepcionado por diferentes áreas acadêmicas e por suas respectivas redes, a exemplo das Associações Brasileiras de Antropologia, História, Sociologia e Estudos Populacionais. Em termos de associações internacionais já há espaços tradicionais e legitimados, tais quais Lasa⁸ ou a Alacip⁹. Conforme lembrado por Jussara Prá (2016b), o Seminário Internacional Fazendo Gênero, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, remete à criação de um espaço específico para esse debate no Brasil. Já em sua 11ª edição, desta vez em parceria o evento “13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11 - Transformações, Conexões, Deslocamentos”, destaca-se pelo amplo alcance acadêmico de suas atividades, vide os mais de 4000 participantes inscritos na edição de 2017.

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) teve a Área Temática (AT) Gênero, Democracia e Políticas Públicas fundada recentemente pelas professoras Jussara Prá (UFRGS) e Luzia Alvarez (UFPA). A proposta de criação da área foi aprovada durante a realização do 8º Encontro ABCP, realizado em Gramado, RS, em agosto de 2012. Naquela ocasião foi realizado o Fórum Gênero, Democracia e Direitos Humanos, e já no encontro seguinte da ABCP as atividades do grupo estavam regulamentadas e passaram a fazer parte da programação do evento.

⁸ Associação de Estudos Latino-Americanos (Lasa - Latin American Studies Association) é a maior associação profissional do mundo composta de indivíduos e instituições dedicadas ao estudo da América Latina. Dentre suas 38 seções temáticas, está a de Gênero e Estudos Feministas.

⁹ Associação Latino-Americana de Ciência Política (Alacip) é uma organização internacional sem fins lucrativos científica, composto por acadêmicos, pesquisadores e profissionais **para promover o desenvolvimento de estudos de ciência política na América Latina e no Caribe**. Possui 21 grupos de trabalho, dentre os quais está o grupo de Gênero e Política.

O debate teórico feminista marca hoje presença nas diversas associações acadêmicas nacionais no campo das ciências humanas e da filosofia, sendo também temática referência de periódicos científicos. Além da *REF* e dos *Cadernos Pagu*, o campo científico feminista no Brasil conta com as publicações da *Labrys*, *Revista Feminismos*, *Revista Gênero*, *Revista Ártemis*, *Revista Gênero na Amazônia*, *Revista Gênero e Direito*, *Caderno Espaço Feminino*, dentre outras. No que tange à inclusão e integração da discussão teórica feminista aos campos de discussão teórica social e política, destacamos aqui o papel da *Revista Brasileira de Ciência Política* (RBCP), cujos esforços seguem esta direção ao tratar das mais diversas temáticas do campo da teoria política. Flavia Biroli (2012), participante do corpo editorial da revista, enfatiza a especificidade da contribuição feminista na análise especialmente das relações de poder dominantes na sociedade. A autora, entretanto, identifica uma série de desafios à inserção da teoria política feminista no campo científico brasileiro. Segundo ela, embora a atual conjuntura política nacional evidencie uma complexidade que requer discussões teóricas aprofundadas e conectadas, os estudos de ciências sociais no Brasil pautam-se por modelos de análises limitantes. A ciência política se prende a modelos simplistas e se limita a um conjunto restrito de questões, tais quais comportamento legislativo e processos eleitorais, sendo incapaz de aderir à agenda de pesquisa proposta pela teoria política feminista (BIROLI, 2012).

A agenda de pesquisa da teoria feminista requer a expansão do debate teórico da ciência política, bem como o aprofundamento do debate epistemológico e das teorias do conhecimento.

Afinal, se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar

atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem se processando também na produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 26).

Margareth Rago (1998) sublinha a necessidade de aprofundar um debate brasileiro sobre a pertinência de uma teoria do conhecimento feminista. De lá para cá outras autoras brasileiras avançaram nesta direção tentando demonstrar como a ótica feminista poderia contribuir para transformar a produção científica nacional, muito especialmente no campo das ciências sociais, empregando não apenas um arcabouço conceitual diferenciado, como também redescobrimdo temas de pesquisa e empregando metodologias para reduzir o caráter instrumental de uma concepção de ciência criada em berço positivista (SAFFIOTI, 2000; DINIZ; GUILHEN, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se ao longo deste artigo reunir dados sobre a reflexão teórica e epistemológica feminista que indicassem os percursos da tomada de espaços de poder por mulheres no campo da pesquisa científica e do conhecimento. Pôde-se vislumbrar a ampliação da discussão feminista na universidade, tanto via difusão de periódicos científicos específicos sobre feminismo e gênero quanto através da inclusão de GTs específicos nas principais associações de pesquisa e do aumento da procura por congressos na área temática.

Percebe-se na produção teórica de orientação feminista clara crítica ao modo como se concebe a ideia de conhecimento, e os desafios da inserção da pesquisa acadêmica feminista na agenda de pesquisa nacional estão presentes nos discursos das principais pesquisadoras e professoras universitárias familiarizadas com o pensamento crítico feminista.

Entende-se aqui a importância da teoria feminista para questionar a normatização patriarcal, compreender, descrever ou explicar a opressão e exploração das mulheres e lutar pela sua superação, assim como identificar quais estruturas sociais e processos de interação mantêm a dominação masculina, a superestrutura patriarcal e a subordinação feminina. As análises teóricas feministas têm, por consequência, a prática política como objeto para as reflexões acerca do papel do feminismo construção de espaços democráticos orientados pela equidade de gênero, respeito às diversidades e promotores da emancipação.

O campo de pesquisa feminista brasileiro tem cerca de 50 anos, diferenciando-se, portanto de outras tradições intelectuais do Ocidente, onde os estudos sobre mulheres remontam ao período entreguerras do século XX. Em contexto de repressão política, ele surge com a peculiaridade de trazer consigo o caráter de luta por espaços democráticos, na sociedade e na universidade. De estudos sobre a condição feminina, surgem grupos de estudo que por sua vez ocupam espaços nas associações universitárias de ciências humanas, surgem núcleos de pesquisa e revistas acadêmicas os quais contam com o apoio inicial de fundações estrangeiras para pesquisa. Em duas décadas, de 1970 a 1990, de trabalho, pesquisa e trocas internacionais, pôde se firmar um campo de estudos feministas e de gênero. Esse percurso é permeado de desafios que surgem em nível individual, conforme as trajetórias de pesquisadoras feministas relatam, chegando ao nível institucional. Em todos esses níveis, os desafios abarcam a constante necessidade de rebater argumentos reativos que deslegitimam a validade científica de tais estudos com base em argumentos androcêntricos e patriarcais.

O campo de pesquisa feminista no Brasil apresenta crescente diversificação, conforme indicam as diferentes áreas das ciências humanas e sociais que acolhem as discussões. Os debates acerca de epistemologias críticas difundem-se e, com elas, o questionamento de opressões de gênero, de classe, de raça e de contextos geográficos. O pensamento feminista, através de sua crítica epistemológica, coloca em xeque o eurocentrismo, ressignificando a validade do conhecimento científico a depender do seu local geográfico de produção. Se a agenda pesquisa feminista brasileira busca a ampliação de espaço e de poder na universidade, ela precisa se inserir no debate internacional de forma crítica e situada. Para tanto, a consciência de geopolítica do conhecimento e a integração com os demais contextos latino-americanos tornam-se imprescindíveis.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudo concedida ao longo do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como pela bolsa sandwich concedida através do edital Capes-PDSE para período de realização desta pesquisa na Sciences Po Paris, França, entre os meses de janeiro e julho de 2016.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. L. G. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. 2010. 245p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.
- _____. Nosotras: feminismo latino-americano em Paris. *Rev. Estud. Fem.* v.21, n.2, Florianópolis, 2013.
- ALVAREZ, S. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Pinceton: Princeton University Press, 1990.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. *Teoria Política e feminismo, abordagens brasileiras*.Vinhedo: Editora Belo Horizonte, 2012.
- CORREA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cad. Pagu* n. 16, p. 13-30, 2001.
- COSTA, A. de O. et al. *Memórias de mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista feministas*,v.2, n.2, 2014.
- DINIZ, D.; GUILHEM, D. Bioética feminista na América Latina. *Rev. Estud. Fem.* n. 16, v. 2, p. 599-612, 2008.
- FELITTI, K. Traduciendo prácticas, tejiendo redes, cruzando fronteras. Itinerarios del feminismo argentino de los '70s. *Cad. Pagu*, n.44, p.229-260, 2015.
- FERREIRA, V. K.; REA, C. De um país ao outro: passagens entre a França e o Brasil. Entrevista com Miriam Pillar Grossi. *Passages de Paris*, v. 7, p. 4–22, 2012.
- FRAISSE, G. *La Fabrique du féminisme : textes et entretiens*. Paris: le Passager clandestin , 2012.
- GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil contemporâneo: percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, n.28, p.42-70, 1989.
- GONÇALVES, E.; PINTO, J. P. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cad. Pagu* n.36, p.25-46, 2011.
- GROSSI, M. P. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, v. 12, n. spe, p. 211-221, 2004.
- GROSSI, M.; MINELLA, L.; PORTO, R. *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Mulheres, 2006.
- MARQUES, T. C. S. The Brazilian Exiled Left And Feminism: The Political Action Of Brazilian Women In Chile And France (1968-1979). *Projeto História*, n. 52, p. 112-139, 2015.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINTO, C. Feminismo, História e Poder. *Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- PRÁ, J.R. *Mulheres, Feminismo e Ação Política no Brasil*. Porto Alegre: CirKula, 2016 a.
- _____. *Memorial apresentado para a progressão a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul*. Instituto De Filosofia E Ciências Humanas, Departamento De Ciência Política, 2016 b.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M.(Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- _____. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *labrys, estudos feministas*, n. 3, 2003.
- SAFFIOTI, H. O segundo sexo à luz das teorias feministas Contemporâneas. In: MOTTA, A. B. da; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Org.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. (Coleção Bahianas).
- SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.
- SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Rev. Estud. Fem.* v. 16, n.1, 2008.
- VALCÁRCEL, A. *Feminismo en el mundo global*. 4ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2012.

Mujeres empoderadas: de-construyendo los estereotipos sexistas hacia un nuevo paradigma

Liliana Aída Beatriz Urrutia

Abogada especializada en Derecho de Daños, Carrera de Posgrado de la Universidad Católica Argentina (U.C.A.), Profesora Adjunta de Obligaciones y de Derecho de Daños de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Rosario (U.N.R.), Presidenta de la Comisión de los Derechos de la Mujer del Colegio de Abogados de Rosario (C.A.R.), Rosario, Santa Fe, Argentina.

E-mail: urrutiaabogada@hotmail.com.ar

Submetido em: 30/09/2017 . Aprovado em: 29/11/2017. Publicado em: 13/08/2018.

RESUMEN

El presente trabajo es un estudio sobre el empoderamiento de las mujeres a través de la modificación de los estereotipos patriarcales, reproductores de desigualdad y discriminación. Para ello, se determinó qué se entiende por estereotipos sexistas y se investigó qué acciones positivas se realizan para de-construir esos patrones estereotipados. En primer lugar, analizamos el uso del lenguaje no sexista o inclusivo y la modificación de estereotipos en los textos escolares y cuentos infantiles. Luego, analizamos el proceso de cambio en la imagen “cosificada” de la mujer a una imagen no sexista e inclusiva, ya sea tanto en certámenes o concursos, en el mundo de la moda como en las publicidades. Esto nos permitió concluir que si bien los estereotipos sexistas se hallan arraigados en nuestra sociedad, no son inamovibles. Y, asimismo, advertimos que existen acciones pro-activas desde el Estado y desde la sociedad a favor de construir patrones sociales más igualitarios.

Palabras clave: Modificación de estereotipos patriarcales. Acciones positivas. Empoderamiento de las mujeres

Mulheres empoderadas: desconstruindo estereótipos sexistas em direção a um novo paradigma

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre o empoderamento das mulheres através da modificação de estereótipos patriarcais, reprodutores de desigualdade e discriminação. Para este propósito, foi determinado que são os estereótipos sexistas e se pesquisou quais ações positivas foram realizadas para desconstruir esses padrões estereotipados. Primeiro, analisou-se o uso da linguagem não sexista ou inclusiva e a modificação dos estereótipos nos livros didáticos e histórias infantis. Após, analisou-se o processo de mudança na imagem “reificada” das mulheres para uma imagem não sexista e inclusiva, seja em eventos ou concursos, no mundo da moda ou na publicidade. Isso permitiu concluir que, embora os estereótipos sexistas estejam enraizados em nossa sociedade, eles não são imóveis. E também adverte-se que existem ações pró-ativas do Estado e da sociedade a favor da construção de padrões sociais mais iguais.

Palavras-chave: Modificação de estereótipos patriarcais. Ações positivas. Empoderamento das mulheres.

Empowered women: de-constructing sexist stereotypes towards a new paradigm

ABSTRACT

This paper is a study on the empowerment of women through the modification of patriarchal stereotypes, reproducers of inequality and discrimination. For this purpose, we determine what we understand for sexist stereotypes and we investigate what positive actions are carried out to deconstruct these stereotyped patterns. First, we analyze the use of non-sexist or inclusive language and the modification of stereotypes in school texts and children's stories. Then, we analyze the process of change in the "reified" image of women to a non-sexist and inclusive image, be it in contests or competitions, in the world of fashion or in advertising. This allowed us to conclude that although sexist stereotypes are rooted in our society, they are not immovable. And, also, we warn that there are proactive actions from the State and from society in favor of building more equal social patterns.

Keywords: *Modification of patriarchal stereotypes. Positive actions. Empowerment of women.*

*La violencia simbólica ciega y enmudece
a las almas dormidas,
entonces ... Despertad!*

CONSIDERACIONES PRELIMINARES

Cuando comenzamos con este trabajo, nos propusimos visibilizar cómo se empodera a las mujeres, modificando estereotipos, eliminando prácticas sexistas, que cosifican a la mujer, la denigran, la ocultan, la ignoran; porque cuando no se la incluye en un texto, o se expone su cuerpo como mercancía en una imagen, se perpetúan los patrones socioculturales de subordinación e inferioridad de la mujer en la sociedad. Por el contrario, cuando iniciativas proactivas del Estado, vgr. ley de talles, o de la sociedad civil, vgr. campañas publicitarias no sexistas, se ponen en acción, las mujeres nos empoderamos.

Cuando desde la infancia se educa en igualdad, se incorpora un lenguaje género sensitivo, se forman niñas y niños libres de violencia y de discriminaciones.

Así pues, nos propusimos recorrer el ámbito de la palabra y de la imagen, a través de los textos escolares y cuentos inclusivos, de los concursos de belleza y de las publicidades, y advertimos que desde hace unos años se viene dando en la Argentina un cambio de paradigma: desde la de-construcción de estereotipos sexistas hacia el empoderamiento de las mujeres.

LOS ESTEREOTIPOS SEXISTAS

El Comité CEDAW sostuvo recientemente que la violencia por razón de género contra la mujer es uno de los medios sociales, políticos y económicos fundamentales a través de los cuales se perpetúa la posición subordinada de la mujer con respecto al hombre y sus papeles estereotipados.¹

Los estereotipos patriarcales o de género son patrones socioculturales que se construyen en base a las ideologías patriarcales, y que, a su vez, las reproducen y perpetúan. Son creencias sobre las características de los roles típicos que los varones y las mujeres deben tener y desarrollar en una etnia, cultura o en una sociedad (PÉREZ, 2016)

Alda Facio se refiere a las ideologías patriarcales, que no sólo construyen las diferencias entre hombres y mujeres, sino que las construyen de manera que la inferioridad de éstas es entendida como biológicamente (DE BEAUVOIR, 1949)² inherente o natural (FACIO; FRIES, 2005).

¹ CEDAW, Recomendación General N° 35 sobre la violencia por razón de género contra la mujer, emitida el 15-07-2017, por la que se actualiza la Recomendación N° 19, numeral 10.

² Simone de Beauvoir sostuvo que la jerarquización de los sexos es una construcción social, no una cuestión de biología. La condición de la mujer en la sociedad es una construcción de la sociedad patriarcal, que tuvo su comienzo con el surgimiento de la propiedad privada.

Es así que estas desigualdades se hallan naturalizadas a punto tal de invisibilizar la violencia, como sucede cotidianamente con la violencia simbólica. Cuanto más sutil, más efectiva (SEGATO, 2010)³.

Podemos reconocer estereotipos patriarcales en aquellos patrones socioculturales que promueven y sostienen la desigualdad de género, como son las prácticas, costumbres y modelos de conductas sociales, culturales y educativas expresadas a través de normas, mensajes, discursos, símbolos, imágenes, o cualquier otro medio de expresión que aliente la violencia contra las mujeres o que tienda a: 1) perpetuar la idea de inferioridad o superioridad de uno de los géneros; 2) promover o mantener funciones estereotipadas asignadas a varones y mujeres, tanto en lo relativo a tareas productivas como reproductivas; 3) desvalorizar o sobrevalorar las tareas desarrolladas mayoritariamente por alguno de los géneros; 4) utilizar imágenes desvalorizadas de las mujeres, o con carácter vejatorio o discriminatorio; 5) referirse a las mujeres como objetos⁴.

Ahora bien, los Estados deben propender a la remoción de esos patrones socioculturales. Este compromiso es asumido no sólo por los Estados nacionales, sino, también, por los estados locales.

En la Recomendación N° 35, el Comité CEDAW exhorta a los Estados partes a que apliquen medidas preventivas adecuadas para abordar las causas subyacentes de la violencia por razón de género contra la mujer, en particular, las actitudes patriarcales y los estereotipos, la desigualdad en la familia y el incumplimiento o la denegación de los derechos civiles, políticos, económicos, sociales y culturales de la mujer, y promover el empoderamiento, la capacidad de acción y las opiniones de las mujeres⁵.

En suma, los estereotipos sexistas invisibilizan y cosifican a las mujeres, generando desigualdad y discriminación. Por ello, es necesaria la participación activa del Estado y de las organizaciones de mujeres para abordar y erradicar los estereotipos, los prejuicios, las costumbres y las prácticas, que consienten o promueven la violencia por razón de género contra la mujer y sustentan la desigualdad estructural entre la mujer y el hombre.

HACIA UN NUEVO PARADIGMA: DE-CONSTRUYENDO PATRONES PATRIARCALES

EDUCACIÓN PARA LA IGUALDAD: LOS TEXTOS ESCOLARES

Las distintas ideologías, valores e, inclusive, los estereotipos vigentes en una sociedad se transmiten a las nuevas generaciones a través de los sistemas educativos. Si bien el modelo educativo es marcadamente androcéntrico, el Estado a través de la legislación y de políticas públicas concretas coadyuva a un sistema de educación coeducativo.

Coeducación es un término que hace referencia a la educación conjunta de dos o más grupos diferentes, sea por cuestiones de raza, clase social, religión, entre otros; en el tema que nos ocupa, la coeducación refiere a una propuesta pedagógica donde la educación se imparte de manera conjunta e igualitaria entre mujeres y varones libre de todo estereotipo disvalioso en los aprendizajes proporcionados a cada uno/a (MARINELLI, 2015).

La Convención para la Eliminación de todas las formas de Discriminación contra la Mujer establece que los Estados deben adoptar todas las medidas apropiadas para eliminar la discriminación contra la mujer, a fin de asegurarle la igualdad de derechos con el varón en la esfera de la educación (art. 10). Para ello, se promueve la eliminación de todo concepto estereotipado de los roles masculino y femenino a través de la modificación de los libros, de los programas escolares y la adaptación de los métodos de enseñanza.

³ Cuanto más disimulada y sutil sea esta violencia, mayor será su eficiencia para mantener despierta y clara la memoria de la regla impuesta y, al mismo tiempo, podrá preservar en el olvido el carácter arbitrario y poco elegante de la violencia fundadora así como los placeres propios del mundo que ella negó.

⁴ Conf. art. 2, inc. e) del decreto reglamentario 4028/2013 de la ley provincial de Santa Fe N° 13.348, que adhiere a la ley argentina 26.485.

⁵ CEDAW, Recomendación ... cit., numeral 30.

La ley de educación argentina N° 26.206 establece que es responsabilidad principal e indelegable del Estado proveer una educación integral, permanente y de calidad para todas y todos los habitantes de la Nación, garantizando la igualdad, la gratuidad y la equidad en el ejercicio de ese derecho (art. 4); y, entre sus fines y objetivos, menciona que debe lograr la igualdad de oportunidades y posibilidades, respetando las diferencias entre las personas sin admitir discriminación de género ni de ningún otro tipo (art. 11, f).

Por su parte, la ley de protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres (Ley N° 26.485) dispone la actualización de los libros de texto y materiales didácticos con la finalidad de eliminar los estereotipos de género y los criterios discriminatorios, fomentando la igualdad de derechos, oportunidades y trato entre mujeres y varones (art. 11, ap. 3, e).

En este sentido, el Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI)⁶ viene realizando una importante labor en forma conjunta con destacadas editoriales que se han comprometido en la lucha por la igualdad y la no discriminación.

Así, en el 2012, se firmó un Convenio con las editoriales que publican textos escolares, Santillana Ediciones, Puerto de Palos/Estrada del Grupo MacMillan, Ediciones SM, A-Z, Aique y Kapeluz, para impulsar el desarrollo de libros y materiales didácticos que promuevan la educación en la diversidad y contribuyan a prevenir conductas discriminatorias, xenófobas y racistas⁷.

⁶ Puede verse la investigación realizada por el INADI titulada *Análisis de libros escolares desde una perspectiva de derechos humanos. Por una educación inclusiva y no discriminatoria*, INADI, Buenos Aires, 2.016. Disponible *on line*: <http://201.216.243.171/biblioteca/wp-content/uploads/2016/03/analisis-de-libros-escolares-desde-una-perspectiva-de-derechos-humanos.pdf> (fecha de consulta: 27-10-2017).

⁷ Puede verse Editoriales escolares por la inclusión, Archivo Prensa, INADI, 12-06-2012. Disponible *on line*: <http://www.inadi.gob.ar/archivo/?p=11654> (fecha de consulta: 27-10-2017).

LAS HISTORIAS INFANTILES

a. Los cuentos de Disney

Casi un siglo pasó desde que Walt Disney llevó al cine el clásico cuento de la princesa Blancanieves (1937) a los últimos filmes, donde se muestra una mujer que ha quebrado los tradicionales patrones sexistas; así llegan Rapunzel (2006), Mérida (2012), y las hermanas Elsa y Anna (2013).

La mega industria del cine ejerce un gran poder simbólico, ya que desde los personajes femeninos de estos cuentos construye, acepta y normaliza el significado de ser mujer. Un sistema discriminatorio en función del género, sutil y difícil de detectar, que ejerce su influencia, principalmente, a través del simbolismo (AGUADO PELAEZ; MARTINEZ GARCIA, 2015).

A modo ilustrativo, vamos a referirnos brevemente a la protagonista de la película *Brave* (Indomable), una historia ambientada en la Escocia medieval.

Mérida, representa la mayor ruptura con sus antecesoras. Si bien mantiene la belleza, su físico es diferente a las anteriores, ya que es mucho más aniñado (la cara más redondeada, es delgada pero sin tener una cintura tan afilada, poco pecho, su melena rizada y pelirroja), y rechaza los vestidos lujosos, buscando la comodidad y la naturalidad (AGUADO PELAEZ; cit.). La protagonista se muestra rebelde e independiente, cuestionando los valores femeninos tradicionales.

Mérida rechaza sistemáticamente a todos los príncipes (que son feos y torpes) y lucha por su derecho a no casarse. Asimismo, consigue que su madre modifique sus creencias y se cuestione los patrones sociales en relación al matrimonio y acepte el pensamiento de su hija frente a la libertad de elección (AGUADO PELAEZ; cit.).

Cada una de las princesas Mérida, Rapunzel, Elsa y Anna quiebran el arquetipo tradicional de mujer de las anteriores princesas de Disney; todas ellas se empoderan desde la reivindicación, revalorización y visibilización de lo femenino (AGUADO PELAEZ; cit.).

Es fundamental promover la modificación de estos estereotipos socioculturales -expresiones de violencia simbólica en la educación y en el entretenimiento infantil-, que promueven la desigualdad desde la infancia, naturalizándola, ya que son agentes de socialización que juegan un papel esencial en la formación de niñas, niños y adolescentes.

b. Colección *Ni héroes, ni princesas*

El Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI) con el apoyo de UNICEF ha creado la colección *Ni héroes, ni princesas*, con el objetivo de construir igualdad para que los niños y las niñas crezcan con la convicción de que pueden pensar y jugar a lo que quieran sin ser discriminados/as.

Esta colección de libros infantiles busca sensibilizar a los niños, niñas, familias y docentes desde la escuela sobre los estereotipos de género.

Se trata de una serie de tres libros de cuentos, *Valentín, el superhéroe bailarín*⁸; *Lola y los juguetes*⁹; *Ana y los vestidos fantasmas*¹⁰; y se acompaña con un material para trabajar con los docentes.

c. Otras historias

Chirimbote es una editorial argentina¹¹ dedicada a construir infancias sin violencias, que busca ofrecer narrativas libres de estereotipos sexistas.

En 2015 lanzó la colección de libros *Antiprincesas* y *Antihéroes*, con la finalidad de visibilizar historias reales diferentes a los cuentos de Disney.

Así, aparece *Antiprincesas*, historias de mujeres reales, libres e independientes, como Frida Kahlo, Violeta Parra y Juana Azurduy¹², mujeres que se animaron a romper mandatos en todos los ámbitos, no sólo en la cultura, sino también en el amor y la familia.

Por su parte, *Antihéroes* busca mostrar historias de varones reales que ganaron otras batallas; como Julio Cortázar, Eduardo Galeano, el Che Guevara y el Gauchito Gil.

Esta colección *Antiprincesas* y *Antihéroes* es una propuesta diferente que muestra a mujeres libres e independientes, heroínas olvidadas de las guerras de la independencia, y nuevas masculinidades.

Otros libros de la misma editorial: 1) *Ni una menos desde los primeros años, Educación en géneros para infancias más libres* es un libro que pretende ser una herramienta para quitar los prejuicios y estereotipos que rodean la idea de los vínculos familiares, los de género y los roles que se nos atribuyen desde el momento en que nacemos; 2) *Feminismos populares, Pedagogías y políticas* cuenta la lucha de mujeres latinoamericanas, que se animan a la construcción de poder popular desde iniciativas antipatriarcales.

Asimismo, existen otras editoriales comprometidas en historias diferentes que reivindican derechos desconocidos por mucho tiempo.

En su caso, Albatros tiene una colección de cuentos *A leer con pitogramas*, basados en las historias clásicas adaptadas a las distintas culturas indígenas de la Argentina y de Latinoamérica, con glosario de pictogramas y una sección informativa sobre las culturas que se proponen.¹³ A guisa de ejemplo, podemos mencionar *La sirenita de la Patagonia austral*; *Blancanieves de la Tierra del Fuego*; *El sastrecillo valiente de las Pampas*; *La Cenicienta del Imperio Maya*; *Robin Hood del Imperio Inca*; entre otros. Si bien estas historias, adaptación libre de los cuentos famosos, reproducen los estereotipos existentes en sus versiones originales, hay una

⁸ Puede verse *on line*: <https://www.unicef.org/argentina/spanish/COM-NHNP-Valentin-el-superheroe-bailarin.pdf> (fecha de consulta: 26-10-2017).

⁹ Puede verse *on line*: <https://www.unicef.org/argentina/spanish/COM-NHNP-Lola-y-los-Colores.pdf> (fecha de consulta: 26-10-2017).

¹⁰ Puede verse *on line*: <https://www.unicef.org/argentina/spanish/COM-NHNP-Ana-y-los-Vestidos-Fantasmas.pdf> (fecha de consulta: 26-10-2017).

¹¹ Puede verse *on line*: www.chirimbote.com.ar (fecha de consulta: 26-10-2017). Asimismo, los libros se hallan traducidos al portugués y comercializados en Brasil (*on line*: <http://www.antiprincesas.com.br/> - fecha de consulta: 26-10-2017), en Portugal, Italia, España, Turquía y USA, entre otros países.

¹² La colección publicó, además, las historias de Clarice Lispector, Alfonsina Storni y Gilda.

¹³ Puede verse *on line*: <http://www.albatros.com.ar/collection?collectionId=6> (fecha de consulta: 26-10-2017).

mirada inclusiva e integradora con la cultura local, una revalorización de los pueblos originarios de nuestro continente.

Como puede advertirse, existe un cambio de paradigma hacia nuevos modelos culturales, educativos y sociales más igualitarios e inclusivos.

LENGUAJE GÉNERO SENSITIVO

Cuando en una cultura la lengua no registra la existencia de un sujeto femenino, éste no existe o no está considerado como sujeto en dicha cultura. Además, esta valoración que transmite el lenguaje se consolida y proyecta hacia el futuro una sociedad en donde la mujer es puesta en inferioridad al varón (PRUNOTTO, 2012).

Este fenómeno se conoce como lenguaje ginope (GARCÍA PRINCE, 1996), refiriéndose a un código de comunicación que es ciego a lo femenino o que oculta a la mujer. Así pues, es un síntoma inequívoco de desigualdad dado que so pretexto de la universalidad del género masculino, se excluye a la mujer o se la oculta deliberadamente en un discurso que termina presentándose sesgado, como así también la realidad a la cual alude.

En cambio, un lenguaje inclusivo fomenta la utilización de la lengua castellana en todas sus palabras, porque existen en ella las herramientas para construir un lenguaje que materialice a la mujer y al varón juntos por igual, para ello se incentiva la utilización de los sustantivos colectivos, los sustantivos abstractos, los verbos impersonales, los pronombres sin marca de género y el desdoblamiento de los artículos, entre otros (PRUNOTTO; cit.).

Estamos viviendo una etapa de transformación sociocultural, que exige políticas lingüísticas, que visibilicen a las mujeres en todo tipo de documentos escritos y discursos verbales. Como prueba de ello, podemos mencionar los textos escolares y los cuentos infantiles, ya referidos; las leyes género-sensitivas; los fallos con perspectiva de género; el arte sin discriminación; los discursos políticos con mirada de género; la comunicación mediática con responsabilidad social; entre otros.

EL FIN DE LOS CONCURSOS DE BELLEZA: EMBAJADORAS Y EMBAJADORES CULTURALES

Como ya lo expresáramos, las acciones positivas, tanto del Estado como de las organizaciones intermedias de la sociedad civil, tendientes a eliminar las desigualdades y discriminaciones de género, son herramientas eficaces para de-construir los patrones de belleza que cosifican el cuerpo de las mujeres.

En Argentina, muchas ciudades han decidido eliminar los tradicionales concursos de belleza; sin embargo, aún no existe una regulación legal a nivel nacional.

Es por ello, que se han presentado numerosos proyectos de ley que contemplan regular los concursos de belleza y elecciones de reinas.

Así, en la provincia de Córdoba, se presentó un proyecto con el fin de reconvertir estos concursos, entendiendo que los mismos cosifican a la mujer, refuerzan la idea de que las mujeres deben ser valoradas exclusivamente por su apariencia física, y constituyen una práctica discriminatoria y sexista.¹⁴

Asimismo, la legisladora provincial Liliana Montero presentó otro proyecto de ley, transformando los llamados concursos de belleza en “concursos reales”. La iniciativa prohíbe la realización de certámenes y concursos que promuevan criterios de selección basados en características físicas, sexo, edad, altura, peso, características étnicas o raciales, color de piel, cabello, ojos; medidas corporales de busto, cintura, cadera; y cualquier otra característica física sostenida sobre criterios denigratorios para las mujeres o sobre estereotipos de género.¹⁵

¹⁴ El proyecto de ley, presentado por la Diputada Elisa Caffaratti, tiene por objeto evitar la discriminación y violencia simbólica e institucional que producen los certámenes de belleza y de elección de representantes de fiestas provinciales y municipales, y busca promover valores que fomenten la construcción de una ciudadanía inclusiva, igualitaria, solidaria, saludable, comprometida y participativa. (*On line*: <https://elisacaffaratti.com.ar/proyecto-ley-regular-concursos-belleza-eleccion-reinas/> - fecha de consulta: 29-09-2017).

¹⁵ El proyecto puede verse en la web de la legisladora: <http://lilianamontero.com.ar/proyecto-ley-20759-fecha-01-12-2016-concursos-reales/> (fecha de consulta: 29-09-2017).

Además, establece que la autoridad de aplicación deberá promover la transformación de eventos de selección de reinas de belleza en concursos de reconocimientos de logros intelectuales, deportivos, artísticos o por sus trabajos y compromisos sociocomunitarios¹⁶.

A su vez, la diputada bonaerense María Alejandra Martínez impulsó un proyecto que apunta a reemplazar, en el marco de las fiestas provinciales, los concursos de belleza tradicionales y transformarlos en la elección de “embajador o embajadora cultural”. La iniciativa tiene como objetivo no cosificar a la mujer y ser inclusivo y representativo. El/la embajador/a cultural puede ser una persona de la tercera edad, un varón, una mujer, un joven, una persona con alguna discapacidad, pero que represente y transmita el sentir de cada pueblo¹⁷.

En Santa Fe, la Subsecretaría de Políticas de Género de la Provincia, en su calidad de organismo de aplicación de la Ley Provincial N° 13.348 de Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres, solicitó la suspensión de los eventos de elección de reinas en municipios y comunas. Este pedido se funda en reconocer que estas prácticas, en sí mismas, se enmarcan en uno de los tipos de violencia denominada simbólica que refuerzan estereotipos sexistas poniendo, mayoritariamente, en valor rasgos vinculados a las características de belleza física, que se refieren a las mujeres como objetos.¹⁸

A partir de esta recomendación la Municipalidad de Rosario se sumó a la iniciativa y ya no habrá más elección de reinas en la Fiesta Nacional de Colectividades. En la próxima edición 2.017, se elegirá una pareja de embajadores, que tendrá más que ver con lo cultural y la trayectoria dentro de la colectividad.

Si bien no existe una ley nacional que regule los certámenes que se realizan en las fiestas populares, eliminando los estereotipos de belleza, que discriminan y cosifican a las mujeres, podemos advertir un sinnúmero de ciudades y provincias que adoptaron diferentes medidas para modificar estas prácticas estereotipantes.

MODELOS Y TALLES REALES: BODY POSITIVE

El mundo de la moda es otro ámbito donde estos patrones de belleza, que cosifican a la mujer, se ven potenciados. Sin embargo, existen diferentes iniciativas a nivel global para modificar estos modelos estereotipados, que denigran, humillan, someten a las mujeres, naturalizando su lugar de subordinación en la sociedad.

Así, podemos mencionar a AnyBody Argentina, que forma parte de un movimiento internacional que genera conciencia y lucha contra la epidemia del odio corporal.¹⁹ El ideal de delgadez impuesto socialmente afecta de forma negativa a la imagen corporal femenina, imponiendo un patrón de belleza nocivo e irreal.

Esta Ong, entre las acciones positivas que lleva adelante, ha promovido que las marcas de ropa tengan actitudes *body positive*, para lo cual lanzaron la Campaña *El talle único no es el único talle*, reconociendo a aquéllas que tengan variedad de talles; publicidades con cuerpos sin Photoshop, que no retoquen digitalmente el talle o tamaño y los rasgos de la cara de las modelos; publicidades inclusivas, que muestren una diversidad de cuerpos, tamaños y talles; y maniqués de diversos talles o tamaños en las vidrieras.²⁰

Sin lugar a duda alguna, existe una estrecha relación entre los estereotipos de belleza, las modelos de pasarela y el talle único.

¹⁶ Íd.

¹⁷ Puede verse *on line* https://www.hcdiputados-ba.gov.ar/gacetilla.php?cg=g_2017020801 (fecha de consulta: 29-09-2017).

¹⁸ Puede verse el Facebook de la Subsecretaría de las Políticas de Género de la Provincia de Santa Fe, post del 5-09-2017. *On line*: <https://www.facebook.com/PoliticasyGeneroSantaFe/posts/533037200379338> (fecha de consulta: 29-09-2017).

¹⁹ AnyBody Argentina forma parte del movimiento global Cuerpos en riesgo de extinción/Endangered Bodies. *On line*: <http://buenosaires.endangeredbodies.org/> (fecha de consulta: 29-09-2017).

²⁰ *On line*: <http://www.mendoza-post.com/nota/26647-5-marcas-argentinas-de-indumentaria-premiadas-por-negarse-al-talle-unico/> (fecha de consulta: 29-09-2017).

En cuanto a la regulación legal, si bien existen leyes y ordenanzas en varias provincias y ciudades importantes de nuestro país²¹, es necesario el dictado de una ley nacional de talles para unificar criterios.

El pasado 5 de abril, la Diputada Victoria Donda junto con AnyBody Argentina y otras organizaciones presentó un proyecto de ley nacional de talles²², cuyo objeto es garantizar a todos los habitantes la existencia de un mínimo de ocho talles. Los fundamentos, entre otros, se basan en el estereotipo de belleza femenina definido por el sistema patriarcal y el discurso machista que exige una mujer siempre joven, delgada, y con cuerpos perfectos²³.

PUBLICIDAD INCLUSIVA (NO SEXISTA)

En consonancia con los temas expuestos sobre los certámenes de belleza, el modelaje y la ley de talles, vamos a referirnos, en particular, a la publicidad inclusiva y no sexista, que viene incorporando en los últimos años modelos de talles reales y diferentes edades, quebrando con el estereotipo tradicional de belleza.

En Argentina, la ley de Servicios de Comunicación Audiovisual N° 26.522 establece que los avisos publicitarios no importarán discriminaciones de raza, etnia, género, orientación sexual, ideológicos, socio-económicos o nacionalidad, entre otros (art. 81, i); y el nuevo Código Civil y Comercial de la Nación (2.015) prohíbe expresamente toda publicidad que sea abusiva o discriminatoria (art. 1.101, c).

²¹ Las provincias de Santa Fe, Buenos Aires, Río Negro, Mendoza, Chaco, Entre Ríos, Santa Cruz, Corrientes, La Pampa, Córdoba, San Juan y las ciudades de Buenos Aires, Rosario, Santa Fe, Resistencia, Córdoba y Río Cuarto tienen leyes y ordenanzas que regulan los talles de la indumentaria. On line: (<http://www.ciaindumentaria.com.ar/camara/ley-de-talles-por-jurisdicciones/>) (fecha de consulta: 29-09-2017).

²² Puede verse el Facebook de Victoria Donda Pérez, post del 5-04-2017. On line: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=10155117456423476&id=163081623475&substory_index=0 / Asimismo, puede verse en el sitio oficial de Los Libres del Sur. On line: <http://libresdelsur.org.ar/noticias/proyecto-una-ley-nacional-talles/> (fecha de consulta: 29-09-2017).

²³ Puede verse el Facebook de Victoria Donda Pérez, post del 5-04-2017. On line: https://www.facebook.com/163081623475/photos/a.376637738475.158778.163081623475/10155117376613476/?type=3&link_share (fecha de consulta: 29-09-2017).

En España, la ley general de publicidad (34/1988) establece que es ilícita aquella publicidad que atente contra la dignidad de la persona o vulnere los valores o derechos reconocidos en la Constitución, especialmente en lo que se refiere a la infancia, a la juventud y la mujer (art. 3, a).

En el Reino Unido, a partir de 2018, la Autoridad de Estándares de Publicidad prohibirá anuncios que perpetúen los estereotipos de género y también aquellos que ridiculicen a quienes no se conforman con los roles de género²⁴.

En nuestro país, si bien está prohibida toda publicidad sexista, en la práctica existen numerosas denuncias por publicidades o contenidos sexistas ante organismos públicos, como el INADI o la Defensoría del Público, los cuales cumplen más bien una tarea educativa y conciliadora, persiguiendo como fin último la modificación de esas conductas estereotipantes.

Es decir, que el medio de comunicación o la agencia de publicidad asuma un compromiso social de no repetición y de generar contenidos publicitarios no sexistas.

Así, el Observatorio de la Discriminación en Radio y Televisión²⁵, que sólo dicta recomendaciones y elabora informes²⁶, ha confeccionado una serie de pautas a tomar en consideración para producir publicidades no sexistas.

²⁴ Puede verse el video *on line*: https://www.facebook.com/ajplusespanol/videos/1591229240929419/?hc_ref=ARSUEnK-P74530UA7ytuAqsnclBcmmudFPj-GwVIm90PERqIiRwRT66fo90Q8sFSGzw&pnref=story (fecha de consulta: 26-10-2017). Puede ampliarse en la web de Advertising Standards Authority Ltd. (ASA). On line: <https://www.asa.org.uk/news/report-signals-tougher-standards-on-harmful-gender-stereotypes-in-ads.html> (fecha de consulta: 26-10-2017).

²⁵ El Observatorio de la Discriminación en Radio y Televisión es un espacio del Ente Nacional de Comunicaciones (ex AFSCA) al que el Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI) y el Consejo Nacional de las Mujeres (CNM) asisten técnicamente.

²⁶ El Observatorio actúa por iniciativa propia en los casos que considera pertinentes y/o por reclamos o denuncias realizadas ante cualquiera de los organismos intervinientes o ante el mismo Observatorio. Se analizan los contenidos objetados y se concluye si el material observado contiene o no un mensaje discriminatorio. Las conclusiones se comunican a las partes involucradas en la creación y difusión del contenido, a los medios de comunicación social, a profesionales de la comunicación y a la sociedad en general.

Estas *Recomendaciones para una publicidad inclusiva y no sexista*²⁷ son una serie de herramientas producidas con el objeto de colaborar no sólo en la de-construcción de las estereotipaciones y estigmatizaciones que los discursos mediáticos imponen sobre las mujeres, sino también para contribuir a desarrollar representaciones inclusivas de las masculinidades y de la diversidad sexual.

Algunas de las Recomendaciones elaboradas a partir de las publicidades sexistas son: 1) no presentar al cuerpo de las mujeres como objeto; 2) no recurrir a un estereotipo de belleza en desmedro de las características físicas de otras mujeres; 3) evitar la segmentación y contraposición entre “el mundo de las mujeres” y “el mundo de los varones”; 4) no promover caracterizaciones binarias y reduccionistas como la idea de que los varones son analíticos y racionales mientras que las mujeres serían impulsivas e irracionales; 5) promover la distribución democrática de las tareas domésticas.

En materia de publicidad inclusiva y no sexista, cada vez más marcas están comprometidas en mostrar a mujeres reales.

Así, podemos mencionar a Modcloth de trajes de baño; a la modelo Ashley Graham que creó su propia línea de lencería pensada para mujeres reales; a la brasileña Fluvia Lacerda, conocida como la Gisele Bündchen XL, que tuvo su propia colección de lencería para Flaminga; a Camila Docampo para la marca de cosméticos Gigot; entre muchas más.

Para concluir, deseamos referirnos a una campaña por la diversidad de los cuerpos frente a los estereotipos establecidos por los medios y la sociedad, promovida por Feminismo Unizar²⁸, que sintetiza lo que hemos querido significar: “Nuestros cuerpos son reales, los estereotipos no”.

CONCLUSIONES

Como corolario de este trabajo, nos queda la pregunta hacia dónde vamos y qué acciones positivas podemos emprender para ser agentes del cambio.

El empoderamiento de las mujeres es una forma de vida, que debe trascender a las propias mujeres; puesto que una mujer empoderada beneficia a toda la sociedad.

De-construir los estereotipos sexistas es una tarea cotidiana, que debemos asumir como propia, y aplicar en la familia, en la escuela, en los medios, en la sociedad.

Y nuestras conductas proactivas deben, asimismo, exhortar a los Estados al cumplimiento de los compromisos internacionales, dictando leyes y estableciendo políticas públicas efectivas.

El primer signo de violencia es aquel que no se ve, porque se halla invisibilizado en la sociedad a través de estereotipos patriarcales que naturalizan la subordinación de la mujer; y cuanto más sutil, mayor será su eficiencia.

Si desenmascaramos a la violencia simbólica, podremos construir un mundo más igualitario y libre de discriminaciones.

²⁷ Recomendaciones elaboradas por el Observatorio de la Discriminación en Radio y Televisión.

²⁸ Puede verse *on line*: <http://imperfectas.com/cuerpos-reales-los-estereotipos-no-una-campana-la-diversidad-realidad-las-mujeres/> (fecha de consulta: 30-10-2017).

REFERENCIAS

AGUADO PELAEZ, D.; MARTÍNEZ GARCÍA, P. ¿Se ha vuelto Disney feminista? Un nuevo modelo de princesas empoderadas, *Área Abierta*, v.15, n. 2, 2015, p. 49-61. Disponible em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/USUARIO/Mis%20documentos/Downloads/46544-86382-2-PB.pdf>. Acceso em: 30 out. 2017.

DE BEAUVOIR, S. *El Segundo Sexo*. París: [s.n.], 1949.

FACIO, A.; FRIES, L. Feminismo, Género y Patriarcado. *Academia*: revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires, v. 3, n. 6, p. 259-294, 2005.

GARCÍA PRINCE, E. *Igualdad de género y desarrollo humano sostenible*: aportes para la discusión. Managua: INIM, 1996.

MARINELLI, L. Desaprendiendo lo aprendido, Educación para la igualdad. In: URRUTIA, L. *La protección integral de las mujeres contra la violencia de género*. Ley 26.485. Rosario: Ed. JURIS, 2015. p. 37-61.

PÉREZ, J. Estereotipos de género. Disponible em: <http://www.poderjudicialmichoacan.gob.mx/web/atencion/contenido/ponencias/mesa2/Estereotipos%20de%20G%C3%A9nero%20Julia%20P%C3%A9rez.pdf>. Acceso em: 30 out. 2017.

PRUNOTTO, M. ¿Puede la lengua ser violenta? Violencia de género, lengua y lenguaje. *Revista Especializada de la Comisión de los Derechos de la Mujer*, n.4, 2012, p.103-118.

SEGATO, R. *Las estructuras elementales de la violencia*: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. 2. ed. Buenos Aires: Ed. Prometeo, 2010.

OTRAS PUBLICACIONES

ADVERTISING STANDARDS AUTHORITY - ASA. Report Signals Tougher Standards on Harmful Gender Stereotypes in Ads. UK, 2017. Disponible em: <https://www.asa.org.uk/news/report-signals-tougher-standards-on-harmful-gender-stereotypes-in-ads.html>. Acceso em: 26 out. 2017.

CAMPAÑA por la diversidad de los cuerpos de Feminismo Unizar. Disponible em: <http://imperfectas.com/cuerpos-reales-los-estereotipos-no-una-campana-la-diversidad-realidad-las-mujeres/>. Acceso em: 30 out. 2017.

CEDAW. Recomendación nº 35, de Julio de 2017. Se trata sobre la violencia por razón de género contra la mujer.

COLECCIÓN a leer con pictogramas. Argentina: Editorial Albatros. Disponible em: <www.albatros.com.ar/collection?collectionId=6>. Acceso em: 26 out. 2017.

COLECCIÓN Antiprincesas y antihéroes. Argentina: Editorial Chirimbote. Disponible em: <www.chirimbote.com.ar>. Acceso em: 26 out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL CONTRA LA DISCRIMINACIÓN, LA XENOFOBIA Y EL RACISMO – INADI. *Análisis de libros escolares desde una perspectiva de derechos humanos*: por una educación inclusiva y no discriminatoria. Buenos Aires, 2016. 217p. Disponible em: <http://201.216.243.171/biblioteca/wp-content/uploads/2016/03/analisis-de-libros-escolares-desde-una-perspectiva-de-derechos-humanos.pdf>. Acceso em: 27 out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL CONTRA LA DISCRIMINACIÓN, LA XENOFOBIA Y EL RACISMO – INADI. *Editoriales escolares por la inclusión*. Buenos Aires, 2012. Disponible em: <http://www.inadi.gob.ar/archivo/?p=11654>. Acceso em: 27 out. 2017.

PROYECTO de ley de la diputada Elisa Caffaratti. Disponible em: <https://elisacaffaratti.com.ar/proyecto-ley-regular-concursos-belleza-eleccion-reinas/> 29 set. 2017.

PROYECTO de ley de la diputada María Alejandra Martínez. Disponible em: <https://www.hcdiputados-ba.gov.ar/gacetilla.php?cg=g_2017020801>. Acceso em: 29 set. 2017.

PROYECTO de ley de la diputada Victoria Donda Pérez. Disponible em: <https://libresdelsur.org.ar/noticias/proyecto-una-ley-nacional-talles/>. Acceso em: 29 out. 2017.

PROYECTO de ley de la legisladora Liliana Montero. Disponible em: <http://lilianamontero.com.ar/proyecto-ley-20759-fecha-01-12-2016-concursos-reales/>. Acceso em: 29 set. 2017.

BUJAN, J. A. *Ana y los vestidos fantasmas*. Buenos Aires: INADI, 2017. 26p. Disponible em: <https://www.unicef.org/argentina/spanish/COM-NHNP-Ana-y-los-Vestidos-Fantasmas.pdf>. Acceso em: 26 out. 2017.

_____. *Lola y los juguetes*. Buenos Aires: INADI, 2017. 28p. Disponible em: <https://www.unicef.org/argentina/spanish/COM-NHNP-Lola-y-los-Colores.pdf>. 26 out. 2017.

_____. *Valentín, el superhéroe bailarín*. Buenos Aires: INADI, 2017. 28p. Disponible em: <https://www.unicef.org/argentina/spanish/COM-NHNP-Valentin-el-superheroe-bailarin.pdf>. 26 out. 2017.

Educar para o empoderamento de meninas: apostas na infância para promover a igualdade de gênero

Andressa Botton

Doutoranda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) - Porto Alegre, RS - Brasil. Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) – Brasil. Psicóloga da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0963725927101301>

E-mail: andressa_botton@hotmail.com

Marlene Neves Strey

Pós-doutorado em Psicologia pela Universidad de Barcelona (UB) - Barcelona, Catalunha - Espanha. Doutora em Psicologia pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM) - Espanha. Professora aposentada do Curso de Psicologia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) - Porto Alegre, RS - Brasil. Psicóloga da Organização Não-Governamental (ONG) “Coletivo, Feminino, Plural” - Porto Alegre, RS - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2980399213036571>

E-mail: nevesstrey@gmail.com

Submetido em: 30/09/2017. Aprovado em: 29/11/2017. Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

Atualmente, há inúmeros programas e ações que visam o empoderamento feminino, tanto no Brasil quanto em nível internacional. Muitas dessas práticas são voltadas ao público de mulheres adultas, e se justificam para tentar diminuir as desigualdades de gênero e outros problemas sociais que colocam o sexo feminino em desvantagem, ainda nos dias atuais. Entretanto, o número de programas voltados para o empoderamento de meninas vem crescendo nos últimos anos, afirmando a importância do trabalho pela igualdade de gênero desde a infância. Neste artigo de revisão de literatura, com uma abordagem feminista de gênero, objetiva-se discutir a importância de que programas de empoderamento feminino e de promoção de igualdade de gênero sejam promovidos para/com crianças, a fim de que elas cresçam e se desenvolvam conhecendo os benefícios e os motivos de uma vida com menos desigualdades. Além disso, considera-se que o trabalho com crianças pode apresentar resultados satisfatórios e duradouros pela facilidade do aprendizado infantil através da socialização de gênero com os/as adultos e a incorporação dessas percepções em sua identidade, bem como pela plasticidade cerebral ser maior nessa fase, o que permite às crianças grande adaptabilidade e capacidade de agregar as novidades que lhes são ensinadas. Desse modo, poderá se ter maior apoio social e governamental para propor novos projetos e ações de empoderamento de meninas, aumentando o número de práticas com crianças que podem contribuir para uma sociedade com maior igualdade de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Infância. Empoderamento de meninas. Igualdade de gênero.

Educating for girls' empowerment: betting on children to promote gender equality

ABSTRACT

Actually, there are programs and actions seeking the women empowerment in Brazil and around the world. Some of these practices are turned to the adult women and justified to try minimized the gender inequalities and other social problems that put the women down until today. However, these programs turned to the girls' empowerment grow nowadays, affirming the importance to stimulate the gender equality since the childhood. This paper review the literature with a feminism approach looking for the discussion about the women empowerment programs and the gender equality promotion to/with children. The idea is they grow up and develop themselves knowing the benefits and motives of a lifetime more egalitarian. Moreover, the work with children would show better satisfactory results to the child learning if they we are gender socialized with adults. It helps because of the incorporation of these perceptions in the children identity and their brain capacity to adapt and to assimilate news. This way, could have more governmental and social support to propose news projects and actions if have more practices with children that will contribute to a more gender equality society.

Keywords: Gender. Childhood. Girls empowerment. Gender equality.

Educar para el empoderamiento de niñas: apuestas en la infancia para promover la igualdad de género

RESUMEN

En la actualidad hay inúmeros programas y acciones que tienen en mira el empoderamiento femenino, tanto en Brasil como en nivel internacional. Muchas de esas prácticas se vuelven a un público de mujeres adultas y se justifican para intentar disminuir las desigualdades de género y otros problemas sociales que ubican el género femenino aun en desventaja. Sin embargo, el número de programas de empoderamiento de niñas ha crecido en los últimos años, afirmando la importancia del trabajo por la igualdad de género desde la infancia. En este artículo de revisión de la literatura, con un abordaje feminista de género, el objetivo es discutir la importancia de los programas de empoderamiento femenino y de promoción de la igualdad de género desarrollados para/ con niños, a fin de que crezcan y se desarrollen conociendo los beneficios y los motivos de una vida con menos desigualdades. Además, considerase que el trabajo con infantes puede presentar resultados más satisfactorios y duraderos por la facilidad del aprendizaje infantil través de la socialización de género con los adultos y la incorporación de esas percepciones en su identidad, así como por la plasticidad cerebral ser mayor en esa fase, lo que permite a los niños una gran adaptabilidad y capacidad de agregar las novedades que son enseñadas a ellos. De esa manera puede haber mayor apoyo social y gubernamental para proponer nuevos proyectos y acciones de empoderamiento de niñas, aumentando el número de prácticas con infantes que pueden contribuir para una sociedad con más igualdad de género.

Palabras clave: Género. Infancia. Empoderamiento de niñas. Igualdad de género.

INTRODUÇÃO

Ao olhar para os problemas sociais atuais através da perspectiva do marcador social gênero, percebem-se diversos exemplos de como as diferenças entre homens e mulheres tornam-se desigualdades entre os sexos, em todas as faixas etárias. São casos de violência doméstica e abuso sexual contra meninas e mulheres, gravidez na infância e adolescência, desigualdade no acesso à educação, salários desiguais e/ou a oferta de subempregos, sempre com prejuízos para o sexo feminino (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016; SNIG, 2014).

As desigualdades são frutos de construções sociais patriarcais, em processo histórico que gerou, e ainda mantém, as diferenças sociais entre o masculino e o feminino (AMÂNCIO, 1994, apud PRÁ e CEGATTI, 2016) e que ocasionaram prejuízos que ainda não permitem que se alcance a igualdade de gênero na sociedade contemporânea. Diante disso, uma das estratégias para diminuir ou tentar erradicar as diferenças impostas a mulheres e homens são as práticas de empoderamento feminino.

Atualmente, no Brasil, há diferentes ações que promovem o empoderamento de meninas e mulheres, bem como outras para ambos os sexos que trabalham com promoção de igualdade de gênero e sensibilização contra a desigualdade. Nos últimos anos, notou-se crescimento no número de projetos voltados para o público infanto-juvenil, mas, dentre esses, o trabalho com as crianças de menor idade ainda precisa de mais investimentos, pois conta com poucas iniciativas (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016).

Assim, o objetivo deste artigo é demonstrar a relevância do trabalho para o empoderamento de meninas e para a promoção da igualdade de gênero com o público infantil, baseando-se na ideia de que o trabalho com crianças é facilitado por dois aspectos: o aprendizado através da socialização de gênero e a plasticidade cerebral. Nesse sentido, são abordadas hipóteses de como esses dois fatores podem contribuir para a incorporação de conhecimentos que serão praticados no dia a dia

e levados para a vida adulta, contribuindo para uma postura não sexista e para uma sociedade com mais igualdade entre mulheres e homens, meninas e meninos. Ao final, exemplificam-se as propostas sugeridas com a descrição de projetos nacionais.

Logo, para apresentar e discutir tais questões utiliza-se a abordagem de gênero feminista, que, segundo Prá (2013) auxilia mulheres e homens a perceber e enfrentar as determinações sociais, culturais e políticas impostas sobre sua identidade. E embora o marcador social gênero coexista em interação com outros, tais como raça, etnia e classe, por exemplo, este artigo não analisará as relações entre todos esses marcadores, centrando suas discussões nas que dizem respeito ao gênero.

SEXO, GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER

Na sociedade contemporânea, as diferenças do sexo biológico, ao nascer, são consideradas naturais e dividem os bebês em meninas ou meninos. Gênero é um marcador socialmente constituído sobre essas diferenças e contempla as construções sociais e históricas atribuídas ao corpo da/do bebê a partir do momento da descoberta do sexo. E, ao longo de toda a vida, essas definições seguem dividindo e moldando os sujeitos de acordo com aquilo que é esperado de uma mulher, ou de um homem (COLLING, 2004; CONNEL; PEARSE, 2015; SCOTT, 1995; STREY, 2009).

No mais tardar ao nascer (pois, hoje, os exames de ultrassonografia e de sexagem fetal permitem revelar o sexo do bebê ainda na barriga da mãe, e fazem sucesso por isso), as crianças são direcionadas a um dos dois universos correspondentes àquilo que é definido biologicamente: o sexo. Se a criança é identificada com o sexo feminino, espera-se que ela corresponda aos padrões definidos para tal conforme o gênero feminino. Para o sexo masculino, a mesma associação também se aplica.

A naturalizada atribuição do sexo biológico com o gênero correspondente teve legitimação com a segunda onda do feminismo, acaba sendo determinista e, conseqüentemente, excludente,

pois considera que o espaço e a aceitação social são favoráveis às mulheres e homens que tenham seu binômio sexo-gênero em concordância. Assim, ao longo da vida, meninas e meninos, mulheres e homens recebem influências sociais de acordo com seu sexo e o gênero considerado adequado (BUTLER, 2008; CONNELL; PEARSE, 2015; LOURO, 2008; NARVAZ; KOLLER, 2006).

Criou-se uma expectativa e uma exigência da estabilidade do sexo binário, e a regra era – e ainda é – a definição das identidades feminina e masculina em oposição uma à outra, na perspectiva de gênero (ARAÚJO, 2011; BUTLER, 2008). Naturalizou-se o que se chama de sistema sexo-gênero ou binômio sexo-gênero, e tendo duas possibilidades de identificação (ou mulher/feminino, ou homem/masculino) a criança é apresentada a um mundo binário. Assim, a dicotomia da determinação dos sexos para as crianças, que resulta em dois polos antagônicos e excludentes, um em relação ao outro, é chamada de binarismo (LOURO, 2008; SCOTT, 1995).

Nessa perspectiva, há autoras/es que defendem que a descoberta do sexo de uma criança, ainda na barriga da mãe, ou quando nasce, e a consequente atribuição do gênero para esse sujeito, é a definição mais importante de sua vida. Isso porque, a partir dos contextos naturalizados binários, tem início todo o processo de gendramento desse indivíduo, baseado em cores, comportamentos, vocabulários e até profissões que, mesmo com os avanços sobre a cultura patriarcal, ainda dividem-se antagonicamente em “adequado para meninas/mulheres” ou “adequado para menino/homens” (ARÁN; PEIXOTO-JÚNIOR, 2007; ARAÚJO, 2011; LOURO, 2004).

O conceito de gendramento define as regulações sociais que são impostas aos corpos sexuados (a partir do nascimento, ou de quando descobre-se o sexo da/o bebê) de acordo com o que se entende e se aprova sobre o que é ser mulher ou ser homem, ou seja, sempre considera o binarismo. Essas regulações e imposições são, na maioria das vezes, sutis, pois estão naturalizadas no cotidiano.

O bebê, ao nascer, é assexuado – e isento desse caldo cultural que provoca seu gendramento – até que se descubra se é “a” bebê ou “o” bebê, surgindo, aí, o sujeito gendrado, que irá ter à sua disposição um mundo de possibilidades, expectativas, comportamentos, formas de ser e viver, etc, de acordo com seu sexo biológico (ARÁN; PEIXOTO-JÚNIOR, 2007; ARAÚJO, 2011; BUTLER, 2008).

As crianças, através das práticas sociais, são subjetivadas por pedagogias culturais a todo o instante, em todos os lugares, sendo expostas a discursos polarizantes, tanto para o feminino, quanto para o masculino. Esses discursos pedagógicos são produzidos, justamente, para constituir as identidades de meninas e meninos, dentro do que é esperado para cada um dos sexos. Assim, entendendo que há pedagogia em todos os lugares de produção de conhecimento, todos os contextos educacionais podem ser considerados como possíveis constituintes de meninas/mulheres ou meninos/homens e de suas subjetividades polarizadas (ROSSI, 2006; XAVIER-FILHA, 2009).

Observa-se que os brinquedos expressam, nitidamente, para qual gênero se destinam, com bonecas e jogos de panelas de um lado e carrinhos e super-heróis de outro. A cor clássica atribuída ao feminino é o rosa, com alguma variação para o roxo, enquanto o azul segue predominante na representação dos meninos. Há atividades esportivas consideradas para meninas ou para meninos, como andar de patins ou jogar futebol, respectivamente, ao mesmo tempo em que as roupas também diferenciam-se em vestidos, saias, laços e purpurinas de um lado, e bermudas e camisetas, do outro (XAVIER-FILHA, 2009). Destaca-se que, nesses casos, há sempre a presença do advérbio “ou” na descrição dos dois universos, na intenção de marcar o antagonismo nas práticas de gendramento ainda existentes na sociedade contemporânea.

Com base nessa definição, cabe salientar que tais imposições sociais, historicamente construídas e passadas de geração para geração, consideram que esses polos opostos, masculino e feminino,

“se relacionam dentro de uma lógica de dominação-submissão”, respectivamente, e que seria necessário acabar com essa lógica de relações de poder para promover a igualdade entre mulheres e homens (LOURO, 2008, p. 31). Connel (2016, p. 60) alerta que “a maior parte das ordens de gênero é patriarcal, ou seja, constrói privilégios para os homens e subordinação para as mulheres, enquanto grupos”. Isso porque a percepção das diferenças biológicas como desigualdades e consequente poder e domínio para o masculino data de séculos atrás, quando os homens foram considerados superiores devido a interpretações equivocadas sobre sua massa muscular, o tamanho do seu cérebro, a anatomia do seu aparelho reprodutor, entre outros motivos que, na verdade, consideraram e reafirmavam os interesses de quem dominava a ciência e o conhecimento, na época – eles próprios (COLLING, 2004, 2014).

Assim, as relações – de poder – que consideram os homens como superiores às mulheres foram se constituindo e constituindo os sujeitos, legitimando a ideia da superioridade masculina, assentada pelas culturas patriarcais em praticamente todo o mundo. Dessa forma, as exigências sociais eram, e ainda são, diferentes para cada sexo, sendo atribuído e cobrado das mulheres, por exemplo, o exercício da maternidade e do (auto)cuidado, bem como do trabalho doméstico, independentemente se possuem uma jornada de trabalho profissional, ou não (CHIES, 2010; VIEIRA; AMARAL, 2013). Aliado a isso, deve-se considerar o aspecto invisível do trabalho doméstico, pois não é reconhecido e nem remunerado, sendo entendido socialmente – devido às construções patriarcais – como uma tarefa feminina. Nessa perspectiva, quando é realizado por homens, esse comportamento é valorizado e caracterizado como “ajuda”, legitimando a ideia de que esse não é um serviço seu, e que merecem elogios pelo ato solidário e pelo favor realizado, o que reforça a ideia de que essa é uma atribuição da mulher (ROSO, 2014).

Além do âmbito doméstico, há desigualdades nas relações entre mulheres e homens em outros contextos, com dados que apontam poucas mulheres ocupando cargos de chefia em relação aos

homens, os salários femininos em desvantagem em relação aos masculinos quando ocupam os mesmos cargos, a objetualização do corpo feminino nas campanhas de moda, bem como os crescentes casos de violência contra meninas e mulheres, indicando agressões físicas, psicológicas e sexuais (SNIG, 2014). Logo, percebe-se que as posições passivas e de submissão feminina obedecem a um balizador permanente – o fato de ser mulher e se identificar com o gênero feminino. Isso as coloca, de modo geral e segundo muitas estatísticas, em posições de inferioridade em relação aos homens, aumentando o desnível entre os sexos e, proporcionalmente, a desigualdade e os prejuízos para o sexo feminino (FERREIRA, 2004; SOARES, 2015). Em geral, as posições e projetos dos homens levam à autonomia econômica, em maior ou menor escala, assim como ao reconhecimento como cidadãos, enquanto as posições e projetos das mulheres levam, muitas vezes, a situações de dependência e cidadania delegada (CONNEL; PEARSE, 2015; PRÁ, 2013).

Há dados comprovando que a diferença entre os sexos, a responsabilização por atividades no ambiente privado e a inferioridade atrelada ao feminino não são exclusivas da vida adulta, ocorrendo desde a infância, com significativas disparidades entre meninas e meninos. Em pesquisa realizada por Santos, Silva e Barbieri (2014), com mais de 1.700 meninas brasileiras acerca do seu dia a dia, foram identificadas estatísticas esclarecedoras sobre as desigualdades de gênero. Para exemplificar, têm-se bem mais meninas que se responsabilizam pelos serviços domésticos do que os meninos: enquanto a cada 100 meninas, 65 relatam que limpam a casa, apenas 11 meninos fazem essa atividade. Já na tarefa de arrumar a cama, os números são mais díspares: 81 meninas realizam a tarefa, enquanto somente 11 meninos afirmam se dedicar a esse simples ato. Assim, nesse cenário brasileiro, ser do sexo feminino significa conviver diariamente com essas e muitas outras cobranças desiguais e ensinamentos baseados em diferenças de gênero que constroem e reforçam um mundo binário.

EMPODERAMENTO FEMININO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO: RAZÕES PARA INVESTIR NA INFÂNCIA

Diante de tais questões, que possibilidades existem para tentar modificar esses cenários de desigualdades de gênero que ocorrem da infância à vida adulta, em diferentes contextos e culturas? Uma das alternativas, segundo a cartilha dos *Princípios de Empoderamento das Mulheres* (ONU MULHERES; PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016), é trabalhar pelo empoderamento feminino, sendo esse um dos passos para a igualdade de gênero. Empoderamento é um conceito que não deve ser entendido pela simplicidade de “dar poder às mulheres”, mas como estratégias em nível individual e coletivo que promovam mudanças na situação de submissão feminina construída historicamente (LEÓN, 2000). Podem-se citar, como exemplo, ações que deem estrutura à mulher e garantam a liberdade para o fim de um relacionamento abusivo, ou a promoção de práticas e políticas sociais para prevenir e tentar extinguir as diferentes formas de violência de gênero.

A finalidade dessas práticas é ampliar a liberdade das mulheres para que possam escolher e agir para modificar a situação de submissão que vivem em relação à dominação masculina, destituindo o poder patriarcal ainda presente na atualidade e fortalecendo sua condição de autonomia e independência em relação aos homens. As mulheres devem estar cientes e seguras para o exercício da cidadania e de seus direitos, podendo exercer seus talentos, experiências e habilidades em todas as suas práticas e contextos em que circulam (LEÓN, 2000; SORJ; GOMES, 2011; ONU MULHERES; PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Considerando os fatos expostos, cabe salientar que, ainda na infância, os marcadores de gênero são constituídos e incorporados à identidade de meninas e meninos. E, dependendo da situação, os marcadores podem gerar condições desfavoráveis como a exposição a vulnerabilidades e desigualdades de gênero, que podem se estender por toda a vida dos sujeitos. Portanto, é inquestionável a importância

de se discutir gênero e se trabalhar pela igualdade já na infância e adolescência, e não só na idade adulta, como é comum em muitas das propostas e políticas existentes (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016). Além disso, embora a desigualdade de gênero afete não só as meninas e as mulheres, mas também os meninos e os homens, o sexo feminino ainda se apresenta em maior desvantagem com relação a esse marcador social, tendo-se como exemplos o casamento infantil, a gravidez precoce, os abusos sexuais de meninas e mulheres e outros tipos de violências de gênero (MIGEON, 2017).

Logo, defende-se a relevância de que os programas de empoderamento de meninas e mulheres e de promoção de igualdade de gênero sejam realizados para/com crianças, e não apenas com os sujeitos na idade adulta, sendo urgentes o planejamento e a prática de ações que dinamizem a circulação de discursos não sexistas e de empoderamento de meninas e mulheres junto ao público infantil. Segundo o *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (SPM, 2013), é preciso que a criação e a educação de meninas e meninos sejam pautadas nos critérios da igualdade entre os gêneros e na não discriminação, bem como na valorização da diversidade, a fim de que mulheres e homens possam crescer conscientes que têm – e agir para realmente ter – os mesmos direitos e deveres em qualquer contexto social que se encontrem.

Nesse sentido, o trabalho com o público infantil pode ser uma aposta vantajosa por algumas características do desenvolvimento infantil que vêm a contribuir com o aprendizado de uma educação não sexista e, conseqüentemente, o usufruto e a prática desse conhecimento pelas crianças no dia a dia. Isso porque, desde o nascimento e em todas as faixas etárias que se seguem, o desenvolvimento humano ocorre com a influência de diferentes e diversos tipos de estímulos, como físicos, cognitivos, emocionais, e eles são dependentes das relações familiares, culturais e sócio-históricas que se estabelecem com esse sujeito (VIANNA; FINCO, 2009).

Assim, considerando as compreensões que o meio tem sobre as questões de gênero, por exemplo, os estímulos serão dados de acordo com os aspectos biológicos, conforme já descrito neste artigo. Utilizam-se normalmente aspectos baseados no senso comum para ensinar o que são “coisas de meninas e de meninos”, bem como comportamentos “femininos e masculinos” adequados e esperados. O modelo de funcionamento, comportamento e modos de pensar de um sujeito, seja mulher, ou homem, é, em parte, fruto da educação e dos exemplos que recebeu ao longo de sua vida, aprendendo através da socialização e identificação com as/os adultos e pessoas de referência (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016; VIANNA; FINCO, 2009).

Maracci (2013) alerta que um dos processos do desenvolvimento psicológico humano ocorre na dimensão da socialização de gênero, ou seja, através da interação com os discursos de gênero difundidos culturalmente desde o nascimento, as pessoas constroem seus significados pessoais para eles, que vão compor sua subjetividade. Em sua pesquisa, que analisou as narrativas das experiências da infância de mulheres e o significado dado por elas, bem como a maneira como as reproduzem e as ressignificam anos mais tarde, percebe-se que as vivências infantis, mesmo quando não reproduzidas igualmente, definem paradigmas pessoais na vida adulta, e que as questões de gênero tradicionais são um balizador em suas práticas. Quando vivenciaram, por exemplo, uma educação conservadora e patriarcal em sua família de origem, percebeu-se que construíram seus ideais de ser mulher e de feminilidade dentro dessa ideologia, identificando-se mais com papéis de esposa e de mãe, e menos com os de mulher-profissional e/ou com independência afetiva de seus maridos.

Outro aspecto interessante sobre os aprendizados de gênero em famílias conservadoras mostra que, mesmo com a dificuldade que enfrentaram para estudar e alcançar a estabilidade financeira em suas profissões, as mulheres não dão o devido valor a esse fato e às suas habilidades e conquistas pessoais. Em compensação, focam nas dificuldades

enfrentadas em situações de ausência ou abandono do marido, colocando-o como figura indispensável para o bem-estar familiar. Essas mulheres também não conseguem reivindicar a presença e a participação dele nas atividades da casa e da família, sendo submissas ao modelo de marido e de pai construído em suas infâncias. Nesse contexto, cabe destacar que a pesquisa não descarta o papel ativo das mulheres na (re)construção da própria vida e como criadoras do seu desenvolvimento, mas entende que as práticas dos sujeitos não são aleatórias e que é dado significado particular a cada uma delas. Assim, o funcionamento psicológico do presente e seus desdobramentos trazem elementos dos aprendizados ocorridos na infância e ao longo da vida, o que pode contribuir na percepção e na busca de senso de continuidade para sua vida atual (MARACCI, 2013).

Nessa perspectiva, como parte do aprendizado humano se dá através da identificação parental e da socialização de gênero, pode-se entender a importância das crianças serem educadas de forma não sexista, tendo contato com discursos e exemplos capazes de empoderar meninas e sensibilizar meninos e meninas para as questões da igualdade de gênero, sempre considerando sua idade, maturidade cognitiva e a capacidade de compreensão em cada etapa do desenvolvimento. Portanto, se a sociedade já funcionasse em padrões mais igualitários e não sexistas, a compreensão de que ambos os sexos podem ter as mesmas oportunidades e que podem ser e viver de maneira diferente dos estereótipos de gênero não precisaria ser algo ensinado de modo específico, mas seria aprendido por identificação através das relações humanas, sendo cognitivamente compreendido por meninas e meninos, treinado nas vivências do dia a dia e incorporado ao seu desenvolvimento como jeito de ser e parte de sua identidade.

Além disso, outro aspecto que pode ser levado em consideração para afirmar a importância de uma educação não sexista desde a infância e que ensine aspectos de empoderamento feminino e de igualdade de gênero é a condição humana definida como plasticidade cerebral.

Segundo Elliot (2013), essa característica que, em condições de desenvolvimento normal, todo ser humano possui, define a capacidade do cérebro de mudar e se transformar em resposta às vivências experimentadas, e tem esse nome inspirado nos plásticos que utilizam o petróleo como matéria-prima e transformam-se em variedades como embalagens, sacolas, canos, brinquedos etc.

A autora explica que, a cada experiência de vida, as células cerebrais (os neurônios) se remodelam para se adaptar aos novos acontecimentos, transformando as conexões sinápticas às quais estavam acostumadas em virtude de alguma mudança, seja ela ocasionada por aprendizagem, por novos comportamentos e estímulos, por lesão, por doença neurológica etc. Em suma:

O cérebro muda quando você aprende a caminhar e a falar; o cérebro muda quando você armazena uma nova lembrança; o cérebro muda quando você se dá conta de ser menino ou menina; o cérebro muda quando você se apaixonou ou afunda na depressão; o cérebro muda quando você tem um filho (ELLIOT, 2013, p. 14).

Algumas décadas atrás, acreditava-se que a comunicação da rede neural do cérebro fosse fixa, bem como os locais em que ocorriam cada uma das funções pelas quais o órgão é responsável. Porém, o avanço das neurociências e dos diagnósticos por imagem na chamada Década do Cérebro (1990-1999), permitiu que as/os profissionais constatassem quais partes do cérebro estão ativas ou inativas na ocorrência de determinados comportamentos, pensamentos, ou expressões do sujeito, e revissem a ideia da fixidez das funções. Hoje em dia, sabe-se que o desenvolvimento das capacidades cognitivas ocorre ao longo da vida e das experiências, com o treino e estímulo dessas capacidades, e que o cérebro vai mudando em função disso. Quando alguém toca um instrumento musical, por exemplo, áreas específicas do seu cérebro se modificam em função da ativação de circuitos cerebrais, assim como quando aprendemos a caminhar, falar, ler, escrever, dirigir, etc. (FERRARI et al., 2001; GUERRA, 2011).

Embora o ser humano passe toda a vida aprendendo novas habilidades e, assim, modificando seu cérebro, a plasticidade cerebral é maior na infância do que em qualquer outro estágio da vida (ELLIOT, 2013; OLIVA; DIAS; REIS, 2009). Logo, tanto as aprendizagens cotidianas quanto as formais, aprendidas em sala de aula, reorganizam o sistema nervoso da criança que está em desenvolvimento, provocando mudanças no seu cérebro e, conseqüentemente, em seu comportamento. Pode-se dizer que mães, pais, professoras/as e aquelas/es que têm forte participação na educação de meninas e meninos são agentes dessas mudanças neurais, embora, muitas vezes, conheçam pouco sobre o funcionamento do cérebro (GUERRA, 2011)

Portanto, se um menino é exposto desde seu nascimento às expectativas de sua mãe e de seu pai de que seja um jogador de futebol, e seus brinquedos e estímulos girarem em torno de bolas de futebol e a prática desse esporte, quarto decorado nessa temática e ir aos jogos do time nos finais de semana, é possível que, além do gosto pelo esporte, desenvolva habilidades com a bola, como dribles e passes que vão além do esperado para sua faixa etária, por exemplo. E ao ser destaque entre os amigos e orgulho da família, essas habilidades se mantêm pela continuidade de comportamentos que as estimulam. As meninas, igualmente, se são estimuladas a dançar balé quando crianças têm altas chances de demonstrar, até a vida adulta, destreza nos passos de dança, nos movimentos mais sutis e delicados que aprenderam quando criança, já que lá, comprovadamente, sua plasticidade cerebral é maior.

Assim, as meninas não nascem mais femininas que os homens e dependentes deles, mas, sim, são ensinadas a ser desse jeito, moldadas familiar e culturalmente. Simone de Beauvoir, escritora francesa de contribuições relevantes para as teorias feministas, explica tais fatos com a conhecidíssima frase: “Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949, p.9). E, na era da neuroimagem, as pesquisas atuais demonstram que o cérebro das meninas e dos meninos são mais semelhantes do que as suas diferenças de comportamento aparentam, sendo, com isso,

menos diferentes do que são o cérebro de mulheres e homens na idade adulta. Como hipótese, tem-se a socialização de acordo com os estereótipos de gênero somada às mudanças que a plasticidade cerebral proporciona ao longo das experiências de toda uma vida (ELLIOT, 2013).

Como exemplo da relevância dos aprendizados na infância, cita-se pesquisa que demonstrou que, quando a criança aprende a tocar um instrumento musical, se ficar décadas sem tocá-lo e, na vida adulta, voltar a ter essa oportunidade, apresenta uma resposta cerebral mais ágil em comparação àqueles sujeitos que nunca tiveram esse aprendizado na infância. Assim, não aparentam demonstrar o tempo que passaram sem o treino dessa habilidade (ZUK et al., 2014). Pode-se pensar, então, nas meninas e meninos que são educadas/os em famílias e instituições tradicionais, com valores patriarcais, e na maneira como podem contribuir para perpetuação desses aspectos, bem como nas resistências em reconhecer e respeitar quando se depararem com contextos que promovem discursos de igualdade de gênero, por exemplo.

Em contrapartida, a exemplo da pesquisa citada, as crianças que puderem ter contato com discursos que promovam o empoderamento feminino e a igualdade de gênero ao longo de sua infância seguiriam colocando em prática tais conhecimentos, ou, caso não tivessem nenhum contato com discursos semelhantes ao longo de sua vida, teriam maior facilidade em acessá-los quando isso se fizesse necessário. Seriam assim menos resistentes a propostas de questionamento das desigualdades de gênero e da submissão feminina, por exemplo. Considerando tais fatos e o interesse em uma sociedade com menos desigualdade entre mulheres e homens, como se pode, na atualidade, promover o empoderamento de meninas e trabalhar as questões de igualdade de gênero com crianças?

PROJETOS DE EMPODERAMENTO FEMININO E DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE DE GÊNERO COM CRIANÇAS – A REALIDADE BRASILEIRA

Em virtude dos fatos expostos e de se perceber a importância de trabalhar para promover a igualdade de gênero já na infância, cabe demonstrar alguns projetos brasileiros que realizam esse trabalho com crianças. Em levantamento nacional realizado com organizações da sociedade civil e do setor público que promovem projetos desse estilo, chegou-se a uma diversidade de exemplos em relação ao público, ao método, às propostas e aos formatos utilizados. Foram mapeadas, inicialmente, 16 experiências, todas descritas no *Caderno de Boas Práticas – Empoderamento de meninas: Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero* (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016).

Uma das observações feita pela autora e pelos autores da pesquisa é de que há predomínio de organizações que atuam com o público de crianças, adolescentes e jovens (até 29 anos, segundo o *Estatuto da Juventude*, Lei nº 12.852/13) e que, recentemente, vêm realizando trabalhos com as temáticas feministas e de gênero. Já as organizações feministas que trabalham com público de mulheres adultas, têm feito ações para/com meninas e adolescentes do sexo feminino, mostrando que há mudanças sendo pensadas e implementadas nessas práticas. Há, porém, uma lacuna no alcance do público de crianças pequenas, que ainda é pouco contemplado e, nesses casos, existem tanto projetos que atendem só meninas, quanto os que são destinados a crianças de ambos os sexos. Das atividades mapeadas, o maior número se volta para jovens entre 15 e 18 anos (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016).

Com base nas iniciativas para o trabalho com crianças e entendendo a necessidade de ser esse um campo de investimento pelas organizações públicas e privadas, descrevem-se quatro projetos interessantes e que podem ser sinônimo de boas práticas de

empoderamento de meninas e do trabalho sobre igualdade de gênero com crianças: dois estão descritos no caderno citado, um foi colocado em prática no ano de 2017, como desdobramento de projeto de empoderamento de mulheres, e o último é resultado de pesquisa de intervenção na área de psicologia.

O projeto “Hoje menina, amanhã mulher” da Associação Renascer Mulher – Assorem, de 2014 a 2016 realizou discussões sobre direitos, enfrentamento à violência, cidadania, gênero e protagonismo com 75 meninas de 7 a 17 anos de uma área de vulnerabilidade social, em Salvador. O objetivo da ação foi possibilitar que meninas se enxergassem como cidadãs capazes de buscar melhorias para sua vida, como a independência financeira, além de promover a igualdade de direitos para todas elas. Isso porque as idealizadoras do projeto perceberam os altos índices de gravidez precoce e a falta de estímulos para pensar projetos de vida que não fossem influenciados pela vulnerabilidade e exclusão em que viviam. Assim, um dos métodos utilizado foi que cada participante construísse seu projeto de vida, após o contato com histórias positivas que ocorriam em contextos sem violências e marginalização. Percebeu-se que as meninas participantes conseguiram enxergar outras possibilidades de vida para si, e também, para outras mulheres de sua família, como a mãe, planejando futuros que consideravam mudanças e o fim do ciclo da exclusão social (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016).

Já o Instituto Cores desenvolve um projeto contínuo chamado “Escola de Ser”, na cidade de Rio Verde (GO), que atende até 45 meninas e meninos entre 7 e 14 anos em situação de vulnerabilidade social. Nesse espaço são experimentados métodos pedagógicos que são definidos pelas/os próprias/os estudantes, e depois podem vir a ser disseminados para outras instituições. O trabalho com as temáticas de gênero e empoderamento de meninas surgiu das/os próprias/os participantes, e foi realizado através de oficinas em que os contos de fadas tradicionais foram recontados, trabalhando-se o enfrentamento ao sexismo e o protagonismo infantil/juvenil.

Além disso, a escola não faz distinção dos brinquedos com relação aos estereótipos de gênero e democratiza a arrumação e limpeza do local entre meninas e meninos. Como resultado, percebe-se maior consciência das meninas e dos meninos sobre sua sexualidade e violências e aumento na autonomia, na participação e na aprendizagem. Além disso, houve aumento de denúncias de violência e assédio, que foram encaminhados aos órgãos competentes, mostrando que a informação é um elemento importante para o fim das desigualdades de gênero (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016).

Como outro exemplo, cita-se o desdobramento do programa de capacitação feminina “Mulheres Mil”, executado pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), que nos meses de abril e maio de 2017 trabalhou com as filhas das mulheres participantes do projeto, em iniciativa chamada “Lulu – menina mil”, na cidade de Cajueiro (AL). Foram oferecidas 20 vagas, com previsão de ampliação, a fim de trabalhar aspectos para promover a autonomia e elevar a autoestima das meninas, buscando diminuir índices de gravidez precoce, prostituição e violências, com informações passadas em oficinas, palestras e dinâmicas em grupo. Algumas mães também estiveram presentes nas atividades, podendo ressignificarem juntas as questões de desigualdades de gênero, de situações de risco e de liderança feminina, sendo um projeto que pretende se expandir para a comunidade em geral (ROCHA, 2017).

Por fim, menciona-se pesquisa de doutorado em psicologia que propôs intervenção psicoeducativa intitulada “Falando sobre Gênero”, realizada em 10 encontros com 22 crianças do primeiro ano do ensino fundamental de escola pública, em cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Para trabalhar sobre empoderamento de meninas, igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual, foram utilizados seis livros infantis que problematizam os estereótipos de gênero tradicionais e valorizam o protagonismo feminino, e realizadas atividades psicoeducativas como desenhos, colagens, pinturas e textos coletivos.

Como resultado, percebeu-se que as temáticas de gênero não são desconhecidas das crianças e que, quando é proporcionado espaço para abordagem e discussão desses assuntos, elas são receptivas às intervenções e comportam-se e dialogam questionando e subvertendo a lógica tradicional de gênero, como a associação da cor rosa para as meninas e do azul para os meninos, por exemplo. Além disso, pensam e produzem histórias com final diferente do “felizes para sempre” dos contos de fadas tradicionais, imaginando que a princesa poderia ficar na companhia do dragão, e não do príncipe. Mostra-se assim a importância de que sejam criados espaços para o diálogo, a produção e a divulgação de discursos questionadores para/ com crianças, pois tais práticas podem ensinar que as meninas e os meninos podem ser e fazer coisas diferentes do que a sociedade ainda lhes cobra e lhes impõe em relação aos estereótipos de gênero (BOTTON; STREY, 2017).

Nessa perspectiva, nos relatos dessas experiências percebe-se a difusão de aspectos que se entende seriam interessantes de estar presentes em meninas e meninos, mulheres e homens de qualquer idade, como a consciência sobre seus direitos, a postura crítica e atuante em relação às desigualdades de gênero, o reconhecimento sobre o seu papel no contexto em que vivem e o pensar democrático sobre estratégias de enfrentamento da vulnerabilidade e da exclusão social. Observa-se, então, que são descrições que visibilizam e permitem a propagação de boas práticas para o empoderamento de meninas e de promoção de igualdade de gênero no Brasil e, assim, podem ser usadas como exemplo ou inspiração para novas propostas, em outros contextos.

CONCLUSÕES

Neste artigo, percebeu-se como, ainda na atualidade, as diferenças biológicas entre os sexos são consideradas determinantes para as desigualdades entre homens e mulheres, que acarretam problemas sociais graves e que afetam todas as faixas etárias. Com isso, percebe-se a necessidade de ações e políticas para conter essas adversidades, sanar os prejuízos já causados, e promover benefícios às pessoas afetadas. Considera-se que as desigualdades de gênero são capazes de causar danos físicos, emocionais, financeiros, etc. a ambos os sexos, mas verificou-se que o sexo feminino é o mais afetado, sendo meninas e mulheres o público que mais precisa de investimentos nessa temática. Uma das possibilidades é trabalhar com empoderamento de meninas, bem como viu-se a importância de também promover a igualdade de gênero entre meninas e meninos.

Logo, foram apresentadas hipóteses que justificam a relevância de se trabalhar com tais temáticas desde a infância, acreditando que possam promover conhecimentos que serão apreendidos e multiplicados ao longo de toda a vida dessas crianças. Através dos conceitos de socialização de gênero e de plasticidade cerebral, apontou-se que os ensinamentos incorporados com práticas de educação não sexista possam facilitar o alcance de uma sociedade com mulheres mais empoderadas, com homens menos machistas e, conseqüentemente, com mais igualdade de gênero.

Além disso, através dos exemplos de quatro projetos brasileiros que relatam ter resultados positivos trabalhando essas temáticas com crianças, pretende-se que sirvam como exemplos de boas práticas para planejar intervenções. Isso porque, pelos dados citados e trabalhados neste artigo, percebe-se como é urgente o desenvolvimento de estratégias e métodos de atuação que integrem os temas de gênero e infância, sendo um desafio para uma atuação com maiores e melhores resultados para promover a igualdade de gênero em âmbito nacional.

Trabalhar com formação e informação sobre gênero irá contribuir para o empoderamento feminino e também para o fim das desigualdades e, como visto, abordar aspectos como o protagonismo, a autoestima e o questionamento de discursos naturalizados são possibilidades apropriadas. Além disso, acredita-se que tais reflexões podem ser úteis para diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, a educação, a antropologia, as ciências sociais e outras, permitindo que o conhecimento transite de modo interdisciplinar e amplie os espaços de diálogo sobre gênero, especificamente na infância.

Portanto, reitera-se a importância de que a união desses dois temas se consolide e ganhe visibilidade e espaço nacional para integrar as políticas de intervenção públicas e privadas, assumindo o compromisso por uma sociedade mais igualitária para todas/os. Assim, é salutar o engajamento para que o planejamento e a execução de ações não sexistas e que incentivam o protagonismo das meninas e das mulheres na busca pelo pleno usufruto de seus direitos se torne prioridade. E é possível, como exposto neste artigo, antever muitos benefícios sobre isso.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, M.; PEIXOTO-JUNIOR, C. A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 129-147, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100007>>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.
- ARAÚJO, J. B. A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler. *Revista Saber Acadêmico*, n. 11, p. 33-38, 2011. Disponível em: <<http://www.uniesp.provisorio.ws/revista/revista11/sumario.asp>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949. 557 p.
- BOTTON, A.; STREY, M.N. Intervenção com crianças na escola: uma proposta de subversão dos estereótipos de gênero através de produções midiáticas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 2017, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 236 p.
- CHIES, P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Estudos feministas*, v. 18, n. 2, p. 507-528, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200013>
- COLLING, A. M. O corpo que os gregos inventaram. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L. (Orgs.). *Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.49-64.
- _____. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. Dourados: Ed. UFGD, 2014. 114p.
- CONNEL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- CONNEL, R. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.
- ELLIOT, L. *Cérebro azul ou rosa: o impacto das diferenças de gênero na educação*. Porto Alegre: Ed: Penso, 2013. 408p.
- FERRARI, E. A. et al. Plasticidade neural: relações com o comportamento e abordagens experimentais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 187-194, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722001000200011>
- FERREIRA, M. C. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004>. Acesso em: 12 set. 2017.
- GUERRA, L. B. O diálogo entre a neurociência e a educação: da euforia aos desafios e possibilidades. *Revista Interlocução*, v. 4, n. 4, p. 3-12, 2011. Disponível em: <https://www2.icb.ufmg.br/neuroeduca/arquivo/texto_teste.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

- LEÓN, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. *Estudos Feministas*. v. 8, n. 2, p. 191-207, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935>>. Acesso em: 13 ago.2017.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96p.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008. 179p.
- MARACCI, I. L. Socialização, papéis de gênero e desenvolvimento psicológico: tecendo narrativas femininas. 2013. 308 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade de Brasília, 2013.
- MIGGEON, F. Educação das mulheres e das crianças. Portugal: Comissão Nacional da Unesco. 2017. Disponível em: < <https://www.unescoportugal.mne.pt>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>
- OLIVA, A. D.; DIAS, G. P.; REIS, R. A. M. Plasticidade sináptica: natureza e cultura moldando o self. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, v. 22, n. 1, p. 128-135, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000100017>
- ONU MULHERES. Pacto Global das Nações Unidas. Princípios de empoderamento das mulheres. 2016. 24p. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.
- PRA, J. R. Estereótipos e ideologias de gênero entre a juventude brasileira. *Revista Feminismos*, v. 1, n. 3, 2013, Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/76>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- _____.; CEGATTI, A. C. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. *Revista Retratos da Escola*, v. 10, n. 18, p. 215-228, 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/660>. Acesso em: 10 out. 2017.
- ROSO, A. *Grupo de mulheres: compartilhando experiências*. Santa Maria: UFSM, CCSH, 2014. 34p.
- ROCHA, R. Mulheres mil inicia projeto de empoderamento de meninas no interior do estado. Alagoas: Instituto Federal de Alagoas, 2017. Disponível em: < <https://www2.ifal.edu.br/noticias/mulheres-mil-inicia-projeto-de-empoderamento-de-meninas-no-interior-do-estado>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- ROSSI, R. C. As gurias do Sul: representações das jovens gaúchas em artefatos culturais midiáticos impressos. *Olhar de professor*, v. 9, n.1, p. 119-130, 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1456>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM. *Plano Nacional de Políticas para as mulheres – 2013-2015*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114p.
- SANTOS, B. R.; SILVA, O. F.; BARBIERI, P. *Por ser menina: percepções, expectativas, discriminações, barreiras, violências baseadas em gênero e habilidades para a vida das meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil*. Plan International Brasil, 2014. 430p.
- SANTOS, B. R.; MORA, G. G.; DEBIQUE, F. A. (Coord.) *Empoderamento de meninas: como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero*. Brasília: INDICA, 2016. 104p.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 07 ago. 2017.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE GÊNERO - SNIG. *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 162p.
- SORJ, B.; GOMES, C. O gênero da “nova cidadania”: o programa: mulheres da paz. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 147-164, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v127>. Acesso em: 27 set. 2017.
- SOARES, A. C. C. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: UFGD, 2015. 678p.
- STREY, M. N. Gênero. In: JACQUES, M. G. C.; STREY, M. N.; BERNARDES, N. M. G. et al. (Org.). *Psicologia social contemporânea*: livro texto. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 298p.
- VIANNA, C.; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, n. 33, p. 265-283, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332009000200010>. Acesso em: 15 set. 2017.
- VIEIRA, A.; AMARAL, G. A. A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. *Saúde e sociedade*, v. 22, n. 2, p. 403-414, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000200012>. Acesso em: 04 out. 2017.
- XAVIER-FILHA, C. Sexualidade(s) e gênero(s) em artefatos culturais para a infância: práticas discursivas e construção de identidades. In: _____. *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual*. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. p. 268.
- ZUK, J. et al. Behavioral and neural correlates of executive functioning in musicians and non-musicians. *Plos One*, v. 9, n. 6, 2014. Disponível em:< <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0099868>>. Acesso em: 13 set. 2017.

As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016)

Maria Salet Ferreira Novellino

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Professora e pesquisadora na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8920693126535221>

E-mail: salet.novellino@ibge.gov.br

Maria Luíza Guerra de Toledo

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, MG - Brasil. Professora e pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4276909672951681>

E-mail: maria.toledo@ibge.gov.br

Submetido em: 30/09/2017 Aprovado em:29/11/2017 . Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

O trabalho analisa a distribuição, na hierarquia do campo político, de candidatas às prefeituras no período de 2000 a 2016. Para isto, constitui-se um arcabouço teórico a partir da concepção de campo e capital político e de habitus de Pierre Bourdieu, e nos conceitos de oferta e demanda apropriados por teóricas feministas para tratar do recrutamento de candidatas pelos partidos. Para esta análise, realizaram-se, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estatísticas descritivas. Sob o aspecto da oferta, consideraram-se as variáveis grau de instrução, carreira e área de atuação. A demanda foi medida pelas taxas de crescimento das candidaturas femininas e sua distribuição hierárquica no campo político, a qual foi estabelecida a partir do tamanho e região do município, UF e o porte do partido. Verificou-se, ao final, que a participação feminina cresce, mas em posições hierárquicas inferiores: municípios micros e pequenos, UFs com PIBs mais baixos e partidos nanicos. Portanto, o campo político é um espaço ainda de predomínio masculino, no qual se observa a segregação de gênero, que reforça e mantém as candidatas em posições hierárquicas inferiores.

Palavras-chave: Representação política. Mulheres. Prefeituras brasileiras.

Women in the political field: an analysis of women's candidacies to Brazilian municipal governments (2000-2016)

ABSTRACT

In this work we have carried out a comprehensive analysis of the distribution of female mayor candidates in the hierarchy of the political field in the period 2000-2016. We have built our theoretical framework from Pierre Bourdieu's conceptions of political field, political capital and habitus as well as from the concepts of supply and demand appropriated by feminists scholars to study candidates recruitment process by political parties. For this analysis, we used data from Superior Electoral Court. In the supply realm, we have considered education level and career. In respect to the demand realm, it has been measured by female mayor candidates' growth rates as well as their hierarchical distribution in the political field. This hierarchy has been established considering municipalities' population size, state and Region and size of the political parties. We have inferred that the female participation grows but in hierarchical lower positions. Summing up, the political field is predominantly male, in which it could be seen a gender segregation, that reinforces and maintains female candidates in lower hierarchical positions.

Keywords: Political representation. Women. Brazilian prefectures.

Las mujeres en el campo político: un análisis de las candidaturas femeninas a las alcaldías brasileñas (2000-2016)

RESUMEN

En este trabajo analizamos la distribución, en la jerarquía del campo político, de candidatas a las alcaldías en el período 2000 a 2016. Para ello, constituimos un marco teórico a partir de la concepción de campo y capital político y de habitus de Pierre Bourdieu y en los conceptos de oferta y demanda apropiados por teóricas feministas para tratar del reclutamiento de candidatas por los partidos. Para este análisis, realizamos, a partir de los datos del Tribunal Superior Electoral (TSE), estadísticas descriptivas. Bajo el aspecto de la oferta consideramos grado de instrucción, carrera y área de actuación. La demanda fue medida por las tasas de crecimiento de las candidaturas femeninas y por la distribución jerárquica de las mismas en el campo político, la cual fue establecida a partir del tamaño y Región del municipio, UF y el porte del partido. Veremos, al final, que la participación femenina crece, pero en posiciones jerárquicas inferiores: municipios micros y pequeños, UFs con PIBs más bajos y partidos pequeños. Por lo tanto, el campo político es un espacio aún de predominio masculino, en el que se observa la segregación de género, que refuerza y mantiene a las candidatas en posiciones jerárquicas inferiores.

Palabras clave: Representación política. Mujeres. Ayuntamientos brasileños.

INTRODUÇÃO

Analizamos as candidaturas femininas às prefeituras brasileiras com base na concepção de campo político e de habitus de Pierre Bourdieu, bem como nos conceitos de oferta e demanda apropriados por teóricas feministas para analisar o processo de recrutamento de candidatas pelos partidos.

O campo político, tal como definido por Bourdieu (2011a, p.195), é um microcosmo com relativa autonomia, e como tal, apresenta propriedades, relações, ações e processos que lhe são particulares. A concepção de campo político nos permite perceber o processo de recrutamento como um jogo político, do qual fazem parte agentes e instituições e, como um jogo que é, conta com regras, as quais vêm a determinar as condições de entrada e permanência dos agentes bem como da distribuição deles na hierarquia do campo político.

Só são admitidos como agentes no campo político aqueles que preenchem certas condições de acesso (BOURDIEU, 2011), as quais dizem respeito a seus capitais políticos. Dessa forma, a entrada, a permanência e a ascensão dos agentes no campo político dependem de seus capitais políticos. Quanto maior o capital político, maior a força e autoridade do agente no campo político. Pois, como diz Miguel (2000, p. 99), possuir capital político é ser socialmente reconhecido como capaz de ação política legítima e efetiva.

O capital político é a soma dos capitais acumulados ao longo da trajetória de vida dos agentes, que são os capitais escolar, econômico, cultural e social. O capital escolar é aquele adquirido com a educação formal, e quanto mais valorizado o curso concluído bem como a instituição de ensino, maior o peso deste capital.

O capital social diz respeito à rede de relações do agente. Ele é

o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento (BOURDIEU, 1980, p.2)

O peso desse capital será tanto maior quanto maior for essa rede de relações e o quanto o agente possa efetivamente mobilizar dessas relações bem como do volume de capital econômico, ou simbólico, como o prestígio, possuído por aqueles com os quais o agente se relaciona (BOURDIEU, 1980)

O capital cultural se apresenta objetivamente “sob a forma de bens culturais, quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas” (BOURDIEU, 1979, p. 3) Quanto maior o acesso e exposição do agente aos bens culturais, maior o seu capital cultural. O capital econômico é constituído pelos bens materiais possuídos pelo agente. Quanto maior o capital econômico, mais pode ser investido nas campanhas eleitorais, as quais, para serem bem-sucedidas, demandam grandes recursos financeiros.

Quanto à sua origem, o capital político (escolar, econômico, cultural e social) pode ter sido acumulado pelo próprio agente – o pessoal, como pode ter sido delegado ou ter sido convertido. O capital pessoal vai sendo acumulado na trajetória educacional (capital escolar) e profissional (capital social), além dos capitais cultural e econômico transferidos por herança e/ou acumulados pelo próprio agente ao longo de sua vida.

O capital delegado é o produto da transferência de capitais institucionais, como o dos partidos políticos, organizações profissionais e sociais, bem como de cargos públicos de destaque (BOURDIEU, 1981; MIGUEL, 2003) A esses podemos acrescentar o capital político transferido por familiares, como de pais para filhos e entre cônjuges. O capital convertido é o capital de notoriedade acumulada em outros terrenos,

É a popularidade conseguida em outros campos e deslocada para a política e também a transferência do capital econômico, por meio de campanhas eleitorais dispendiosas. (MIGUEL, 2003, p. 121)

O capital político de entrada vai-se enriquecendo à medida que o agente se firma no campo político, tanto pelo reconhecimento dos eleitores ao ser eleito para cargos políticos, como pelo reconhecimento dos seus pares ao ser indicado para cargos da administração pública. Esses cargos têm pesos diferentes, dependendo de suas posições na hierarquia do campo e, conseqüentemente, pela possibilidade de projeção nos meios de comunicação que o cargo lhe confere (BOURDIEU, 1981; MIGUEL e BIROLI, 2010) Portanto, a acumulação de capital político é possibilitada pela trajetória e relações dos agentes bem como pela exposição deles na mídia.

As instituições midiáticas concedem espaço e tempo aos agentes políticos segundo critérios ideológicos ou guiadas pelo *habitus*. Um exemplo do último é o desequilíbrio na distribuição de espaço e de tempo entre homens e mulheres. O desequilíbrio é expressão do que acontece no próprio campo político entre o número de candidatos e de candidatas bem como da distribuição deles na hierarquia do campo. Portanto, a desigualdade de gênero no número e na distribuição de candidatos e de candidatas nos partidos políticos pode ser explicada pelo conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, pois ao campo político os agentes trazem o *habitus* da construção social dos papéis de gênero (MIGUEL e BIROLI, 2009)

O *habitus* refere-se às estruturas incorporadas, às disposições adquiridas, socialmente constituídas (BOURDIEU, 1987, p.23) É o *habitus* incorporado por homens e mulheres, dentro e fora do campo político, que molda, pelo senso comum, os papéis que cabem a cada gênero, e que leva a que se considere o campo político um espaço de poder e de disputa por poder e, como tal, um espaço masculino.

O conceito de *habitus* ajuda a explicar porque umas mulheres não se veriam como agentes no campo político, mesmo possuindo capital pessoal ou delegado para tal. Por outro lado, o conceito de *habitus* também nos ajuda a entender porque uns homens não veem as mulheres como agentes no campo político, mesmo que elas tenham as condições objetivas para tal. Como consequência, temos uma sub-representação das mulheres no campo político.

Entre as várias abordagens na teoria feminista que procuram explicar a sub-representação feminina na política, optamos por aquela que se volta para o processo de recrutamento político utilizando os conceitos de oferta e de demanda. (PAXTON e KUNOVICH, 2003)

A baixa participação das mulheres no campo político pode ser considerada da perspectiva da oferta, isto é, do quanto as mulheres dispõem de capital e do desejo de participar no campo político. Tanto o capital (as carreiras que escolhem seguir) quanto a disposição de participar do campo político são fruto de escolhas feitas pelas mulheres, as quais são moldadas pelo *habitus*.

A fraca participação das mulheres pode também e ao mesmo tempo ser considerada na perspectiva da demanda, isto é, da probabilidade de as mulheres serem recrutadas para participarem do campo político. Pelo *habitus*, os homens, que seriam os responsáveis pelo recrutamento, tenderiam a convocar homens. Haveria então forte tendência à perpetuação deste espaço como masculino, não só em termos quantitativos, mas na qualidade das posições que ocupam como candidatos e como dirigentes partidários.¹

A questão central deste estudo é verificar se o campo político, além de ser de predomínio numérico masculino, também o seria quanto à

¹ De todos os partidos políticos brasileiros, somente um tinha, em 2014, como dirigente nacional uma mulher – o PMN, partido classificado, pelos votos nominais recebidos, como pequeno. Em 2016 dois eram presididos por mulher, o nanico Partido da Mulher Brasileira e o PCdoB, partido de porte pequeno. (Fonte: TSE)

distribuição dos agentes-candidatas e candidatos, na hierarquia deste campo, bem como se, ao longo do século XXI, teria havido mudanças nesta distribuição. Para a realização desta verificação, observamos não só as taxas de crescimento das candidaturas femininas, mas também comparamos os capitais políticos de candidatas e candidatos. Para isto, utilizamos os dados sobre candidatos e eleições disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O CAMPO POLÍTICO: OFERTA E DEMANDA DE CANDIDATAS

A oferta diz respeito à disponibilização dos agentes para concorrer a cargos políticos. Quanto maior o capital possuído por um agente, maior a probabilidade de ele se ver e ser reconhecido como potencial candidato. Considerando as possibilidades da nossa base de dados, as variáveis utilizadas para medir o capital dos candidatos foram grau de instrução, curso concluído para aqueles com nível superior e ocupação. Com base nessas variáveis, comparamos os capitais acumulados por candidatas e candidatos.

A demanda diz respeito à escolha de candidatos realizada pelas instituições partidárias, que é o recrutamento propriamente dito. Para esta análise, comparamos as distribuições dos agentes (candidatas e de candidatos) na hierarquia do campo político. A hierarquia foi estabelecida levando-se em consideração os tamanhos dos municípios, as regiões, as unidades da federação (UF) e os portes dos partidos políticos. A distribuição hierárquica está sendo observada em cada eleição de modo a identificarmos a sua evolução no tempo.

AS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO

A nossa análise empírica da presença das mulheres no campo político circunscreve-se às candidatas ao executivo municipal, isto é, aquelas que se disponibilizaram para entrar no campo e foram recrutadas pelos partidos políticos. A demanda por candidatas foi observada pelas taxas de crescimento

das candidatas nos níveis nacional, regional e estadual, bem como pelos partidos políticos, categorizados segundo seus portes. A oferta foi medida pelo grau de instrução bem como por curso para aquelas com nível superior, além de ocupação e área de atuação das candidatas.

A evolução das candidaturas femininas ao longo do século XXI foi observada pelas taxas de crescimento das eleições de 2004 às eleições de 2016. De 2000 para 2004, a taxa de crescimento de candidatas às prefeituras brasileiras foi 26,7%; de 2004 para 2008, 16,8%; de 2008 para 2012, 19,8% e de 2012 para 2016, a taxa foi negativa, de -2,3%. Desses números, pode-se observar que houve crescimento maior da eleição de 2000 para a de 2004, e nas eleições seguintes as taxas foram menores e similares, evidenciando a desaceleração desse crescimento nas duas eleições posteriores, culminando em taxa negativa em 2016.

Para verificarmos a distribuição hierárquica das candidatas no campo político, calculamos as taxas de crescimento segundo tamanhos dos municípios, regiões do país, portes dos partidos e unidades da federação, cujos resultados apresentamos a seguir.

AS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO: A DEMANDA

A demanda, isto é, o recrutamento propriamente, foi analisado a partir da distribuição das candidatas, por comparação aos candidatos, na hierarquia do campo político, a qual foi estabelecida a partir das seguintes variáveis: tamanhos dos municípios, regiões de país, portes dos partidos e unidades da federação.

O número de candidatas por comparação ao número de candidatos deixa claro que se recrutam muito mais homens do que mulheres. Constatado isto, examinamos a qualidade deste recrutamento, isto é, para quais posições em termos de importância do município, da unidade da federação e do partido político as mulheres vêm sendo recrutadas.

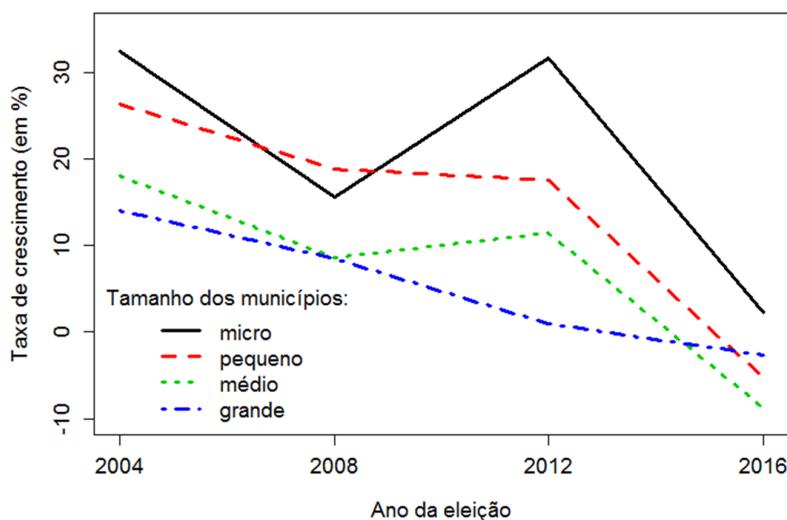
Calculamos as taxas de crescimento das candidaturas femininas segundo os tamanhos dos municípios, categorizados em micros, pequenos, médios e grandes². Foi possível assim verificar se as mulheres vêm avançando no campo político em termos qualitativos, pois na hierarquia dos cargos políticos, quanto maior o município, maior a importância do cargo, maior a visibilidade do candidato e maior a possibilidade de acumular capital político. No nível mais baixo da hierarquia no campo político estão os cargos de prefeito nos municípios micros e pequenos, e no mais alto, aqueles nos municípios grandes.

No gráfico 1 apresentamos as taxas de crescimento das candidaturas femininas de acordo com o porte dos municípios. No período de 2004 a 2012, as taxas de crescimento foram maiores justamente nos municípios micros, seguidos pelos pequenos. Foi também nos municípios micros que observamos a única taxa positiva em 2016. Nos municípios grandes, as taxas de crescimento foram as menores, e pior, assim como nos municípios de outros portes, caíram significativamente a cada eleição.

As taxas de crescimento diminuem à medida que aumenta o porte do município, o que mostra que, no recrutamento político, o aumento da participação feminina tem se dado em maior grau para cargos menos importantes e menos disputados.

As regiões brasileiras foram ordenadas hierarquicamente de acordo com seus Produtos Internos Brutos (PIB)³, que são: Sudeste 54,3%, Sul 16,2%, Nordeste 13,9%, Centro-Oeste 10,1% e Norte 5,4%. Conforme apresentado no gráfico 2, a Região Sudeste apresentou a maior taxa de crescimento nas eleições de 2012, mas em 2016 apresentou a maior taxa negativa (-12,8%). A Região Sul teve nas eleições de 2008 a maior taxa de crescimento, mas nas eleições de 2016 apresentou taxa negativa de -7,1%. As regiões Nordeste e Norte foram as únicas regiões que apresentaram em 2016 taxas de crescimento positivas, justamente as regiões em posições mais baixas na hierarquia considerando-se os PIBs regionais.

Gráfico 1 – Taxas de crescimento das candidaturas femininas por tamanho dos municípios, Brasil

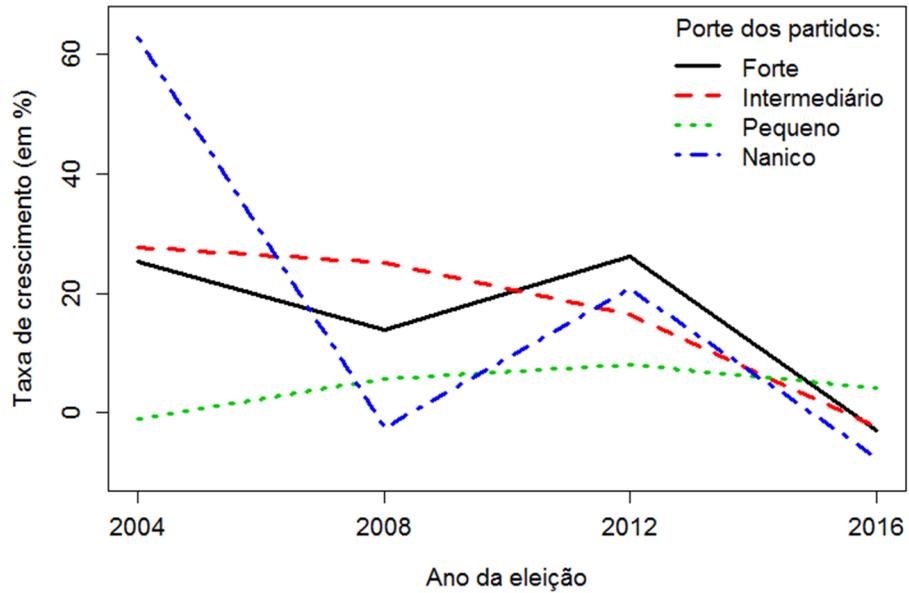


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

² Micros são aqueles com até 10 mil habitantes, pequenos são aqueles cujas populações vão de 10.001 a 50 mil habitantes, médios de 50.001 a 100 mil habitantes e grandes os que têm populações superiores a 100.001 habitantes. Os dados sobre os tamanhos dos municípios foram extraídos do Censo 2010. Os municípios brasileiros, de acordo com seu porte, estão assim distribuídos: 45,2% deles são micros, 43,9% são pequenos, 5,8% são médios e 5,1% são grandes.

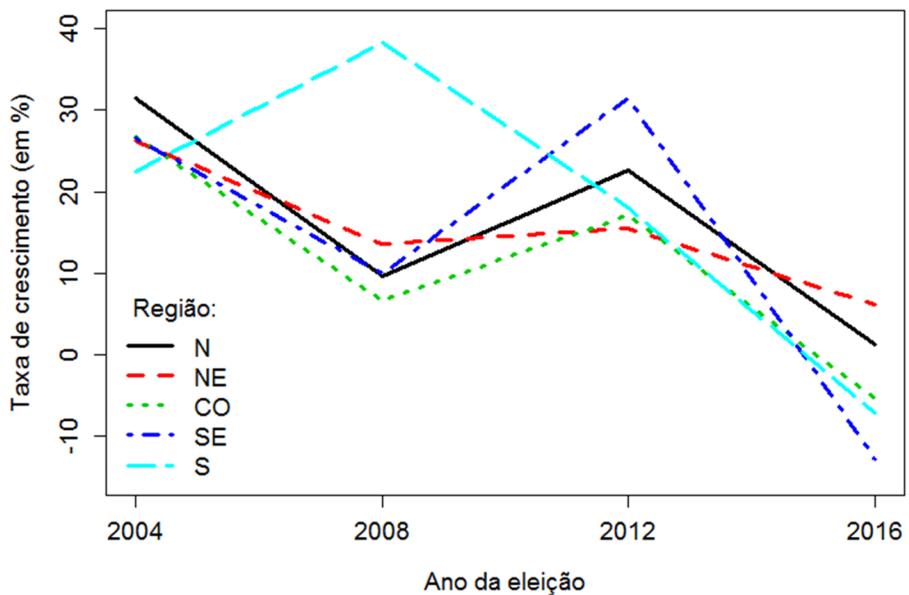
³ O PIB é o total dos bens e dos serviços produzidos, sendo equivalente à soma dos valores gerados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos. (IBGE. Contas regionais do Brasil. Rio, 2010)

Gráfico 2 – Taxas de crescimento das candidaturas femininas por região dos municípios, Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Gráfico 3 – Taxas de crescimento das candidaturas femininas por porte dos partidos, Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Os partidos políticos foram categorizados em fortes, intermediários, pequenos e nanicos, considerando-se os votos nominais recebidos por cada partido em cada eleição. Partidos fortes foram aqueles que receberam 9% e mais votos considerando todos os municípios brasileiros. Em 2000, esses partidos eram: PMDB, PFL, PSDB e PPB; em 2004, PMDB, PT, PSDB e PFL; em 2008 e em 2012, PMDB, PSDB e PT; e em 2016, PSDB e PMDB.

De acordo com o gráfico 3, nas eleições de 2004, os partidos com as maiores taxas de crescimento foram os fortes e os intermediários e os nanicos apresentaram taxa bastante alta, o que não é significativo, pois a chance de ser eleito por um desses partidos é extremamente baixa, sendo, por isso, cargo pouco valorizado. Nas eleições de 2008, sobressaíram os intermediários, seguidos pelos fortes. Nas eleições de 2012, as maiores taxas foram observadas entre os fortes e os nanicos. Em 2016, os únicos com taxas de crescimento positivas foram os pequenos. A taxa negativa mais alta foi observada entre os nanicos. Os municípios foram distribuídos pelas unidades da federação, as quais foram ordenadas segundo seu Produto Interno Bruto (PIB). Na hierarquia do campo político, os cargos mais valorizados seriam aqueles em municípios das unidades da federação com os PIBs mais altos e, conseqüentemente, quanto maior o PIB da UF, mais valorizado e visível o cargo de prefeito. É nas unidades da federação com maiores PIBs (São Paulo e Rio de Janeiro) que estão os cinco jornais diários com maior tiragem, além das principais emissoras de TV aberta do Brasil. Os candidatos nos municípios grandes e nas capitais dessas UFs têm garantida uma exposição na mídia, gerando incremento no capital político e, por esse motivo, esses cargos estão no topo da hierarquia do campo político.

Nas cinco eleições avaliadas, as UFs com os maiores percentuais de candidatas foram aquelas cujos percentuais do PIB nacional são baixos. Esse fenômeno foi confirmado por meio de uma análise de correlação entre o percentual de candidatas na UF e o PIB, que apresentou coeficientes de correlação de Person negativos e estatisticamente significativos ao nível de 10%, em todas as eleições.

Portanto, podemos inferir que quanto maior a importância da UF em termos da percentagem de PIB, menor o percentual de candidatas às prefeituras.

Esses resultados indicam que na hierarquia do campo político, às mulheres são reservadas candidaturas em municípios com menor arrecadação e, portanto, menor orçamento. Reforça-se assim a ideia da ‘involução’ da representação feminina no período analisado, pois que, ao longo do século XXI, as candidatas se concentraram nas UFs com os PIBs mais baixos.

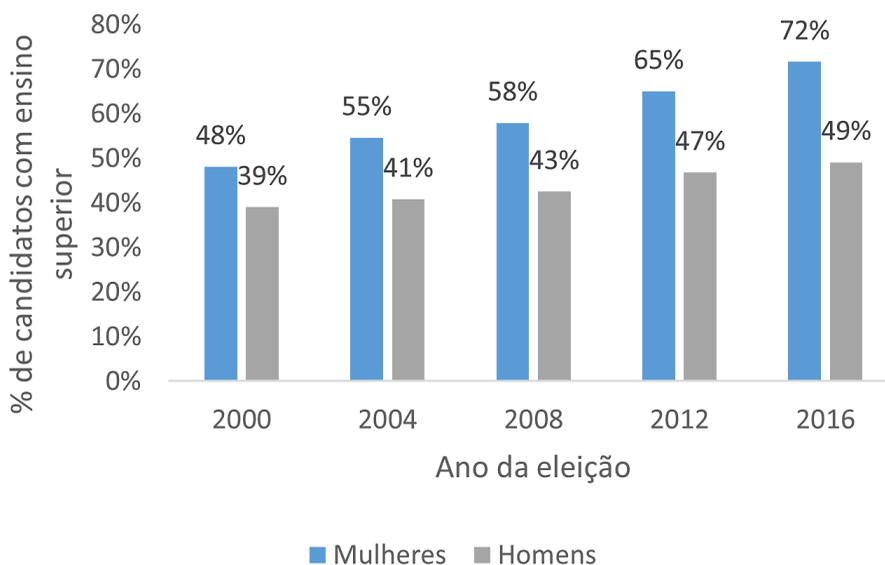
AS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO: A OFERTA

A entrada, permanência e ascensão dos agentes no campo político dependem de seus capitais políticos. O capital político é a soma dos capitais escolar, econômico, cultural e social acumulados ao longo da vida. Considerando as possibilidades da nossa fonte de dados, o capital político já acumulado pelas candidatas está sendo aqui examinado sob os seguintes aspectos: grau de instrução, curso superior concluído, ocupação e área de atuação.

O capital pessoal já acumulado pelos candidatos é medido pelo grau de instrução máximo alcançado e, principalmente, pela carreira escolhida, pois quanto mais valorizada socialmente ela o for, maior será o peso desse capital no conjunto do capital político do candidato. A seguir apresentamos análise dos dados sobre o grau de instrução e, em seguida, dos cursos dos candidatos com educação superior.

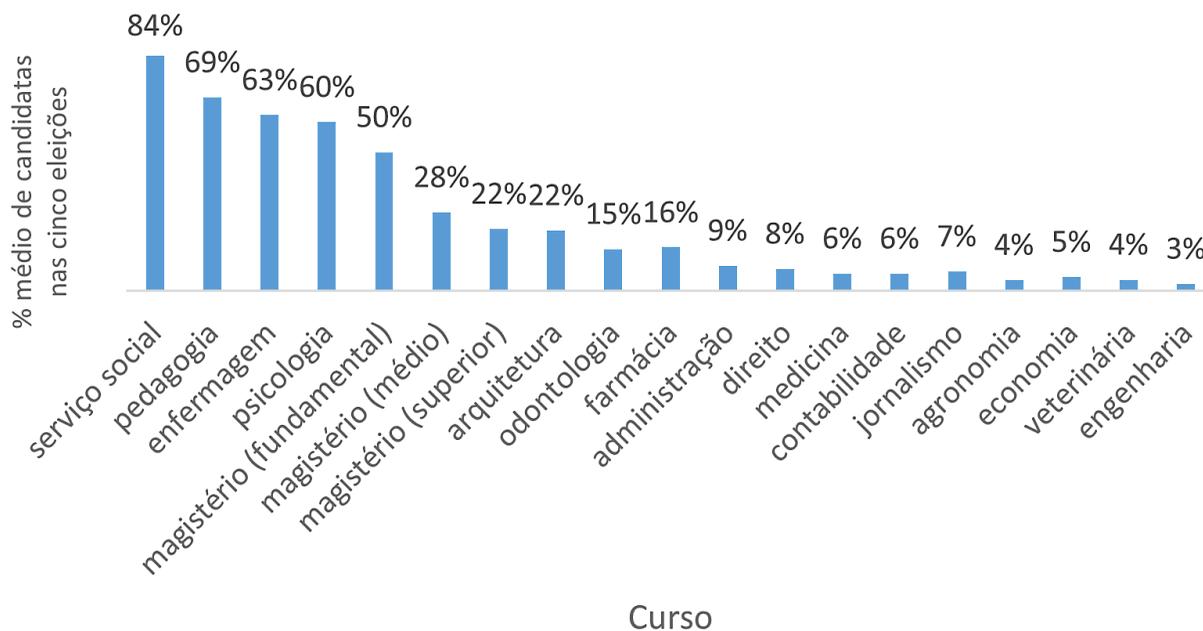
Ao distribuímos as candidatas e os candidatos por seus graus de instrução, verificamos que houve incremento nos anos de estudo dos candidatos a cada eleição – menor percentagem de candidatos com nível fundamental incompleto ou completo, e maior percentual de candidatos com nível superior. Comparando-se os números de homens e mulheres (gráfico 4), observa-se que a percentagem de candidatas com grau mais elevado de instrução (superior completo) é maior do que a dos candidatos, em todos os anos, e essa diferença se acentuou ainda mais na última eleição. Em vista desses números, podemos dizer que mais candidatas do que candidatos haviam alcançado grau de instrução mais alto.

Gráfico 4 – Porcentagem de candidatos e candidatas com ensino superior completo, por eleição, Brasil, 2000-2016



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Gráfico 5 – Representação feminina entre os candidatos nas eleições de 2000 a 2016 por curso superior, Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No gráfico 5 mostramos os percentuais de candidatas em cada uma dessas carreiras, por eleição.

No entanto, possuir nível superior não conduz, necessariamente, à acumulação de capital pessoal, o que vai ser dado pelo valor social dos cursos concluídos. No contexto deste trabalho, para estabelecermos o valor do curso concluído no campo político considerado (as prefeituras brasileiras), os ordenamos por ordem decrescente de percentagem de eleitos (as médias considerando todas as cinco eleições). A partir desta classificação, identificamos os cursos com os maiores graus de elegibilidade, isto é, com as maiores percentagens de eleitos. Para esta classificação, selecionamos exclusivamente aqueles com números absolutos de candidatas superiores a 20 indivíduos, totalizando 19 cursos.

Na distribuição dos cursos pelos percentuais de eleitos, identificamos três grupos: o primeiro, com percentuais superiores a 40% (agronomia e veterinária); o segundo, com percentuais entre 39 e 30% (contabilidade, economia, engenharia, medicina, odontologia, administração, enfermagem, farmácia, psicologia e serviço social); e o terceiro, com percentuais entre 27 e 18% (magistério nível fundamental, direito, magistério nível médio, pedagogia, arquitetura, magistério nível superior e jornalismo).

Os percentuais de candidatas às prefeituras brasileiras da eleição de 2000 à de 2016 variaram de 7,5% a 13%. No entanto, conforme podemos observar no gráfico 5, quando as estratificamos pelas carreiras, as percentagens de candidatas encontradas em alguns cursos, tais como serviço social, enfermagem, pedagogia, psicologia e magistério do ensino fundamental, mostraram-se extremamente altas. Nas carreiras com as maiores percentagens de eleitos (agronomia, veterinária, contabilidade, economia, engenharia e medicina), as percentagens de candidatas foram extremamente baixas.

Os percentuais de candidatas às prefeituras brasileiras das eleições de 2000 à de 2016 com curso superior completo passaram de 48,1 a 71,6%.

No entanto, ao observarmos suas distribuições pelas carreiras de nível superior, verificamos que elas se concentravam em carreiras tipicamente femininas, de menor prestígio e remuneração, o que evidencia a reprodução da segregação ocupacional de gênero no campo político.

O capital delegado é aquele acumulado pelos candidatos em suas atuações na vida pública: nos movimentos sociais, nos cargos ocupados, bem como dentro dos partidos políticos. No contexto deste trabalho, o capital delegado dos agentes foi analisado considerando-se áreas de atuação, estabelecidas a partir das ocupações declaradas pelos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral.

As áreas de atuação que estabelecemos e selecionamos para esta análise foram as seguintes: política, agropecuária, saúde, religião, administração, serviço público, comércio, justiça, educação, arte e mídia e segurança.

O maior percentual de eleitos (45,4%) foi encontrado para aqueles que já participavam do campo político, que são prefeitos reeleitos, vereadores, etc., nesta área a percentagem de candidatas foi 11,2%, que pode ser considerada das mais altas. Isto indica que a entrada no campo político para o exercício de um mandato favorece a permanência do agente no campo, pois aqueles que já haviam cumprido mandato têm maiores chances de serem eleitos, pela visibilidade que um cargo político lhes confere (PINTO, MORITZ e SCHULZ, 2013), o que leva a que tenham mais facilidade para obter financiamento para a campanha, além de recursos governamentais, principalmente se a candidatura for imediatamente subsequente a um mandato político (BARRETO, 2009).

Os maiores percentuais de candidatas foram encontrados nas seguintes áreas: educação (34,9%); serviço público (15,6%) e saúde (12%), que inclui médicas, enfermeiras, dentistas. Na área de atuação 'Religião', com elevado percentual de eleitos (36,1%), que compreende 'sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa', não há um registro

sequer de candidata em nenhuma das eleições analisadas. Sob 'Agropecuária', área com o segundo maior percentual de eleitos, a participação das mulheres é das mais baixas (3%). Menor que esta é a encontrada em 'segurança' (1,5%).

Demonstra-se assim a segregação ocupacional, com percentuais mais baixos de candidatas em áreas pelo *habitus* consideradas predominantemente masculinas (agropecuária e segurança) e percentuais mais altos em educação, que inclui professoras de todos os níveis de ensino e em saúde, que inclui também enfermeiras, bem como no serviço público, onde a participação feminina é mais alta do que a masculina, segundo dados do Censo Demográfico 2010.

Fox e Oxley (2003, p. 836), em pesquisa realizada nos Estados Unidos, inferiram que as candidatas são vistas como mais adequadas para atuarem nas áreas da educação, saúde (principalmente no que tange a cuidados), meio-ambiente, artes, proteção ao consumidor e assistência à população de baixa renda. Já os candidatos são vistos com maior competência para atuarem nas áreas de segurança, economia, negócios e agricultura.

Dados semelhantes encontramos em nossa análise. Desses números podemos depreender que ou (a) a segregação ocupacional se reproduz no campo político; ou (b) são as mulheres com perfis profissionais mais condizentes com os papéis tradicionais de gênero aquelas preferencialmente recrutadas pelas instituições partidárias.

Uma ocupação declarada só por candidatas foi 'dona-de-casa'; do total de candidatas às prefeituras em 2000, 6,5% declararam-se donas-de-casa; em 2004 foram 3,8%; em 2008, 5,7%, em 2012, 4,8% e em 2016, 2,6%. Provavelmente um exemplo de capital delegado a essas candidatas por seus cônjuges ou familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, procuramos estabelecer se e o quanto o campo político seria um espaço de domínio masculino. Para isto, constituímos um arcabouço teórico a partir da concepção de campo e de capital político e de *habitus* de Pierre Bourdieu bem como nos conceitos de oferta e demanda apropriados por teóricas feministas para tratar do recrutamento de candidatas pelos partidos. Para a análise do processo de recrutamento e de distribuição das candidatas na hierarquia do campo político, realizamos estatísticas descritivas, com base nos dados secundários disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições ao executivo municipal de 2000 a 2016.

A oferta foi medida pelo grau de instrução, carreira e área de atuação das mulheres. A demanda por candidatas foi observada pelas taxas de crescimento das candidaturas femininas de 2004 a 2016 bem como pela distribuição hierárquica das mesmas no campo político, a qual foi estabelecida a partir das seguintes variáveis: tamanho dos municípios, regiões, unidades da federação e porte dos partidos.

Dos resultados encontrados, destacamos, em relação à oferta, que uma percentagem maior de candidatas do que de candidatos apresentava escolaridade alta (superior completo), mas concentrava-se nas carreiras com os menores graus de elegibilidade, que são: serviço social, pedagogia, enfermagem e magistério do ensino fundamental.

Para entendermos a influência do capital delegado na formação do capital político das mulheres, estabelecemos áreas de atuação, para as quais também estabelecemos graus de elegibilidade. As áreas com os maiores percentuais de eleitos foram: política, agropecuária, saúde e religião. Somente na primeira (na qual estão incluídas aquelas que já conseguiram entrar no campo político) o percentual de candidatas é maior (11,2%). Na segunda, a média de candidatas foi 3%, comparando com os candidatos na mesma área. 'Saúde' foi uma área com percentual relativamente alto (12%), mas trata-se de uma área que compreende carreiras tipicamente femininas, como enfermagem.

Em 'Religião' não há registro de sequer uma candidata. A área com o maior percentual de candidatas foi 'Educação' (34,9%), cujo grau de elegibilidade é dos mais baixos entre as áreas consideradas. Os resultados retratam a reprodução da segregação ocupacional de gênero no campo político, a qual reforça e mantém as candidatas em posições hierárquicas inferiores.

Em relação à demanda e distribuição das candidatas na hierarquia do campo político, destacamos, em relação aos tamanhos dos municípios, que as percentagens de candidaturas femininas aumentaram nos municípios micros e pequenos e decresceram nos municípios grandes. Como consequência, se nas primeiras eleições analisadas (2000 e 2004), quando distribuídas as candidatas pelos portes dos municípios, a participação feminina era maior nos municípios médios e grandes, nas últimas eleições (2012 e 2016), a participação feminina passa a ser maior nos municípios micros e pequenos.

A distribuição hierárquica no campo político foi também observada considerando as unidades da federação e inferimos que quanto maior o PIB da UF, menor o percentual de candidatas às prefeituras.

À vista desses resultados, podemos dizer que o campo político é um espaço ainda de predomínio masculino, no qual se observa a segregação de gênero, fruto da construção social dos papéis de gênero. Esse *habitus* partilhado por homens e mulheres as mantêm nas mais baixas posições na hierarquia do campo político.

Kanter (1977) categorizou a representação proporcional de mulheres e homens no campo político como: (1) uniforme, quando se tem apenas um tipo de pessoa no grupo; (2) distorcido, quando há forte preponderância de um grupo sobre o outro, sendo o primeiro o grupo dominante; (3) inclinado, quando os grupos começam a se mover na direção de distribuições menos extremas; (4) equilibrado. Inferimos que a representação feminina no campo político é 'distorcida' e que as taxas de crescimento das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras

indicam que alcançar uma distribuição ao menos 'inclinada' parece ainda estar em futuro distante, principalmente porque nas últimas eleições houve decréscimo do percentual de candidatas.

Finalizando, não poderíamos deixar de chamar a atenção para uma possível relação entre a queda na participação quantitativa e qualitativa das mulheres no campo político e o momento atual de emergência de ideias e comportamentos conservadores advindos tanto de grupos da sociedade civil quanto de participantes do aparelho de Estado. Este conservadorismo reforçaria o *habitus*, partilhado pela reação conservadora, o qual associa as mulheres às tarefas e funções no espaço privado, conduzindo ao que aqui evidenciamos: o retrocesso na participação das mulheres no campo político acentuada na última eleição para as prefeituras brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, A. A. de B. Reelection para o Executivo Municipal no Brasil (2000-2008). *Revista Debates*, v. 3, n. 2, p. 97-115, 2009.
- BOURDIEU, P. Les Trois États du Capital Culturel. *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, v. 3, p. 3-6, 1979.
- _____, P. Le Capital Social: Notes Provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, v. 31, p. 2-3, 1980.
- _____, P. La Représentation Politique: Éléments pour une Théorie du Champ Politique. *Actes de la recherche en Sciences sociales*, v. 36-37, p. 3-24, 1981.
- _____, P. *Choses Dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.
- _____, P. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, 2011.
- FOX, R. J.; OXLEY, Z. M. Gender Stereotyping in State Executive Elections: Candidate Selection and Success. *The Journal of Politics*, v. 65, n. 3, p. 833-850, 2003.
- KANTER, R. M. *Men and Women of the Corporation*. New York: Basic Books, 1977.
- MIGUEL, L. F. Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

_____. Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia Política*, v. 20, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, L. F. ;BIROLI, F. Mídia e Representação Política Feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública*, v. 15, n. 1, p. 55-81, 2009.

_____.; _____. Visibilidade na Mídia e Campo Político no Brasil. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 3, p. 695-735, 2000.

PAXTON, P.; KUNOVICHI, S. Women's Political Representation: the Importance of Ideology. *Social Forces*, v. 82, n. 1, p. 87-114, 2003.

PINTO, C. R. J.; MORITZ, M. L.; SCHULZ, R. M. O Desempenho das Mulheres nas Eleições Legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 195-223, 2013.

Mulheres & movimentos – ativismo, empoderamento e espaços de poder¹

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, PA – Brasil. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulheres e Gênero (GEPEM/UFPA) - Belém, PA - Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8074466326178617>

E-mail: luziamiranda@gmail.com

Submetido em: 30/09/2017. Aprovado em: 29/11/2017. Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

Esta proposta, derivativa dos resultados de pesquisa, baseou-se nos debates dos PNPM saídos de duas Conferências Nacionais de Política para as Mulheres (2004, 2007). Apresenta os desafios para o acesso ao empoderamento pelas associadas dos movimentos de mulheres do Pará, partindo da ação coletiva e da sua inserção nos espaços de participação política. Foram avaliados, em questionários e entrevistas, os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social de construção da atuação das associadas nesses movimentos e em suas bases locais, como fatores de incentivo para a carreira político-partidária e a formação de responsabilização que o grupo promove/requer (diante da) na comunidade. O ativismo político engendra as histórias de vida dessas mulheres sem que resultem em recrutamento de candidaturas nem êxito eleitoral, haja vista outras demandas e fatores que influenciam o empoderamento, sem visar o interesse para a competição eleitoral. Com isso, traduz-se a baixa inter-relação entre esses movimentos de mulheres e os temas de formação do acesso aos espaços de poder e decisão.

Palavras-chave: Democracia. Representação política. Movimentos de mulheres. Ativismo político.

¹ O presente artigo utilizou parte dos resultados do relatório final do Projeto de Pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, proposto pelo GEPEM/UFPA ao CNPq-SPM - Processo CNPq n.º 402969/2008-1 (2008-2011). Na oportunidade, agradeço às/aos bolsistas: Carla Moreira e Keyla Araújo (bolsistas PROAD), Murilo Figueira e Thiago Paiva (PIBIC/PIPES), e às/aos bolsistas voluntários da área de Ciências Sociais: Deyse Teixeira, Ticiano Lima; Luiz Eduardo Nascimento; Samara Dias, Glauce Learte; Ana Luiza Ferreira e Adson Pinheiro, que participaram do levantamento de dados entre 213 associadas e coordenadoras dos movimentos de mulheres de 71 cidades paraenses visitadas no período 2009-2011.

Women & movements - activism, empowerment and power spaces²

ABSTRACT

This proposition, derivative from the results of research, is based on the PNPM debates from two National Conferences of Policy for Women (2004, 2007). It presents the challenges for access to empowerment experienced by the associates of women's movements from Pará, starting from their collective actions and insertion in political participation spaces. Through questionnaires and interviews, the accumulated personal resources were evaluated, alongside with the social representativeness pattern of acting construction of the associates, in these movements and in their local basis, as incentive factors to the political party career and the accountability formation that the group promotes/requires (front of) in the community. The political activism engenders their histories of life without resulting on candidature recruitment nor electoral success, given other demands and factors that influence empowering, without aiming for electoral competition interest. With that, the outcomes are a low interrelation between these women's movements and the formation themes of access to power and decision spaces.

Keywords: Democracy. Political representation. Women's movements. Political activism.

Mujeres y movimientos - activismo, empoderamiento y espacios de poder³

RESUMEN

Esta propuesta, derivada de los resultados de pesquisa, se basó en los debates de los PNPM procedentes de dos Conferencias Nacionales de Política para las Mujeres (2004, 2007). Presenta los desafíos para el acceso al empoderamiento, por las asociadas de los movimientos de mujeres del Pará, partiendo de la acción colectiva y de la inserción de ellas en los espacios de participación política. Fueran evaluados, en cuestionarios y entrevistas, los recursos personales acumulados y el padrón de representatividad social de construcción de la actuación de las asociadas, en estos movimientos y en sus bases locales, como factores de incentivo para la carrera político-partidaria y la formación de responsabilización que el grupo promueve/requiere (delante de la) en la comunidad. El activismo político engendra las historias de vida de estas mujeres sin que resulten en reclutamiento de candidaturas ni éxito electoral, en vista de otras demandas y factores que influncian el empoderamiento, sin objetivar el interés para la competición electoral. Con eso, se traspasa una baja interrelación entre estos movimientos de mujeres y los temas de formación del acceso a los espacios de poder y decisión.

Palabras clave: Democracia. Representación política. Movimientos de mujeres. Activismo político.

2 The present article used part of the results of the final report of the Research Project «The movements of women and feminists and their action in the advancement of women's careers in the spaces of political power», proposed by GEPEM / UFPA to CNPq-SPM. 402969 / 2008-1 (2008-2011). At the opportunity, I would like to thank the scholarship holders: Carla Moreira and Keyla Araújo (PROAD scholarship holders), Murilo Figueira and Thiago Paiva (PIBIC / PIPES), and to the volunteer fellows in Social Sciences: Deyse Teixeira, Ticiania Lima; Luiz Eduardo Nascimento; Samara Dias, Glauce Learte; Ana Luiza Ferreira and Adson Pinheiro who participated in the survey of data among 213 associates and coordinators of the women's movements, from 71 cities visited in the 2009-2011 period.

3 El presente artículo utilizó parte de los resultados del informe final del Proyecto de Investigación «Los movimientos de mujeres y feministas y su actuación en el avance de las carreras femeninas en los espacios de poder político», propuesto por el GEPEM / UFPA al CNPq-SPM - Proceso CNPq n. 402969 / 2008-1 (2008-2011). En la oportunidad, agradezco a los becarios: Carla Moreira y Keyla Araújo (becarios PROAD), Murilo Figueira y Thiago Paiva (PIBIC / PIPES), y a los becarios voluntarios del área de Ciencias Sociales: Deyse Teixeira, Ticiania Lima; Luiz Eduardo Nascimento; Y en el caso de las mujeres. Ana Luiza Ferreira y Adson Pinheiro que participaron del levantamiento de datos entre 213 asociadas y coordinadoras de los movimientos de mujeres, de 71 ciudades paraenses visitadas en el período 2009-2011.

INTRODUÇÃO

O século XXI inicia-se, para os movimentos de mulheres e feministas, com a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (África do Sul, 2001). Grandes avanços na mudança de mentalidades e transformação na vida das mulheres e das relações de gênero já haviam sido feitos⁴. O empoderamento, uma das ações propostas nesses eventos como política de ampla dimensão, exigia delas, no primeiro aspecto, a apropriação dos destinos da própria vida⁵, e em outro, a ocupação de posições de poder

no âmbito dos poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), dos poderes da sociedade civil organizada e dos partidos, visando à reestruturação do cenário político, território masculino por excelência (...). Ou seja, significa a circulação das mulheres pelos campos da esfera pública, da gestão social, das responsabilidades com os rumos do país e de toda a sociedade (...) (RODRIGUES, 2001).

Significa, portanto, a acumulação do capital social estabelecido com o desenvolvimento das diversas identidades com apelo à solidariedade entre esses atores sociais e as culturas diferentes, formando intersubjetividades. Esses aspectos da construção do **empoderamento** não se dissociam; estão integrados e promovem a diferença nos avanços das posições políticas das mulheres.

Nessa compreensão, as feministas brasileiras, tendo em vista planejar a eleição presidencial de 2002, investiram numa campanha voltada para as candidatas e candidatos que pleiteavam vagas no Parlamento e no Executivo, objetivando sensibilizá-los para as demandas das mulheres, mostrando a mobilização feminista como recursos de mudança de um padrão viciado de fazer política. Realizaram-

se 26 conferências estaduais entre março e maio desse ano, participando dos debates mais de 5.000 ativistas construindo uma plataforma política feminista. A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras efetivou-se em julho, com a presença de duas mil delegadas das conferências estaduais e redes nacionais aprovando o documento e possibilitando presença mais direta desse gênero para arguir os políticos que pleiteavam cargos em todas as esferas de poder.

Interessante conhecer alguns pontos do documento⁶ com evidências sobre as lutas das mulheres – da conquista do direito do voto (que naquele ano comemorava 70 anos) às discussões sobre as questões-chave do então posicionamento político de gênero. Documento propositivo encimado pela *Carta de Princípios* expõe “os compromissos políticos constitutivos da Conferência Nacional e da Plataforma Política Feminista” (2002), transformados

em uma espécie de mapa político de navegação no qual os movimentos de mulheres encontraram o norte para tecer suas parcerias e alianças nos planos estadual e nacional, estabelecer os termos do diálogo e mobilizar para o debate centenas de outras ativistas.

Outros itens desse documento:

- a. Reafirmar a autonomia de pensamento, projeto e ação, num ano eleitoral com disputas acirrada, demonstrando a capacidade de intervir no processo social e político, com objetivo de “empoderar os movimentos de mulheres, fortalecendo sua capacidade de interferir amplamente na sociedade, como sujeitos que produzem transformação social (...), na democratização de informação; e no exercício de liderança”.
- b. Questionar as diferentes formas de democracia e o regime democrático vigente no país, evidenciando propostas de mudança e/ou uma solução para equacionar as dificuldades. Contestam-se os modelos de políticas que

⁴ A partir de discussões mundiais nas conferências do México (1975); Copenhague (1980); Nairobi (1985); Beijing (1995).

⁵ “... o que abre para a formulação/realização de projetos pessoais, demandando a ruptura com as relações de dominação no âmbito do privado e a construção de relações de diálogo e negociação. Já o enfrentamento do sexismo e do autoritarismo, no âmbito da esfera pública das institucionalidades, exige uma ação coletiva e envolve mulheres e homens, empenhados na construção de uma sociedade justa”. (RODRIGUES, 2001, p. 2).

⁶ Partes do documento, quando for o caso, serão referidas entre aspas, compondo-se a parceria de escrita deste texto.

fizeram crescer o Brasil sem a presença das mulheres, reconhecendo as mudanças que possibilitaram a esse gênero conseguirem sua cidadania política. Este é o ponto nodal de todo o processo que mostra o movimento de mulheres não apenas preocupado com a competição eleitoral, mas com algo mais que antecede esse evento.

- c. Defender o processo da competição eleitoral além dos limites que convergem para o eixo das eleições, mostrando a necessidade de outros componentes vitais para a garantia do Estado democrático e do bom governo: o direito à igualdade, à liberdade e à diversidade: “No Brasil, foram 108 anos de diferença entre a primeira lei eleitoral que assegurava aos homens o direito de votar e ser votado e a lei eleitoral que assegurava este mesmo direito às mulheres”.
- d. A discussão sobre a política formal (ou recursos da competição eleitoral) que não reconhece a presença das mulheres avalia que embora a conquista delas ao direito do voto seja recente, mesmo assim formou o maior eleitorado no Brasil. Em contrapartida, a representação política tem sido escassa, estando este gênero em minoria absoluta no Parlamento, no Executivo e no Judiciário – seja nas esferas municipal, estadual ou federal” e, também, “nas instâncias de poder dos partidos, onde em geral ocupam as posições menos prestigiadas.
- e. Denúncias à reprodução de padrões culturais e históricos responsáveis pela falta de estímulo à participação política feminina daí porque “poucas conseguem ultrapassar as barreiras causadas pela falta de oportunidades e de consciência de sua condição e de seu potencial de atuação como sujeito político”. Há uma questão-limite: as detentoras de mandatos são brancas e algumas reproduzem “as práticas excludentes, racistas, classistas e patriarcais, que ainda são hegemônicas no fazer político”.
- f. A democracia participativa amplia os espaços de participação e acesso ao poder pela ação

dos movimentos sociais, visto que esses canais geram representação destes em órgãos de gestão e controle social, conselhos de políticas públicas e de direitos, garantindo “efeitos importantes sobre a vida cotidiana da população”. Contudo, a presença efetiva da “participação popular nas instâncias de democracia participativa têm sido desvalorizadas como possibilidades reais de aprofundamento da democracia”, prevalecendo a ideia de que “o controle social representa uma ameaça ao poder”. Com isto, “tais poderes estimulam a desarticulação dos movimentos populares, cooptando seus representantes e manipulando-os segundo seus interesses, ou simplesmente esvaziando de densidade política estes espaços”.

- g. Avaliar a dissociação entre as formas de participação política e o lugar da decisão política que é a representação. A considerar esses entraves à renovação da “cara” da representação política para o tempo de presença das mulheres nessa instância, torna-se o *leitmotiv* da apresentação dos desafios como ações propositivas das mudanças, visto que é esperado não só garantir um lugar nesses espaços decisórios de poder, mas também a formação de uma pessoa que, ao assumir um mandato parlamentar ou executivo, tenha a consciência crítica dos acontecimentos globais e nacionais e se posicione favorável às mudanças dos problemas encontrados. Neste caso, toma importância, então, a frase lapidar para o caso de um mandato: a democracia representativa terá que ser transformada, mas isto só será possível pelo empenho em assumir as ações da democracia participativa e da justiça social.

As evidências sobre esse princípio estão nos termos dos verbos aplicados para considerar as ações propositivas nos desafios apresentados - fortalecer, radicalizar, promover a democracia participativa – tendendo a intermediar “a aplicação dos mecanismos de acesso ao poder, com a garantia de equidade de gênero”; aprofundar a “democracia nas famílias, nas ruas, nas empresas, nas escolas, nos

locais de trabalho e nas organizações da sociedade civil”. A escola e as demais formas de socialização serão partícipes na promoção de políticas para a transformação, com a discussão e a revisão de valores construindo “relações igualitárias”.

Em síntese, recomendam às mulheres que aspiram ascender ao poder decisório: o empoderamento - não é só o mecanismo de rever a face da exclusão de um cargo legislativo onde se acham sub-representadas, mas o instrumento criador da objetividade estratégica na participação política, reconhecendo que a democracia participativa é o eixo mobilizador para fazer a diferença do posicionamento de quem vai assumir um cargo na representação política, seja parlamentar, no Executivo ou na esfera do Judiciário.

O presente texto divide-se em três eixos argumentativos: a) o que promove a articulação dos movimentos de mulheres e feministas em tempo de conferências nacionais; b) recursos pessoais acumulados e padrão de representatividade social como fatores de incentivo para a carreira político-partidária; c) ativismo, filiação partidária e a baixa inter-relação entre os movimentos de mulheres e os partidos políticos, com atenção, no caso do Pará.

CRITÉRIOS DE ARTICULAÇÃO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS: AS CONFERÊNCIAS E OS PLANOS DE AÇÃO DO GOVERNO

A coerência com a chave do problema da participação política e a democracia do poder (em seu capítulo da representação) traduziu-se na Plataforma para Candidatas a Vereadoras e Prefeitas. Em Defesa da Igualdade e da Cidadania Feminina, lançada nas eleições municipais de 2004, produzido pelo Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), com patrocínio da Embaixada da Finlândia e distribuição apoiada pelos movimentos de mulheres, destacando-se a AMB e suas congêneres⁷. O diferencial entre este documento e a cartilha *Mulheres sem medo do Poder*, de 1996⁸, é o novo formato de conteúdos explorados. Em seis páginas, a *Plataforma para Candidatas...* aponta, inicialmente, a importância de as mulheres pleitearem candidaturas às câmaras e prefeituras; registra o quantitativo feminino da participação das mulheres na política, num comparativo com a população e o eleitorado; informa sobre as cotas, então sob a vigência da Lei nº 9.504/97 com a reserva partidária do mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo; trata do papel do município e da representação da Câmara de Vereadores para o progresso da democracia.

⁷ Entre as entidades: Articulação de Mulheres Brasileiras, Fóruns e Articulações Estaduais de Mulheres; Projeto Mulher e Democracia/Nordeste; Elas por Elas na Política/SP; Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM; Bancada Feminina no Congresso Nacional; Comissão Especial Ano da Mulher – Câmara dos Deputados e Senado Federal; Secretaria de Mulheres da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale); Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher; Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos; Comitês Nacional e Estaduais Multipartidários de Mulheres.

⁸ Para as eleições de 1996, o Ipea e a Bancada Feminina do Congresso Nacional, com apoio do IBGE, produziram, através dos partidos políticos e dos registros do TSE, a cartilha *Mulheres sem medo do Poder* para as candidatas ao parlamento municipal. Esse documento contém um histórico da luta pelos direitos das mulheres, sugestões de montagem de um comitê eleitoral, os procedimentos necessários para o bom desempenho na campanha política e principais recursos que deveriam ser priorizados num governo na perspectiva de gênero. Houve seminários estaduais. Naquele momento houve a regulamentação da Lei de cotas nº. 9.100/95, de 20% de candidaturas femininas nas listas partidárias.

A agenda da cartilha expressa os princípios já discutidos na Plataforma Política Feminista (2002) em torno dos temas centrais e norteadores do “fazer política” feminista: rejeição à violência contra as mulheres; defesa aos direitos humanos; educação igualitária; saúde e direitos sexuais e reprodutivos; trabalho, moradia e desenvolvimento. Ao tratar do poder, a afirmação da ausência de democracia quando as mulheres deixam de participar na política eleitoral traduz-se na evidência ao empoderamento e à democracia participativa nos itens subscritos: criação e apoio às secretarias e conselhos municipais dos Direitos da Mulher “com políticas públicas e recursos humanos, financeiros e materiais próprios, bem como a realização de Conferências de Políticas para Mulheres”; defesa ao “sistema de cotas por sexo no provimento de órgãos colegiados, cargos em comissão e funções da administração direta e indireta”; e luta “pela presença das mulheres nas mesas diretoras das Câmaras Municipais”.

Essa foi a chave das discussões em recorrentes tratativas que os movimentos de mulheres e feministas empreenderam a partir daí, considerando o tema da participação política feminina. Nesse sentido, empoderar e redefinir a democracia, imbricando o modelo participativo ao representativo para que o regime democrático se tornasse um sistema político de inclusão política e social foi a legenda das duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, realizadas, uma em julho de 2004, e a outra, três anos depois, em agosto de 2007. É possível avaliar, através dos anais desses eventos, os textos e roteiros de discussão circulando nas instâncias preparatórias municipais, regionais e estaduais⁹, creditando-se intensiva massa de informações às mulheres participantes sobre os assuntos focais da agenda feminista.

A I Conferência, convocada pelo presidente da República e realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (em Brasília, entre os dias 15 e 17 de julho de 2004, com apoio de todos os

ministérios) definiu diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Nos anais constam painéis e grupos de trabalho analisando a realidade brasileira e avaliando as políticas existentes, traçando novos compromissos a serem assumidos pelo governo com apresentação de propostas de diretrizes para a construção de uma agenda de políticas públicas sob o olhar feminista.

A garantia à igualdade de acesso às estruturas de poder e aos processos de decisão é tratada no item 4: “Efetivação dos Direitos Humanos das Mulheres: civis, políticos, direitos sexuais e direitos reprodutivos”¹⁰.

As diretrizes preveem a adoção de

ações afirmativas não restritas à política de cotas, em diferentes iniciativas, programas e projetos na administração pública dos distintos níveis de governo, assim como nos processos eleitorais e nas práticas de gestão participativa e seus mecanismos, tais como os orçamentos participativos, conferências e conselhos de gestão de políticas sociais

Outra diretriz é o aumento do “controle público sobre os processos da democracia representativa com o financiamento público de campanhas”.

Esses procedimentos para assegurar a presença das mulheres nos espaços de decisão política revelam as estratégias de empoderamento com capacidade de reversão dos indícios de desigualdade.

A II Conferência convocada também sob decreto presidencial, realizada em Brasília, de 17 a 20 de agosto de 2007, objetivou analisar e repactuar os princípios e diretrizes aprovados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, avaliando a implementação do “Plano Nacional ...” de três anos antes. Na apresentação dos pontos para discussão no segundo evento, nos âmbitos municipais, estaduais e regionais, o documento registra os pactos já assinados pelos governos, responsáveis pela consolidação das políticas em curso, focando, especificamente, a reforma do sistema político

⁹ Costa (2005) registra que em 2004 o cálculo da participação das mulheres nesse evento foi de aproximadamente 500 mil mulheres, de onde foram indicadas 14.050 delegadas das 27 conferências estaduais.

¹⁰ Cf. os Anais da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e o II PNPM, em: www.presidencia.gov.br/spmulheres.

brasileiro¹¹. O objetivo era chegar ao final do evento alinhando propostas que ampliassem e reafirmassem o compromisso das diferentes esferas e instâncias de poder do Estado brasileiro para os recursos previstos pela justiça social, “com a democracia e com a paz”.

A seção intitulada “Mulheres nos Espaços de Poder” ratifica a importância e a necessidade do debate sobre a participação política das mulheres vendo esta presença “(...) como ação transformadora das estruturas e das instituições, e também da cultura e das mentalidades gerando novas relações sociais” (II CPNM, 2007, p. 49).

A referida seção sumariza os capítulos em temas explicativos, informativos e propositivos sobre o sistema político brasileiro e a situação das mulheres na participação política em instâncias de deliberação institucional (âmbito do estado através de conselhos setoriais, de direitos), nos movimentos feministas e de mulheres em ampla diversidade na sociedade civil. Esclarece a estruturação e as regras básicas do funcionamento do sistema de governo, das formas de Poder Legislativo. Enfoca a legislação eleitoral e partidária e trata das ações afirmativas na política, fazendo uma análise comparativa com países europeus e latino-americanos onde essas regras foram instituídas¹². O diferencial do documento com exposição sobre um assunto que há mais ou menos cinco anos já estava no meio do debate da sociedade civil organizada (movimentos sociais) e no âmbito político-partidário (partidos, Legislativo, Judiciário, governo) era sobre a reforma política.

A exposição de temas (não tratados na I CNPM) tornou manifesto o interesse, na II Conferência, de superar a discussão sobre a reforma política em base ampla, como a defendida pelos Movimentos

Sociais (na Plataforma da Reforma do Sistema Político Brasileiro)¹³, ensejando ainda que os movimentos de mulheres e feministas discutissem também as questões mais restritas de uma mudança em eixos problemáticos no sistema eleitoral, no sistema partidário e nos poderes Executivo e Judiciário através de ações afirmativas, visando criar a oportunidade para a inclusão desse gênero nos espaços de poder.

Para o sistema eleitoral, a proposta sugeria a manutenção da reserva de vagas por sexo nas listas partidárias (30% - 70%) e, no caso de mudança da lista aberta para a fechada (ou preordenada), que a mesma garantisse a indicação do lugar que mulheres e homens deveriam ocupar na lista, com alternância “na proporção de pelo menos uma vaga para cada sexo em cada três lugares, ou ainda, a alternância com paridade 50-50%”.

Ao sistema partidário propunha-se a destinação de, ao menos, 30% dos recursos do fundo dessa organização e 30% do tempo de propaganda gratuita no rádio e TV, para promover a participação das mulheres. Aos poderes Executivo e Judiciário, na mesma intenção, propunha o “critério de sexo para a indicação do 1º escalão do governo e do Judiciário (...)”.

O documento indaga ainda (p.45) sobre: os mecanismos e instrumentos de participação existentes nos locais das conferências; a proporção de parlamentares mulheres no Legislativo municipal, estadual, no Executivo, nas secretarias de governo; quais obstáculos e quais propostas poderiam ser apresentados para a ampliação dessa participação.

Se um analista político se detiver tão somente nesse importante evento¹⁴, tende a considerar os decretos presidenciais responsáveis pelo empenho e desempenho dos instrumentos de discussão para

¹¹ Cf. II CNPM. Textos e roteiros de discussão: Conferências Municipais e/ou Regionais e Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres. CNDM, SEPM; Brasília, 2007, p. 47.

¹² Os temas de que trata essa parte do documento às páginas 29 a 46, são: “As formas de Democracia; Mecanismos e Instrumentos de Participação; Sistema Político Brasileiro; Estimulando o Debate; Roteiro de Discussão; Outros Subsídios para Discussão”.

¹³ Cf. REFORMA POLÍTICA. Construindo a plataforma dos movimentos sociais para a Reforma do Sistema Político no Brasil. s/d; s/org. Assinado por 20 entidades de movimentos populares. Acesso on-line em www.participacaopopular.org.br.

¹⁴ Tomam-se por base as duas conferências e agora dois planos de governo de política para as mulheres e os decretos da Presidência da República instituindo o acontecimento.

a criação de uma agenda de governo que incluía as mulheres. Na verdade, os movimentos sociais de modo geral têm pressionado os governos para incluir suas demandas em uma ação coletiva que se torna um meio de controle e uma forma de *accountability* forçada das políticas governamentais.

A mobilização por uma reforma política com a inclusão da pauta de reivindicação das mulheres seguiu essa instrução de intervenção através da realização de vários eventos. O seminário “Democratizar a democracia: a reforma política e a participação das mulheres” foi um dos acontecimentos que em março/2007, em Brasília, reuniu ministras de Estado, militantes feministas, parlamentares, representantes de movimentos de mulheres e acadêmicas em torno de temas da reforma político-eleitoral e partidária e da participação política das mulheres. Organizado pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras e Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora/CUT e Unifem, teve apoio das Fundações Perseu Abramo e Friedrich Ebert.

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados — através das comissões de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias, Constituição, Justiça e de Cidadania, e Seguridade Social e Família — realizou (em maio/2007) o seminário “A Mulher na Reforma Política”, tratando de temas como “Inclusão das mulheres na reforma do sistema político” e “Sistemas de votação proporcional, distrital e misto: ampliação da representação de mulheres” com debates pontuais acerca do ordenamento da lista partidária, do financiamento público de campanha, da fidelidade partidária, entre outros aspectos da legislação eleitoral.

O seminário “As Trilhas do Poder das Mulheres – experiências Internacionais de Ações Afirmativas”, proposta pela equipe de pesquisadoras do NEIM¹⁵, inclui-se entre os eventos promovidos em 2007,

¹⁵ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da UFBA. Para conhecimento, ver: www.neim.ufba.br Sobre o evento, cf. o artigo Costa (2007): “A ‘quase’ reforma política no Brasil e a ação feminista” em www.pathwaysofempowerment.org/Reforma_Politica.

na mesma temática da reforma política sob o olhar das mulheres. Apresentou-se em dois espaços, com duas lógicas de sensibilização: seis conferências municipais com a presença das mulheres locais (Bahia), e no Congresso Nacional, discutindo os temas em pauta nos outros seminários, com parceiras nacionais: Bancada Feminina da Câmara de Deputados e de Comissões Permanentes, ONGs como a Agende, o Projeto Mulher e Cidadania (PE). E as internacionais: DFID e Unifem.

Nos três eventos, a troca de ideias incluiu as mulheres de partido, parlamentares, acadêmicas feministas e mulheres dos movimentos¹⁶.

Associações como a AMB¹⁷, o Cfemea¹⁸, outras ONGs feministas, os grupos de mulheres dos partidos (PT, PMDB, PSDB, PPS entre outros) produziram textos que circularam nos *sites* respectivos, nos anos de 2007, 2009 e 2010. Também esse tema mesclou-se às discussões que já estavam na pauta das casas legislativas, conforme é possível anotar no material produzido pelas equipes de assessores dos parlamentares (cf. *Sites* dessas instituições).

¹⁶ Muitos outros seminários e encontros foram promovidos pelo Brasil, antes da II CNPM. Restrinjo-me a esses que simbolizam o protagonismo feminista envolvido com a reforma política.

¹⁷ A ABM lançou, em 2007, em seu jornal eletrônico, o documento “Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas” com textos subsidiando a discussão sobre: “Participação das mulheres na reforma do sistema político; “Feminismo, construção do contrapoder e participação política das mulheres”; “Participação das mulheres no controle social”; “Paridade na política é a nossa proposta na reforma do sistema eleitoral” etc. Cf. www.articulacaodemulheres.org.br.

¹⁸ O Cfemea sempre tratou da questão das mulheres no poder. Em 2007, muitos artigos e dados estatísticos mereceram destaque de circulação no site www.cfemea.org.br. “As mulheres na política e a reforma política”, de Sílvia Camurça, foi um desses textos.

MULHERES EM MOVIMENTO(S): AÇÃO, ATUAÇÃO E INVENÇÃO DE (NOVAS/VELHAS) FORMAS DE EMPODERAMENTO AOS ESPAÇOS DECISÓRIOS DE PODER

A avaliação da repercussão desses debates nos movimentos de mulheres e feministas sobre os acordos de Beijing (1995) e as atuais Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs) pelas Nações Unidas¹⁹ embasaram as discussões sobre as desigualdades e a realização de dois *survey*²⁰ no contexto paraense, objetivados por dois projetos de pesquisa.

O primeiro, aplicado entre lideranças desses movimentos, presentes na II Conferência Estadual de Política para as Mulheres - CEPM, era um dos objetivos do projeto “Gênero, Política e Representações Sociais” (403224/2005-5 – APq – CNPq/SPM). Na intenção de traçar um perfil das entidades, de suas atividades e associadas, foi elaborado um questionário com 35 quesitos contendo perguntas abertas e fechadas, algumas de múltipla escolha, agrupadas em três seções: A – Identificação do Movimento; B – Relação com os demais Movimentos de Mulheres; C – Participação Política e Partidária das Associadas.

¹⁹ Em que o Brasil estava incluído com outros 17 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Sobre MDGs: “Construir a autonomia feminina e promover a equidade entre homens e mulheres foi um dos consensos estabelecidos na Cúpula do Milênio, promovida pela ONU em setembro de 2000. O resultado desse evento foi expresso na Declaração do Milênio, documento referendado por 191 países, que estabelece um consenso sobre os graves problemas atuais do planeta e o compromisso de enfrentá-los. Para avançar na direção da solução desses problemas, a Cúpula do Milênio estabeleceu um programa mínimo de oito pontos – as Metas do Milênio – com os objetivos a serem alcançados até o ano 2015”. Cf. <http://www.idis.org.br/>

²⁰ Trata-se de método usado como ferramenta do projeto de pesquisa para levantar dados sobre as relações entre capital social e as formas de empoderamento das associadas dos movimentos de mulheres. Cf. base da bibliografia em Babbie (2001).

O instrumento foi aplicado em lideranças de 22 movimentos de mulheres paraenses, escolhidos aleatoriamente.

Eram movimentos expressivos, visto que, segundo elas, agregavam entre 10 a 100 mulheres em seus municípios e/ou nos conselhos. As conclusões – ao avaliar o compromisso desses atores sociais pesquisados e as discussões em nível institucional e informal sobre a sub-representação política das mulheres nos parlamentos e cargos executivos – demonstraram que esse tema ainda não recebera a abordagem necessária sobre a importância que tem no aspecto de enfrentar a desigualdade política feminina e, conseqüentemente, mudar o sistema político brasileiro.

Vários elementos mostravam o avanço sobre a formação de níveis de empoderamento, mas não evidências de que o que se discutia na II Conferência agregava algum item propício a pensar sobre o eixo das ações de garantia da presença das mulheres nos espaços de poder.

A primeira abordagem sobre as associações de mulheres e as atividades que realizavam com o foco nas políticas de estímulo às suas associadas com vistas à competição eleitoral e ao acesso destas às cadeiras parlamentares deteve-se nas eleições proporcionais de 2006 e nos cargos nos Legislativos federal e estadual (CD e AL). As versões das representantes desses movimentos deixaram sem argumentos significativos o aspecto que se buscava enfatizar nessa pesquisa sobre a relação dessas organizações e as ações centradas na busca pelos mecanismos de acesso aos espaços formais de decisão política.

O segundo *survey* foi realizado no período de 2009/2011, no momento em que algumas mudanças já haviam sido discutidas pela Comissão Tripartite criada para revisar a Lei 9.504/1997²¹ com aprovação posterior da Lei nº 12.034/2009. Faziam parte do projeto de pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, proposto pelo Gepem/UFPA ao CNPq-SPM (2008-2011), explorando o seguinte problema-chave: Os movimentos de mulheres têm registrado presença significativa nas demandas e no controle das políticas públicas conquistadas, com ênfase em agendas estimuladoras ao empoderamento feminino. Considerando essa atuação na formação de lideranças, pergunta-se: a) que ações foram desenvolvidas por esses movimentos, incentivando as associadas para acesso aos cargos formais de representação parlamentar e/ou majoritários, conforme sugerido na Carta de Beijing e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008)?; b) essas ações influenciaram/encorajaram diretamente (ou não) o acesso das associadas aos cargos formais, e de que forma e em que proporção isso se deu?

Neste sentido, e considerando que os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social que constroem ao se associarem aos movimentos de mulheres e em suas bases locais de moradia podem ser fatores de incentivo para possível carreira política, o *core*

do projeto objetivou identificar a contribuição dessas organizações na capacitação das associadas, estimulando-as ao empoderamento e ao interesse para a competição eleitoral. Formulou-se então uma hipótese de dependência: a atuação dos movimentos de mulheres e feministas incentiva suas associadas na formação de uma cultura de empoderamento, estimulando sua candidatura a cargos parlamentares e/ou majoritários numa competição eleitoral.

No segundo *survey*, as associadas dos movimentos responderam a 65 questões, algumas sobre a própria dinâmica de empoderamento (quais temas discutiam, que atividades realizavam e como faziam) e as transversalidades na participação, o relacionamento com os partidos e a competição eleitoral. As coordenadoras também foram contatadas para avaliar o incremento de suas discussões sobre as questões mais específicas de partido, participação, representação e sistema eleitoral em estímulo aos temas dos debates que proporcionavam entre as associadas²².

FEMINISMOS & MOVIMENTOS DE MULHERES: HETEROGENEIDADE, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO²³

Os movimentos de mulheres e feministas integram-se, em gênese, aos movimentos sociais. São vertentes que traduzem seu programa de reivindicações políticas pelos direitos das mulheres na ação coletiva e, como os seus congêneres mais ampliados, tentam provocar as mudanças necessárias em parte ou no todo das instituições

²¹ A Comissão Tripartite foi criada através da Portaria Nº 15, de 11/03/2009, da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, “para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições”. A Comissão era formada por representantes do Executivo, do Parlamento e membros da sociedade civil, se propunha a intervir nos debates que ocorriam no Congresso Nacional, no momento em que se achava em pleno funcionamento a discussão da mini-reforma eleitoral. Essas discussões de pontos focais da questão levaram à aprovação da Lei 12.034/2009, incluídos artigos beneficiários para a inclusão das mulheres na política como: “alteração do artigo que regulamente as cotas, com a obrigatoriedade do preenchimento das vagas, e não mais apenas uma reserva; a obrigatoriedade de utilização de no mínimo 5% dos recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política das mulheres; e reserva de pelo menos 10% da propaganda partidária gratuita para as mulheres dos partidos políticos” (idem, p. 3). Cf. Relatório Final, Brasília, novembro de 2009.

²² Nas técnicas para o levantamento dos dados - além de questionários, entrevistas gravadas, observação direta e participante, uso de caderno de campo e câmera fotográfica - foram privilegiados dois procedimentos de aprofundamento das entrevistas e conhecimento detalhado do cotidiano dos movimentos de mulheres: história oral - usada, em parte, na aplicação dos questionários nos seus locais de moradia; e num simpósio (05 e 06/05/2011) por meio do qual foram coletadas/registradas evidências das atividades das associadas nos movimentos, em narrativas /depoimentos pessoais.

²³ O assunto deste enfoque referencia dois conceitos que às vezes são tomados como sinônimos. Ao considerar que o termo feminismo não contempla, necessariamente, o de associação de mulheres, desenvolvem-se alguns diferenciais subjacentes na teoria social que estuda estas categorias.

sociais que abrigam padrões normativos de regras patriarcais. Procuram criar uma nova ordem social, esgarçando o preconceito e a desigualdade que atingem secularmente esse gênero.

Os “movimentos de mulheres” antecedem o movimento feminista²⁴.

Desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade estes movimentos têm surgido e fazem História.

Outhwaite e Bottomore (1996) apontam três questões analíticas para evidenciar o caráter e a variedade do movimento de mulheres. A primeira é a

necessidade de diferenciação entre os vários graus de ação social (coletiva), de tal forma que o movimento significa um avanço qualitativo e quantitativo com respeito às formas de solidariedade ou de associação que podem ser em pequena escala, dispersas e relativamente de pouco poder.

Exemplificam com um movimento baseado em uma “cultura de mulheres” incluindo redes de comunicação, clubes e círculos literários.

A segunda proposição questiona se “(...) o feminismo pode ou deve gerar objetivos capazes de ter uma aplicação universal”, entendendo-se dessa questão que “(...) os objetivos do feminismo estariam sujeitos a alguma variação e diferentes movimentos formularam suas prioridades de acordo com isso”, a exemplo do que ocorreu com as feministas negras e do Terceiro Mundo ao criticarem a hegemonia de um discurso de inclusão de que as “mulheres de todas as classes sociais e de todas as religiões, necessariamente, partilhavam interesses e laços de solidariedade”. Nesse sentido, a proposta desse grupo era de uma “visão diferenciada dos interesses das mulheres como sendo formados por fatores tais como classe e etnia, de modo que podiam levar as relações de dominação e subordinação entre mulheres”.

²⁴ “São movimentos sociais que exibem uma heterogeneidade de objetivos e formas de associação ou de organização” (cf. OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 493). Este texto utilizará as asserções destes autores da pág. 493 a 496, sobre o movimento de mulheres e o feminismo.

Em que pese a base militante articular-se como ação coletiva e objetivos comuns, a “solidariedade entre as mulheres não era dada somente pelo fator gênero”.

A terceira questão diferencial entre os dois movimentos “gira em torno dos objetivos que os movimentos de mulheres, em oposição aos confessadamente feministas, têm tendido a buscar”. Historicamente, os movimentos de mulheres surgem “com base nos papéis das mulheres na família”, implicando a luta pelo provimento de “necessidades básicas ou por direitos de cidadania”, com duas características-chave: identificam-se com “construções sociais particulares de feminilidade e maternidade” com o envolvimento político das mulheres como “extensão natural de seus papéis na família e sentimentos primordiais intrinsecamente femininos”. E a outra, como função desta, é da formulação “dos objetivos de suas ações em termos amplamente altruístas, e não em termos destinados a promover seus interesses pessoais como mulheres”.

Se a teoria social evidencia esses diferenciais para as duas categorias de movimentos, para o feminismo ela mostra, no entanto, que há feminismos (no plural) desde a variação do conceito libertação (BOBBIO; PASQUINO, 1995). O feminismo emancipacionista, visto como herança dos movimentos do século XIX, e o outro, contemporâneo, fase extrema e de superação da luta pela exigência de igualdade jurídica, política e econômica em relação ao homem, ampliam esse conceito para tratar do respeito à diferença das mulheres e a busca de novos valores com vistas à transformação social.

Ao tratar de feministas e de movimentos de mulheres sem dispersão desses referenciais, deve-se considerar que as duas categorias se integram, articulam-se, interagem e procuram promover o objetivo central de suas lutas que é o da valorização das mulheres enquanto ser humano. Costa (2005, p. 2), analisando o ressurgimento do feminismo nos anos 60 e a relação com os demais movimentos contestatórios, empresta a tese de Alvarez (1990, p. 23) e evidencia um dos pontos mais importantes

dessa nova trajetória, elaborando uma conceituação comparativa exemplar:

O movimento resignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder as formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas²⁵.

É com esta filosofia que as feministas brasileiras interagem com os movimentos articulados de mulheres e implementam as suas práticas de discussão da esfera pública e do conceito de político. Nesta acepção será demonstrada a polarização das agendas da articulação de mulheres para o tempo da conquista de espaços nos lugares da decisão política e de melhorias da qualidade de vida com as ações de empoderamento.

O CENÁRIO, A VEZ E A VOZ DAS ASSOCIADAS DO MOVIMENTO DE MULHERES PARAENSES EM NOVO TEMPO POLÍTICO

No segundo momento do *survey*, os movimentos de mulheres paraenses estavam atentos a essas discussões. Contudo, pelas explicações dadas em itens anteriores²⁶, observa-se que a questão da política formal ou demanda por um cargo de representação política não estava na agenda prioritária das coordenadoras e associadas desses movimentos que privilegiavam temas sem dúvida muito relevantes sobre geração de renda, saúde e violência doméstica, mas não viam significado em promover debates sobre o fortalecimento e a autonomia das mulheres em instâncias de decisão

²⁵ Há uma rica literatura para tratar de feminismos e movimentos de mulheres, no âmbito nacional e internacional. Destaco os referenciais neste texto: Alvarez (1988); Costa e Sardenberg (1994); Costa, (2005).

²⁶ Cf. As referências ao primeiro *survey* realizado com 22 coordenadoras dos Movimentos de mulheres.

política e de poder. Não registravam indícios de que questões como sistema eleitoral, lista aberta, representação parlamentar, partidos políticos se incluíssem nas várias agendas de discussão interna propostas como metas dos planos e conferências.

E o capital social acumulado por se agregarem a esses movimentos? Apresentavam uma trajetória política que as definisse como lideranças em seus locais de origem? Seu tempo de trabalho em casa as excluía do tempo político fora de casa? Eram militantes de partidos ou consideravam também a inserção nessas organizações uma atitude não tão significativa? Como viam o trânsito entre as lideranças do movimento ao qual pertenciam e seu interesse em candidatar-se sendo filiadas a um partido político? Sentiam motivação para a competição eleitoral? Discutiam maior capacidade de aprovação de políticas públicas para as mulheres em todos os âmbitos mantendo reservas às que possibilitassem o incremento da “política de presença”²⁷?

Considerando o necessário depoimento das próprias associadas e uma nova versão das coordenadoras dos movimentos de mulheres, foi realizada a segunda etapa do *survey* elaborando-se dois tipos de questionários para as duas categorias²⁸.

O interesse era identificar quem eram essas mulheres pertencentes aos movimentos e sua circulação no ativismo político-cívico²⁹.

Era necessário ter ideia da trajetória pessoal e política, o grau de representatividade em sua cidade

²⁷ Cf. Phillips, (2001).

²⁸ Um questionário com 65 perguntas (associadas) e 70 (coordenadoras), entre abertas e fechadas, agrupadas em cinco seções, com algumas questões diferenciadas para as duas categorias: A – Identificação da associada/associação; B - Trajetória política; C - Empoderamento e capacitação nos movimentos de Mulheres; D – Participação político-partidária; E – Atividade de campanha (para a associada candidata em uma dada eleição). As duas últimas seções não serão tratadas neste texto.

²⁹ Ativismo cívico é um dos três padrões do ativismo político que, segundo a literatura internacional, é um “fenômeno multidimensional com modos alternativos associados com diferentes custos e benefícios”. Cf. Inglehart & Norris, 2003. O ativismo tradicional inclui: votar, pertencer à associação partidária e à associação sindical; o ativismo cívico é definido pelas organizações voluntárias, comunitárias e movimentos sociais novos; o ativismo de protesto são as manifestações públicas como as passeatas e os boicotes.

de origem, o capital social acumulado incentivado pelas atividades desenvolvidas na formação política através do movimento. O contato foi feito com 203 mulheres, sendo 114 associadas e 89 coordenadoras de associações³⁰ de 70 dos 144 municípios paraenses³¹ distribuídos em meso e microrregiões do Estado.

QUEM SÃO AS ASSOCIADAS ENTREVISTADAS?

Para avaliar a identidade das associadas dos movimentos de mulheres foi analisada a seção A procurando evidenciar os antecedentes sociais desse grupo estudado cuja composição pelo maior percentual mostrou que são mulheres na faixa etária de 50 anos ou mais (32,46%), paraenses (78,07%), casadas (39,47%), mais de 3 filhos (32,46%), grau de escolaridade no 2º grau completo (28,07%), embora 18,42% informem que têm o 3º grau completo), religião católica (71,05%), profissão e ocupação principal prevalecendo as trabalhadoras rurais (28,95% e 22,80% respectivamente), a renda pessoal em menos de 2 S.M (44,74%) e renda familiar de 2 a 4 SM (37,72%).

A noção de sua autorrepresentatividade pelas atividades que realizavam no seu lugar de moradia foi extraída de uma questão referente ao nível de reconhecimento que elas consideravam ter na sua comunidade, entre alto, médio ou baixo nível. A percepção apresentada foi de que seu reconhecimento era alto (52,63%). Contudo, 39 associadas referiram estar em nível médio (34,21%) e apenas 7 (6,14%) responderam estar em baixo grau de reconhecimento.

Uma questão se evidencia: o grau de prestígio social deve concorrer para que as associadas se considerem nesse nível de representatividade, supondo-se que venha de sua atividade quer em seu ambiente de trabalho quer na sua participação no movimento de mulheres.

Dessa forma, medir a trajetória política da associada³² tornou-se uma variável importante, haja vista que nesse espaço elas se tornam mais visíveis no cenário que vivenciam. Primeiramente lhes foi perguntado sobre o tempo de presença no movimento.

O tempo de adesão das 114 associadas entrevistadas é variável. Predominam aquelas que vêm atuando no movimento por um período de três a cinco anos (24,56%). Contudo, convém observar o baixo diferencial nesses percentuais, haja vista que há aquelas que participam entre 6 a 10 anos (23,68%) e as que têm mais de 10 anos (22,81%). Este item é revelador de um envolvimento sistemático de mulheres nesse tipo de ativismo, se levar-se em conta que o processo de adesão é crescente com entrevistadas que referiram ter de 1 a 2 anos (15,79%) e outras que têm menos de um ano (7,02%).

Observa-se que todas as associadas dividem sua participação no movimento de mulheres com a presença em outro movimento social³³. Para medir esta variável entre as entrevistadas, a questão formulada evidenciava seu percurso em tipos de ativismo cívico-político. De modo geral, a taxa de participação das associadas é expressiva no movimento de igreja (63,16%) e no sindicato (43,86%)³⁴.

Participar de associações cívicas, políticas e voluntárias incide nos argumentos de teóricos clássicos que assinalam a importância vital deste evento para fortalecer a democracia, pois repercute na formação do capital social do/a cidadão/a³⁵. Nas teorias atuais de ativismo, Putnam (2000 apud NORRIS, 2003) focaliza seus estudos sobre estas associações que movem a participação política e a eficácia da governança, ao promoverem a formação de redes sociais.

³² Esta parte abrange a Seção B do questionário.

³³ Há casos de algumas que criaram seu próprio movimento comunitário.

³⁴ Os demais tipos de ativismo referidos: associação comunitária (39,47%), movimento de mulheres (29,82%) e associação estudantil (11,40%) contemplando os 114 casos estudados.

³⁵ Cf. Pippa Norris (2003) evidencia esta argumentação extraída de Tocqueville, John Stuart Mill, Durkheim, Simmel e Kornhauser para tratar da contribuição anterior e atual de Robert Putnam (1993 e 2000) sobre capital social.

³⁰ Este texto não apresentará a análise dos questionários aplicados às coordenadoras dos movimentos.

³¹ Os municípios e ilhas visitados distribuídos em meso e microrregiões estão registrados no relatório final -CNPq.

Para ele, isto gera confiança interpessoal que alimenta a capacidade do trabalho compartilhado e cria vínculos sociais com vistas ao bem-estar social, formando “conexões entre indivíduos - redes sociais e as normas de reciprocidade e probidade que surgem deles”³⁶. Para Sacchet (2009, p. 308), no Brasil: “A ênfase nessas ações serviu tanto para destacar o caráter político dos movimentos de mulheres e sociais como para refutar a noção de que as mulheres não se interessavam por política”. Por suposto, o capital social agregado pelas mulheres associadas aos movimentos aflora pelo desempenho que têm na formação do seu empoderamento traduzido em ações geradoras de conexões na comunidade em que vivem e criação de “redes e normas de reciprocidade e confiança que derivam delas” (SACCHET, 2009, p. 309).

EMPODERAMENTO & TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS ASSOCIADAS

O conceito de empoderamento tornou-se eixo central dos debates sobre os temas da inclusão/exclusão dos sujeitos sociais aspirantes de uma identidade construída através da participação no poder público, com déficits da presença das mulheres no poder formal institucional e cultural. Houve generalização desse conceito em âmbito internacional, nacional e local nas últimas décadas, contemplando, inicialmente, a exclusão da pobreza nos países do Sul Asiático, seguindo-se a situação das mulheres (ROWLANDS, 1997 apud LEÓN, 2001).

A ampliação do uso do conceito levou à diluição de seu significado criando ambivalências e contradições, visto que a pressuposição dessa acepção quer referir à conquista do poder. Dessa forma,

empoderarse significa que las personas adquieren el control de sus vidas, logran la habilidad de hacer cosas y de definir sus propias agendas. Al relacionarse con los intereses de los desposeídos de poder, el término se toma como expresión de un cambio deseable, sin ahondar en las especificidades que tal cambio implica; es decir, sin precisar su significado (LEÓN, 2001, p. 96).

O processo de empoderamento com significados para a discussão da conquista das mulheres aos seus direitos incluindo o autorreconhecimento do poder adquirido na conquista de capital social foi designado para encaminhar esta seção de questões relativas à trajetória pessoal das associadas e avaliar as estratégias dos movimentos na utilização de técnicas de capacitação política. Em 13 questões foram explorados os meios, os modos, os temas e os mediadores de uma educação informal em programação de estudos que pudesse estar disponível às associadas. O resultado evidenciou que são as lideranças da associação de mulheres que organizam (92,98%) e ministram (72,8%) cursos (72,81%), palestras (71,93%), seminários (52,63%), encontros (50,88%), reuniões (85,96%), plenárias (14,91%) sobre os temas mais variados.

Verifica-se também que outras instâncias integradas à agregação e ao desenvolvimento das atividades capacitadoras se envolvem na ministração dos temas, como o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP) (21,9%), o núcleo mulheres e a direção dos Sindicato de Trabalhadores/as (STRs) (20,2%), os partidos políticos (18,4%); o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (23,7%), a direção das mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (14,0%), o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) (16,7%), a União Brasileira de Mulheres (UBM) (7,0%). Os dois últimos são movimentos de mulheres ligados ao PT e ao PCdoB, respectivamente. É interessante a referência à presença de líderes de partidos políticos nesses eventos.

Considerando que o processo de empoderamento converge para a demanda pela informação qualificada que assegura às mulheres o maior conhecimento sobre a autonomia, ou seja, a capacidade de elas decidirem sobre questões que lhes dizem respeito e que querem alcançar, foram elencados 20 temas (tabela 1) para múltipla escolha das associadas que possivelmente estariam na agenda de suas discussões.

³⁶ Cf. Norris, 2003. p. 1.

Tabela 1 – Distribuição dos temas tratados nas capacitações

Temas	ABS	%
Programas de geração de emprego e renda e capacitação	87	76,32
Violência doméstica e sexual contra as mulheres	82	71,93
Política de apoio às pequenas produtoras, crédito, título de propriedade da terra	80	70,18
Políticas de atenção integral à saúde da mulher	80	70,18
Direito a moradia, à educação, à bolsa família	78	68,42
Participação política e o direito das mulheres se elegerem em cargos políticos	76	66,67
Estratégias de ação p/ o acesso à educação, geração de renda e cultura	74	64,91
Combate à discriminação no trabalho	72	63,16
Desigualdades de gênero (trabalho, família, vida social, emprego, salário) e seus impactos sobre as mulheres	72	63,16
Peso do trabalho doméstico (reprodutivo) e do trabalho fora de casa, (produtivo)	69	60,53
Reconhecimento de si própria como pessoa humana, com direitos individuais	68	59,65
História da luta das mulheres e nos locais onde residem	65	57,02
Acesso à terra	61	53,51
Políticas públicas e programas dos governos contra as desigualdades no trabalho, na casa e na política	61	53,51
Eleições, campanha, filiação e militância partidária	57	50,00
Aborto legal e seguro	54	47,37
Previdência social às mulheres	55	48,25
História da cidade onde vivem e o que representam na sociedade	53	46,49
Lazer das mulheres trabalhadoras	49	42,98
Luta antirracista	49	42,98

Fonte: Dados extraídos dos questionários em múltipla escolha. n= 114 casos.

Os assuntos mais assinalados com percentual acima de 70% são os referentes a: programas de geração de emprego e renda e capacitação (76,32%), violência doméstica e sexual (71,93%); política de apoio aos pequenos produtores (70,18%); políticas de atenção integral à saúde da mulher (70,18%).

Na faixa percentual de 60% encontram-se outros temas registrados fortemente: direito à moradia, à educação, à bolsa família (68,42%); participação política e o direito das mulheres se elegerem em cargos políticos (66,67%), estratégias de ação p/ o acesso à educação, geração de renda e cultura (64,91%), combate à discriminação no trabalho (63,16%), desigualdade de gênero e seu impacto sobre as mulheres (63,16%), peso do trabalho doméstico (reprodutivo) e do trabalho fora de casa (produtivo) (60,53%).

Receberam apoio em 50% das assertivas do *script* temas como: reconhecimento de si própria como pessoa humana, com direitos individuais (59,65%), história da luta das mulheres nos locais onde residem (57,02%). Tiveram percentual equivalente de respostas: acesso à terra; e políticas públicas e programas dos governos contra as desigualdades no trabalho, na casa e na política (53,51%). Outro tema centrado em questão localizada³⁷ ficou nessa faixa: eleições, campanha, filiação e militância partidária (50,0%).

Os assuntos respondidos na faixa de 40% requerem atenção: previdência social às mulheres (48,25%), aborto legal e seguro (47,37%), história da cidade onde vivem e o que representam na sociedade (46,49%). Mais atenção ainda merecem os de menos referência: luta antirracista; e lazer das mulheres trabalhadoras (42,98%).

Dois temas mesclando-se aos demais se detiveram na política formal³⁸ e foram menos aclamados, embora presentes na considerada “faixa nobre”, ou seja, entre

as que ultrapassam os inscritos em outra perspectiva de recolher capital social para fortalecer o empoderamento perspectivado (o da dimensão tangente às demandas em cargos de decisão política): participação política e o direito das mulheres se elegerem em cargos políticos; e eleições, campanha, filiação e militância partidária.

A tabela desponta como fundamental para entender melhor a definição da política e processo de empoderamento inscrito nas demandas do II PNPM em seu “Capítulo 5 – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão: objetivos, metas e prioridades” onde também se inscreve um plano de ação³⁹. Nesse capítulo detalham-se as carências que atingem as mulheres em se constituírem em sub-representadas nas diversas instâncias de decisão política, historicizando a cultura sexista que tem sido causa e prepondera na ausência desse gênero dos cargos parlamentares e executivos e da baixa insistência delas em competir, embora propondo suas candidaturas nos períodos eleitorais, mas a maioria sem ter êxito.

Ou seja, algumas se candidatam, mas não se elegem em decorrência de vários fatores que vão desde o formato do sistema eleitoral – embora as cotas de sexo pareçam ser impositivas para a melhoria da presença delas nas listas partidárias – às estratégias, geralmente partidárias, como a desigualdade no tempo de exposição na mídia, carência de recursos de financiamento de campanha e (precisa ser dito), também na autoexclusão do processo por se compararem em inferioridade competitiva com os parceiros homens.

A preocupação com a fluência da oralidade, a suposta falta de “postura política”, a inibição ao aparecimento público em meio a tantos artifícios do “jogo político” articulados nos pleitos eleitorais celebram as artimanhas do sexismo na sociedade política cobrando um modelo, não contemplando quem não está nos padrões já assimilados pelo eleitorado.

³⁷ O termo “localizado” está em referência porque não é um evento de atenção sistemática, ocorrendo de dois em dois anos, no caso, entre eleições gerais e municipais.

³⁸ Considero política formal a que incide em participação política restrita aos cargos institucionalizados por eleições ou indicações às instâncias de poder político.

³⁹ O Plano de Ação foi publicado em 2008, reunindo os debates nacionais da II Conferência de Política para Mulheres agregou as diversas abordagens das conferências estaduais realizadas entre os movimentos de mulheres dos 27 estados brasileiros.

Entre os objetivos da pesquisa, constituía prioridade a identificação de quais temas/formas de discussão estavam subsidiando o reconhecimento sobre empoderamento das associadas dos movimentos de mulheres para pleitearem acesso aos cargos de representação parlamentar e majoritários, entendendo-se o processo diferenciado para essa situação específica. Não foi isso o que ocorreu, como se observa nos dados apresentados.

A tabela 1 necessita de uma discussão mais abrangente e detalhada⁴⁰ com mais análises sobre as demandas das associadas dos movimentos de mulheres paraenses. Duas outras temáticas inscritas no “final da fila” de demandas de capacitação, por suposto, necessitam ser evidenciadas: a que se refere à luta antirracista e a que menciona o lazer das mulheres trabalhadoras e que receberam o mais baixo percentual - 42,98%.

Sobre o item racial, leve-se em consideração que no *script* sobre os antecedentes sociais registrado no questionário aplicado às mulheres de associações não há nenhuma questão que solicite a identificação étnica e de cor/raça das respondentes. Supõe-se, destarte, ter sido grande lapso de nosso instrumento metodológico. O item poderia ser inscrito como uma pergunta aberta para que as informantes se autoidentificassem, entretanto, esse ponto não surgiu nem foi problematizado durante a construção do questionário pelos membros da equipe. Assim, ficou sem referência a cor das associadas que participaram da pesquisa.

Se não constou entre os itens para avaliar os antecedentes sociais das informantes, o tema da racialidade foi elencado entre os demais para que elas fornecessem uma referência aos assuntos discutidos no coletivo. O baixo percentual demonstrou que esse tópico está entre os menos debatidos. O que sugere isso? Não percebem a discriminação pela cor/raça em seu espaço de convívio, daí não o inscrever

entre os assuntos de sua agenda de capacitação? Ou não tem sido pauta na agenda desses movimentos as informações atuais dos programas de políticas públicas para a discussão sobre a discriminação em função de raça, cor, sexo, idade, constando ainda na Constituição de 1988 que tem refletido sobre o tema das ações afirmativas, inclusive já tendo sido elaborado o Estatuto da Igualdade Racial: Inclusão da Nação Negra? Há falta de mais informação sobre essas políticas? Na verdade, segundo Campos (2009 apud MOORE, 2005), “embora se continue negando, o Brasil, está imerso em uma realidade sociocultural historicamente racializada”.

O outro item do *script* da tabela 1 com baixo percentual foi sobre o lazer das mulheres trabalhadoras. O estudo sobre o uso do tempo das mulheres tem hoje um tratamento significativo para a análise das relações de trabalho e das diferenças entre os gêneros na distribuição desse período de vida. Contribui para entender que o “concreto pensado” ou o momento objetivado é o tempo de trabalho em todos os seus processos sociais – privado e público - definido como responsável pelo alcance das necessidades humanas. É distribuído de forma androcêntrica e com efetividade na qualificação e classificação das ocupações.

Mas se por um lado esse é um tempo corrente e presente, outro uso do tempo entre as mulheres deixa de ser percebido por elas próprias – o tempo de lazer. Ou seja, o tempo livre que uma pessoa dispõe para usufruir de vários tipos de divertimento, o tempo lúdico que distrai a atenção do tempo do trabalho.

Conforme Dumazedier, 1976 (apud OLEIAS, s/d) o lazer é

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.⁴¹

⁴⁰ A discussão com base na tabela 1 é um dos motivos deste artigo para o debate visando mostrar as demandas de empoderamento das mulheres que estão procurando capacitações para sua emancipação e autonomia, considerando fatores necessário ao próprio reconhecimento e de suas necessidades mais próximas, supondo-se uma demanda, pelas conterrâneas, no seu lugar de moradia.

⁴¹ Dumazier fez estudos sobre o lazer no Brasil, cf. <http://www.cds.ufsc.br/>. Sobre uma revisão bibliográfica do tema cf. Gomes (2004). In: www.ufsj.edu.br/.

Há diferenças no tempo de lazer entre mulheres e homens, de acordo com um estudo da Society at a Glance 2009, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo este estudo, realizado em 18 países, “os homens dispõem, em média, de mais tempo livre do que as mulheres”. Na Itália, a média masculina é de quase 80 minutos diários de tempo livre a mais da feminina, enquanto na Noruega esta diferença é de 4 minutos⁴². Observando então a assertiva das associadas sobre o tema, verifica-se que o tempo de lazer não consta entre as suas prioridades de discussão. Pergunta-se: e no Brasil, qual o tempo que as mulheres dispõem para suas atividades lúdicas?

No relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgado em 19/07/2012⁴³, ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE:

As mulheres trabalham mais horas do que os homens, considerando o tempo trabalhado fora e dentro de casa. (...) no total, os homens têm jornada de 52,9 horas semanais. As mulheres, de 58 horas, 5,1 horas a mais do que o sexo oposto -- o que equivale a 20 horas adicionais por mês, cerca de dez dias a mais por ano”. (...) 90,7% das mulheres que estão no mercado de trabalho também realizam atividades domésticas -- percentual que cai para 49,7% entre os homens. No trabalho, elas gastam, em média, 36 horas por semana; eles, 43,4 horas. Em casa, por outro lado, elas gastam 22 horas semanais. Os homens, 9,5 horas.

Esse é então o problema de as mulheres não conseguirem encontrar um “tempo de lazer” para si próprias.

Provocando um resultado que se detivesse em temas mais específicos da política formal⁴⁴, nove outros tópicos foram agrupados (tabela 2) em múltipla escolha, objetivando sondar se entre as associadas ocorriam eventos temáticos de capacitação ou palestra com esse enfoque.

Tabela 2 – Distribuição de temas sobre política formal

Os temas abaixo fizeram parte de alguma capacitação ou palestra?	ABS	%
Democracia e cidadania	54	47,37
Partidos políticos	54	47,37
Participação política	51	44,74
Eleições	49	42,98
Campanha eleitoral	42	36,84
Empoderamento das mulheres p/ os cargos de decisão política	39	34,21
Política partidária	39	34,21
Reforma do sistema político brasileiro/I e II PNPM	29	25,44
Reforma do sistema eleitoral	22	19,30

Fonte: dados extraídos dos questionários. N=114 casos.

Os resultados apontam percentuais abaixo dos apresentados nos assuntos tratados na tabela 1. Um tema como democracia e cidadania (47,37%) presentifica-se entre os itens evidenciados antes e que exploram a discussão sobre os direitos da mulher, e os 20 tópicos sugeridos para indicar quais os que mais registram demanda de capacitação entre as associadas tendem a caracterizar essas duas categorias. Contudo, quando restritos a uma nova questão, fica entre os percentuais altos da tabela originária, mas entre os mais baixos da outra. O tópico sobre partidos políticos se nivela ao anterior (47,37%). Sequencia-se participação política (44,74%); partidos políticos (47,37%); eleições (42,98%); campanha eleitoral (36,84%); empoderamento das mulheres para os cargos de decisão política (34,21%); política partidária (34,21%); reforma do sistema político brasileiro com base nos I e II PNPM – SPM/PR (25,44%); reforma do sistema eleitoral (19,30%).

⁴² Cf. <http://www.economist.com/> - May 21st 2009. Há necessidade de investimento em pesquisa nesse “uso do tempo” das mulheres no lazer.

⁴³ Dados do relatório *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação*, 2012.

⁴⁴ Política formal quer referir as instâncias institucionais: partidos, governo, representação política, eleições, nessa linha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

QUANDO A “ARENA” EXPÕE A “ARTE DE FAZER POLÍTICA” E OS “BASTIDORES” REFLETEM A CENA SOCIAL

Se entre nossos objetivos originários para a construção do projeto de pesquisa que subsidiou o presente estudo tínhamos em vista avaliar quais ações os movimentos de mulheres paraenses realizavam cumprindo as metas dos protocolos assinados pelos governos, bem como as previstas na Plataforma de Beijing e recentes convenções e presentes nos I e II, PNPM, objetivando influenciar na superação da desigualdade de participação desse gênero em cargos legislativos e executivos da democracia eleitoral, as questões nos levavam a investigar que maneiras de empoderar-se e capacitar as associadas estavam sendo criadas para o enfrentamento ao *status quo* que definia a política como “prática masculina”.

Ao convivermos com a realidade dessas associadas, nos deparamos com tipos de estratégias supostamente de negação da política que queríamos ver/buscar, mas plenamente inseridas na arena que as acolhia em seus cenários de convivência, explorando a arte de fazer política ao seu modo, mas sendo esse um outro lugar, o dos “bastidores” da cena social que para elas era a própria arena onde enfrentavam o sexismo, as discriminações, as normas de “bem viver” e, acima de tudo, suas necessidades básicas - e da própria comunidade. A partir da tomada de consciência da natureza dessas necessidades/desigualdades presentes no interior da sociedade/comunidade em que viviam, na relação de exploradas/discriminadas avaliaram seu potencial e inventaram/inventam modos de como atuar para modificar essa relação. Criam parcerias, animam outras mulheres para “entrarem no ritmo” e assim, muitas vezes desconhecendo os resultados, avançam para o enfrentamento.

Em suas falas e nas respostas ao questionário não se percebe a aproximação com o partido político, embora quase 60% delas sejam filiadas, sejam chamadas para integrarem as cotas de gênero e partidária em tempo eleitoral, além de fazerem o serviço de campanha.

Esse detalhe é indicativo de que a organização partidária não é vista como elementos de primeira necessidade em suas maneiras de empoderamento para a política formal. Outro agravante para pensar o distanciamento entre movimentos de mulheres e partido político é que as temáticas específicas para capacitação ao empoderamento de indicativo político são pouco representativas para elas, também esboçadas nos dois instrumentos usados para o dimensionamento da situação.

Na perspectiva deste estudo houve reconhecimento de que há estratégias de empoderamento representativas dos tipos de atuação que emergem para a superação das desigualdades enfrentadas. E os mesmos se acham permeando tanto as respostas recolhidas nos questionários, quanto nas intervenções que fizeram durante um simpósio ao qual participaram e, principalmente, quando se constata que dentre as 114 associadas entrevistadas, somente uma delas fora eleita num cargo parlamentar municipal em 2008⁴⁵. Aliás, reeleita, segundo confirmação da mesma, Denise Gabriel, para a Câmara Municipal de Paragominas⁴⁶.

Deduz-se que essas associações de mulheres estão criando o capital social essencial para o bem comum através da confiança (a que Putnam refere) que demonstram no processo de reconhecimento de suas ações. Alinhado à tradição republicana, transversalizando Platão e Maquiavel, Putnam atribui ao civismo comunitário tanto um aspecto de mobilizador como o de criador de um conjunto de referências comuns sobre a realidade.

⁴⁵ Na cidade de Belém, somente duas mulheres foram eleitas vereadoras no total de 35 cadeiras, mas nenhuma pertencia a qualquer movimento de mulheres.

⁴⁶ É preciso estar atenta às atividades dos “políticos”, visto que eles criam grupos comunitários para desenvolver suas políticas de beneficência para fins eleitorais. Denise está já no terceiro mandato, o que é algo incomum. Hazan (2002), ao tratar de seleção de candidaturas, considera a reeleição das mulheres algo improvável de ocorrer com frequência. Embora ele esteja tratando da política anglo-americana.

Isso está proposto nas estratégias das mulheres dos movimentos que se envolvem no acesso às suas demandas principais organizando-se entre as parceiras de mesmo destino em suas comunidades, sem atribuir tanta importância à arquitetura organizacional do poder político formal. Mesmo assim, exploram sua capacidade de participar do processo de decisão política, que para Dahl (2005) é criada por mecanismos de “treinamento social”. Então, no caso em estudo, verifica-se que as associadas reconhecem que não estão mais interessadas em ser o “rabo”, mas sim a “cabeça” nas situações e nas funções políticas que lhes cabe por conquistas, entretanto, ainda não despertaram pelos motivos já expostos, de que, o específico da participação política formal ainda está necessitando de um “treinamento”, se não de como desempenhar essa representação, mas pelo menos entrar “no jogo” para chegar às câmaras e prefeituras.

Vemô-las, inicialmente, na tendência a que Bourdieu (1980) distingue as três formas do capital social: econômica, cultural e social. O nível de capital social acumulado por uma pessoa, diz esse autor, vai depender da dimensão da rede de relacionamentos que pode mobilizar efetivamente, assim como do grau que essas três esferas de capital estão sendo controladas pelas demais pessoas que integram essa rede. Estes são meios de acesso aos recursos econômicos que para as mulheres é a sua forma de independência e autonomia de sua própria vida, portanto, o espiral que constroem para avançar na participação política informal e catalisar recursos para um projeto mais estrito, na política formal. Entretanto, elas se veem sem confiança no partido cujas lideranças só as procuram para projetos pontuais de serviço partidário em época de eleição. Nossa síntese para esta conclusão é de que:

- ✓ as associadas dos movimentos de mulheres paraenses estão cumprindo as metas do milênio (ODM-ONU) ao criarem suas estratégias de empoderamento;
- ✓ elas privilegiam as necessidades básicas de demandas de outras mulheres de sua comunidade e da própria comunidade;

- ✓ a política formal não está nos seus planos não só porque as evidências de situações hostis de enfrentamento como a pobreza e a violência doméstica constituem uma linha de fogo para atingir a superação;
- ✓ não são estimuladas à competição eleitoral, sentindo-se discriminadas pelas lideranças dos partidos na escolha de filiados homens vistos com mais prestígio;
- ✓ o partido político não investe numa formação política para essas mulheres dos movimentos, muito mais interessados em fazer o “jogo” de articulação política com a “cara masculina” em tempo de eleição.

Possivelmente há outras demandas para uma síntese desse porte, contudo foram estes pontos considerados neste primeiro momento de leitura de seus achados nos estudos.

Um lema para tratar esses assunto do emponderamento: udando a cultura políica, mudam-se as regras sociais nas relações de gênero.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, M.L.M. *Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político*. GEPEM/UFPA, 2011. Relatório final. (Processo CNPq n.º 402969/2008-1)
- _____. *Gênero, política e representações sociais*. Projeto. (403224/2005-5 – APq – CNPq/SPM).
- ALVAREZ, S. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- ARTICULANDO a Luta Feminista nas Políticas Públicas: desafios para a ação do movimento na implementação das políticas. Brasília: AMB, 2009. Disponível em: < http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2010/09/articulandopoliticaspublicas2009_cfemea.pdf> Acesso em: 12 maio 2010.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de Política*. 7. ed. Brasília: Editoria UNB, 1995.

- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, 1980.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, Brasília. Anais... Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2., 2007, Brasília. Anais... Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- AMPOS, P. J. E. Por Que Políticas Públicas De Ações Afirmativas Para A População Negra? Disponível em: <<http://www.artigonal.com/authors/>>. Acesso em: 07 set.2009.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA (CFEMEA). Mulheres sem medo do poder. *Fêmea*, v.5, n.41, 1996. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PFEMEDF061996041.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 1998.
- _____. *Plataforma para Candidatas a Vereadoras e as Prefeitas*: em defesa da igualdade e da cidadania feminina. Brasília: CFEMEA, 2004. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/plataformacandidatasvereadorasprefeitas.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2005.
- _____. *As mulheres na política e a reforma política*. Brasília: CFEMEA, 2007. Disponível em: <www.cfemea.org.br>. Acesso em: 30 maio 2007.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 3., 2001, Durban. Anais... Durban, 2001. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 17 set. 2001.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1975, México. *Anais...* México: ONU, 1975. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-2359.html>>. Acesso em: 28 mar.1980
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 2., 1980, Copenhague. *Anais...* Copenhague: ONU, 1980. Disponível em: <<http://www.famp.es/racs/ramlvm/NORMATIVA%20INTERNACIONAL/DOC%2035.pdf>>. Acesso em: 24 maio 1981.
- COSTA, A.A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v.5, n.2, 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>>. Acesso em: 21 dez. 2007.
- _____. A quase reforma política no Brasil e a ação feminista. 2007. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08be9e5274a31e0000e7e/Reforma_Politica_Paper.pdf>. Acessado em: 21 maio 2012.
- COSTA, A.; SARDENBERG, C. M. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M.L.; BINGEMER, M.C. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.
- DAHL, R. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: USP, 2005.
- VIOTTI, M.L. R. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Beijing, 1995.
- GOMES, C.M. Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil: breve trajetória histórica. 2004. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-_breve_trajetoria_historica_12.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2011.
- HAZAN, R. Candidate Selection. In: LEDUC, L.; NEIMI, R. G.; NORRIS, P. (Org.). *Comparing Democracies*. London: Sage, 2002.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. *Rising Tide: gender equality & cultural change around the World*. New York: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <https://www.hse.ru/data/2013/02/20/1306830406/Inglehart&Norris_Rising%20Tide.pdf> Acesso em: 20 set. 2016.
- LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. *Revista La Ventana*, n.13, 2001. Disponível em: <<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2004.
- NORRIS, P. *Electoral Engineering: voting rules and political behavior*. New York: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <<http://www.olemiss.edu/courses/pol628/norris04.pdf>>. Acesso em: 23 dez.2003.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Society at a Glance*. 2009. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/8109011e.pdf?expires=1511523301&id=id&accname=guest&checksum=8F72A6F79E919CE1280F4F8F6D76EBDC>>. Acesso em: 30 maio 2007.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- PLATAFORMA Política Feminista. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002, Brasília. *Anais...* Brasília, 2002.
- PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, 2001.
- RODRIGUES, A. Mulheres: movimentos sociais e partidos políticos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES SOCIALISTAS, 2001, Brasília. Anais... Brasília: Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, 2001. Disponível em: <www.cfemea.org.br>. Acesso em: 21 dez.2007.
- SACCHET, T. Capital Social, Gênero e Representação Política no Brasil. *Opinião Pública*, v.15, n. 2, p.306-332, 2009.
- SCHERER-WARREN, I. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n.1, p. 109-130, 2006.

Empoderamento das mulheres

Maria Helena Santana Cruz

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) - SE - Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - BA - Brasil. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) - SE - Brasil. Coordenadora da REDE Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (2016-2018). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero do CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/4620908024396665>

E-mail: helenacruz@uol.com.br

Submetido em: 01/02/2018. Aprovado em: 18/04/2018 . Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo refletir sobre o empoderamento da mulher na condição de sujeito político, elemento fundamental para sua emancipação e participação ativa na sociedade. Com vistas a alcançar o objetivo proposto, desenvolveu-se um estudo de natureza teórica, em diálogo com vertentes do conceito de gênero e poder, entre outros. O empoderamento envolve um processo político para gerar compreensão dos complexos fatores que criam subordinação/exclusão das mulheres do mundo público/político e engendrar consciência sobre a reformulação/desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais da sociedade. Tais aspectos correspondem às alternativas de sobrevivência de várias mulheres e suas famílias, sobretudo as de baixa renda, pois levam demandas do espaço privado para os espaços públicos, influenciando nos processos de tomadas de decisões.

Palavras chave: Empoderamento. Poder. Gênero. Participação. Reconhecimento.

Women's empowerment

ABSTRACT

This paper aims to reflect on empowerment of women on a political condition of subject, a key element for their emancipation and active participation in society. In order to achieve a proposed objective, we developed a study of theoretical, in dialogue with aspects of concept of gender and power, among others. Empowerment involves a political process to generate understanding of complex factors that create subordination / exclusion of women from the public / political world and engender awareness of reformulation / deconstruction of society's current political and social schemas. These aspects correspond to survival of alternative several women and their families, especially in poor, because lead demands of private space for public spaces, influencing on decision making processes.

Keywords: Empowerment. Power. Genre. Participation. Recognition.

Empoderamiento de las mujeres

RESUMEN

El presente artículo destaca la importancia del empoderamiento de la mujer, y cómo éste permite su papel esencial en participación activa en los aspectos social, económico, político y cultural. Desarrolla un enfoque teórico centrado en distintos autores, en diálogo con vertientes del concepto de participación, género, adquisición de poder, entre otros. Sostiene que el empoderamiento requiere la comprensión de los complejos factores que generan la subordinación femenina, se orienta a cambiar la naturaleza y dirección de las fuerzas sistémicas que excluyen a la mujer y segmentos en desventaja social, posibilita la participación activa en movimientos de concientización en la sociedad.

Palabras clave: Empoderamiento. Poder. Género. Participación. Reconocimiento.

INTRODUÇÃO

Muito tem sido debatido e discutido sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea, problematizando as heranças arraigadas e construídas sobre bases e práticas patriarcais. Atualmente, apesar dos avanços da inclusão do enfoque de gênero nas agendas públicas em nível mundial, particularmente no Brasil, as mulheres, em razão de seu gênero, continuam com barreiras de equidade, sofrendo violência, com dificuldade de aceder a recursos econômicos, educativos e espaços políticos de decisão.

Através de textos de autores distintos, este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de empoderamento, ou *empowerment*, de mulheres, relacionado a uma das vertentes do conceito de participação. Para tal, estabelecendo um diálogo com as formas de aquisição de poder e reconhecimento, e as ações sobre os recursos, reformulação e desconstrução dos atuais esquemas que constroem a desigualdade nos aspectos políticos e sociais. Falar de empoderamento das mulheres é oportuno porque se discutem a inclusão e a exclusão delas no mundo público/político e porque é fundamental a sua participação na complexa arena do poder público, no conjunto da vida social e econômica, porque a desigualdade de gênero segue perene, e porque devemos perguntar sempre como reverter a complexa relação das mulheres com o poder, que, por centenas de anos, as tem marginalizado tanto no plano formal institucional como no cultural e simbólico.

Corroboramos o ponto de vista de que, particularmente em um país como o Brasil, não é possível nos esquecermos da desigualdade e nos voltarmos apenas para as diferenças entre os indivíduos. Não cabe, portanto, abandonarmos a ideia de totalidade (GARCÍA CANCLINI, 1990).

Nessa linha de reflexão, antecipa-se a hipótese de que para desafiar a sua subordinação, as mulheres, primeiro, têm que reconhecer a ideologia que legitima a dominação masculina, e, segundo, entender como se perpetua sua opressão. Esse reconhecimento questiona os valores e as atitudes que a maioria das mulheres internalizam em seus processos de socialização, desde crianças. Com resistências às barreiras e discriminações, as mulheres necessitam converter-se em suas próprias defensoras para, assim, enfrentarem os problemas e situações que as afetam, e que têm sido previamente ignoradas.

É evidente que nenhuma prática social concreta é a pura expressão ou manifestação de uma relação social única. Os conceitos de poder e dominação patriarcal vêm sendo utilizados como base para explicar a subordinação feminina. As teorias do patriarcado, a partir da sociologia clássica de Weber e Marx, intentam compreender as origens da dominação/exploração da mulher no trabalho, como fundada na forma arcaica de dominação que é o patriarcalismo, definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas.

É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos, no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura (CASTELLS, 1999). Assim, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional; nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade são marcados pela dominação e violência.

As relações de gênero na sociedade patriarcal fazem parte da dinâmica social das desigualdades, nas quais podem ser pautadas as chamadas diferenças ‘naturais’ construídas socialmente entre os sexos masculino e feminino. Nesse sentido, as diferenças ‘naturais’, denominadas pelo seu sentido biológico, são instrumentos utilizados pela sociedade com seus respectivos critérios hierárquicos para a distribuição de papéis. A hierarquia é assim colocada como uma forma organizadora dos modelos classificatórios, como um modo de organizar o mundo, baseado no princípio do valor que confere significado às diferenças de valores de gêneros distintos.

O USO DO TERMO EMPODERAMENTO

O termo empoderamento (*empowerment*) originou-se nos Estados Unidos durante os movimentos de direitos civis dos anos de 1960, generalizando-se em vários aspectos, em nível internacional, nacional e comunitário. No início foi liderado por mulheres feministas no campo do desenvolvimento e dos movimentos sociais das mulheres, em meados dos anos de 1970, e logo se ampliou aos estudos sobre comunidades; o termo passou também a nomear a cooperação para o desenvolvimento em agências como o Banco Mundial e chegou a ser parte das *Metas do Milênio* estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, que ficaram conhecidas como *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM). São eles: 1. Acabar com a fome e a miséria. 2. Oferecer educação básica de qualidade para todos. 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. 4. Reduzir a mortalidade infantil. 5. Melhorar a saúde das gestantes. 6. Combater a Aids, a malária

e outras doenças. 7. Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. 8. Estabelecer parcerias para o desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Consta do objetivo 3: “Promover a equidade de gênero e o empoderamento”, aí ocorrem tanto a ampliação do seu uso quanto um esforço para cumprir esse objetivo, em resposta à necessidade de gerar mudanças dentro das relações de poder entre os gêneros. É importante chamar a atenção que não adianta melhorar apenas as estatísticas gerais, sem oferecer condições iguais a todas as etnias. A partir de 2006, a ONU estipulou o nono objetivo para o Brasil: garantir que as melhorias obtidas na luta pelo cumprimento dos objetivos do milênio promovam igualdade de condições para brancos e negros. Tal meta foi batizada como *Os objetivos do milênio sem o racismo*, sendo levada em conta na análise dos resultados finais da campanha. Ou seja, só seriam cumpridos os oito objetivos principais se, em 2015, brancos e negros estivessem em condições iguais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

O Brasil é um dos países que mais avançou no cumprimento das metas dos ODMs. Em relação ao ODM 5: “melhorar a saúde materna”, embora o Brasil ainda não tenha alcançado a meta estipulada para a redução da mortalidade materna, o país diminuiu em 55% a taxa de óbitos das gestantes, encolhimento de 141 para 64 óbitos por mil nascidos vivos em duas décadas. Esse desempenho foi melhor que as médias registradas nas nações em desenvolvimento e na América Latina. As conquistas já obtidas no país devem-se à implantação de políticas públicas que priorizaram as metas estabelecidas e ao engajamento dos diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil. Contudo, precisamos avançar e eliminar os hiatos e barreiras em relação à construção de uma sociedade mais democrática.

A transição dos *Objetivos do Milênio* aos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, aprovada pela ONU em 25 de setembro de 2015, por 193 países, traz objetivos de forma mais ampla e inclusiva, e a meta é erradicar a pobreza em todas as suas formas até 2030.

Os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODSs) contemplam as dimensões econômica, social e ambiental. A definição dos ODSs baseou-se em processos de consultas abertas e de pesquisa global, coordenado pela ONU, com a participação de mais de 1,4 milhão de pessoas de mais de 190 países – governos, sociedade civil, setor privado, universidade e instituições de pesquisa. A proposta dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) foi no sentido de que alcançar um compromisso global ainda maior e o desenvolvimento de ações e políticas – a Agenda 2030 –, da qual os ODSs são a espinha dorsal, exigirá um compromisso global ainda maior e o desenvolvimento de ações e políticas nacionais mais fortes e focadas no alcance dos 17 objetivos e 169 metas. Dessa maneira, os esforços para se construir um mundo de prosperidade, equidade, liberdade, dignidade e paz continuam; e o trabalho conjunto entre a ONU, os governos, a sociedade civil e outros parceiros para a Agenda 2030 permanece prioritário.

Desde meados dos anos de 1980, o termo empoderamento tem sido popular no campo do desenvolvimento, especialmente em referência a mulheres nos programas de base, sendo empregado virtualmente em relação a termos como: bem-estar, melhoramento na participação comunitária e alívio da pobreza, e para descrever a meta de desenvolvimento e suas intervenções. O conceito de empoderamento como parte do Movimento Social de Mulheres surgiu em todo o mundo, particularmente entre as feministas do Terceiro Mundo, mediante um diálogo contestatório e rebelde, com os modelos segmentados de desenvolvimento que invisibilizaram as mulheres. Particularmente, as mulheres acadêmicas interpelaram/reivindicaram a necessidade de se visibilizarem os interesses e necessidades das mulheres, entre práticas e estratégias.

A inserção do conceito empoderamento na agenda política tem como fonte de interação o feminismo e o conceito de ‘educação popular’ desenvolvido na América Latina nos anos de 1970 (WALTERS, 1991). A conexão explícita entre desenvolvimento de programas, instrumentos e indicadores para avaliar e monitorar processos de empoderamento e seus resultados está em etapas incipientes. É necessário se fechar esta lacuna. Uma das preocupações versa sobre o conceito de emancipação atribuído para as mulheres, de forma instrumentalizada, utilizada de uma maneira retórica e despolitizada. Uma das contradições no debate acerca do termo empoderamento se expressa entre o individual e o coletivo, isto porque, no sentido individual, o empoderamento circunscreve-se ao sentido que os indivíduos o conferem.

Se bem que seja certo e importante reconhecer a dimensão individual/percepções individuais do empoderamento, não se pode ignorar a alteração das distribuições do poder nas relações sociais. Isto porque o empoderamento é um processo pessoal e político, cujas dimensões pessoais/internas e corporais não podem desvincular-se de suas conotações políticas, de impugnação das relações de poder vividas não somente nas relações familiares, nas quais os sujeitos vivem cotidianamente e, por sua vez, são parte da ordem social. Neste sentido, o empoderamento deve ser priorizado como transformação de estruturas de subordinação, ou seja, como um processo de emancipação.

Conforme afirma Magdalena León (1997), o empoderamento inclui a mudança individual e a ação coletiva para alterar os processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher. Como primeira estratégia, devem-se responder às necessidades e demandas específicas das mulheres para sobreviver, para poder sair da pobreza. São demandas práticas: a luta pelo salário, pelo emprego, pela saúde, pela habitação, pelo colégio para os filhos, etc. A segunda estratégia refere-se àquelas necessidades e interesses que apontam a uma mudança fundamental nas relações desiguais de poder existentes entre os gêneros.

Cada vez mais a distância da divisão entre o individual/coletivo, prático/estratégico vai se acordando para avançar nos marcos mais integrados, segundo os quais o desenvolvimento deve trabalhar pelas mulheres, na prática, para elevar seus níveis de desempenho e ingressos, diminuir a carga de trabalho total, melhorar a saúde e reverter a feminização da pobreza.

Na década de 1990, o conceito de empoderamento com a perspectiva de gênero começou a ser utilizado por agências internacionais de cooperação, apresentando caráter polissêmico (para designar qualquer coisa que toma em conta as mulheres), e converteu-se em uma palavra da moda. Apesar do interesse crescente como marco de análise, seguiu-se o questionamento aos modelos, à retórica, à ambiguidade, à ambivalência, à contradição e aos paradoxos na sua utilização. Sustenta-se que o uso do termo ‘empoderamento’ considerado como um conceito sociopolítico também trouxe a participação formal e o enfoque da conscientização, emancipação, requerendo a compreensão dos complexos fatores que geram a subordinação feminina. Nesse ponto, a subordinação de gênero e sua construção social foram prioridades nas análises feministas e da educação popular inspiradas na teoria da conscientização de Paulo Freire (1987), que ignorou totalmente a perspectiva de gênero, porém, mediante a sua influência gramsciana, acentuou a necessidade de mecanismos de participação das instituições da sociedade, com o fim de criar um sistema equitativo de gênero.

Em coerência com a demanda de organismos internacionais, como a ONU, pela equidade de gênero como forma de reduzir os índices de pobreza e mortalidade, as organizações governamentais propugnaram pelo empoderamento das mulheres, em resposta às suas necessidades, à garantia de seus direitos e à sua reivindicação, para que possam participar de todos os setores sociais e gerar transformações em suas condições de vida.

Observa-se que as mulheres vêm assumindo um papel de provedoras e de chefiadas de família, sobretudo por deter em suas mãos o poder aquisitivo e contribuírem, efetivamente, para o orçamento doméstico. Estudando as chefiadas femininas no Brasil, Elza Berquó (2002, p.248) evidencia que desde o final do século XX esboça-se uma tendência à diminuição da hierarquia conjugal, conforme sinalizado por muitas famílias. Mesmo com a presença de marido ou companheiro, a mulher é apontada como a principal provedora do domicílio. Para a autora, este pode ser “[...] um ligeiro indício de maior simetria de gênero no casal [...]”, isto porque no seu entender, uniões matrimoniais foram regidas por sistemas legais que variaram ao longo do tempo, o que dificulta a comparações por períodos muito extensos.

Os dados de gênero divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) mostram que as brasileiras estão tendo filhos mais tarde e se tornando chefes de família em mais domicílios do país. Elas comandam 87% das famílias sem cônjuge e com filhos. Entre 2010-2014, a quantidade de lares chefiados por mulheres aumentou 67% – 11,4 milhões de mulheres passaram a essa condição, no período. O aumento das mulheres na condição de pessoa de referência nos domicílios é atribuído ao maior acesso delas ao mercado de trabalho. Contudo, permanecem as assimetrias na divisão sexual do trabalho. Elas têm mais anos de estudo, se dividem entre o trabalho e os cuidados com a casa (desempenham dupla, tripla jornada de trabalho), ganham menos e trabalham mais. O trabalho não remunerado da mulher, especialmente o realizado no âmbito familiar, não é contabilizado por nosso sistema estatístico e não possui valorização social (nem pelas próprias mulheres), embora contribua significativamente para a renda familiar e venha crescendo. A mulher ainda encontra dificuldade em separar a vida familiar da vida laboral, ou vida pública da vida privada, mesmo tratando-se da participação no mercado de trabalho, na população economicamente ativa.

É importante destacar que o tipo de desenvolvimento econômico, cultural e social de uma região é condicionado por sua localização na totalidade geográfica e social. Particularmente, as condições de desenvolvimento econômico no Brasil e, como de resto, em toda a América Latina são resultantes do próprio processo de modernização conservadora e têm apresentado distorções próprias das economias dependentes dos países centrais que detêm hegemonicamente o capital, a tecnologia e os mercados para seus produtos. Em face da herança cultural, o espaço geográfico e temporal no qual o indivíduo está inserido engendra estruturas condicionantes de determinados modos de ser.

Não se pode esquecer de que, na realidade brasileira, tem-se um passado de padrões de relacionamentos autoritários, reforçados pela herança dos regimes militares, o que provavelmente contribui para dificultar a construção de práticas em que as relações democráticas se apresentem como características predominantes (CRUZ, 2005). A região do Nordeste brasileiro e o Estado de Sergipe, em particular, inserem-se no contexto de desenvolvimento periférico, apresentando marcas do passado histórico com forte influência do período colonial. Como sociedade caudatária da civilização europeia e, mais precisamente, como ex-colônia portuguesa, o Brasil estruturou seu modelo familiar nos moldes ditados pela cultura romano-cristã, ali recolhendo as bases para a construção de suas leis que regem as relações entre os sexos (LEITE, 1994, p. 52).

Em decorrência, tende a apresentar estruturas arcaicas de poder, com formas de sociabilidade marcadas por traços de organização patriarcal calcada no modelo cristão, em que a mulher ocupava posição secundária, devendo obedecer e se submeter à autoridade de fato da figura masculina, em geral o pai ou o irmão, ou o chefe de família. O lugar da mulher era a esfera privada, no âmbito da família, o campo doméstico; a esfera pública, o poder caracterizava-se como eminentemente masculino.

Então, desponta o discurso gerador de justificativas biológicas sobre a fragilidade feminina, necessárias à política sexual de separação das esferas pública e privada. Frise-se que essa análise exige a desconstrução de muitos significados vinculados à biologia, ao sexo, à natureza, ao gênero. É importante destacar que o patriarcado não pode ser analisado como um domínio ideológico tendo como os lócus da reprodução de classe. Existe uma estrutura patriarcal de produção, uma estrutura de classe e de cultura; as duas são coordenadas, não complementares e são entrelaçadas. Sua dinâmica interage; elas ajudam a estabilizar e a desestabilizar uma a outra e seus efeitos na vida de qualquer pessoa são condensados. A dinamização de uma esfera (classes sociais, produção) não pode deixar de ter efeito sobre a dinâmica da outra. O ponto essencial é que, como uma questão de fato, essa estrutura conjunta é a estrutura da formação da pessoa (CONNELL, 1993).

Em sua análise sobre o declínio das formas tradicionais de família patriarcal, Castells (1999) considera esta como base fundamental, aponta alguns indicadores que originam esse fato, assinalando como forças propulsoras o crescimento da economia informacional, global, mudanças tecnológicas na reprodução da espécie e a luta das mulheres, por ele denominado “movimento multifacetado”, ressaltando que estes remontam aos primórdios da civilização, embora ausentes dos registros históricos, vindo a ganhar destaque nos últimos 30 anos, causando impacto profundo nos mais variados segmentos da sociedade. O fato de que suas raízes estão na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie não deve ser esquecido, fazendo-se importante do ponto de vista analítico e político.

Preconiza-se que o patriarcado – cultural histórica e juridicamente construído na América Latina – tende a ser amenizado e superado à medida que a sociedade fortalece seu caráter democrático e busca transitar para a instauração de relações sociais de sexo/gênero mais justas.

Pode-se entender que as formas de sociabilidade são distintas e bastante demarcadas por suas especificidades, envolvendo a dinâmica das relações contraditórias (as mesmas presentes na sociedade de classes) que possibilitam a confirmação ou a negação das relações vigentes. Nessa dinâmica, os sujeitos – atores individuais e coletivos – são, ao mesmo tempo, produtores e produto das relações sociais, refletidos no conjunto do sistema de valores e nas normas de comportamento da sociedade. Esses sujeitos agem no interior de uma moldura de sociabilidade dotada de constituição histórica, eles próprios responsáveis não apenas por conduzir ao distanciamento da mulher em face do papel que lhe é atribuído, mas também por contribuir para transformar essa moldura em objeto de crítica social, tendo em vista formas de emancipação (CRUZ, 2005). Nesse contexto, muitas mulheres em situação de pobreza nunca se permitiram pensar por si mesmas, tomar suas próprias decisões, exceto em circunstâncias inusuais, por exemplo, quando o homem que toma as decisões tem estado ausente ou renunciou ao seu papel.

O EMPODERAMENTO – UMA NOVA CONCEPÇÃO DE PODER

As noções atuais de poder têm se desenvolvido em sociedades hierárquicas de dominação masculina, com base em valores discriminatórios, destrutivos e opressores. Nesse ponto, o empoderamento das mulheres, numa perspectiva mais ampla, pode transpor o âmbito doméstico e se consolidar em esferas públicas, na medida em que a participação delas é ativa em movimentos, conscientização na sociedade, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil (associações). É preciso compreender que o processo de empoderamento das mulheres tem que desenvolver uma nova concepção de poder, que assuma formas de democracia e poder compartilhado, favorecendo a construção de novos mecanismos de responsabilidade coletiva, da tomada de decisões e de responsabilidades. Entende-se que nenhuma forma de controle é absoluta e, assim, sempre haverá algum espaço, mesmo reduzido, que permitirá a existência de autonomia.

Conforme Stromquist (1997), a plena definição de empoderamento deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos. O componente cognitivo faz referência à compreensão que têm as mulheres sobre suas condições de subordinação, assim como as causas desta nos níveis micro e macro da sociedade. Envolve a necessidade de tomar posições que, possivelmente, vão contra as expectativas centrais e sociais; assim mesmo se refere à compreensão de padrões de comportamento que criam dependência/interdependência. A aquisição de novo conhecimento é necessária para criar um entendimento diferente das relações de gênero e abolir crenças antigas que estruturam ideologias de gênero. Também inclui conhecimento sobre a sexualidade que vai muito além de temas de planificação familiar. A área cognitiva também envolve o conhecimento das mulheres sobre os direitos jurídicos/legais, políticos e econômicos e corresponde à busca da igualdade. Libertar-se é querer ir mais adiante, marcar a diferença, realizar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como um indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude humana é tão sujeito diante do homem quanto o homem diante da mulher.

O componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem colocar em prática em nível pessoal e social para melhorar sua condição, a ênfase na crença de sua autonomia para obter êxito em seus esforços para mudança. A autonomia dá ênfase à faceta psicológica do conceito de empoderamento, envolve o poder desde dentro para que as mulheres possam exercer qualquer poder sobre os outros segmentos da sociedade. Stromquist entende que o elemento psicológico precisa ser reforçado com o componente econômico, como forma de superar a subordinação econômica das mulheres, para que elas tenham capacidade de comprometer-se com a atividade produtiva que lhes dará algum ganho, grau de autonomia e oportunidade de ser empoderada.

O poder supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais; isto também significa a habilidade para organizar e mobilizar as mudanças sociais. Em consequência, um processo de empoderamento deve envolver a consciência individual, assim como a ação coletiva, fundamental para o propósito de alcançar transformações sociais.

Nas análises tradicionais, o poder estava concentrado no Estado, centro regulador da sociedade. Karl Marx entendia o Estado como um aparato montado a favor das classes dominantes, como um órgão repressivo destas para manter a existência da propriedade privada. Max Weber concebia o Estado como detentor do monopólio do uso da força através de seu aparato armado. Já Emile Durkheim compreendia o Estado como o cérebro de um organismo. Todas essas análises entendem o poder como algo pairando sobre os indivíduos, como se estes não fossem responsáveis por ele. Em uma perspectiva micro-foucaultiana, o poder é assimilado não como uma entidade ou algo que tenha um local determinado para acontecer, mas sim como estando em todos os lugares. Muitos entendem poder ou o relacionam a algo extremamente dotado de significado negativo e repressivo, como também acreditam que o poder é algo que se possui e que se manipula. Para isso é necessária a presença de um indivíduo que o tenha em suas mãos e nele o centralize. O poder está em toda parte, pois provém de todos os lugares, tem capilaridade. O que é poder?, afinal de contas, foi preciso esperar o século XIX para saber o que era exploração, mas talvez ainda não se saiba o que é poder. Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder (FOUCAULT, 2006; 2001).

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que, de fato, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir

(FOUCAULT, 2006, p.8). Para Foucault (2001), na produtividade do poder, o poder disciplinar produz o indivíduo moderno. Sendo uma relação e não um objeto ou um local, o poder, e a resistência a este, não necessariamente é visível. Pode esconder-se em uma tradição, em uma moral ou mesmo nas relações afetivas. Segundo Foucault, quanto mais escondido o poder estiver, mais eficaz será, pois os dominados não perceberão a relação de dominação e assim não resistirão.

O foco do poder pode ser mudado, particularmente para as mulheres, possibilitando que as assimetrias e desvantagens historicamente produzidas sejam hierarquicamente modificadas pelo empoderamento. É importante desafiar a ideologia patriarcal e habilitar as mulheres, de modo que possam aceder tanto aos recursos materiais como a informações e exercer controle sobre eles. Não existe uma fórmula mágica ou um desenho infalível para o empoderamento. Entretanto, a experiência mostra claramente que as estratégias de empoderamento têm que intervir no nível da 'condição' das mulheres, ao mesmo tempo em que estão transformando sua 'posição', abordando simultaneamente suas necessidades práticas e suas estratégias.

É importante considerar que a opressão de gênero é um fenômeno não reduzido a relações interpessoais, mas antes possui um caráter e consistência social. Por sua vez, falar do conceito de gênero significa falar de poder, de uma categoria de análise sobre a condição, situação e diferenças entre homens e mulheres; caracteriza-se por sua ênfase na influência dos aspectos sociais e culturais sobre os biológicos. O gênero é um termo científico que se desenvolveu inicialmente dentro da teoria feminista, e tem recebido distintas definições¹. Gayle Rubin (1993) assinala que o gênero se refere à construção cultural da diferença sexual, pois implica necessariamente as relações entre os sexos.

¹ Nem todas as feministas concordam com a ideia da primazia natural do sexo na construção sociocultural do gênero. Em 1969, em sua obra *Política Sexual*, Kate Millet (1960/1970) afirma que o sexo tem dimensões políticas que quase sempre são desconhecidas. Algumas autoras, como Catherine McKinnon (1982), advertem para a hegemonia da heterossexualidade na base do gênero, e usam os termos sexo e gênero como equivalentes.

O ‘sistema sexo/gênero’ é um conjunto de condições mediante as quais se satisfazem as necessidades sexuais transformadas. Na definição posterior de Joan Scott (1995), o gênero aparece como “[...] um elemento constitutivo das relações sociais que se baseiam nas diferenças entre os sexos [...]” e “[...] uma forma primária das relações de poder”. Como vemos, ambas as autoras se referem à diferença sexual como se esta antecedesse ao gênero. Contudo, a definição de Scott incorpora elementos novos, como o reconhecimento da transversalidade de gênero, e a atenção à influência dos ‘saberes e discursos’ em relação ao gênero –, e este aparece como uma construção cultural sobre a base do sexual.

De outro ângulo, partindo de uma concepção linguística da identidade como uma ‘construção discursivamente variável’ de seus atos, Judith Butler (1998) propõe uma versão não essencialista e performativa do gênero, constituído por um sujeito que se apropria dele; as identidades femininas e masculinas são produtos performativos que se realizam em um contexto cultural. Para a autora, o gênero não é binário senão múltiplo, e ocorre de acordo com as condições de cada mulher e de cada homem, aparece como o meio discursivo/cultural mediante o qual se produz uma ‘natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’, embora os sexos pareçam ser binários, em sua morfologia e constituição isto não ocorre. Evidencia-se, cada vez mais, a existência de pessoas que transcendem/transgridem a atribuição de gênero conforme seu sexo ao nascer; são ‘transgêneros’. O desenvolvimento histórico do conceito de gênero, apresentado de forma muito sucinta, tem contribuído não apenas para a emancipação e direitos das mulheres, mas também de grupos marginalizados, tais como lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgêneras e pessoas intersexuais (LGBTI). As concepções culturais acerca do gênero constroem, então, nossas ideias sobre o sexo, ao mesmo tempo nos fazem crer que este é ‘prediscursivo’, ou prévio à cultura e considerado como ‘natural’.

Desde essa perspectiva, sexo e gênero interatuam como realidades culturais. A partir dessas reflexões, podemos esboçar uma nova definição de gênero como um sistema de saberes, discursos, práticas sociais e relações de poder que, em uma época e em um contexto determinado, estrutura os conteúdos específicos das representações do corpo sexuado, da sexualidade e das diferenças físicas, socioeconômicas, culturais² e políticas entre os sexos (e as relações entre eles).

Corroborando Cecilia Sardenberg (1998), o conceito de gênero não substitui a categoria mulher, tampouco torna irrelevantes pesquisas/reflexões sobre mulheres como um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como é legitimada a situação de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Gênero dá conta da diversidade da condição/experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço, possibilita pensar as relações entre os sexos no plano das relações sociais de gênero (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e mulheres e entre homens e homens). A dimensão intersubjetiva é proclamada no aspecto individual e coletivo, inclusive por antropólogos contemporâneos – conforme destaca Ruth Cardoso –, no encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação em que é possível desvendar sentidos e explicitar relações desconhecidas. Mas adverte: “[...] é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos”. (CARDOSO, 1986, p.103). A análise das relações sociais de gênero fundamenta-se na compreensão de que as distinções entre mulheres e homens são resultado de construções culturais, são produtos da cultura e não decorrem de dados biológicos.

² Vemos, assim, que toda a constelação de elementos que hoje se chamam ‘sexualidade’, desde as diferenças anatômicas entre homens e mulheres, até suas relações afetivas, passando por sua orientação sexual, estariam remarcados pelos discursos culturais sobre os gêneros.

EMPODERAMENTO E RECONHECIMENTO DAS MULHERES

O empoderamento das mulheres envolve igualmente o reconhecimento uma dimensão do empoderamento desde a relação das mulheres com o seu entorno/contexto, com o marco dos direitos humanos e com o seu grupo social. Conforme Axel Honneth (2003), a luta pelo reconhecimento implica a obtenção de confirmação intersubjectiva por parte de cada sujeito, e o fato de ambos se apoiarem no conceito de solidariedade (complementado por valores e objetivos comuns, resultantes de experiência de interações passadas), ou seja, na expressão coletiva por direitos (articulação das necessidades sociais). O autor propõe formas de reconhecimento: de laços emocionais, de reconhecimento jurídico e dos direitos e da adesão solidária. A questão do reconhecimento, na condição de parte inseparável da percepção da autocompreensão das mulheres, dos movimentos sociais, e de toda a vida social em si, é um processo social permanente que se dá em relação aos outros, no marco das relações com eles e através dessas relações. Daí, a importância atual da construção do conceito de luta social e da sua ligação com 'sentimentos morais de injustiça' (HONNETH, 2003, p. 217).

Nessa direção, preconiza-se que os processos de empoderamento constituem modos de subjetivação; entretanto, são uma forma em que as mulheres se inserem em um exercício de constituição de subjetividade; as mulheres se apropriam desses processos, com base em sua particularidade/singularidade, ou seja, como elas próprias são, têm vivido e desejam viver. Se bem que os modos de subjetivação se estruturam socialmente de acordo com o que se supunha ideal não significa que os sujeitos sigam acriticamente. Na perspectiva foucaultina, ocorrem modos de subjetivação, que aludem às formas de configuração dos sujeitos, aos procedimentos e processos pelos quais o sujeito existe e se constitui. Em outras palavras, o autor chama de *subjetivação* ao “[...] processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mas exatamente de uma subjetividade, que evidentemente não é senão uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si”. (FOUCAULT, 2001, 39).

Nesse processo, propõe-se às mulheres uma forma de subjetividade ligada ao poder, à autonomia e à participação política; uma prática para que elas produzam a si mesmas, na qual cada uma se insere e configura de uma maneira particular. Tal como Foucault, em sua análise do processo de subjetivação, essas práticas não são nem alheias nem impostas ao sujeito, pois ele as apropria através de suas experiências, nas formas como faz e age consigo mesmo. Com efeito, a proposta de subjetivação que subjaz às de empoderamento das mulheres deve ser direcionada por discursos abrangendo as dimensões dos direitos humanos, baseada na igualdade entre os seres humanos e na garantia de que todos tenham as mesmas oportunidades e uma vida digna; e a dimensão de gênero, uma ferramenta conceitual centrada no discurso dos direitos humanos, na qual se pensa como as mulheres – historicamente – têm sido excluídas através da negação de seus direitos. Nessa perspectiva, a proposta de empoderar as mulheres não pode prescindir da igualdade nas condições e oportunidades de vida.

A DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO NO EMPODERAMENTO

A problemática da discriminação é, certamente, complexa, e precisa ser trabalhada com base em uma dimensão multidimensional. No entanto, questionar o 'silêncio' que a aprisiona é fundamental. Desse modo, também as explicações centradas na cultura, na política e na ideologia assumem, hoje, papel de destaque no cenário social, adicionando-se às análises dos fenômenos complexos e contraditórios que se desenvolvem no nível econômico. Isso seria, insiste o autor, grave erro. Hall (1997) reafirma a centralidade da cultura no cenário contemporâneo e ressalta seu papel constitutivo em todos os aspectos da vida social. Para o autor, estamos mesmo diante de uma revolução cultural, evidenciada pela significativa expansão do domínio configurado por instituições e práticas culturais. Além disso, os meios de produção, circulação e troca cultural também se ampliam, graças ao desenvolvimento da tecnologia, particularmente da informática.

Para Hall (1997), as transformações culturais desenvolvem-se também de modo bastante agudo no nível do microcosmo. O autor refere-se exatamente à expressão ‘centralidade da cultura’, tal como empregada para significar a maneira como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, tornando-se elemento-chave no modo como o cotidiano é configurado e modificado. Assim, a cultura não pode ser estudada como variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo se mover, devendo, em vez disso, ser vista como algo fundamental, constitutivo, que determina a forma, o caráter e a vida interior desse movimento. “As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos”. (SANTOS, 2003, p. 33).

Michael Apple (1999) entende importante valorizar e reconhecer a esfera cultural sem desconsiderar a força do capitalismo, o caráter determinante das relações de produção e do poder da classe social. Pode-se entender que as formas de sociabilidade são distintas e bastante demarcadas por suas especificidades, envolvendo a dinâmica das relações contraditórias (as mesmas presentes nas sociedades de classes) que possibilitam a confirmação ou a negação das relações vigentes.

Em nenhuma sociedade, as mulheres desfrutam das mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos homens. Sua jornada de trabalho é mais longa e o seu salário é menor. A desigualdade de acesso e de desempenho das meninas, em termos educacionais, é tanto quanto consequência dessas disparidades. A desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e também uma barreira importante do desenvolvimento social e econômico. Por isso, a educação tem sido identificada por muitos como uma poderosa ferramenta de mudança, constitui um fator que suscita meios de melhorar as condições das mulheres.

A educação formal contribui substancialmente ao melhoramento da identidade de gênero através de mudanças nos estereótipos sexuais nos textos, promoção de identidades de gênero positivas por meio do currículo e formação docente com sensibilidade de gênero, um serviço de orientação e assessoria sexista. Estes elementos são, na opinião de Stronquist (1997), antecedentes cruciais para o empoderamento, no empoderamento mesmo. A autora prefere o conceito de empoderamento para comportamentos que estão na compreensão a um plano claro de ação para reeducação sobre os direitos das mulheres. A alfabetização pode ser, de fato, um dos meios mais exequíveis; sem dúvida, a alfabetização, em si mesma, tem demonstrado ser vaga e sujeito de múltiplas limitações, arraigada na natureza onipresente das desigualdades das mulheres.

Ainda que o nível de escolaridade seja maior e favorável às mulheres, não garante a elas igualdade de gênero no mercado de trabalho, mesmo que a diferença entre o salário feminino e o masculino tenha diminuído. O acirramento das desigualdades sociais pode ser observado na participação feminina no mercado de trabalho, especificamente no continente latino-americano, o que justifica a urgência de discussões que possibilitem maior entendimento dessa realidade. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) revela que, em média, há 10,6 milhões de mulheres na ativa, sendo 9,6 milhões ocupadas e 1,1 milhão desempregadas, considerando uma inatividade de mulheres estimada em 11,3 milhões. As mulheres fazem 52% de todo o trabalho no mundo, mas ganham, em média, 24% a menos do que os homens. A justificativa ideológica da exploração das mulheres está no fato de que elas necessitam menos de trabalho e de salários do que os homens, porque, supostamente, tinham – ou deveriam ter – quem as sustentasse.

A tradição cultural que definiu o homem como provedor da família e, portanto, responsável por trabalhar fora e ganhar o seu sustento, e a mulher como responsável pelos filhos e pela execução dos serviços domésticos, sempre foi um fato determinante para que poucas mulheres fossem à procura de trabalho. Assim, a inserção feminina no mundo do trabalho se dá através de remunerações mais baixas, com as mulheres ocupando postos tidos como de menor qualificação ou desqualificados.

Em todas as áreas do mercado de trabalho existe segregação de gênero, considerando as diferenças regionais e culturais. Para a autora, a segregação gera a divisão sexual do trabalho, a partir do momento que se define o que é função de mulher e de homem. A divisão tem sido mais acentuada, segundo a autora, tanto no processo de qualificação como no de requalificação, sob o enfoque das teorias da dominação. Helena Hirata (2002) destaca que a acentuada divisão sexual do trabalho tem gerado e reforçado diversas diferenciações nos contratos de trabalho, na qualificação, na política salarial e de treinamento, nas formas de inserção e ascensão, no paradigma de produção atual.

A segmentação entre os homens e as mulheres é parte integrante da divisão sexual do trabalho. Do ponto de vista histórico, pode-se observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico fábrica/escritório/família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não poderia estabelecer-se na ausência do trabalho doméstico. Os 'talentos', construídos socialmente, definem uma série de regras e lugares predeterminados que uma mulher deve ocupar. As diferenças fundamentais em relação às expectativas e ambições que se têm em relação a um homem, ou menino, é que para a mulher o seu lugar como ser social é pavimentado de submissão. O 'talento feminino' é, portanto, um conjunto de violências a que as mulheres são submetidas a partir do momento em que nascem, conformando, assim, lugares e características que elas devem assumir.

Esse ideário legitima a desvalorização do trabalho feminino e o considera como desqualificado por exigir a mobilização de qualificações aprendidas no espaço doméstico, as quais são consideradas naturais.

A discriminação contra meninas e mulheres ainda é generalizada na maioria das sociedades, tanto na educação quanto em temas gerais. Ao longo dos anos, as matrículas de meninas e mulheres nos diversos níveis da educação vêm crescendo mais rapidamente do que a de meninos. A educação confere às meninas conhecimentos sobre como influenciar a natureza e os rumos da sociedade e, quando adultas, incentivando-as a se engajar na vida pública, além de reforçar a cidadania. A desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e também uma barreira importante ao desenvolvimento social e econômico. Podemos dizer que a legislação sobre direitos humanos apenas alcançou sucesso parcial. Educação feminina em maior quantidade e de melhor qualidade gera efeitos positivos sobre o total da oferta de mão de obra. Conforme Stronquist (1997), para as mulheres que trabalham na agricultura, a educação contribui em boa medida para o aumento da produtividade, fazendo assim crescer a renda familiar e reduzindo a pobreza. A autora ressalta a importância de se considerar o empoderamento como um processo que deverá centrar-se nas mulheres adultas e na educação não formal: primeiro, como adultas elas têm tido muitas experiências de subordinação e isto lhes permite conhecer muito bem esse problema, apesar de não reconhecê-lo como tal; e segundo, a transformação dessas mulheres é fundamental para romper a reprodução intergeracional da autoridade patriarcal. Contudo, para a autora, isto não significa que a educação formal não tem um papel importante para elas.

PARA CONCLUIR

Considerando as especificidades e a complexidade do panorama social e cultural deste início de século, sugerimos que a concepção de justiça se amplie e se compreenda como a proporção em que as práticas sociais e educativas incitam o questionamento às relações de poder que, no âmbito da sociedade, contribuem para criar e preservar diferenças e desigualdades. Podemos admitir que as mulheres têm sido objeto do poder dominador na sociedade, particularmente do poder invisível. Por isso, se diz que estamos em situação de *desempoderadas*, porém, os poderes que temos tido são limitados, porque socialmente não são reconhecidos como tais. São poderes do privado do doméstico, e em grande medida do familiar. O poder não é dado às mulheres porque elas não têm o mesmo reconhecimento social que eles têm; basicamente, é atribuído ao domínio dos homens que, fundamentalmente, estão na esfera pública.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, a utilização de todos os ativos sociais e econômicos é crucial para a democratização nas relações sociais. Neste novo século se propõem às mulheres novos olhares, ações coletivas para a mudança para a democracia paritária e justiça de gênero, mediante uma participação em nível global, regional, nacional, local e comunitário, na família, na política, na economia e no social dos homens e das mulheres. O Brasil possui considerável abertura normativa acerca do tema do empoderamento, tão imprescindível em uma sociedade mais atuante e imbricada na construção de uma democracia que seja reflexo do seu povo. É preciso levar em conta as relações de poder entre homens e mulheres, e, desta maneira, buscar solucionar não somente condições concretas materiais das mulheres, senão também mudar as relações sociais de gênero na sociedade, construindo democracias com equidade de gênero. É importante que as mulheres tenham consciência, permitam-se ver as estruturas de opressão para questionar os valores que as sustentam, para transgredir, desafiar, resistir, para mudar as fontes de poder como emancipação.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. *Power, meaning and identity: essays in critical educational studies*. New York: Peter Lang, 1999.
- BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L.M. (Org.). *História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- CARDOSO, R. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONNELL, R. W. *Schools and social justice*. Montréal: Our Schools/Our Selves Education Foundation, 1993.
- CRUZ, M. H. S. *Trabalho, gênero, e cidadania: tradição, modernidade*. Aracaju: Editora UFS, 2005.
- ENNE, A. L. O conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Revista Comunicação e Informação*, v. 7, n. 2, p. 264-273, 2004.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990.
- GIROUX, H. *Theory and resistance in education: a pedagogy for the opposition*. London: Heinemann, 1983.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*, São Paulo: Boitempo, 2002. 336 p.
- HONNETH, A. *Luta pelo reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. Edição brasileira.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- _____. *Síntese de indicadores sociais*. IBGE, 2015. Disponível em: <www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero>. Acesso em: 03 out. 2017.
- LEITE, C. L. de P. *Mulheres: Muito além do teto de vidro*. São Paulo: Atlas, 1994.

- LEÓN, M. (Org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas, 1997. Disponível em: <<https://issuu.com/renejaimetz/docs/el-empoderamiento-de-las-mujeres>>. Acesso em: set. 2017.*
- MCKINNON, C. A. Feminism, marxism, method, and the state: An Agenda for: Theory. *Signs*, v. 7, n. 3, spring 1982.
- MILLET, K. *Politica-sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Assembléia do Milênio*. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- _____. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/mdg_gap/index.shtml>. Acesso em: set. 2017.
- RUBIN, G. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a economia politica do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].
- SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. v. 16, n. 2, 1995.
- STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. (Org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas, 1997. Disponível em: <<https://issuu.com/renejaimetz/docs/el-empoderamiento-de-las-mujeres>>. **Acesso em: mar. 2017.**
- SARDENBERG, C. M. B. *O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos*. Salvador: Ed. NEIM/UFBA, 1998.
- WALTERS, S. Her words on his lips: Gender and popular educations in South Africa. *ASPBAE Courier*, n. 52, 1991.

Rotas de empoderamento das mulheres no contexto dos feminismos, da cidadania e dos direitos humanos

Jussara Reis Prá

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) – SP - Brasil. Professora Titular do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS – Brasil.

Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas/ CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/0906855934062991>

E-mail: jussarapra@gmail.com

Rhaíssa Pagot

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS - Brasil. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – SC – Brasil. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS) - Porto Alegre, RS – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0873718714046655>

E-mail: rhaissapagot@gmail.com

Submetido em: 01/02/2018. Aprovado em: 18/04/2018. Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

O artigo aborda os investimentos feministas na formatação da agenda política de empoderamento das mulheres. Para tanto, se examinam as lutas por direitos à luz dos princípios de igualdade, liberdade e justiça social, no marco da teoria política feminista e dos estudos de gênero. Abordam-se os feminismos enquanto teoria e prática política em seu projeto de promover a emancipação feminina. Em grandes traços, consideram-se três rotas de empoderamento dirigidas à construção da cidadania e dos direitos humanos das mulheres. A rota inicial situa as contribuições feministas ao enfoque de empoderamento. Em seguida, acompanham-se a rota do feminismo ilustrado contra o viés patriarcal de retórica igualitária no trajeto da modernidade e de formação do Estado nacional. Prossegue no cenário de internacionalização de direitos do segundo pós-guerra com atenção às ações direcionadas à igualdade de gênero junto ao sistema das Nações Unidas. Os resultados do estudo evidenciam os avanços impulsionados pelos feminismos à escala planetária, mas também os limites para assegurar a cidadania e os direitos humanos a todas as mulheres.

Palavras-chave: Empoderamento. Feminismos. Gênero. Cidadania. Direitos Humanos.

Routes of women's empowerment in the context of feminisms, citizenship and human rights

ABSTRACT

This article discusses feminist investments in women's political empowerment agenda. It examined the struggles for rights to the light of the equality, freedom and social justice principles within the framework of feminist political theory and gender studies. We approach feminist political theory and political practice in its project to promote female emancipation. We consider three routes of empowerment of citizenship and women's human rights. We begin with the feminist contributions to the empowerment approach. Next, we see the route of feminism in the path of modernity and the formation of the National State. We continue in the scenario of internationalization of rights of the second post-war with attention to actions directed to gender equality in the United Nations system. The results of the study evidence the advances of feminisms on a planetary scale, but also their limits to ensure citizenship and human rights for all women.

Keywords: Empowerment. Feminisms. Gender, Citizenship. Human Rights.

Rutas de empoderamiento de las mujeres en el contexto de los feminismos, la ciudadanía y los derechos humanos

RESUMEN

Este artículo aborda las inversiones feministas en el formato de la agenda política de empoderamiento de las mujeres. Para tanto, examinarse las luchas por derechos a la luz de los principios de igualdad, libertad y justicia social, en el marco de la teoría política feminista y de los estudios de género. Abordamos los feminismos como teoría y práctica política en su proyecto de promover la emancipación femenina. Consideramos tres rutas de empoderamiento dirigidas a la construcción de la ciudadanía y de los derechos humanos de las mujeres. Nuestra ruta inicial sitúa las contribuciones feministas al enfoque de empoderamiento. En seguida, acompañamos la ruta del feminismo ilustrado contra el sesgo patriarcal de la retórica igualitaria en el trayecto de la modernidad y de formación del Estado Nacional. Continuamos en el escenario de internacionalización de derechos de la segunda posguerra con atención a las acciones dirigidas a la igualdad de género ante el sistema de las Naciones Unidas. Los resultados del estudio evidencian los avances impulsados por los feminismos a escala planetaria, pero también los límites para asegurar la ciudadanía y los derechos humanos a todas las mujeres.

Palabras clave: Empoderamiento. Feminismo. Género. Ciudadanía. Derechos Humanos.

INTRODUÇÃO

Os movimentos feministas difundiram com êxito a ideia da necessidade de empoderamento das mulheres e conseguiram impulsionar políticas públicas, ações governamentais e internacionais e mudanças políticas e legislativas destinadas a conseguir isso. Assim, o empoderamento faz parte da agenda política das mulheres. Além disso, cada vez mais mulheres mobilizam-se em todo o mundo, de maneira individual e em suas organizações e redes, para alcançar o empoderamento (LAGARDE, 2004, p. 7).

A epígrafe destaca o êxito dos feminismos em difundir a ideia de empoderamento das mulheres e incluí-la em agendas políticas globais e locais. Alude também a um processo em curso, potencializado por mulheres e seus coletivos em escala planetária. Tais dinâmicas sugerem um projeto exitoso, mas também revelam um ideal ainda perseguido ao redor do mundo. Por conseguinte, esse projeto segue uma via de mão dupla, pois, como mostra a realidade, a soma de avanços normativos coexiste com as adversidades vividas pelas mulheres. As mobilizações feministas permitiram superar os marcos legais de desigualdade entre os sexos. Ademais, potencializaram a participação das mulheres na educação, no mercado de trabalho e em outros âmbitos da vida pública. Em contraste, as desigualdades salariais a favor dos homens ou a sub-representação feminina na política ainda revelam expressivas distâncias de gênero. Lacunas acentuadas pela incidência de casos de assédio sexual, de violência doméstica e de feminicídios em todos os continentes.

Tais contradições justificam o fato de as organizações feministas e de mulheres serem instadas a reiterar demandas históricas e seculares. Demandas de diferentes gerações, que ultrapassam fronteiras territoriais e seguem longo trajeto até seu reconhecimento global. Assim, chegam à agenda política de diferentes países com o respaldo de marcos normativos e declarativos voltados a combater os *déficits* de poder, a discriminação por razão de sexo e a promover a igualdade de gênero. Nesse plano, a aposta feminista no enfoque de empoderamento supõe o protagonismo das mulheres para eliminar assimetrias de gênero e alcançar a emancipação feminina.

Em suma, o seu propósito é subverter a lógica histórica de subordinação das mulheres, debelar estruturas patriarcais e transformar a igualdade formal em igualdade real.

O contexto esboçado baliza o exame das rotas de empoderamento proposto neste artigo. Estas rotas, para fins de estudo, compreendem o encadeamento de pensamentos, demandas e ações feministas para romper situações de discriminação, opressão e subordinação das mulheres. Os caminhos para tal incluem a denúncia dessas situações, a reivindicação de direitos e as estratégias para confrontá-las e erradicá-las. Destarte, a sequência arrolada não é linear e pode seguir múltiplos trajetos, experimentar avanços e retrocessos ou gerar novas trajetórias (SAGOT, 2000). Por esse ângulo, vamos mapear itinerários específicos amplificados pelos feminismos na construção da cidadania e dos direitos humanos das mulheres.

Nas páginas seguintes revisaremos alguns desdobramentos dessa sequência, com atenção a três rotas de empoderamento distintas e complementares. Nossa rota inicial situa as contribuições feministas ao enfoque de empoderamento e à noção de poder desde a perspectiva de gênero. Em seguida, voltamos o olhar ao passado e seguimos a rota inaugurada no século das luzes pela polêmica feminista ilustrada (VALCÁRCEL, 2001). Polêmica desencadeada contra o viés patriarcal da retórica igualitária no trânsito à modernidade e à formação do Estado nacional oitocentista. Prosseguimos pelo cenário de internacionalização de direitos do segundo pós-guerra para chegar ao terceiro milênio. Período demarcado por conferências mundiais; tratados de direitos; declarações e plataformas de ação para a igualdade de gênero e o empoderamento feminino no sistema das Nações Unidas.

Diante da riqueza desse projeto feminista, nossa abordagem explora apenas uma parcela do conhecimento registrado em extensa literatura sobre o tema. Nessa direção, optamos por rever conhecimentos do passado, recuperar aprendizados antigos e fazer a sua releitura, a fim de identificar a genealogia feminista do empoderamento e visualizar as suas estratégias nesse âmbito.

A partir do entendimento de que as mobilizações e as articulações em torno das ideias feministas qualificam os debates e ações pela ampliação e especificação de direitos, estimamos contribuir para a reflexão sobre o entrelaçamento histórico da teoria e da prática política feministas em prol da emancipação feminina. Dessa perspectiva, pretendemos refletir sobre o vínculo entre empoderamento, cidadania e direitos humanos, à luz da teoria política feminista e dos estudos de gênero.

EMPODERAMENTO NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE PODER E DE GÊNERO

As rotas de empoderamento das mulheres começam a ser traçadas pelas feministas bem antes de a palavra empoderamento ter a conotação que lhe é atribuída atualmente, e antes mesmo de ser utilizada na perspectiva de gênero. O conceito de empoderamento, por seu turno, é construído por várias mãos, com o adendo de diferentes pensamentos e correntes teóricas. Esse somatório dota o termo de múltiplos sentidos e significados. Em decorrência, as suas definições nem sempre correspondem à ideia de emancipação feminina da lente feminista. De todo modo, a noção de poder está implícita nas diferentes apropriações da palavra.

Enquanto derivação da noção de poder, o verbo empoderar, em sua versão literal, quer dizer “investir (-se) de poder, a fim de promover ações que possam provocar mudanças positivas no grupo social” (MICHAELIS, 2017). Em sentido figurado, empoderar significa ter domínio sobre determinada situação ou realidade. Já em termos conceituais, as noções clássicas de poder abarcam entre os seus significados a ideia de dominação/subordinação. Portanto, sem o teor positivo de sua definição literal. Diante disso, coube à teoria feminista desafiar um dos conceitos centrais da ciência política para dotá-lo de outro conteúdo.

No tocante às noções clássicas de poder, o termo foi acionado por teóricos como Nicolau Maquiavel (1469-1527), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920) para tratar, respectivamente, da manutenção do Estado, da opressão de classe e do exercício da autoridade.

Por essas vias, eles ressaltaram a capacidade de um indivíduo, grupo ou instituição influenciar decisões políticas a seu favor. Ressalvadas as diferenças entre os autores citados, seu ponto em comum está em não postularem a possibilidade de as mulheres serem detentoras de poder. De certa forma eles expressaram o cotidiano de suas respectivas épocas e a exclusão política das mulheres. Dito de outro modo, o lugar comum para elas convergia com situações de desempoderamento, porquanto sem o reconhecimento de sua capacidade como cidadãs ou de suas possibilidades e oportunidades para acessar o poder (ACEVEDO, 2009).

Em outra direção, autores como Antônio Gramsci (1891-1937) e Michel Foucault (1926-1984) diferenciaram o uso e o exercício do poder. No entendimento de ambos, o poder é uma relação social: “Gramsci sublinhou a importância dos mecanismos de participação nas instituições e na sociedade em busca de um sistema igualitário e Foucault propôs que o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde os interpessoais e íntimos, até os mais altos escalões do Estado” (LEÓN, 1997, p. 9).

Como esclarece Clara Murguialday (2013, p. 12), “a ideia de empoderamento é devedora das intervenções de Gramsci e Foucault, que nos anos 1970 e 1980 revolucionaram a ciência social crítica com suas postulações sobre o poder e a participação política”. Esse rompimento com interpretações clássicas do poder serve de base à teoria política feminista na abordagem do empoderamento. Como resultado, feministas de diferentes origens teóricas conceituaram o poder como a habilidade de capacitar ou transformar a si mesmas e a outras (ALLEN, 2016). Com isso, vincularam o termo à ideia de recurso/emancipação. As novas conceituações e as reflexões sobre o uso do poder fundamentam as definições e teorizações feministas. Mudanças também estimuladas pela atenção mais recente da teoria social e política à questão do poder.

Quanto ao empoderamento, a disseminação do conceito resultou em seu emprego em “nível acadêmico, político e na formulação de políticas sociais” (HARRETCHE, 2011, p. 2).

O uso generalizado o tornou complexo e afeito a significados muitas vezes alheios às perspectivas feministas. Aliada a isso, a palavra poder, implícita no conceito, estará sujeita a duplo sentido: o poder de soma negativa (dominação) e o poder de soma positiva (emancipação). Esse teor negativo, expresso pela dominação dos homens sobre as mulheres, é desafiado e cotejado pela literatura feminista (YOUNG, 1991; LEÓN, 1997). Nesse confronto, somam-se críticas ao tratamento pejorativo do sujeito feminino ou à exclusão das mulheres em obras políticas clássicas, bem como sua omissão por autores contemporâneos (ALLEN, 2016).

No mesmo debate, as noções de gênero e de empoderamento convergem na produção teórica feminista. E não apenas isso. Como expressa Magdalena León (2001; 2013), enquanto o conceito de gênero contempla o pensamento de estudiosas feministas do Norte, o de empoderamento reflete a visão dos feminismos do Sul. Com o olhar da “periferia”, acadêmicas e militantes feministas da Rede de Mulheres para um Desenvolvimento Alternativo (DAWN/MUDAR)¹ trazem ao Fórum paralelo à III Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairóbi (1985), as perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo (YOUNG, 1991; LEÓN, 1997). Ocasão de surgimento do então nomeado “enfoque de empoderamento” (SEN; GROWN, 1988) como alternativa à visão dominante em trabalhos com mulheres de agências de desenvolvimento e cooperação internacional.

Na esteira da construção indicada, estudos pioneiros como o de Caroline Moser (1989) associam o empoderamento à capacidade de as mulheres controlarem recursos (materiais e não materiais), identificando-o como potencial para mudar a sua vida. Estudiosas/os e militantes feministas interessadas em conceituar e analisar as políticas de desenvolvimento dos países emergentes pautam esse debate. Aliada a isso, a articulação de teóricas e ativistas latino-americanas e asiáticas em movimentos sociais para a igualdade de gênero

permite identificar o empoderamento como “elemento chave de uma teoria crítica do Sul” (VÁZQUEZ, 2013, p. 196). Seu mérito, confrontar “propostas de orientação liberal, individualista ou despolitizada” (VÁZQUEZ, 2013, p. 196).

A partir de Nairóbi, o conceito recebe a contribuição de diferentes pensadoras feministas, até ser consolidado uma década depois na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). Este evento baliza o antes e o depois na vigilância e defesa dos direitos das mulheres. Nessa rota, o empoderamento é qualificado como “a estratégia pró-igualdade que faz do fortalecimento das capacidades e da autonomia a ferramenta chave para transformar as estruturas sociais que perpetuam a dominação masculina” (MURGUIALDAY, 2013, p. 7). Sem detalhar tais construções, adiante retomadas, importa notar o fato de impulsionarem a reflexão feminista sobre a necessidade de rebater as desigualdades de gênero.

Nos estudos de gênero, o empoderamento é tido como uma “ferramenta analítica estratégica”, pois acolhe diferentes percepções sobre o universo do poder e sobre o seu impacto entre as mulheres e nas sociedades (LEÓN, 2001, p. 94). Ao mesmo tempo, interfere na produção teórica de diferentes disciplinas, entre elas: “psicologia, antropologia, ciência política, sociologia, educação, direito e economia” (LEÓN, 2001, p. 94). Nesses termos, as questões de gênero são introduzidas nessas áreas graças a esforços feministas. Ainda assim, nem sempre a sua abordagem é prioritária. E isso não ocorre ao acaso. Na avaliação de diferentes teóricas feministas, a história oficial, a filosofia e a teoria política tendem a justificar e a perpetuar a ordem social pactuada pelo gênero masculino, excluindo o gênero feminino (VALCÁRCEL, 2001, 2012; COBO, 2014, ALLEN, 2016).

Outro aspecto a destacar da leitura feminista de empoderamento é o da associação do conceito à ideia de emancipação feminina, tida como pré-requisito à obtenção da autonomia das mulheres e condição prévia para a igualdade entre os sexos.

¹ DAWN (*Development Alternatives with Women for a New Era*); MUDAR (*Alternativas de Desarrollo con Mujeres para una Nueva Era*).

Assim, a potência do empreendimento feminista radica na sua capacidade de entender, questionar e transformar as relações de dominação e subordinação baseadas em gênero. O que pode ser feito por meio da resistência individual e coletiva, no sentido dado por Amy Allen (2016). E isso corresponde a buscar estratégias capazes de transformar a condição de vida das mulheres, especialmente em termos materiais, incluindo o avanço de sua posição social, ou seja, de seu status político e econômico (HERNANDEZ, 1999).

Em linhas gerais, o empoderamento está vinculado à concepção do poder das mulheres: uma forma de exigir equidade de gênero nos variados tipos de atividades sociais, de modo democrático e responsável. Isso implica um desafio ao poder dominante, às relações patriarcais e à manutenção dos privilégios masculinos. Nesse caso, o termo está relacionado à luta contra a cultura patriarcal e a misoginia, ou seja, contra a dominação tradicional dos homens sobre as mulheres. Por conseguinte, tem a ver com o desenvolvimento das capacidades das mulheres em áreas vitais de sua vida, geralmente sob o controle dos homens.

Sumariando, em ambiente adequado ao empoderamento, conforme a utopia feminista, as mulheres teriam poder em sentido estrito: capacidade, possibilidade e oportunidade. Capacidade de tomar decisões em todos os âmbitos da vida econômica, política e sociocultural. Possibilidade de desafiar o patriarcado e suas estruturas, responsáveis por reforçar as assimetrias de gênero. Oportunidade de acessar, controlar e participar de processos de deliberação e decisão, tanto na esfera pública quanto na vida privada, incluída a autonomia no controle do seu corpo, de sua sexualidade e de sua liberdade. Em qualquer caso, esse ideal ainda demanda muito investimento, vez que a situação das mulheres segue marcada pela desigualdade ante os homens, pela falta de poder e por sua discriminação em escala planetária. Por conseguinte, ainda é preciso incidir em ações e estratégias para garantir a cidadania e os direitos humanos das mulheres.

Para tanto, considerando ambos os conceitos como produto histórico da ação humana e um processo inacabado (MAQUIEIRA, 2009).

Para situar esse processo é preciso recordar que desde o final do século XVIII, especialmente a partir da criação do Estado Moderno como um Estado nacional, “os coletivos de mulheres não deixaram de vincular a reivindicação de seus direitos como direitos humanos à luta pela cidadania plena no marco de seus países e comunidades políticas” (MAQUIEIRA, 2009, p. 168-69). Entretanto, séculos de exclusão e discriminação das mulheres tornaram essas mudanças difíceis de serem empreendidas, requerendo luta contínua. Construir o entendimento de que as mulheres têm capacidades iguais aos homens e, em decorrência, que devem ter direitos iguais e os mesmos poderes soa como “desempoderar” os últimos para “empoderar” as primeiras. Todavia, isso está longe da intenção dos feminismos, seja do ponto de vista teórico, seja no de sua prática política. Na verdade, a ideia contida no enfoque de empoderamento é a de buscar simetria nas relações de poder entre os sexos.

Quanto ao (des)empoderamento feminino (exclusão das mulheres), ele tende a ser sustentado por mecanismos estruturais e institucionais, permeados pelo viés patriarcal. Tais mecanismos, segundo Carmen Deere e Magdalena León (2002, p.30), “são inter-relacionados e têm como base ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidade e feminilidade e na divisão de trabalho “adequada” entre as esferas pública e privada e dentro destas”. Nesse sentido, como expressa Rosa Cobo (2014, p.11), “não se podem analisar as estruturas sociais ou as instituições de cada sociedade sem levar em consideração que em todas elas os traços patriarcais têm um caráter estrutural”. Seguindo a mesma autora, é oportuno considerar o peso do imaginário simbólico do patriarcado para garantir a reprodução consensual da sua estrutura de dominação e poder.

E isso faz mais sentido, quando se tem em vista os séculos de luta dos feminismos e a sua vigilância constante para evitar retrocessos de direitos e a interrupção das rotas de empoderamento das mulheres. Com esse pano de fundo vamos revisitar contextos fundadores dos feminismos para seguir algumas dessas rotas.

LEGADOS DOS ANTIGOS FEMINISMOS ÀS ROTAS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES

O feminismo ilustrado trouxe à tona as aspirações de igualdade das mulheres ao questionar o projeto igualitário da modernidade e pleitear a emancipação feminina. As condições dessa emancipação foram traçadas, então, por poucos pensadores e pensadoras. Coube a eles denunciar a exclusão das mulheres da vida pública e a redução do protagonismo feminino à maternidade e à vida doméstica. As críticas à separação entre público e privado embasam aqueles ideários no contexto da ilustração e no marco político de fundação do Estado Moderno (séc. XVIII).

O renascimento cultural da Idade Moderna não altera o significado da vida das mulheres. A nova sociedade mantém o modelo patriarcal herdado do medievo e da antiguidade, com o respaldo de teóricos do contrato social, das leis e da Igreja Católica. Com isso, as mulheres ficam novamente na órbita do discurso misógino, do *dever ser*. Por essa leitura, antiga e medieval, sua índole é ruim por natureza e lhes faltam capacidade e bom senso para desenvolver ideias elaboradas e sofisticadas. Tal discurso reforça o lugar natural das mulheres no universo doméstico. A elas ficava destinada a função de gerar “bons cidadãos e velar desde o espaço privado para que se cumprissem as condições éticas no âmbito público” (AMORÓS, 2007, p. 131).

Exemplar nesse sentido é o pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), para as feministas um dos mais imbuídos do discurso misógino. No livro *Emílio ou Da Educação*, Rousseau atribui à personagem Sofia uma inferioridade natural, o que a impede de ser cidadã.

Sofia ou qualquer mulher não têm o direito de lamentar e considerar injusta a desigualdade imposta pelo homem. Para o autor, “essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou do cuidado dos filhos a responsabilidade disso perante o outro” (ROUSSEAU, 1968, p. 428). Em suma, a Sofia, escolhida para ser a esposa/mulher de Emílio, não careceria de educação “brilhante”, porém, ela deveria ter “gosto sem estudo, talentos sem arte e bom senso sem conhecimento” (ROUSSEAU, 1968, p. 492).

Com escritos dessa natureza, Rousseau, a exemplo de outros teóricos do contrato social, como John Locke (1632-1704), modelava um mundo masculino. Mundo no qual os homens estariam livres e iguais para determinar seu destino, sem que isso pudesse ser aplicado às mulheres. Elas ficavam excluídas da igualdade e das liberdades asseguradas aos indivíduos. Segundo Michelle Perrot (1988), por motivos estritamente biológicos e em nome da proclamada diferença entre os sexos, as mulheres não eram consideradas indivíduos. Resultavam daí duas “espécies” distintas: a masculina, valorizada por sua associação ao cérebro (razão); a feminina, depreciada por estar presa ao coração (emoção).

Como lembra Ann Tickner (1997), as mulheres são definidas em oposição a uma série de características construídas e perpetuadas social e culturalmente, tais como: poder, autonomia, público e racionalidade. Todas relacionadas ao universo masculino, sendo os seus opostos – fraqueza, dependência, privado e emoção – associados ao universo feminino. Este referido ao ambiente doméstico, longe do poder e da política. Tais definições constituem o sistema simbólico que molda diversos aspectos da cultura. As estruturas institucionais reiteram isso, naturalizando e legitimando o status inferior das mulheres.

O pertencimento de gênero (masculino ou feminino) define quem está habilitado a participar da igualdade e ser incluído ou não na cidadania. Entretanto, como ressalta Perrot (1988), nem todo o público e político é masculino e nem todo o privado é feminino.

As mulheres ocuparam as ruas no século XVIII e mesmo as cidades no século XIX, mas em lugares próprios a elas. Já os espaços privados permaneciam dominados por homens e o poder sobre a família era exercido por eles. Na família, pedra angular da sociedade moderna, elas ficavam sob a tutela de pai, marido ou mesmo dos filhos.

O poder masculino exercido nesse espaço legitimava a figura do chefe de família e o autorizava a exercer a violência contra elas. E isso recebia o aval das legislações para justificar a inferioridade feminina. “O discurso da *inferioridade* ante a universalidade ética, política e epistemológica não foi apenas uma *contradição* da ilustração, senão um dos elementos constitutivos dos Estados liberais” (AGUADO, 2005, p.21, *grifos da autora*). Aliada a isso, “a exclusão das mulheres da lógica democrática e da meritocracia” servia para aplicar a elas “a lógica estamental: igualdade para os homens e status atribuído para as mulheres” (AGUADO, 2005, p.21-22).

Discursos dessa natureza expõem as armadilhas dos preceitos igualitários. Ademais, evidenciam que as crenças tradicionais sobre as virtudes morais de cada sexo e o papel das mulheres na família não correspondem à defesa de valores democráticos. A maneira como foi forjada a figura do “cidadão”, pai de família (provedor) e proprietário, revela a maestria de teóricos do contrato como Rousseau em excluir as mulheres da cidadania. Estas, atreladas à figura materna (mãe e esposa), deveriam cumprir seus “trabalhos domésticos”, educar os filhos e ser devotas ao marido. Ou seja, ser boa dona de casa era condição necessária para ser respeitada e manter a reputação na sociedade (PERROT, 1988).

A inferioridade feminina é corroborada pela ideia de que as atividades “raciais”, como política, justiça e economia, devem ser de competência dos homens, e as atividades “naturais”, como cuidar da casa, dos filhos e do marido, intrínsecas às mulheres (PETERSON, 1992). Nesse marco, as relações de gênero representam, efetivamente, o poder do homem sobre a mulher.

Um desses exemplos é a própria instituição do casamento que, conforme Carole Pateman (1993), configura um acordo unilateral, firmado a favor do humano masculino (contrato sexual). Este, segundo ela, traça o desenho moderno do patriarcado e a forma como os teóricos do contrato social sustentam a subordinação feminina.

Convencionalmente, “as mulheres não podiam pertencer ao público, pois por sua “natureza” eram seres “domésticos” e diferentes, e a igualdade só podia firmar-se como pacto entre os que eram iguais, quer dizer, entre os homens” (AGUADO, 2005, p.19-20, *grifos da autora*). Nesses termos, “a separação entre a esfera pública da sociedade civil e política, e a esfera privada da família, selaram um pacto entre democracia e patriarcado, que terá por efeito a exclusão da metade da humanidade da cidadania” (ZÚÑIGA, 2010, p. 136). A exclusão desse pacto, ou seja, do contrato social nomeado pela teoria política clássica, as equipara aos segmentos destituídos de cidadania (menores de idade, presidiários e doentes mentais). Esse descompasso impôs a elas o desafio de pleitear seus direitos de cidadania e abrir caminho na esfera pública (BENHABIB; CORNELL, 1987). A preocupação, então, será construir a definição de mulheres como humanas, sujeitas com acesso ao que a modernidade representa – liberdade e igualdade, fundamentalmente.

Na rota da modernidade, a constituição da cidadania feminina é pensada pelo feminismo ilustrado com o intuito de tornar as mulheres portadoras de direitos garantidos em leis. A moldura dessa cidadania, no entanto, exige fazer frente à exclusão das mulheres do espaço público (político) e ao seu confinamento no espaço privado (família). Para esta tarefa, os compromissos com a captura desses conceitos são o desafio para os feminismos. Assim, a oposição entre família e política ou a separação entre público (civil) e privado seriam um dos seus pontos de partida para contestar os elementos patriarcais da cidadania.

O patriarcado, enquanto sistema estrutural e ideológico, perpetua o privilégio da masculinidade. E não apenas isso, como enfatiza Cynthia Enloe (2004), todos os sistemas e instituições sociais podem se tornar patriarcais. Culturas inteiras podem se tornar patriarcais. Não por acaso, diz ela, a tomada de consciência quanto ao impacto do patriarcado sobre a subordinação feminina inspira a ação política dos movimentos feministas e mobiliza as suas energias em muitos níveis ao mesmo tempo. Nessa linha, textos fundadores do feminismo interpelam o patriarcado com o discurso de que a igualdade e a liberdade pertencem ao conjunto das populações e não apenas aos homens.

A articulação de um pensamento voltado a questionar as origens da subordinação e a “recuperar” os direitos das mulheres dá lugar a uma longa rota de empoderamento. Até então, a ausência de ordenamentos jurídicos nas estruturas estamentais não permitia a elas ir além de denunciar seus constrangimentos. A passagem da fase de denúncias, do “protofeminismo” (queixas), à da reivindicação de direitos, baliza a construção feminista como teoria e prática política. Para tanto, o feminismo irá sustentar a igualdade de duas formas: “de um lado, reivindica a aplicação dos efeitos desse princípio às mulheres, e, de outro, se converte em fonte permanente de interpelação às teorias e pensadores que excluem as mulheres da igualdade” (COBO BEDIA, 2014, p.15).

A fim de exemplificar esse ponto, recorreremos a algumas manifestações do feminismo ilustrado no contexto revolucionário francês. Todavia, trazemos à tona apenas fragmentos de um debate elaborado exaustivamente por autoras como Celia Amorós, Amélia Valcárcel, Rosa Cobo Bedia e Nuria Varela, para citar algumas. O cenário revisitado por elas evidencia o ambiente hostil para as mulheres naquele contexto, mas também a importância das intervenções feministas contra o patriarcado e o seu discurso misógino. Paralela a isso, a ideia de construir uma agenda igualitária para as mulheres se torna inevitável e ganha força.

A aspiração igualitarista no tocante à defesa da cidadania e dos direitos humanos das mulheres inclui representantes do pensamento ilustrado, a exemplo do deputado Girondino, Marquês de Condorcet (1743-1794); da dramaturga feminista Olympe de Gouges (1748-1793), e da escritora Mary Wollstonecraft (1759-1797). Em sintonia, embora com focos diferentes, cada um desses discursos sustentou o projeto de emancipação feminina desde a interpelação pelo acesso das mulheres à educação e à vida pública. Por conta disso, nenhum deles ficaria imune à reação do poder masculino².

Resumidamente. Em 1790, o marquês de Condorcet reivindicou a educação feminina e o voto universal para ambos os sexos em um texto sugestivamente intitulado: *Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania*. Como deputado, Condorcet advogou pela necessidade de abolir a desigualdade de direitos entre os sexos e romper com a discriminação feminina. Por outros caminhos, Olympe de Gouges questionou a supressão das mulheres da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, redigindo a sua versão do mesmo documento e nomeando-a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, em 1791. A “réplica feminista” da declaração é considerada uma das elaborações políticas mais precisas em defesa da cidadania feminina (VARELA, 2014). Em a *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, Mary Wollstonecraft (1792) advogou pela educação das mulheres e contra a teoria política de Rousseau, a quem atribuiu a responsabilidade pela completa exclusão das mulheres do acesso a bens e direitos. A reivindicação, segundo Valcárcel (2001, p.8), “decanta a polêmica feminista ilustrada, sintetiza seus argumentos e, por sua articulação projetiva, se converte no primeiro clássico do feminismo em sentido estrito”.

² Para constar, em 1793 Gouges morreu na guilhotina por conta de seus ideais feministas. Pela mesma “ousadia”, Condorcet foi condenado à prisão pelos jacobinos e encontrado morto dois dias após ser preso, em 1794. Já Wollstonecraft foi alvo de sarcasmos e injúrias; no auge das perseguições políticas e da expulsão dos estrangeiros pelos jacobinos, voltou ao seu país (Inglaterra) e faleceu em 1797, após o parto de sua segunda filha (AMORÓS, 2007; VARELA, 2014).

Quase um século depois dessas manifestações, John Stuart Mill publicava *A Sujeição da Mulher*, em 1869, difundindo as ideias de sua esposa e feminista Harriet Taylor. E não apenas isso, como lembra Varela (2014), ambos fundamentaram a teoria política em torno da qual o movimento sufragista cresceu e se mobilizou. Não foram a guilhotina ou o exílio, mas foram vozes isoladas diante da reação misógina dos principais filósofos do século XIX contra a emancipação feminina. Assim, a tudo o que foi dito por Rousseau, “se somaram as teorias de Hegel, Kierkegaard, Schopenhauer, Nietzsche... que igualmente influenciaram todos os campos do conhecimento que, paradoxalmente, estavam começando uma nova era sob a orientação da ‘razão’” (VARELA, 2014, p.67).

Por certo caberiam muitos acréscimos a essa apreciação histórica sobre o feminismo ilustrado ou sobre as ideias que o antecederam ou secundaram. Por ora é oportuno ressaltar que o pensamento feminista configurou uma “tipologia discursiva”, com data de nascimento e tradição teórica própria, sem ser um “discurso genérico sobre as mulheres ou das mulheres” (VALCÁRCEL, 2012, p.89). Nesse contexto, mesmo diante do imperativo de reagir contra os discursos misóginos, as mulheres e os feminismos traçaram e seguiram suas rotas em busca de um modelo de sociedade cidadã, capaz de incluir a todas e a todos. Como explica Ana Aguado (2005, p.23), “[...] as diversas expressões do que se conceitua com a etiqueta de “feminismos” formam parte substancial das diferentes culturas políticas e da evolução histórica do conceito de cidadania”. Por conta disso, considera que tais expressões “devem ser analisadas e estudadas – como movimentos sociais e como propostas ideológicas – do mesmo modo que qualquer outra perspectiva social ou discursiva na análise da teorização e do desenvolvimento histórico da cidadania” (AGUADO, 2005, p.23).

E não apenas isso, também vale reconhecer o impacto da defesa da cidadania feminina para a luta democrática. O conjunto de preceitos de emancipação humana das revoluções burguesas em França e nos Estados Unidos incluía apenas a metade de suas populações, os homens. Realidade projetada ao mundo ocidental e às sociedades democráticas da era moderna.

Em decorrência, a concepção de indivíduo abstrato, base do padrão moderno de representação política, se revelará cega às contingências oriundas de sujeitos concretos (mulheres, escravos, operariado etc.). Nesse cenário, as expectativas do feminismo com a garantia da igualdade entre os sexos ficam profundamente comprometidas. Por conta disso, o empenho com a correção do déficit democrático será uma constante na sua teoria e prática política. Assim, “o feminismo enquanto tradição política foi reformulado como o democratismo radical que destacava e denunciava o estado defeituoso das coisas e, na sua parte propositiva, reivindicava para o coletivo de mulheres a categoria de cidadania” (VALCÁRCEL, 2012, p. 91). Logo, “o feminismo tornou-se assim um dos núcleos mais ativos dentro da tradição democrática” (VALCÁRCEL, 2012, p. 91).

O compromisso dos feminismos com a revolução democrática da modernidade tem a marca das primeiras reflexões do pensamento ilustrado oitocentista. É quando as mulheres buscam legitimar-se como seres capazes de se autodesignar, com aptidões e munidas de instrumentos que as capacitem ao convívio no espaço público. Tal busca, contudo, não será pela adesão ao padrão masculino, mas para denunciá-lo como manobra do patriarcado para negar a cidadania feminina. Inquestionavelmente, a incidência do feminismo ilustrado provocou fissuras na estrutura bem construída da sociedade patriarcal, no entanto, estas não impediram a sua sobrevivência. Não por acaso a luta pela igualdade será o fio condutor das rotas seguidas pelos feminismos nos séculos seguintes.

Em síntese, a polêmica feminista ilustrada levou a cabo uma operação peculiar de ressignificação da cidadania desde a Revolução Francesa (1789) (AMORÓS, 2007). E não por conta desse evento em si, mas em razão do seu impacto nas sociedades ocidentais, vez que os modelos políticos e sociais edificados na Europa irão repercutir em outros continentes, principalmente durante o processo de colonização. Lógica semelhante se aplica à circulação de discursos feministas e antifeministas em diferentes latitudes, do Norte ao Sul.

Como sentença final, as reivindicações feministas por igualdade e liberdade seriam o substrato dos avanços desencadeados a partir do século das luzes. O sufrágio dará sequência à luta “que as mulheres do século XVIII inauguraram, e que a muitas custou inclusive a vida, sem chegar a desfrutar nenhum direito” (VARELA, 2014, p.42). O acesso ao voto e à educação superior constam, assim, entre as suas principais bandeiras de luta no decorrer do século XIX e no início do século seguinte. Desse prisma, é proeminente a ação política feminista para a conquista e a expansão da cidadania feminina. O seu pensamento avançou na crítica à supremacia masculina, à misoginia e ao patriarcado; investiu no debate por direitos e elaborou estratégias para promover a igualdade entre os sexos e a emancipação feminina. Além disso, a cada momento de expansão da democracia esta ação agregava pautas históricas a pautas contemporâneas.

As mulheres transpuseram barreiras, saíram do silêncio e da rotina de um cotidiano de submissão para formatar uma agenda eminentemente política. Mesmo que inicialmente fossem poucas as vozes levantadas para contestar a condição feminina e reivindicar direitos, desde então várias gerações de mulheres se organizam em torno de uma agenda comum. Nessa sintonia, as rotas de empoderamento das mulheres chegam ao século XX e ao terceiro milênio. Desta feita, mais bem traçadas e com saberes legitimados para agenciar o requerimento da cidadania e dos direitos humanos das mulheres em escala planetária.

OS DIREITOS DAS MULHERES TORNAM-SE HUMANOS

A cultura dos direitos humanos segue rotas históricas em defesa de princípios básicos de liberdade, igualdade e justiça social. Tais rotas também refletem o longo investimento dos feminismos para incluir as mulheres na categoria de humanas. E isso exigiu fazer frente à concepção de direitos associada, seletivamente, ao homem adulto branco, proprietário e heterossexual.

Em concreto, seria preciso buscar estratégias capazes de impulsionar uma agenda internacional em favor da igualdade de gênero. Neste processo, a rota de empoderamento das mulheres segue diversas vias no decorrer do próprio desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com essas referências, direcionamos a atenção ao cenário da ONU, de onde emergem instrumentos específicos voltados à defesa da cidadania e dos direitos humanos das mulheres. Inscrevem-se nesse nível tratados e declarações de direitos, conferências mundiais gerais e específicas, plataformas de ação, além de órgãos de vigilância de tratados. Os conteúdos daí emanados, somados às fontes do direito nacional, subsidiam o ordenamento jurídico doméstico e a formulação de agendas públicas e políticas com o recorte de gênero. A riqueza e a abrangência dessa temática, no entanto, nos permitem lançar apenas um olhar seletivo sobre o assunto. Para isso, sintetizaremos alguns resultados da ação coletiva de mulheres e feministas para a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

No cenário de transformação internacional do pós-guerra, a noção de igualdade entre os sexos fica inscrita na *Carta de São Francisco* de 1945, quando da criação da ONU, e é reafirmada na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948. Esses documentos materializam as demandas das mulheres pelo usufruto dos ideais democráticos da ilustração oitocentista. Ideais, como vimos antes, contidos em textos como o da *Declaração dos Direitos do Homem*, originada da Revolução Francesa (1789), e da *Declaração de Independência Americana* (1776). Estes, no entanto, sem alcançar as mulheres. Por conta disso, a incorporação de demandas históricas dos feminismos ao novo sistema de direitos humanos, herdeiro destes e de textos semelhantes, chega com o atraso de um século e meio, aproximadamente.

Destarte, a *Carta da ONU* e a *Declaração Universal* representam apenas um dos marcos na configuração dos direitos das mulheres. Ambas são um ponto de partida para tal, pois abrem caminho ao futuro reconhecimento dos direitos propalados

então. Seria preciso esperar quase meio século, até a Conferência de Direitos Humanos realizada em Viena, em 1993, “para tornar explícito nos acordos internacionais o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos” (MAQUIEIRA, 2009, p.149). Com efeito, a rota de empoderamento das mulheres, iniciada no entorno dos anos 1950, se amplifica ao final do segundo milênio com a linguagem de direitos aprovada em Viena. Para tanto, percorrendo um caminho de avanços, impasses e também de tensões.

Em tal percurso, o silêncio em relação à exclusão feminina é rompido durante a elaboração da *Declaração Universal* por poucas mulheres, respaldadas por outras tantas e pelo histórico de lutas feministas. No grupo encarregado de redigir a *Declaração*, a incidência da delegada americana Eleanor Roosevelt (presidenta da Comissão de Direitos Humanos) e da indiana Hansa Mehta torna possível substituir, no primeiro artigo do documento, a expressão “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos” por “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Já à Bodil Begtrup (Dinamarca), então presidenta da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW, da sigla em inglês) – criada em 1946 -, deve-se a proclamação do princípio da não discriminação por razão de sexo (art.2). Posição apoiada por delegadas como Bertha Lutz (Brasil), Amalia Caballero (México) e Minerva Bernardino (República Dominicana) (GLENDON, 2001; FACIO, 2011).

A importância desse princípio, como diz Alda Facio (2011), seria compreendida muitos anos depois. Precisamente, no momento de conceituar a igualdade de gênero na perspectiva dos direitos humanos e do empoderamento das mulheres. Sem aprofundar esse ponto, vale lembrar os limites de documentos como os das declarações por sua natureza de instrumento político (recomendação), porquanto sem a força vinculante de um tratado ou convenção internacional (instrumento jurídico). Tal restrição tornava-se mais impositiva no caso dos direitos das mulheres.

Por conta disso, foram empreendidos esforços na elaboração de instrumentos específicos para assegurar a elas os direitos proclamados naquela declaração. O trabalho da CSW segue nessa direção ao propor a celebração de tratados para garantir a não discriminação das mulheres em situações nas quais elas estavam em evidente fragilidade. Inscrevem-se nesse domínio as convenções sobre os *Direitos Políticos das Mulheres (1952)*, a *Nacionalidade das Mulheres Casadas (1957)* e a *Necessidade de Consentimento e Idade Mínima para Matrimônio (1962)*, entre outras³.

Com respeito aos instrumentos de caráter geral, a exemplo da Declaração Universal, outro passo para agendar os direitos proclamados em 1948 seria a formulação de dois tratados de natureza jurídica: o *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* e o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, ambos aprovados em 1966 e em vigor dez anos depois. No tocante às mulheres, os dois pactos “incluem um artigo específico sobre o exercício de direitos em igualdade de condições para mulheres e homens” (DURÁN, 2005, p. 25). Ainda assim, em ambos a questão da não discriminação e da igualdade entre os sexos é contemplada apenas timidamente.

Como observa Yanira Zúñiga (2014, p. 183), apesar das “boas intenções” impressas nos pactos de 1966 ou nas convenções sobre mulheres, que pleiteiam a igualdade entre os sexos, “a proteção dos direitos das mulheres, sob estatutos específicos, tardou a se desenvolver no sistema universal de proteção de direitos humanos”. Em consequência, diz ela, no decorrer dos anos 1960, a ONU vacilava em reconhecer a discriminação contra as mulheres, e em vez de celebrar um tratado capaz de incidir sobre o problema, limitava-se à condenação moral do fenômeno.

³ Estas, no entanto, sem repercussão naquele momento. Uma avaliação detalhada sobre os instrumentos de proteção dos direitos das mulheres e a atuação da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) nesse processo pode ser lida em: Paloma Durán (2005) e Alda Facio (2011).

Novas formas de visualizar a condição feminina impulsionam a crítica a tal posição a partir do decênio de 1970. Para tanto, envolvendo a mobilização de militantes e acadêmicas feministas em escala global. E isso em um período de forte contestação social e política contra os privilégios de classe, raça e sexo. A ingerência e a articulação das mulheres se desenvolvem nessa escala em sintonia com a construção do campo de estudos feministas e dos estudos de gênero em diferentes países. O substrato de tal investimento se materializa em um ciclo de quatro conferências mundiais sobre as mulheres, realizadas entre 1975 e 1995 sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Derivam daí vários desdobramentos na rota internacional de empoderamento das mulheres.

A primeira Conferência sobre Mulher, celebrada no México, potencializa essa rota e um novo caminho de ação política feminista. Projeto de início tímido, porém amplificado em momentos posteriores. Como esclarece Facio (2011, p. 8-9), apesar do audacioso Plano de Ação do México, o diagnóstico da discriminação das mulheres não agregou a explicação das suas causas, o que dificultou “identificar políticas corretivas”. Ademais, o debate sobre a igualdade entre os sexos não incluiu temas-chave da agenda política feminista, entre eles, o da violência contra as mulheres. O Programa de Ação da segunda conferência (Copenhague, 1980) traduz a experiência da primeira com poucas inovações. Assim, embora os problemas da subordinação feminina chegassem às delegações oficiais, faltava vinculá-los ao marco dos direitos humanos. De qualquer modo, os dois eventos serviram de aprendizado político e deram suporte a estratégias futuras, inclusive para incidir em documentos oficiais de outras conferências.

Em todo o caso, a rota iniciada no México traz entre seus frutos o primeiro pacto internacional de proteção aos direitos humanos das mulheres, a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (CEDAW), de 1979. Entre os tantos méritos da convenção, está o de incluir no mesmo documento os aportes dos dois pactos de 1966.

Agora, em um instrumento de caráter vinculante a favor das mulheres e voltado tanto à igualdade de oportunidade como à igualdade de resultados. Nesse tom, a confecção da CEDAW reflete o histórico das lutas feministas e anos de trabalho da CSW “para incorporar os princípios de igualdade e dos direitos das mulheres nas normas legais internacionais” (HERNANDEZ; RODRIGUEZ, 1996, p.8). Teor este reforçado pela criação do Protocolo Facultativo à Convenção, em 1999, com função de garantir a efetividade do tratado.

Voltando ao tema das conferências, a terceira delas, sucedida em Nairóbi (1985), encerra a Década da Mulher (1976-1985) com o diagnóstico das conquistas e dos limites do período com metas para o avanço das mulheres até o ano 2000. As *Estratégias de Nairóbi* estabelecem tais metas, entre elas, a obtenção da igualdade das mulheres em matéria de direitos e cidadania, somada ao acesso efetivo e equitativo a bens sociais e a postos de poder e decisão. Junto a isso, a violência contra as mulheres é situada no contexto dos direitos humanos, antecipando o debate levado a Viena (1993). Outro destaque do evento, como mencionado antes, é a qualificação do enfoque de empoderamento como estratégia para mudar a vida das mulheres, mediante a sua organização em “espaços democráticos e participativos” (DEERE; LEÓN, 2002, p.56). Concepção postulada no manuscrito de acadêmicas e ativistas feministas dos países em desenvolvimento apresentado no Fórum Paralelo do evento e cujos desdobramentos se materializam na quarta Conferência sobre a Mulher, em Beijing (1995).

As contribuições desse fórum foram decisivas para o êxito de Nairóbi em vários sentidos. Diferentemente de conferências anteriores, os encontros paralelos tiveram recordes de participantes; recordes também superados pela quantia de delegados/as e de países no evento oficial (LEÓN, 2001). Para além disso, coube às participantes dos encontros paralelos colocar em xeque os diagnósticos otimistas dos governos sobre o progresso das mulheres na década avaliada.

Em consequência, no decorrer dos anos 1990 foram abertos caminhos para a elaboração da denominada *Agenda Social* das Nações Unidas (ALVES, 1996). Agenda formatada com o inquestionável protagonismo feminino. Nesse sentido, a ação política de organizações de mulheres e feministas foi além das conferências sobre a mulher e chegou às de temáticas globais (DURÁN, 2005). Inscrevem-se nesse marco, entre outras, a Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993) e a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994).

Resumidamente. Com o Programa de Ação de Viena, a comunidade internacional reconhece os direitos de mulheres e meninas como direitos humanos e a violência contra elas como grave violação aos direitos humanos. Já o Programa do Cairo estipula a distinção entre direitos sexuais e reprodutivos, os legitima como direitos humanos e delega seu controle às mulheres. Desse modo, os dois programas refletem os aportes trazidos pelo feminismo internacional em termos de ideias, conceitos e análises, com o respaldo de ações articuladas em diversos países e regiões. E não apenas isso, a inclusão das mulheres na categoria de humanas “foi mais um passo na larga história do feminismo que desde suas reivindicações no século das luzes denunciou a falsa universalidade que excluiu as mulheres dos direitos de cidadania” (MAQUIEIRA, 2009, p. 149). Assim, trouxe à tona o acumulado em mais de 200 anos de lutas feministas tanto no plano teórico como no plano político.

A quarta e última Conferência da Mulher (Beijing, 1995) sistematiza as construções precedentes. O evento encerra um ciclo de cinco décadas em defesa dos direitos humanos das mulheres nas Nações Unidas e resume a incidência de militantes e feministas nesse processo. A agenda de gênero oriunda de tal articulação culmina com a incorporação oficial de suas contribuições à Plataforma de Ação de Beijing. Assim, o processo preparatório da conferência contou com fóruns organizados em escala planetária. E, ressalvadas as polêmicas e tensões aí geradas, os produtos do encontro têm a marca dessa organização em 12 áreas críticas elencadas naquela plataforma para o avanço das mulheres.

Nesse panorama, não queremos deixar de mencionar a marca dos feminismos na definição dessas áreas críticas e o fato de a partir delas também ter sido estipulada “uma função de integração da perspectiva de gênero em todas as atividades das Nações Unidas” (DURÁN, 2005, p. 55). Somado a isso, o enfoque de empoderamento é outra perspectiva adotada com a mesma função. De acordo com a própria ONU: “A Plataforma de Ação é uma agenda para o empoderamento das mulheres” (UNITED NATIONS, 1996, p. 7). O compromisso dos governos com a aplicação dessa plataforma explicita a sua decisão de garantir às mulheres e meninas todos os direitos humanos e de remover todos os obstáculos à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres (UNITED NATIONS, 1996, p. 7).

Para o tema que nos ocupa, importa ainda destacar outros aspectos do cenário forjado nas conferências antes mencionadas. Configuram tal cenário, num crescendo: o encontro de mulheres de distintas latitudes; a riqueza dos processos preparatórios; a realização de encontros paralelos (painéis, seminários) nos fóruns alternativos; a formação de redes regionais; o aumento da presença feminina nas delegações oficiais; os debates e intercâmbios entre agentes estatais e não estatais na elaboração de declarações, estratégias e planos de ação. E isso ocorre apesar das evidentes divergências entre representantes dos países desenvolvidos e daqueles em desenvolvimento sobre o problema das mulheres ou a respeito das ações necessárias à emancipação feminina. A estas se somam as diferenças de visão e prioridades sobre a igualdade de gênero entre ativistas do Sul e do Norte.

Neste sentido, podemos afirmar, seguindo Virgínia Maquieira (2009, p. 164), o fato de o processo em questão, independentemente de suas contradições, resultar de um consenso das mulheres em nível mundial. Consenso no qual foram levadas em conta as diversidades econômicas e ideológicas, assim como as “de orientação sexual, de idade, de origem étnica, religiosa e de posição na ordem mundial sobre os problemas comuns da desigualdade de gênero e das soluções para afrontá-la”.

O ameadado então permite tanto a incorporação gradual de questões culturais, econômicas e ideológicas do movimento amplo de mulheres, como o avanço teórico e político dos feminismos.

Junto a isso, as conferências contribuem com informação substantiva sobre a situação das mulheres no mundo e para sensibilizar a opinião pública a respeito das desigualdades de gênero. As estratégias oportunizadas por marcos normativos e declarativos como os da CEDAW ou de Nairóbi e Beijing desencadeiam inquestionáveis progressos para as mulheres. Estes materializados em âmbito nacional e local por meio de alterações nas legislações e na constituição de políticas e planos de igualdade de gênero para promover o avanço de mulheres e meninas. Aliado a isso, em 1995 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou dois indicadores para avaliar esse avanço: o Índice de Desenvolvimento Relativo ao Gênero (IDG) e o Índice de Potenciação de Gênero (IPG). O primeiro, para medir as desigualdades sociais e econômicas entre mulheres e homens; o segundo, “o nível de oportunidades de participação das mulheres nos domínios político e econômico em relação aos homens” (ZÚÑIGA, 2010, p. 147).

Apesar de todo o panorama favorável, os seus resultados não são suficientes para promover a cidadania feminina e garantir a promoção e a proteção dos direitos humanos das mulheres (DURÁN, 2005). As sucessivas revisões sobre a aplicação das diretrizes da CEDAW e dos compromissos assumidos nas conferências dos anos 1990 evidenciam a fragilidade para integrar as estratégias da transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*) e do empoderamento das mulheres nas agendas públicas e políticas de diferentes países. Tais avaliações motivam a inclusão desses temas em outras agendas globais para dar suporte ou tentar concretizar as medidas acordadas.

Nesta linha, mulheres e meninas são objeto de atenção universal entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM, 2000-2015) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015-2030).

Os primeiros voltados a uma agenda mínima na qual consta entre os seus oito objetivos o de promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia da mulher (ODM 3), e melhorar a saúde materna (ODM 5). Já os ODS, na condição de herdeiros dos ODM, buscam ampliar os êxitos dos primeiros e alcançar as metas não atingidas por eles. Os ODS compreendem uma agenda mais inclusiva, e entre seus 17 objetivos estabelecem o de alcançar a igualdade entre os gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas até 2030 (ODS 5). A estimativa é a de que se for facilitado a elas igualdade no acesso à educação, atenção médica, trabalho decente e representação nos processos de decisões políticas e econômicas, as sociedades e a humanidade serão beneficiadas em seu conjunto. De tal modo, a igualdade entre os gêneros, além de ser considerada um direito humano fundamental, é tida como alicerce para um mundo de paz, próspero e sustentável⁴.

A inclusão do empoderamento em sucessivas agendas, gerais e específicas, permite vislumbrar duas faces de uma mesma moeda. Uma delas evidencia o impacto positivo desses conteúdos em âmbitos locais e estatais. A outra face expõe pendências deixadas desde a modernidade. Assim, ideias tradicionais sobre o comportamento de homens e mulheres em relação à maternidade, paternidade, família, sexualidade, violência, participação política e ao trabalho sobrevivem até nossos dias (MAQUIEIRA, 2009). Por conta disso, a divisão público/privado, a ideologia patriarcal e a misoginia do passado se perpetuam em sociedades e instituições, e minimizam as reivindicações feministas mais urgentes.

O aperfeiçoamento da informação estatística junto ao sistema ONU, a exemplo dos informes anuais de desenvolvimento humano do PNUD, além dos dados de outros organismos internacionais, regionais e nacionais, traz à tona essa realidade. Realidade também evidenciada por órgãos de

⁴ Disponível em <http://www.unwomen.org/es/what-we-do/post-2015>. Para uma visão completa da Agenda 2030 ver: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

vigilância dos tratados, entre eles o do Comitê CEDAW, quando avaliam os progressos dos seus Estados-parte no tocante a não discriminação por razão de sexo e à igualdade de gênero. Com o aporte desses instrumentos é possível identificar diferenças entre países e regiões e até em um mesmo país na efetivação dos pactos estabelecidos.

Nesses termos, enquanto em alguns Estados as agendas de direitos já chegam a uma segunda geração de políticas de gênero, em muitos outros prevalece a falta de vontade política para promovê-las, especialmente em países do Sul. Neste caso, apesar dos espaços abertos na estrutura estatal, seus resultados se mostram insuficientes. Óbices dessa ordem permitem constatar “a persistência da desigualdade das mulheres segundo os indicadores de pobreza, violência, educação, saúde, incidência de AIDS, poder político e trabalho remunerado” (MAQUIEIRA, 2009, p. 164). Uma das conclusões a extrair daí é a de que os temas de gênero são prioridade no discurso e não na prática.

Para abreviar, se os avanços dos sistemas internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos de mulheres e meninas são incontestáveis, também é real a resistência para materializá-los. As políticas buscadas nos espaços internacionais refletem os anseios de garantir e ampliar direitos em todos os ambientes possíveis de sua zona de influência. Nesse sentido, as políticas públicas de gênero são uma das principais formas de romper com o ciclo de desempoderamento feminino e fazer frente a situações configuradas e mantidas por pactos patriarcais (MAQUIEIRA, 2009).

As estratégias do patriarcado ainda são uma forma de impedir que os feminismos alcancem as mulheres e, assim, se tornem uma ameaça ao *status quo*. Como expressou Firestone (1970), ao avaliar o início da revolução feminista, mas que se mantém atual, o fato de a própria cultura ser imposta pelos homens exclui o ponto de vista feminino e apresenta somente a perspectiva masculina. Em decorrência, “os estereótipos e as normas culturais, ditados como regras na sociedade, também têm um impacto negativo para as mulheres no aproveitamento de

seus direitos humanos” (UNITED NATIONS, 2014, p. 28). Por conta disso, não faltam barreiras a impedir o avanço das rotas de empoderamento já delineadas e a criação de novas rotas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rotas de empoderamento das mulheres traçadas e difundidas pelos feminismos traduzem uma agenda política legitimada em escala planetária. Ainda assim, as mulheres continuam mobilizadas de forma individual e coletiva em busca do seu empoderamento. Portanto, permanece vigente o propósito de combater a opressão de gênero e obter a emancipação feminina, em moldes muito semelhantes aos estabelecidos no passado. Nesse tom, recuperamos um pouco da memória histórica do pensamento feminista da modernidade, a quem coube reivindicar a cidadania das mulheres tendo em vista a sua conquista de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O foco no tema do empoderamento, aguçado pela reflexão feminista, nos levou, inexoravelmente, a pontos de encontro entre passado e presente.

Tais vínculos, ocultos no passado e sujeitos a percalços no presente, chegam, oportunamente, ao cenário político de diferentes países. Fruto, sem dúvida, do empenho de militantes e acadêmicas feministas em formatar e tornar pública uma agenda de gênero com questões propostas por movimentos mais amplos de mulheres e por seu próprio movimento. A última legitimada, em plano internacional, por compromissos com os direitos humanos aí assumidos. Nesse sentido, é possível acompanhar e registrar o protagonismo das mulheres, seja na geração de ideias e teorias, seja na construção de formas alternativas de articulação política e de interlocução com o Estado. Cenário a abranger desde as propostas libertárias do feminismo oitocentista e dos novos movimentos sociais, nos anos 60 e 70 do século passado, incluindo a construção do campo de estudos feministas, desencadeado a partir dos anos 70, até chegar ao terceiro milênio com uma agenda política internacional.

A propósito, ao avaliar retrospectivamente o caminho percorrido pelas mulheres, percebe-se o seu empenho em mudar as normas vigentes sobre as concepções de gênero e em estabelecer as bases da igualdade de direitos entre os sexos. A sua ingerência junto às Nações Unidas ou em instâncias sociais e governamentais catalisou recursos para empreender essa caminhada. Mandatos oriundos de eventos mundiais reiteraram compromissos de governos em promover a igualdade de gênero e a emancipação feminina. No marco das quatro conferências mundiais sobre mulheres, inauguradas no México, em 1975, e das sobre temas globais, da década de 1990: Meio Ambiente (Rio de Janeiro/1992); Direitos Humanos (Viena/1993) e de População e Desenvolvimento (Cairo/1994), a Plataforma de Ação de Beijing (1995), sistematiza as diretrizes das políticas públicas de gênero. Estas orientadas ao empoderamento feminino (educação, trabalho, renda e participação política) e à garantia e promoção dos direitos humanos de mulheres e meninas (segurança, saúde e direitos sexuais e reprodutivos).

Quando se recorre à evidência empírica, é inquestionável a capacidade feminina de mobilizar ativos (recursos) e de formar redes de relações sociais. Fato comprovado pelos resultados obtidos em domínios locais e internacionais a favor da cidadania e dos direitos humanos das mulheres. As transformações impulsionadas pelo ideário feminista e pela prática participativa das mulheres são inegáveis. Afinal, ao longo do tempo elas construíram e ampliaram sua identidade coletiva. O espectro de suas reivindicações aumentou e, embora muitas ainda não sejam atendidas, consolidaram-se avanços inegáveis.

Os contextos e as conjunturas realçados denotam os avanços dos feminismos na interlocução com o Estado e no desenho de políticas públicas de gênero. Isso permite dimensionar a sua capacidade de mobilização e o seu potencial de articulação e inserção política. Potencial, no entanto, limitado por cadeias de relações de poder, que vão do espaço social ao institucional, sob o impacto do viés patriarcal ainda presente na cultura política de diferentes sociedades.

Por conta disso, nem sempre os resultados obtidos parecem ser suficientes para assegurar a cidadania e os direitos humanos a todas as mulheres. O panorama dos direitos ainda é adverso a muitas delas e se manifesta pelo não reconhecimento de garantias básicas em âmbitos como o do trabalho ou no plano dos direitos sexuais e reprodutivos, ao que se soma o problema da violência exercida contra elas tanto no espaço privado como no espaço público. Portanto, desvendar tais realidades, encontrar estratégias para enfrentá-las e traçar novas rotas de empoderamento ainda é um dos imperativos para as teorias e a práticas políticas feministas.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, J.F. El poder y el Empoderamiento: Entre la Ciencia y la Ideología. *Revista Sentido Común*, v. 6, n. 2, 2009.
- AGUADO, A. Ciudadanía, mujeres y democracia. *Historia Constitucional*, n. 6, 2005.
- ALLEN, A. Feminist Perspectives on Power. In: ZALTA, E.N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- ALVES, J.A.L. A Agenda Social da ONU Contra a Desrazão “Pós-Moderna”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 30, p. 63-82, 1996.
- AMORÓS, C. *La gran diferencia y sus pequeñas consecuencias... para las luchas de las mujeres*. Madrid: Ed. Cátedra, 2007.
- BENHABIB, S.; CORNELL, D. Introdução. Além da política de gênero. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 7-22.
- COBO BEDIA, R. Aproximações à Teoria Crítica Feminista. Boletim do Programa de Formação, n. 1, 2014.
- DEERE, C.D.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- DURÁN, P. *Las Naciones Unidas y la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres*. Nova York: INSTRAW, 2005.
- ENLOE, C. *The Curious Feminist: searching for women in new age of empire*. London: University of California Press, 2004.
- FACIO, A. Viena 1993, cuando las mujeres nos hicimos humanas. In: LAGARDE, M.; VALCÁRCEL, A. (Coord.). *Feminismo, Género e Igualdad*. Madrid: Pensamiento Iberoamericano, 2011, p. 3-20.

- FIRESTONE, S. *The Dialectic of Sex: The case for feminist revolution*. New York: Bantam Book, 1970.
- GLENDON, M.A. *A World Made New: Eleanor Roosevelt and the Universal Declaration of Human Rights*. Nueva York: Random House, 2001.
- HARRETCHE, M.V.B. Empoderamiento: ¿una alternativa emancipatoria? *Margen*, n. 61, p. 1-14, 2011.
- HERNANDEZ, I. Desigualdad de género en desarrollo. In: VILLOTA, P. (Ed.). *Globalización y género*. Madrid: Síntesis, 1999. p. 67-80.
- HERNANDEZ, I.; RODRIGUEZ, A. Igualdad, Desarrollo y Paz - Luces y sombras de la acción internacional por los derechos de las mujeres. *Cuadernos de Trabajo de Hegoa*, n. 17, p. 5-52, 1996.
- LAGARDE, M. Vías para el empoderamiento de las mujeres. Valencia: Proyecto EQUAL I.O. 2004. Disponible em: <http://www.femeval.es/proyectos/ProyectosAnteriores/Sinnovaciontecnologia/Documents/ACCION3_cuaderno1.pdf>. Acceso em: 22 nov. 2017.
- LEÓN, M. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: LEÓN, M. (Ed.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: Tercer Mundo, 1997. p. 1-26.
- _____. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. *Revista de estudios de género La ventana*, v. 2, n. 13, p. 94-106, 2001.
- _____. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. 2013. Disponible em <<http://mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/2013/11/>>. Acceso em: 22 nov. 2017.
- MAQUIEIRA, V. Feminismo en la Era Global: derechos humanos y ciudadanía. In: MOLINA, E.; NAVA, S.M. (Coord.). *Nuevas líneas de investigación en género y desarrollo*. Madrid: UAM Ediciones, 2009. p. 149-171.
- MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Melhoramentos, 2017. Disponible em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acceso em: 20 nov. 2017.
- MOSER, C.O.N. Gender planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs. *World development*, v. 17, n. 11, p. 1799-1825, 1989.
- MURGUIALDAY, C. *Reflexiones feministas sobre el empoderamiento de las mujeres*. Barcelona: Cooperación, 2013.
- PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETERSON, V.S. Transgressing boundaries: Theories of knowledge, gender and international relations. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 21, p. 183-206, 1992.
- ROUSSEAU, J.J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- SAGOT, M. *Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina* (estudios de caso de diez países). Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud, Programa Mujer, Salud y Desarrollo, 2000.
- SEN, G.; GROWN, K. *Development, Crises and Alternative Visions. Third World Women Perspectives*. London: Earthscan, 1988.
- TICKNER, J.A. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists. *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.
- UNITED NATIONS. *Report of the Fourth World Conference on Women - Beijing, 4-15 September 1995*. New York: United Nations, 1996.
- _____. *Women's rights are human rights*. Geneva: United Nations Publication, 2014.
- VARCÁRCEL, A. La memoria colectiva y los retos del feminismo. Santiago: CEPAL-ECLAC/Naciones Unidas, 2001.
- _____. *La política de las mujeres*. Madrid: Ed. Cátedra, 2012.
- VARELA, N. *Feminismo para principiantes*. Barcelona: Ediciones B. S. A., 2014.
- VÁZQUEZ, M. *Poder y feminismo: elementos para una teoría política*. 2013. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia, Departamento de Ciência Política e Direito Público, Universidade Autônoma de Barcelona, 2013.
- YOUNG, K. Reflexiones sobre cómo enfrentar las necesidades de las mujeres. In:
- GUZMÁN, E. (Ed.). *Una nueva mirada: género en el desarrollo*. Lima: Flora Tristán/ Entre Mujeres, 1991.
- ZÚÑIGA, Y. Ciudadanía y género: Representaciones y conceptualizaciones en el pensamiento moderno y contemporáneo. *Revista de Derecho*, n. 2, p. 133-163, 2010.
- _____. La construcción de la igualdad de género en el ámbito regional americano. In: BELTRÃO, J.F. et al. *Derechos Humanos de los Grupos Vulnerables*. DHES, 2014. p.179-210.

www.ibict.br



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

